

Organizadores  
Luís Antonio Groppo  
Michel Zaidan Filho  
Otávio Luiz Machado

# JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL: ONTEM E HOJE

VOL. 1



Editora  
Universitária UFPE

JUVENTUDE E  
MOVIMENTO ESTUDANTIL:  
ONTEM E HOJE

VOL. 1

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial em qualquer sistema de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibenético. Essas proibições aplicam-se também as características gráficas da obra e à sua editoração.

Revisão: Os autores

Projeto Gráfico: Sérgio Siqueira

Capa/Diagramação: Elvira de Paula

Imagens de capa: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/08/fotos-do-livro-juventude-e-movimento.html>

Assistente de Comunicação: Rafaela da Mota Correia

Impressão e acabamento: EDUFPE

Juventude e movimento estudantil : ontem e hoje / organizadores Luís Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho, Otávio Luiz Machado ; prefácio Amaro Lins. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2008.  
2 v.

Vários autores

Conteúdo : v.1. Juventude e movimento estudantil ; ontem e hoje - v.2. Movimentos juvenis na contemporaneidade.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7315-502-0 (broch.)

1. Ensino superior - Universidades brasileiras. 2. Movimentos estudantis - Participação política - História (1900-2007). 3. Movimentos da juventude - Brasil e Europa. I. Groppo, Luís Antonio. II. Zaidan Filho, Michel. III. Machado, Otávio Luiz.

378

CDU(2.ed.)

UFPE

378

CDD(22.ed.)

BC2008-065



## DEDICATÓRIA

Aos estudantes e jovens da América Latina.



## SUMÁRIO

- 11 **Autores**
- 15 **Agradecimentos**
- 23 **Prefácio**  
Amaro Lins
- 25 **Introdução: sob o impacto de novos movimentos estudantis**  
Luís Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho, Otávio Luiz Machado
- PRIMEIRA PARTE: Juventude, mito e história**
- 33 **Juventude, cidadania e globalização: notas para uma agenda político-pedagógica**  
Michel Zaidan Filho
- 36 **O mito do Poder Jovem**  
Alberto Saldanha
- 48 **O movimento estudantil de 1968 e a nostalgia do romantismo revolucionário**  
Rafael Rosa Hagemeyer
- SEGUNDA PARTE: Os anos de 1960**
- 67 **A UNE e a Ditadura Civil-Militar de 1964**  
José Luís Sanfelice
- 80 **1968: Quando o diálogo é a violência**  
Maria Ribeiro do Valle
- 92 **A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos de 1960**  
Luís Antonio Groppo
- 115 **Arte, política e juventude no Brasil: questões de arte e participação social**  
Paulo Marcondes Ferreira Soares
- 138 **1968: a experiência de um movimento nacional**  
Nilton Bahlis dos Santos

- 148 O Movimento Estudantil na Unb: espaço de resistência contra a ditadura militar na década de sessenta.  
Paulo Speller
- 155 O Movimento de Cultura Popular e a participação dos jovens através da arte  
José Wilker
- 157 Em defesa da democracia: o trabalho de advogado de presos políticos brasileiros  
Antônio Modesto da Silveira

**TERCEIRA PARTE: Os anos de 1970**

- 165 Fim do Estado Novo português e o movimento estudantil  
Miguel Cardina
- 179 Mobilizações estudantis nos anos 1970  
Mirza Maria Baffi Pellicciotta
- 214 Uma rua não tão alegre: Movimento Estudantil e a invasão da PUC em 1977  
Daniel Cantinelli Sevillano
- 222 Cultura juvenil de consumo e identidades sociais alternativas: uma abordagem histórica  
Cláudio Novaes Pinto Coelho
- 229 REMEMOREX – Uma Rebeldia Necessária  
Ary Costa Pinto, Marianna Francisca Martins Monteiro

**QUARTA PARTE: Juventude e Movimentos Estudantis nas Escolas de Engenharia**

- 239 Movimento Estudantil na antiga Escola de Minas de Ouro Preto da UFOP entre 1964 e 1969  
Otávio Luiz Machado
- 258 Movimento Estudantil na Escola de Engenharia da UFRGS: o “fazer-se” do CEUE  
Bruna Sirtori, Rafael Farias de Menezes, Renata Dal Sasso Freitas
- 267 Homenagem a Fernando Gasparian  
Marcel Mendes
- 270 Vale a pena reler “O Politécnico”  
Adolfo Lemes Gilioli

- 273 A Campanha *O Petróleo é Nosso* e a Presidência da UNE  
Genival Barbosa Guimarães
- 275 A Campanha *O Petróleo é Nosso* no Paraná e a presença do  
Diretório Acadêmico de Engenharia  
Armando Júlio Bittencourt
- 277 A Escola Politécnica da USP, o Grêmio Politécnico e o ITA nas  
décadas de 1940 e 1950: bases para o debate da formação  
profissional  
José Thomaz Senise
- 283 A presença estudantil na Escola de Engenharia da UFPA: a visão  
de aluno e mestre  
José Maria Filardo Bassalo
- 286 A presença do Centro dos Estudantes Universitários de  
Engenharia (CEUE) e da FEURGS na Campanha da Legalidade  
Fúlvio Petracco
- 289 O Movimento Estudantil baiano e a preocupação com o país nos  
anos 1960  
Sérgio Gaudenzi
- 292 O ITA e o Centro Acadêmico de seus estudantes são duramente  
atingidos pela Revolução de 1964  
Marco Antonio Guglielmo Cecchini
- 298 O Movimento Estudantil da Escola de Engenharia de Pernambuco  
após 1964  
Aécio Gomes de Mattos
- 302 A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro  
Preto na segunda metade da década de 1960  
Lincoln Ramos Viana
- 305 A luta do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da PUC-  
RJ no pós-68  
Jaques Wagner
- 307 A luta dos estudantes em 1968: a visão de um militante do  
movimento estudantil de Engenharia  
José Chacon de Assis
- 311 A participação do Movimento Estudantil da Escola de Engenharia  
de Pernambuco após o AI-5  
Pedro Eugênio



314 O movimento estudantil da Escola de Engenharia da UFF e a  
gênese dos primeiros seminários nacionais de estudantes de  
Engenharia  
Fernando Peregrino

## Autores

**Adolfo Lemes Gilioli:** É escritor, jornalista e engenheiro. Estudou Engenharia na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP) nos anos 1940. É fundador do jornal estudantil "O Politécnico", que desde 1944 apresenta a visão do país a partir dos estudantes da Poli da USP.

**Aécio Gomes de Mattos:** É Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (PPGS/UFPE). É Pós-Doutor em Sociologia. Foi Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Pernambuco.

**Alberto Saldanha:** É Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Doutor em História pela UFF. Autor do livro "A Une e o Mito do Poder Jovem", Maceió/AL, EDUFAL, 2005. Foi secretário-geral da UNE entre 1984 e 1986), presidente da União Estadual dos Estudantes de Alagoas - UEEA (1983/1984) e presidente do DCE/UFAL (1982/1983).

**Amaro Lins:** É Professor e Pesquisador do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco (CTG/UFPE). É Reitor da UFPE em sua segunda gestão.

**Antônio Modesto da Silveira:** É advogado no Rio de Janeiro. Durante a ditadura militar brasileira, foi um dos mais atuantes defensores de presos políticos, incluindo vários estudantes. Foi Deputado Federal pelo PMDB-RJ.

**Armando Júlio Bitencourt:** É engenheiro em Curitiba-PR. Foi Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da UFPR, nos anos 1940.

**Ary Costa Pinto:** É jornalista. Foi pesquisador do Divisão de Iconografia e Museus do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo, também integrou a equipe do Centro Ecumênico de Documentação e Informação atuando no Programa História do Movimento Operário no ABC. Foi um dos editores de *Apesar de Tudo-UNE REVISTA*.

**Bruna Sirtori:** É bacharel em História pela UFRGS. Mestranda em História na UFRJ. É uma das autoras do livro *Ceue 100 anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

**Cláudio Novaes Pinto Coelho:** É Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Libero.

**Daniel Cantinelli Sevillano:** Mestrando em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

**Fernando Peregrino:** Foi presidente da FAPERJ por duas vezes, além de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Hoje atua no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), que foi cedido à COPPE/UFRJ como diretor da COPPETEC.

**Fúlvio Petracco:** É engenheiro pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi Presidente do Centro dos Estudantes de Engenharia (CEUE) e da Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul (Feurgs).

**Genival Barbosa Guimarães:** Engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (Poli/UPE). Teve vasta atuação em empresas públicas e privadas. Foi Presidente da UNE em 1948.

**Jaques Wagner:** É Governador da Bahia. Foi Ministro de Relações Institucionais do Governo Lula. Enquanto estudante, além de ser Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da PUC-RJ, ainda foi militante de base do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

**José Chacon de Assis:** É Engenheiro. Foi Presidente do Diretório Acadêmico Octavio Cantanhede da Escola de Engenharia da UFF em 1968. Presidiu o CREA/RJ por dois mandatos (1997 até 1999 e de 2000) até 2002. Foi também diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro de 1980 a 1989. Publicou dois livros: 1) *Brasil 21 - Uma nova Ética para o Desenvolvimento*; e 2) *Brasil Cidadão*.

**José Luís Sanfelice:** Professor Titular de História da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. Pesquisador do HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisa "História, Sociedade e Educação no Brasil").

**José Maria Filardo Bassalo:** Professor aposentado do Departamento de Física da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente exerce atividades de escritor e de orientação de trabalhos.

**José Thomaz Senise:** É Ph.D. pela Stanford University. Atualmente é Professor-pesquisador do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia. Ex-professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP).



**José Wilker:** Ator e produtor. Trabalha na Rede Globo de Televisão. Foi Presidente da Rio Filmes. É um dos nomes mais destacados do cinema e da televisão no Brasil. Atuou em filmes como *Dona Flor e seus dois maridos*, *O Homem da Capa Preta* e em dezenas de novelas e mini-séries.

**Lincoln Ramos Viana:** Foi Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto da Universidade Federal de Ouro Preto na gestão 1967/68. É comerciário em Juiz de Fora.

**Luís Antonio Groppo:** Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Unidade Americana (Unisal/Americana). Doutorou-se em Sociologia pela UNICAMP. É Pesquisador do CNPq.

**Marcel Mendes:** É diretor da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Formado em Engenharia pelo Mackenzie. É Professor de Engenharia do Mackenzie.

**Marco Antonio Guglielmo Cecchini:** É professor aposentado do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Foi Reitor da instituição entre novembro de 1960 a julho de 1965. É membro titular fundador da Academia de Ciências do Estado de São Paulo.

**Maria Ribeiro do Valle:** Professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp) - campus de Araraquara.

**Marianna Francisca Martins Monteiro:** É professora do Instituto de Artes da Unesp. É autora de *Noverre: Cartas sobre a Dança- Natureza e Artifício no Balé de Ação*, que foi publicado pela Edusp em 1998. Foi uma das editoras de *Memorex: Apesar de Tudo- UNE REVISTA*.

**Miguel Cardina:** É investigador-associado do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas. Faz Doutorado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

**Mirza Maria Baffi Pellicciotta:** Doutoranda em História Cultural na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e assessora técnico-departamental da Prefeitura Municipal de Campinas/SP.

**Michel Zaidan Filho:** É Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Publicou *A História Como Paixão* (Anpuh, 1996) e *O Fim do Nordeste e Outros Mitos* (Cortez, 2003). Atua como membro de vários conselhos editoriais de revistas de ciências sociais e História.

**Nilton Bahlis dos Santos:** foi Vice-presidente da UNE (gestão 1967/1968), organizador do livro "História da UNE", que foi publicado em 1980 pela Editora Livramento. Cientista da Informação e Pesquisador da FIOCRUZ, é especializado em sistemas complexos e "Internet".

**Otávio Luiz Machado:** Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É concluinte do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Organizou (juntamente com Michel Zaidan Filho) a coletânea "Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior" (Editora Universitária UFPE, 2007).

**Paulo Marcondes Ferreira Soares:** Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Desenvolve pesquisas em Sociologia da Cultura, Arte e Comunicação. É sociólogo e compositor.

**Paulo Speller:** É doutor em Government pela University of Essex (1988). Atualmente é docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Foi Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). É atualmente o reitor da UFMT.

**Pedro Eugênio:** É Professor do Departamento de Economia do CCSA da UFPE. Foi Diretor de Gestão e Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Atualmente exerce o mandato de Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Pernambuco.

**Rafael Farias de Menezes:** É bacharel em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É um dos autores do livro *Ceue 100 anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

**Rafael Rosa Hagemeyer:** É formado em História pela UFPR. E mestre pela mesma instituição com dissertação sobre "1968: Imagens da paixão". É doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com a tese "A construção da identidade antifascista no cancionário da Guerra Civil Espanhola". É Professor Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

**Renata Dal Sasso Freitas:** É bacharel em História pela UFRGS e doutoranda em História da UFRJ. É uma das autoras do livro *Ceue 100 anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

**Sergio Mauricio Brito Gaudenzi** presidiu a União dos Estudantes da Bahia (UEB). Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, com especialização em Planejamento Urbano. Atualmente é Presidente da Infraero.



## AGRADECIMENTOS

Num trabalho de tal magnitude sempre é importante agradecer nominalmente a todos os que colaboraram com o Projeto em todas as suas etapas, mesmo sabendo que o esquecimento de muitos nomes será previsível. Mas que os nomes que deixamos de registrar também se sintam igualmente honrados com a obra produzida coletivamente e de interesse dos brasileiros e brasileiras.

Somos gratos às instituições que nos deram condições de realizar o trabalho: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal).

Nossos sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (PPGS/UFPE). Em especial: Professores (as): José Carlos Vieira Wanderley, José Luiz Ratton, Josefa Barbosa Cavalcanti, Paulo Marcondes, Remo Mutzenberg, Joanildo Burity, Eliane da Fonte, Maria Eduarda Rocha, Eliane Veras Soares, Jonatas Ferreira, Josimar Jorge Ventura de Moraes, Maria Nazareth Baudel, Silke Weber, Paulo Henrique Martins, Aécio Gomes de Matos, Breno Fontes, Heraldo Souto Maior e Cyntia Hamlin; Pessoal da parte administrativa e de manutenção: Zuleika Elias, Vânia Vasconcelos, Andréa Costa Borba, Priscila Braz, Jozafá Gomes e Marcelo Cavalcanti e Zenilde Alves; Estudantes do Mestrado e do Doutorado.

Nossos agradecimentos também aos professores Amaro Lins (Reitor da UFPE), Gilson Edmar (Vice-Reitor da UFPE) Edmilson Lima (Diretor do CTG/UFPE), Anísio Brasileiro (Pró-Reitor da PROPESQ/UFPE), Solange Coutinho (Pró-Reitora da PROEXT/UFPE). Assim como aos demais Professores e funcionários: da PROEXT: Ivan Vieira de Melo, Bartira Ferraz, Telma Lúcia Ribeiro, Wilza Maria A. de Melo Estrélla, Alexandre Jorge Amaral de Oliveira, Ivo Alves de Freitas; da PROPESQ: Artur Felipe Santos Barbosa, Sebastião Luciano da Silva, Kátia Diniz de Miranda, Jaciene Duarte, Ioneide dos Santos, Fernando Machado, Carmem Pereira e Viviane Cristina; do Gabinete do Reitor: Lúcia Dias, Maria José Caminha Soares, Antônio Marques da Costa Soares Junior, Paulo Roberto de Siqueira Melo, Maria Inez Aves Sabino de Araújo, Cármen Sousa, Crispim Cipriano, Valdemir Manuel, Conceição Feitosa e Roberta Japiassu; da Editora Universitária da UFPE: Jurandi Araújo, Sérgio Siqueira, Elvira Maria Rebouças de Paula, Gilda Lins, Maria José de Matos Luna, Joel Bruno Sales, Adriana Freitas e aos demais funcionários; do corpo administrativo do CFCH: Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Lucinda Maria da Rocha Macedo, Antônio Carlos Duprat Barros e Marcos Ferreira; da Procuradoria Jurídica da UFPE: Aurélio Boaviagem, Eudes Fernando de Oliveira, Maria da



Conceição Valério, José Carlos da Silva e Jaime Sá Correia de Araújo; da Assessoria de Comunicação da UFPE: Vitória Galvão, demais jornalistas e os (as) estagiários (as); Do setor de transportes: Milton dos Santos Lopes e Claudemir Claudino; do Arquivo Central: Anísia de Araújo Amorim, Eraldo Bezerra da Silva, Livio Wanderley Azevêdo, Enilda Matias dos Santos, Marcos Antonio de Lima, Maria Socorro Silva Cardoso, Walquiria Bezerra Paulino de Cerqueira e Wilson Canuto do Nascimento; da Biblioteca Central: Ielma Costa Ferro, Adelaide Lima e Dione de Souza Santa Rosa; e a todos (as) os (as) demais que não tivemos condições de nos lembrar; da Biblioteca do CFCH: Evanise Sousa de Carvalho, Maria José de Carvalho, Rodrigo Galvão, Maria do Carmo Paiva, Fátima Gomes e equipe de bolsistas.

Nossos agradecimentos pela pontualidade na colaboração ainda aos seguintes nomes da UFPE: Líliana Vieira de Barros, Marcos Galindo, Maria de Lourdes Florêncio dos Santos (Lourdinha), Edvânia Torres, Tânia Bacelar, Antônio Torres Montenegro, Antônio Jorge Siqueira, Socorro Abreu, Renato Athias, Lucivânio Jatobá, Jaime Gusmão, Carmen Chaves, José Queiroz, Rogério Assunção de Farias, Celso Pinto, Artur, Maria Verônica Medeiros, Alfredo Cordiviola, José Jorge de Seixas, Ricardo Santiago, Márcia Érica Maurício do Monte, Ceres Ferreira de Paula, Antônio Leal Campos, Claudinete Bezerra Rozendo de Souza, Geovane José de Almeida, Marcílio Olímpio da Silva, Severino Irineu Barbosa, Manuel Américo da Silva, Marcos Antônio Medeiros, Valderez Menezes Cavalcanti, Suely Maria das Chagas, Lidia Rodella, Giane da Paz Ferreira Silva, Jorge Alexandro Barbosa de Lima, José Alberto Lins da Silva Júnior, Pessoal da segurança patrimonial, Adna Mirtes (*in memoriam*) e tantos outros nomes.

Agradecemos imensamente a colaboração do pessoal da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE/UFPE), sobretudo à Rúbia Siqueira, Mariana Campelo, Suelda Costa Lima, Flávia Machado e ao Professor Sueldo Vita.

Um agradecimento mais do que especial à Secretaria de Juventude e Emprego do Governo de Pernambuco pelo apoio ao nosso Projeto, em especial ao Secretário Pedro Mendes. E aos funcionários André Côrreia, Everalda, Amaury, Luiz Antônio e tantos outros. De igual forma aos membros da Roda de Diálogos da Juventude da Ong Etapas, em especial ao João Simão, Jakeline Lira, Padre Reginaldo Veloso e a todos (as) os (as) demais envolvidos (as).

Também nossos agradecimentos aos membros dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Ciência Política da UFPE, bem como o de Educação do Centro Universitário Salesiano (Unisal) de Americana, bem como às agências de fomento que possibilitaram nossos estudos ou atividades na Pós-Graduação: Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Agradecemos a todos os autores e autoras que construíram o presente trabalho pelo desprendimento, atenção e profissionalismo. Sem a presença, a confiança, a solidariedade e a troca de conhecimentos muito pouco seria possível.

Tantos órgãos foram imprescindíveis para o êxito da pesquisa: Arquivos Central, da Escola de Minas, do Centro Acadêmico da Escola de Minas, do Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), ambos na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Ouro Preto-MG; Arquivo Público Mineiro (APM), Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte-MG; Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea Brasileira da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), no Rio de Janeiro-RJ; Centro de Documentação do Movimento Tortura Nunca Mais (MTNM), Arquivo Central da UFPE e Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Arquivo Público Estadual de Pernambuco, no Recife-PE; ao Centro de Documentação e Informação e à Seção de Legislação Brasileira, ambos da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. Às bibliotecas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), do Instituto de Filosofia de Artes e Cultura (IFAC) e da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), ambas da UFOP; da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH), da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), da FALE (Faculdade de Letras) e da FAE (Faculdade de Educação), todas da UFMG; do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Biblioteca Central (BC), do Centro de Educação (CED) e do Centro de Artes, Cultura e Comunicação (CAC), ambas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); A Biblioteca Mário Henrique Simonsen da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro; A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília-DF. E ainda: Assessoria de Comunicação da UFPE, Clube de Engenharia de Pernambuco, ao CREA-PE, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência de Pernambuco (SBPC/PE), PET de Ciências Sociais da UFPE, DCE da UFPI, Diretório Acadêmico de Pedagogia da UFF, Grêmio Politécnico da USP, Sindiextra, DNPM-PE, Centro Acadêmico Horace Lane da Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, Laboratório de Pesquisa Histórica da UFOP, República Aquarius, CRUSP, colegas, depoentes, estudantes, interlocutores, colaboradores, amigos e amigas.

Às instituições de educação superior que o PROENGE contempla: UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), USP (Universidade de São Paulo), UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), UFPE (Universidade de



Pernambuco), UPM (Universidade Presbiteriana Mackenzie), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFPA (Universidade Federal do Pará), UFBA (Universidade Federal da Bahia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), Escola de Engenharia da USP de São Carlos, UnB (Universidade de Brasília), UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá) e UFPR (Universidade Federal do Paraná).

E também a: Luiz Costa Lima, Jurandir Freire Costa, Lauro Morhy, Simone Tenório Rocha e Silva, Maria de Lourdes Fávero, Elimar Pinheiro Nascimento, Jacob Gorender, Michel Thiollent, Anibal Frias, Maria Brayner, Craig Hendricks, Nadja Brayner, Célia Frazão Soares Linhares, Airton Queiroz, Alexandre Santos, Telga Araújo, Paulo Jaime Alheiros, José Fernando Coura, Fernando Teixeira, Abelardo Baltar, Ana Maria Araújo Freire, Joana Melo, Cláudio Pinto, Felícia Soares, Lucila Bezerra, Lúcia Pelegrino, Raíssa Pelegrino, Miriam Falcão, Célia Rands, Maurício Rands, Adalgiza Lana, Marcelo Mário de Melo, Eliane Cantanhede, Samarone Lima, Gêlcio Fortes, Álvaro Alves Camello, Romildo Maranhão do Vale, Iberê Batista da Costa, Carlos Alberto Soares, Jaime Galvão, Francisco das Chagas Pinto Coelho, Genival Barbosa Guimarães, Guilherme Robalinho, Moema São Thiago, Ricardo Apgaua, Elza Vasconcelos, Arlindo Gilioli, Kleber Farias Pinto, Eduardo Manoel da Mota Silveira, Ana Maria da Mota Silveira Correia, Mariana da Mota Silveira Correia, Ivanisa Teitelroitt Martins, José Eduardo de Andrade, Jader Nunes de Oliveira, José Antônio Feijó de Melo, José Antônio de Albuquerque Araújo (Bolinha), Antonio Modesto da Silveira, Abdias Vilar Carvalho, José Osaël Farias, Francisco Alambert, Luís Antônio Cunha, Marcelo Santa Cruz, Antônio Divino de Moura, Ubirajara Alencar Rodrigues, Jalusa Barcelos, Maria Yara Campos Matos, Merval Jurema, Pedro Eugênio de Castro Toledo, José Alberto dos Reis Parise, Moema Mattos, Nelson Rosas Ribeiro, Norman Barbosa Costa, Sérgio Costa (Serjão), Rafael Dias, Geysson de Almeida Lages, José Antônio Gonçalves, José Moura e Fontes, Cláudio Dubeux, Adriano Batista Dias, Antônio Carlos Maranhão de Aguiar, Dorival Fernandes, João Batista dos Mares Guia, Sonia Marques, Afonso Celso Scocuglia, Marcelo Siqueira Ridenti, Roberto Romano, Heloisa Starling, Simon Schwartzman, Renato Dagnino, Gil Torres, Paulo Markun, José Murilo de Carvalho, José de Souza Martins, Marcius Cortez, Helgio Trindade, Carlos Benedito Martins, João Pignataro, Glaucia Yunes, Vitor Szejder, Regina Magalhães de Souza, Luiz Antônio Souza da Eira, João Roberto Martins Filho, Octavio Ianni (in memoriam), Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Eduardo Coutinho, Célia Bomfim, Edmo de Abreu Mendes, Bartolomeu de Albuquerque Franco, família de Douglas Morishita, Casimiro Pedro da Silva Neto, Maria do Carmo



Calijuri, Sandra de Deus, José de Paula Barros Neto, Sergio Rezende, Jesus Hortal Sánchez, Carlos Augusto Moreira Junior, Heloi José Fernandes Moreira, René Teixeira Barreira, Luiz Paulo Mendonça Brandão, Luís Edmundo Prado de Campos, Ivan Gilberto Sandoval Falleiros, José Augusto Lima Barreiros, Vanderlí Fava de Oliveira, Roberto de Souza Salles, Alberto Tamagna, Alex Bolonha Fiúza de Melo, Aloisio Teixeira, Cicero Mauro Fialho Rodrigues, José Carlos Ferraz Hennemann, Marcel Mendes, Humberto Fernandes Machado, Mauro Romero, Ana Lúcia Almeida Gazzola, Fernando Amorin, Ericksson Rocha e Almendra, Emmanuel Paiva de Andrade, Reginaldo dos Santos, Danilo Amaral, Guilherme Ranzan Argenta, José César de Caiafa Junior, Marcelo Guimarães de Mello, Nelson Janot Marinho, Sílvia de Oliveira Pena, Ondine Bezerra, Milton Costa Pinto, Roberto Muniz.

Também não poderíamos deixar de agradecer às pessoas que tornaram nosso dia-a-dia bem mais tranqüilo: Francisca Mendes, Mozart Mendes, Sergio Mendes, Vilma Dias da Costa, André Costa, Luiz Barreto Costa Neto, Vaneide M. Costa e Daniel Ferreira da Silva.

Aos Docentes e discentes do Programa de Mestrado em Educação e dos cursos de Serviço Social, Pedagogia e Psicologia da Unisal, do Departamento de Ciências Sociais, de História e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFPE.

É fundamental ressaltar a importância do convívio ou da colaboração com alguns estudantes de graduação ou de pós-graduação: Gleifer Vaz Alves, Fernando Valeriano de Almeida Lins, Thiago Figueiredo Cardoso, Júlio Auto de Medeiros, Pablo Marcell, Rodolfo Rodrigo, Vinicius Fabrino Gomes, Alcides Luiz, Thais Barros, Cláudio Roberto Soares Espíndola, Araken Albino Galindo, Tiago Arruda Pontes, José Roberto Santos da Silva, Rodrigo Bernardo, Marcelo Pedro Santos, Manoel Ferreira dos Santos Neto, Jader Freire, Daniel Lima, Robson Soares Brasileiro, Jairo Oliveira, Pedro Fernando, Thiago Santos, Manuel Sergio Martins, Caio Fatorri, Bruno França de Souza, Rodrigo Rodrigues da Silva, Haydée Svab, Débora Maria Marques Mitter, Felipe Sanchez, Leonardo Alexandre Ferreira Leite, Marcio Gregory, Mauricio Watanabe Ribeiro, Diego Rabatone Oliveira, Guilherme Argenta, Aracele Lima, Filipe Saraiva, Mayara Mendes, Ludmila Almeida, Fernando Gonçalves, Karla Gonçalves Noya, Walfrido Cabral Claudino, Wanessa Gonzaga do Nascimento, José Remon Tavares da Silva, João Veríssimo do Amaral Neto, José de Lira Santana, Sandra Marília Maia Nunes, Marco Aurélio Dornelas da Silva, Aristóteles Veloso da Silva Muniz, Jacira Silva de França, Marina Félix de Melo, Diogo Valença de Azevedo Costa, Rogério Alves de Lima, Joanna Lessa Fontes Silva, Maria Lúcia Sodré, Mauricio Antunes Tavares, Maria de Lourdes Pires, Luiz Carlos Pinto, Carolina Dantas Figueiredo, Liana Simões da Costa Ferreira, Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda, Patrícia

Cabral, Lindalva Alves Cruz, Maria de Assunção, Maria da Conceição Mariano, Ivan Ferreira da Silva, João Paulo de França Ferrão Alves, Manoel Sotero Caio Neto, Mariana de Oliveira Portela, Mercês de Fátima dos Santos Silva, Micheline Dayse Gomes Batista, Márcio Abreu de França, Paula Manuella Silva de Santana, Paulo Henrique Miranda da Silveira, Veridiana Pereira Parahyba Campos, Erliane Miranda da Rocha Ferreira, Marcela Zamboni Lucena, Eveline Gama Rojas, Bárbara Michelle Duarte, Breno Bittencourt Santos, Ana Carolina da Silva Moura, Cibele Maria Lima Rodrigues, Ana Carolina Carneiro Leão, Senyra Martins Cavalcanti, Fabiana Moraes da Silva, Elaine Cristina Pimentel Costa, Joilson Barreto Costa, Maria Sheila Bezerra da Silva, Michely Peres de Andrade, Roberta de Sousa Melo, Francisco Mesquita de Oliveira, Adriana Tenório, Manuela Fialho Galvão, Anderson José Ribeiro Antunes, Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa, Rodrigo Benevides, Roseane Custódio, Nelson da Cruz M. Fernandes, Conceição Maria Dias de Lima, Euda Kaliani Gomes Rocha, Karina Areias de O. Melo, Luzia Azevedo Albuquerque, Madson José Albino Rafael, Maria Ester Lima Oliveira, Murilo de Avelar Alchorre, Paulo Danilo Vargas Alves, Gláucia Maria Tinoco, Anne Gabriele Lima Sousa, João Paulo Lima e Silva Filho, José Augusto Amorim da Silva, Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior, Patrícia Bandeira de Melo, Sérgio Ricardo Ribeiro Lima, Alex Sandro dos Santos França, Ivan Fontes Barbosa, Gustavo Gilson Oliveira, Maria Adriana Torres, Maurício Antunes Tavares, Osvaldo Varella, Mariana Trajano, Rui Gomes de Matos Mesquita, Vilma Soares Lima, Rosier Batista Custódio, Sam Thiago Pereira Borges, Talita S. Pedrosa Paes, André Araújo de Andrade, Jair Rocha de Oliveira Neto, Rosangela Silva de Souza e tantos outros que a memória não nos permitiu lembrar.

Também não poderíamos deixar de mencionar aos diversos colegas que permitiram uma inserção internacional dos nossos projetos: Grupo do Colóquio Internacional "Movimento Estudantil: dilemas e perspectivas", que foi organizado pelo Projeto "Culturas Juvenis: Diferença, indiferença e novos desafios democráticos" do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal: Elísio Estanque, Boaventura de Sousa Santos, Hugo Dias, Alexandra Silva, Colin Barker, Miguel Gómez Oliver, Nina Clara Tiesler, José Manuel Mendes, Miguel Cardina, Claudino Ferreira, Ana Drago, Ana Paula Marques, Rui Bebian, Hélder Costa, Diana Andringa, José Neves, Zita Henriques, Miguel Duarte, Ana Sofia Pinto e Maria Manuela Cruzeiro; ao Grupo do Simpósio "Movimientos Estudiantiles en América Latina (Siglo XX)" do "Congreso Ciencias, Tecnologías y culturas- Diálogo entre las disciplinas del conocimiento. Mirando al futuro de América Latina y el Caribe" do Chile: Alberto del Castillo Troncoso, Silvia González Marin, Fabio Moraga Valle, Ana López, Norma Huizar Hernández, Florencia Gutierrez, Rene Rivas Ontiveros, Denisse De Jesús Cejudo, Laura Beatriz Moreno Rodríguez, Santiago Aránguiz Pinto, Gislene Edwiges De Lacerda,



Javier Moyano, Pablo Toro Blanco, Renate Marsiske, José Domingo Carrillo, Víctor Muñoz Tamayo, Rafael De La Garza Talavera, José G. Vargas Hernández, Jaime Pensado, Alcira Soler, Martín Bergel, Ana María Torres Arroyo, Sergio Arturo Sánchez Parra Francisco Javier Gárate, Mina Alejandra Navarro Trujillo, José Ignacio Gomeza Gómez, Lorena Martínez Zavala, Regina Maria Michelotto, Iván Pinxeira Torres, Fernando De La Cuadra e Cuauhtémoc Domínguez Nava; ao Grupo do Simpósio da Ahila "La generación de los sesenta en América y Europa: manifestaciones culturales, sociales y políticas" da Holanda: Silvio Benevides, Cuauhtémoc Domínguez Nava, Silvia González Marín, Gloria Arminda Tirado Villegas, Emma D. Martínez, Miguel Urrego, Ana María Torres Arroyo, Daria Jaremtchuk, Nanne Timmer, Thomas Fischer, Beatriz Kushnir, Lizbeth Castillo Farjat, Ana María Sánchez Sáenz, Maria Victória Espiñeira González, Breno Marqués Bringel, Diana Margarita Favela García, José René Rivas Ontiveros. Ao Grupo "Reformas universitarias y destinos de los líderes estudiantiles en América Latina" que está sendo constituído para o 51 ICA (53º. Congresso Internacional de Americanistas) no México: Os povos americanos: mudanças e permanências. A construção da própria identidade num mundo globalizado": Ellen Spielmann, Renate Marsiske, Mina Navarro, Fabio Moraga, Victor Muñoz Tamayo, Miguel Ángel Gutiérrez, Alvaro Acevedo Tarazona, Anabelle Contreras Castro e aos demais participantes que ainda integrarão o nosso evento.

Aos diversos leitores da coletânea anterior do projeto, bem como aos órgãos ou entidades que divulgaram e ainda divulgarão o Projeto ao longo do seu desenvolvimento: Assessoria de Comunicação Social da UFPE, USP, UNISAL, UnB, UFLA, UFOP, UFU, Mackenzie e PUC-Campinas, TV Universitária (TVU/UFPE), Jornal do Commercio do Recife, Diário de Pernambuco, UNIVERSIA, Correio Brasiliense, TV Cultura, TV Globo Nordeste, Rádio Folha, Rádio CBN Recife, Rádio Clube, Folha de São Paulo, Correio Popular, O Tempo, O Estado de Minas, O Estado de S. Paulo, Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE), Site Aprendiz, Revista Pesquisa Fapesp, Revista Eletrônica de História da UFOP, Revista de História da Fundação Biblioteca Nacional, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES), Secretaria de Juventude do Tocantins, Secretaria de Juventude de São Paulo, ONG Etapas, Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), Site Onda Jovem, Site Juventude e Ação Política, Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (ABENGE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE), Site PE360graus, Agência Globo, Dez Notícias, Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) e a tantas outras



instituições que se esforçaram para que o conhecimento produzido e de interesse público chegasse o mais próximo possível dos leitores brasileiros.

Nossos agradecimentos pela colaboração na assistência de divulgação do livro a Rafaela da Mota Silveira, cujas idéias e planejamento estão nos auxiliando a encontrar de uma divulgação mais adequada dos nossos projetos e das coletâneas que organizamos.

Da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na qual a atual pesquisa iniciou, também não poderíamos deixar de agradecer alguns nomes que ao longo dos anos colaboraram ou contribuíram conosco: Adilson Pereira dos Santos, Renato Godinho Navarro, Raissa Palma de Souza Silva, André Lana, Rafael Magdalena, João Luiz Martins, Antônio Gomes de Araújo, Dirceu do Nascimento, Jório Coelho, Leonardo Godefroid, José Carlos Reis, Ronald Polito, Adriano Cerqueira, Ângelo Alves Carrara, Keila Deslandes, Ivan Antônio de Almeida, Agostinho Barroso, Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Victor Godoy, Gisélia Maria Ribeiro Maia, Antônio Carlos Rodrigues da Silva, Fernando José Toledo, Leonardo Luiz Ferreira, Keila Marques Carvalho, Lúcia Maria Matias, Jânio Luiz Penna, Geraldo Antônio Batista, Luiz Geraldo da Silva, Geraldo de Souza Carvalho, Efigênia Ferreira da Silva, Antônio Venâncio Filho, Geraldo Beraldo Moreira, Silvana das Graças Silva, Regina Gontijo C. Viana, Jaime Antônio Sardi, Gabriel Augusto Sanchez Hernandez, Maria Auxiliadora Machado, Sônia de Fátima Passos, Marli Inácio da Silva Coelho, Maria do Carmo Cardoso Rodrigues, José Alves Cardoso, Mário Eugênio de Oliveira Bezerra, João Luiz Soares, Geraldo Baldi, Éldo Bonomo, Maria Fernanda Salcedo Repolês, Suzana, Marilac, Marli, Meire, Valdete, Antônio Claret Soares Sabioni, Janete Jobim, Antônio Laia, Eduardo Trópia, Dimas Guedes,

Por fim, ao indispensável apoio familiar, pois sem o amor e o respeito dos nossos familiares, também não teríamos tido nenhuma perspectiva naquilo que fazemos e sonhamos fazer. Em especial a Avelino Emídio da Silva, Olívia Maria Machado, Francisco Luiz Marzinotto Junior, Lucas Marzinotto e Aduino Rodrigues da Silva.

E ao povo brasileiro, que é na verdade o grande financiador de parte dos nossos estudos e trabalhos, pois é a partir daí que foram abertas as condições de fazê-los com os privilégios essenciais para o seu pleno desenvolvimento. E aos jovens brasileiros que estão atuando nos mais diversos espaços da nossa sociedade, que os movimentos juvenis e estudantis de hoje sejam devidamente registrados, reconhecidos e amplamente abordados pelos pesquisadores que futuramente também se dedicarão aos temas aqui tratados. É uma tarefa de vocês resgatarem as histórias daqueles que começaram antes de vocês.

OS ORGANIZADORES

## PREFÁCIO

Amaro Lins

*Reitor da Universidade Federal de Pernambuco*

É com grande satisfação que escrevemos esse Prefácio sobre o livro **Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje**, coordenado pelos professores Luis Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho e pelo historiador Otávio Luiz Machado. Trata-se de um livro da mais alta importância para a Sociedade brasileira, pois através de um trabalho de fôlego, em equipe, resgata-se a importância histórica do movimento estudantil e da juventude como um todo.

Essa importância se manifesta através do grande esforço em mostrar a presença estudantil nos grandes debates e momentos históricos vividos no País, tais como a campanha do Petróleo é Nosso, as lutas pela redemocratização, a defesa intransigente da Universidade pública, gratuita, democrática e referenciada socialmente.

Ao longo dos artigos, destacam-se a importância da organização estudantil onde tem papel central as mobilizações e propostas históricas defendidas pela União Nacional dos Estudantes – UNE – pelas Uniões Estaduais de Estudantes e diretórios acadêmicos que sempre se posicionaram em defesa de reformas profundas na Sociedade brasileira, com vistas a inclusão de parcelas crescentes da população em um projeto educacional fundado na busca do conhecimento para a transformação social.

A leitura dos textos é muita rica de informações, sempre bem documentadas, com uma bibliografia rica em detalhes. Os artigos são escritos por pesquisadores e profissionais oriundos dos diversos campos do conhecimento, o que enriquece bastante as análises e interpretações dos muitos momentos vividos pelos estudantes brasileiros.

Assim, a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – ao publicar esse livro pela sua Editora Universitária, reafirma seu compromisso com uma educação superior de qualidade e acessível aos jovens brasileiros e vem mais uma vez contribuir para que os estudantes - através do conhecimento de sua história e de suas lutas – continuem a lutar por um projeto educacional que possibilite o desenvolvimento social do Brasil.

# PREFÁCIO

Este livro é o resultado de um trabalho conjunto de muitos autores, que se reuniram em torno de uma única ideia: a de apresentar ao leitor um panorama geral da literatura brasileira, desde os primeiros tempos até os dias atuais. A obra é fruto de uma colaboração entre professores e alunos de uma instituição de ensino superior, onde se discutiram e se elaboraram os capítulos que aqui se encontram. Acreditamos que esta obra possa ser útil não apenas para os estudantes de Letras, mas também para todos aqueles que se interessam pela cultura e pela história do Brasil.

Os autores

1998



## INTRODUÇÃO

### SOB O IMPACTO DE NOVOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS

Luis Antonio Groppo  
Michel Zaidan Filho  
Otávio Luiz Machado

A motivação primeira desta coletânea foi o desejo de reunir uma produção representativa sobre história e sociologia dos movimentos estudantis e juvenis no Brasil, mas não se fechando para as experiências de outros países. Para tanto, buscamos contatar e mobilizar diversos pesquisadores, tanto experientes quanto jovens, com a intenção de construir aqui uma espécie de antologia da reflexão sócio-histórica, em especial de pesquisadores brasileiros, mas não somente, sobre os movimentos juvenis e estudantis desde os anos 1960.

Antes de adentrar neste balanço histórico, oferecemos na primeira parte reflexões historiográficas mais amplas e abertas, debatendo sobre os elementos míticos e simbólicos presentes nos movimentos estudantis, bem como sobre as possibilidades sócio-políticas transformadoras contidas nas atuais juventudes brasileiras.

Em seguida, a partir dos movimentos estudantis dos anos 1960, em destaque o ano de 1968, a coletânea caminha para o relativo eclipse destas mobilizações nas décadas seguintes – graças à repressão política e às transformações sócio-econômicas e culturais que atingiram em cheio a classe universitária. Ela chega ao final do século XX e início do século XXI apresentando indícios tanto da sedução dos universitários pelo consumismo e pela cultura do efêmero, quanto da atuação juvenil – não necessariamente no papel de estudantes – dentro de protestos sociais diversos.

Deste modo, a coletânea pretendeu encontrar no elemento “juventude” as ligações entre os movimentos estudantis do passado – em especial, nos anos 1960 – e movimentos sociais posteriores e contemporâneos (estudantis ou não) compostos majoritariamente por jovens. Ela pode demonstrar o teor contestador que os movimentos protagonizados por jovens assumiram em diversos momentos da recente história brasileira (e, de modo secundário, em Portugal e

França), teor que não foi o mesmo ao longo do tempo, nem em intensidade, nem em suas modalidades de negação da realidade social.

Também, os limites que o desejo de auto-afirmação juvenil encontrou em diversos momentos históricos, considerando a sua conjuntura social, econômica, política e cultural. Neste sentido, pode tanto demonstrar o quanto esta conjuntura favoreceu e mesmo estimulou os estudantes universitários e outros jovens a se mobilizar no Brasil dos anos 1960, assim como se abateu com vigor contra as ações estudantis nas décadas seguintes (principalmente nos anos 1970) e, enfim, como a possibilidade de rebeldia juvenil se manifestou nestes anos de fechamento político e posteriormente, inclusive ou principalmente através de meios culturais.

Busca, assim, discutir os limites, as possibilidades e as realidades de contestação sócio-política e cultural das juventudes contemporâneas, inclusive desmistificando a impressão de que as novas gerações apresentam tão somente conformismo, resignação e individualismo.

Mas esta coletânea não poderia de registrar ao menos o sentimento de surpresa diante do fato de que, no início de 2007, universitários ocuparam reitorias de *campi* de universidades públicas, primeiro paulistas, depois em outros estados. Destacou-se o movimento na USP (Universidade de São Paulo), feito à margem da entidade oficial representativa dos estudantes e levando a reboque algumas organizações estudantis da extrema esquerda que improvisaram ocupações em outros locais. Novamente, instaurou-se um intenso debate, às vezes opondo estudantes e professores, outras estudantes aliados a professores contra dirigentes do ensino superior, outras promovendo a aliança de todos estes contra governantes.

Assim, mal se prepara este livro e ele já se vê surpreendido pela dinâmica da história e dos agentes sociais.

### **Sob o impacto de novos movimentos estudantis**

Os movimentos estudantis tiveram notável diversidade ao longo da história. Primeiro, pelas causas da mobilização, em geral, girando em torno de reivindicações específicas ao universo estudantil (as lutas "sindicais"), ou em torno de protestos de caráter político, buscando interferir nos rumos gerais da sociedade. Muitas vezes, como em 1968, os movimentos começam pelos primeiros motivos e logo aderem aos segundos.



Uma outra fonte de sua diversidade foi a ideologia. Nem sempre os movimentos aderiram a valores "progressistas". Na verdade, mesmo entre os progressistas há uma grande diversidade: nacionalismo progressista do século XIX, ideais anti-oligárquicos e republicanos (que caracterizam a participação dos estudantes latino-americanos até a primeira metade do século XX), ideais desenvolvimentistas e populistas (caracterizando estes mesmos estudantes nos anos 1950 e início dos anos 1960) e "socialismo". Entre os socialismos, nova diversidade, desde o utópico de Saint-Simon e Fourier às novas esquerdas dos anos 1960.

Contudo, os movimentos por vezes adotaram ideologias chamadas de "regressistas", em geral de caráter extremado, dado que o apelo que atraí os jovens, costumeiramente, é mais o emocional-idealista que o lógico-doutrinário. Nestes casos, temos os *muscadins* na Revolução Francesa (combatendo os jacobinos), irmandades estudantis como a *Burschenschaften* na Alemanha do século XIX, e, principalmente, o apoio juvenil-estudantil a movimentos nazi-fascistas na primeira metade do século XX (fenômeno que, de certa forma, permanece até os dias de hoje entre grupos neofascistas).

O apoio juvenil aos fascismos foi um dos momentos significativos da história dos movimentos estudantis, marcando os anos 1920 e 30 em especial. Outros momentos têm caráter mais progressista, como a participação de estudantes nas Revoluções de 1830 e 1848, na França; o movimento de Reforma Estudantil que, da Argentina, no final dos anos 1910, espalhou-se para outros países da América Espanhola; e, o mais famoso de todos, a onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960, em destaque o ano de 1968.

Apenas em 1986, ainda que sem a mesma força, esboçou-se outra onda mundial de movimentos estudantis, em países como México, França, Espanha, Palestina, Coreia do Sul e China. Em alguns países, desde então, estes movimentos se caracterizaram mais como "lutas específicas", como México e França. Outros, ao lado ou não destas reivindicações, desejaram interferir nos rumos políticos de seus países, em prol da democracia ou contra regimes autoritários, corruptos ou anti-sociais, como a Coreia do Sul e, em 1989, o movimento estudantil da Praça da Paz Celestial, em Pequim - que, na esteira da Queda do Muro de Berlim, lutava pela redemocratização do regime chinês, mas acabou esmagado por tanques e tropas que ceifaram incontáveis vítimas.



O Brasil, em 1992, conheceu um movimento social largamente apoiado nos estudantes secundaristas e universitários, que culminou no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Nos anos recentes, “questões específicas” têm reacendido os ânimos dos estudantes. Primeiro, através de protestos veementes em algumas grandes cidades de jovens – em sua maioria, estudantes do Ensino Médio – pelo direito ao transporte público gratuito. Segundo, no primeiro semestre de 2007, ocupações por universitários de reitorias em instituições públicas.

A ocupação que mais se destacou ocorreu na USP (Universidade de São Paulo), na capital paulista. Ela se deveu fundamentalmente à ameaça sentida pelos estudantes e parte dos professores da instituição de que estava ferida a autonomia universitária com as últimas medidas governamental relativas às universidades estaduais paulistas. Como vem se dando desde o advento da universidade moderna, a partir do Renascimento, estudantes, com ou sem o apoio dos professores sempre lutaram – tantas vezes em vão – para manter a liberdade acadêmica e a autonomia da universidade, considerando-as como fundamento da construção do saber. Estes fatos se repetiram inclusive ao longo dos anos 1960, em diversas revoltas estudantis, em especial na ex-Alemanha Ocidental e no México, diante de medidas governamentais e às vezes da própria administração universitária contra a liberdade acadêmica e a autonomia universitária.

É preciso lembrar que recentemente estudantes da Faculdade de Filosofia da USP ficaram meses em greve em prol da contratação de mais professores para a instituição. Assim, aquele movimento de ocupação não se criou do dia para a noite, faz foi fruto de um lento processo em que vários outros aspectos – como o da precarização de certos cursos universitários considerados “menos nobres”, como os de humanidades – se fizeram presentes.

Apesar desta mobilização lembrar as clássicas rebeliões estudantis, cremos que não se deve falar hoje em um “movimento estudantil”. Este fenômeno integra uma série diversa de “movimentos juvenis”, por sua vez, parte mesmo de diversas mobilizações sociais que têm nos jovens uma parcela importante dos seus integrantes. Há não apenas este movimento na USP e outras universidades públicas pela autonomia universitária, mas também o Movimento Passe Livre em diversas capitais e grandes cidades do país, em defesa do transporte público gratuito, afora os movimentos contra a globalização neoliberal – ainda que hoje estes últimos estejam menos ativos.

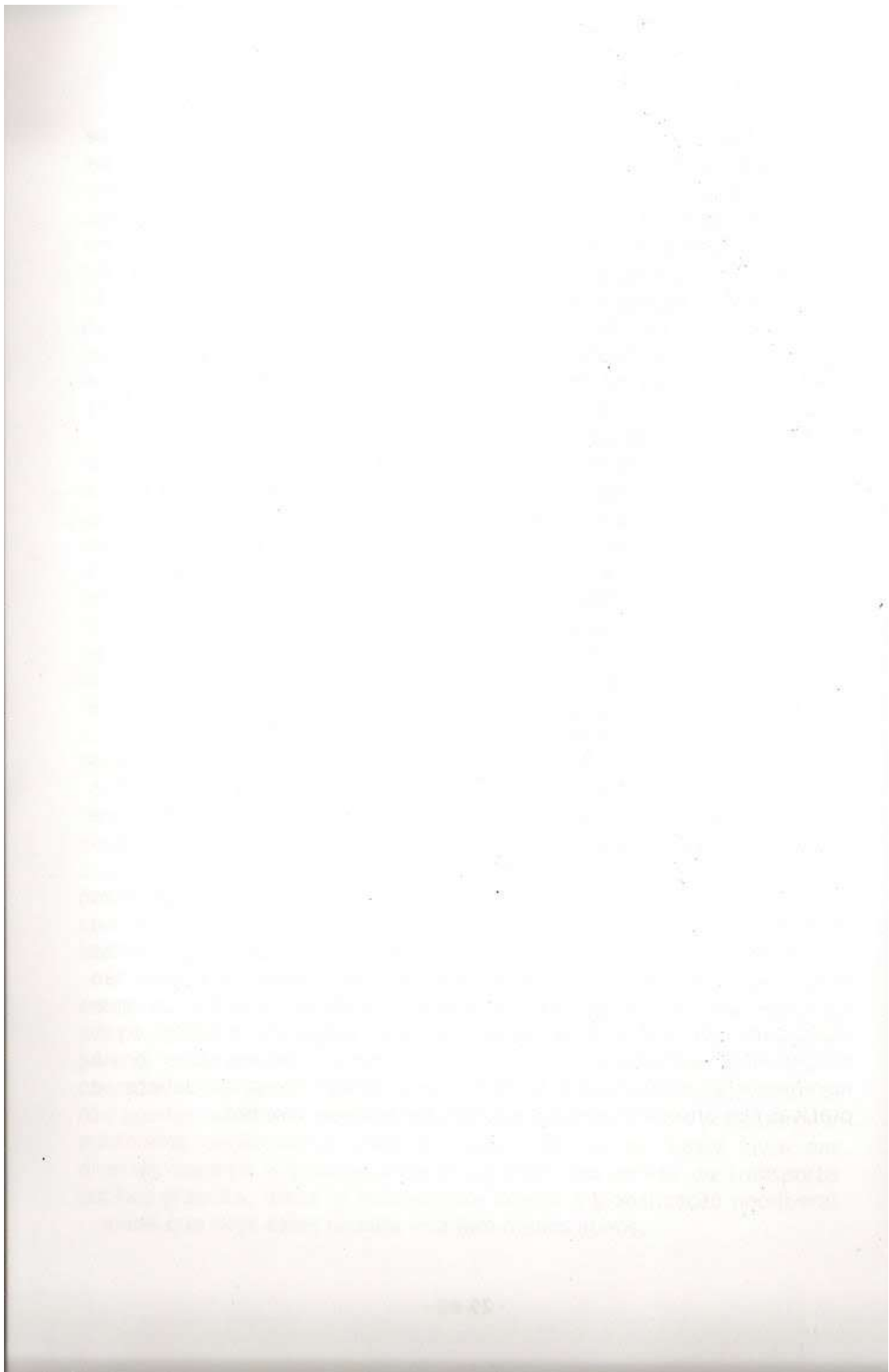
Creemos que os jovens, de diversas camadas sociais, têm se mobilizado e desejado atuar. Muitos o fazem em programas de voluntariado, que em geral pouca transformação social efetiva traz. Outros o fazem em movimentos sociais que, ou são ocultados pela mídia, ou, quando fazem muito “barulho”, são tratadas por ela como bagunça ou “anarquia”. Não se constituem em movimentos de envergadura e organicidade como os dos anos 1960, no próprio Brasil, mas ainda assim não devem ser desprezados e demonstram que, apesar de tantas dificuldades sócio-econômicas, educacionais e de perspectiva de futuro, os jovens de algum modo se mobilizam, sendo injusta a sua expressa taxaço como “alienados” e/ou “arruaceiros” como tão facilmente tendemos a fazer.

Outro aspecto a ressaltar é que boa parte das mobilizações e ações estudantis e juvenis não passa mais pelos partidos e pela política institucional, mas sim pelo voluntariado, movimentos culturais e artísticos, revoltas sócio-políticas contra problemas sócio-econômicos pontuais (tais como a luta pelo transporte público, pelo direito à moradia, pela autonomia universitária etc.). Se vivemos hoje uma democracia política formal, vivemos também uma ditadura perversa do capitalismo em tempos de neoliberalismo e globalização, em que governantes, Estados e povos se deparam sempre com o lema “não há alternativa...”. A política formal parece pouco propícia para a expressão das novas insatisfações e para se sonhar em alternativas.

Enfim, mesmo sem a evidência de 1968, os estudantes e seus movimentos continuam incomodando os adultos e instituições sedimentadas, ora lutando pelo direito a uma boa formação, ora encabeçando reivindicações sociais mais gerais. Em geral, tal qual como antes, para nosso bem.

Ainda que pega pela efervescência dos novos movimentos estudantis, esta coletânea deseja contribuir também – de algum, ou de diversos modos – com aqueles que se surpreenderam com estas novas mobilizações universitárias, seja os que vislumbraram nela tão somente ou principalmente aspectos negativos, quanto os que desejaram ver nelas uma esperança que todos os autores aqui, certamente, comungam: a de que o mundo universitário possa novamente se repolitizar e se tornar uma ampla arena de debates e práticas que anseiam repensar a sociedade em que vivemos.





## PRIMEIRA PARTE: Juventude, mito e história



## JUVENTUDE, CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO: NOTAS PARA UMA AGENDA POLÍTICO-PEDAGÓGICA<sup>1</sup>

Michel Zaidan Filho

**S**e fosse possível identificar uma marca distintiva para uma política e uma ética da juventude, em nossa época, esta estaria relacionada com o mundo da linguagem e da cultura. A cidadania dos nossos jovens - para não falar em seu modo de ser "jovem" - está incorporada a uma economia política da significação na maneira de falar, de agir, de se manifestar etc. Economia esta alimentada, por sua vez, pelo aparelho cultural da sociedade (a escola, a mídia, a igreja, a família) O nosso jovem é uma espécie de "homo vox" ou "homo ludens", isto é: um produtor, por excelência de novos significados pelo uso criativo das linguagens. Assim, vamos apresentar alguns princípios que julgamos que deveriam fazer parte de uma agenda político-pedagógica voltada para a juventude e os jovens, em tempo de globalização.

*Primeiro princípio:* A oralidade como forma privilegiada de expressão. Inobstante a importância do aprendizado da norma culta e do saber verbal e sistematizado, a expressão oral não só está imediatamente ligada ao modo de ser dos jovens como também é a mais espontânea, mas autêntica, mais natural e, por isso, a mais rica em conteúdos sobre a visão de mundo da juventude, sobretudo aquela menos submetida à escolarização formal. Neste sentido, estimular, reconhecer e valorizar a oralidade desses jovens nas comunidades e na escola pública é resgatar a sua cidadania. Ela não só é fonte de muitas histórias de vida, mas é também mecanismo de construção de identidade coletiva/ social dos jovens. E tem ainda a vantagem de ser uma expressão mais artística e original do que a linguagem padronizada, dicionarizada dos códigos e manuais.

*Segundo princípio:* A cotidianidade (ou o mundo da vida) como estrutura social. Associada à oralidade, o cotidiano - pensado como construção simbólica de atos de fala comunicativos - é o lugar social onde vive o jovem: onde ele atua, estuda, trabalha, se diverte e se socializa. Valorizar a cotidianidade como estrutura social é reconhecer nela o espaço social da educação dos jovens e o processo de formação de sua cidadania. As amizades, o lazer, a devoção religiosa, a instrução

<sup>1</sup> Texto redigido para a Secretaria de Educação de Pernambuco, para o projeto "Protagonismo Juvenil".

profissional, tudo isso está contido na vida cotidiana. O jovem (e as pessoas) não vive na Nação, no Estado, no País, mas em sua comunidade, que é também uma comunidade signíca, antenada com uma rede simbólica mais ampla e diversificada. Dar valor à cotidianidade é reconhecer o espaço de formação desse cidadão juvenil e apoiar as atividades ligadas a este espaço.

*Terceiro princípio:* A sociabilidade como fator de aprendizagem. Tão importante como a oralidade e a cotidianidade para a cidadania juvenil, é a socialização desses jovens desde cedo. Independentemente de qualquer conteúdo programático, as experiências de socialização são em si mesmo fator de aprendizagem dos jovens, fator de aquisição da linguagem, de novas atitudes, valores, comportamentos, estratégias de sobrevivência. A oralidade, a cotidianidade e a socialização estão ligadas ao que se chama hoje “políticas de reconhecimento”, “políticas da identidade”. E tudo isso se remete ao “eu reflexivo” (o “self”), ou seja, à maneira como os jovens se percebem a partir da percepção do outro. Auto-estima, dignidade, autoconfiança, visibilidade e orgulho são atributos da política de reconhecimento, associada àqueles princípios pedagógicos.

*Quarto princípio:* o uso expressivo da linguagem. Ao contrário do uso coloquial ou pragmático dos signos, o aprendizado lingüístico dos jovens deve visar, sobretudo, a produção de novos significados com as mesmas palavras ou regras da enunciação discursiva. Aprender a se expressar através da linguagem (oral, verbal, icônica) é aprender a mudar o significado das palavras ou imagens. É criar novos significados. É mudar o mundo com as palavras – agora investidas de uma nova significação. O cidadão jovem é o cidadão *vox*, o cidadão *ludens*, é o cidadão capaz de agir através de tons de fala – não necessariamente padronizados, dicionarizados, regidos pela chamada norma culta. Neste ponto, a brincadeira e o ato de brincar surgem como um paradigma fundamental para o uso expressivo da linguagem. Ser cidadão é ser capaz de criar um novo mundo através da linguagem.

*Quinto princípio:* Saber ler a escrita do mundo. Ler não é só conhecer o significado habitual das palavras que designam o mundo ou as coisas do mundo. Ler é, acima de tudo, “desnaturalizar as relações sociais e a ordem estabelecida das coisas do mundo”. Aprender a ler é adotar um desvio crítico em relação aos objetos da leitura. É extrair significações contextuais relacionadas às necessidades de quem lê, relacionadas ao mundo da vida do leitor. Ler é decifrar o enigma da vida. É dar um sentido humano (e pessoal) à vida.



Todos esses princípios deviam nos conduzir a um novo conceito de ética e política conhecido como "cidadania planetária ou em rede", cujos pilares básicos seriam: o ser do cuidado e da responsabilidade mútua de uns com os outros e a natureza, e o respeito à diferença, sobretudo quando a igualdade é fonte de injustiça e discriminação.

## O MITO DO PODER JOVEM<sup>1</sup>

Alberto Saldanha

No dia 11 de agosto de 2007, a União Nacional dos Estudantes, a UNE, completou 70 anos de sua fundação. As celebrações tiveram seu início no 50º congresso da entidade que aconteceu de 4 a 8 de julho, em Brasília/DF, e reuniu cerca de 8 mil estudantes. Como destaque das comemorações aconteceu a reunião da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em plenária do congresso, onde foram anistiados e indenizados os dois ex-presidentes da entidade, Aldo Arantes (funcionário do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Jean Marc van der Weid (funcionário do SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados). Também houve uma sessão especial no Senado Federal e a exibição de um vídeo sobre Honestino Guimarães, desaparecido político e último presidente antes da fase da luta armada contra o Regime Militar.

Há dez anos atrás, nas comemorações do 60º aniversário, o movimento estudantil se confraternizou em outro congresso nacional, realizado em julho de 1997, em Belo Horizonte/MG. Na solenidade de abertura a presença dos presidentes e diretores de várias épocas, em particular, aqueles que participaram das gestões pós-reconstrução da entidade, ocorrida a partir de 1979.

Unidos pela tradição, integrantes das várias fases da UNE esqueceram suas antigas divergências políticas para celebrar o aniversário daquela que, fundada em agosto de 1937, e reconhecida posteriormente pelo Estado Novo, tem sido descrita como possuidora de uma trajetória de vida que se confunde com os momentos mais significativos da vida republicana brasileira e como fiel depositária dos “sentimentos nacionais e populares”.

Ao longo dos anos, o reforço de uma bibliografia especializada tem atribuído ao movimento estudantil um caráter genérico e imutável, com conteúdos e objetivos permanentes.

---

<sup>1</sup> Este capítulo tem como base a tese de doutoramento *O Mito do Poder Jovem: a construção da identidade da UNE*, que defendi em abril de 2001, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense/UFF. Editada, posteriormente, com o título *A UNE e o Mito do Poder Jovem*. Macaé: EDUFAL, 2005.



“O Poder Jovem”<sup>2</sup> é o trabalho mais significativo dentro dessa tradição historiográfica. Na primeira parte da obra, Artur Poerner procura localizar a ação estudantil no Brasil Colônia, no Império e desde o início da República até o Estado Novo, quando acontece a fundação da União Nacional dos Estudantes. Segundo ele, desde que ocorreu a luta dos alunos dos colégios jesuítas contra os franceses que tentavam invadir o Rio de Janeiro em 1710, os estudantes nunca deixaram de ter um papel de destaque no cenário nacional. Teriam formado os círculos abolicionistas na campanha pelo fim da escravidão e através das escolas militares seriam um dos principais protagonistas da Proclamação da República. A segunda parte do livro, a mais importante, trata do movimento estudantil com a UNE, de 1938 a 1968.<sup>3</sup>

Segundo Poerner, “o estudante que morreu com a formatura”, mas que quando fora estudante participou das lutas e campanhas nacionalistas e progressistas na universidade, “ressuscitará” no exercício de sua profissão com a coragem suficiente para denunciar as injustiças que acometem o povo brasileiro, pois para ele:

*A universidade é, no Brasil, a maior escola de formação de líderes políticos, centro onde se moldam as consciências e mentalidades com respeito aos problemas que assoberbam o nosso país; e que a maior parte dos homens nela formados carregam, vida afora, as posições, idiosincrasias, estigmas e pontos de vista políticos nela adquiridos. Um universitário nacionalista e progressista será, quase certamente, um cidadão nacionalista e progressista, assim como um universitário policial e delator será, quase certamente, um indivíduo policial e delator. Há poucas exceções a essa regra (Poerner, 1979, p. 33).*

A importância histórica de “O Poder Jovem” não se deve apenas pelo volume de informações recolhidas e apresentadas pelo autor, após comprovado esforço de pesquisa, mas por ter se tornado uma espécie

---

<sup>2</sup> Trata-se da obra de Artur José Poerner. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. A primeira edição data de 1968, e um exemplar se encontra na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> O roteiro investigativo de Artur Poerner é influenciado pelo livro de Renato Bahia (1954), o qual se torna a fonte bibliográfica principal de “O Poder Jovem”. Poerner parece assumir a continuação do projeto considerado inacabado pelo primeiro. “Não alimentamos a pretensão de haver escrito a história da atuação social e política do estudante brasileiro. Ao contrário, certos estamos de que a nossa tarefa se definiu, tão somente, numa concatenação de fatos, numa exposição cronológica de atitudes, que permanecerão, ainda a espera de alguém capaz de lhes desvendar o magnífico sentido” (Bahia, 1954, p.19).

de "bíblia" sobre o movimento estudantil, capaz de servir como orientador dos discursos estudantis e das pesquisas sobre o tema. Porém, a questão-chave a ser observada na interpretação de sua vitalidade, é o fato de ter sido escrito "sob o calor dos acontecimentos de 1968". Envolvido com as agitações estudantis da segunda metade da década de 1960, Poerner procura construir ou reconstruir a identidade estudantil trazendo à tona a sua "memória".

Outros autores que abordaram a temática do movimento estudantil também têm os seus trabalhos circunscritos no período de 1968 ou então no início da década de 1960, quando o país conheceu as mobilizações pelas chamadas "Reformas de Base". Tratam da relação do movimento estudantil com a *problemática do desenvolvimento* e as questões estruturais das sociedades latino-americanas, capaz de dotá-lo de um *projeto de tipo societal* (Guilhon Albuquerque, 1977); consideram "a condição estudantil" como a de um "intelectual em formação", "aprimorador da realidade" cujo objetivo é assumir um papel "natural" de vanguarda das classes populares diante dos entraves que impedem o desenvolvimento da sociedade brasileira (Pinto, 1962, Chasin, nov.-dez./1961); identificam a revolta estudantil como fruto de uma sociedade capitalista em crise e aquele que seria o traço essencial do jovem nas sociedades modernas: o comportamento de "negatividade com o presente" (Pereira, 1979, Ianni, 1963).

Sem desmerecer os referenciais desses estudos, considero que outros pressupostos teóricos podem contribuir para o estudo do movimento estudantil e da UNE. Trata-se de incorporar as relações existentes entre as noções de *identidade, memória, projeto e campo de possibilidades e mito e mitologia política*.<sup>4</sup>

Dessa forma, abordar a história do movimento estudantil no Brasil é analisar o processo de construção da identidade da União Nacional dos Estudantes. Significa estudar suas representações através de seus *momentos-chaves*, privilegiando as relações entre história e memória<sup>5</sup>, estabelecendo um diálogo com as interpretações construídas pelo movimento estudantil sobre alguns momentos que marcaram a sua

<sup>4</sup> Ver Velho, 1994, Pollack, 1992 e Girardet, 1987.

<sup>5</sup> A memória não é algo acabado que se resgata e transporta para o presente, ela não é conservação, mas reconstrução. "Aparentada ao mito, ela visa, sobretudo, justificar as práticas, as representações e as estratégias do presente" (Pandolfi, 1995, p. 15-16). Cabe ao historiador decodificar a memória e introduzir o distanciamento necessário entre o passado e o presente, pois enquanto a memória sacraliza o passado, a história faz uso do passado para desmitificá-lo e torná-lo inteligível no presente. Ver Pandolfi, 1995, Le Goff, 1990 e Girardet, 1987.



trajetória, e que, a despeito do maior ou menor grau de eficácia política, são fundamentais para entender a sua identidade.

A interpretação de alguns episódios que marcaram a história dessa entidade, particularmente os acontecimentos decorridos entre as décadas de 1940 e 1960, permite identificar os momentos fundadores do *mito do poder jovem*.<sup>6</sup>

Assim procedendo, não se pode negar o quanto a UNE foi beneficiada pelo “monopólio institucional da representação de interesses” introduzido pela Era Vargas. O sistema oficial de representação estudantil foi responsável pela consolidação do padrão de atuação da UNE, garantindo desde a sua fundação até o Golpe Militar de 1964 a unicidade dos canais de representação estudantil. As eventuais divergências foram resolvidas no interior do movimento, em vez de se fragmentarem em grupos com pouca ou nenhuma expressão política. À medida que ganhava notoriedade no cenário político, a União Nacional dos Estudantes se afirmava como entidade superior do sistema oficial de representação dos estudantes. Sua boa relação com o poder de Estado, acrescida dos subsídios oriundos das verbas do orçamento federal, contribuiu para a construção da sua identidade.

Além do mais, o caráter de emancipação econômica nacional das reivindicações da entidade (a defesa das riquezas nacionais, da siderurgia e a campanha do “Petróleo é nosso”) significou a presença, no interior do movimento estudantil, da proposta de desenvolvimento do país através do “Estado industrializador”. Motivada pelas transformações econômico-sociais e pelo discurso nacional-estatista, a entidade luta por uma inserção cada vez maior do ensino superior e das universidades na aplicação do projeto nacional de desenvolvimento, pois à elite universitária era reservado um papel de destaque, pois os seus integrantes seriam os futuros ocupantes dos “mais altos escalões da vida pública”.

A afirmação da UNE e o relato de sua trajetória ao longo das várias gerações, em particular o construído por Artur Poerner, foi se constituindo em um *mito político*: um sistema de crenças coerente e completo – cujo papel explicativo se desdobra em um papel de mobilização – tão determinante quanto determinado, na medida em que é oriundo da realidade social e igualmente criador dessa realidade

<sup>6</sup> O *mito* “deve ser concebido como uma narrativa que se refere ao passado, mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social”. Surgem com a função de reestruturação mental, pois sua lógica coercitiva visa reconquistar uma identidade comprometida (Girardet, 1987, p. 12).



social. E, “por mais parcial, por mais limitado que possa parecer, cada mito político contém em si mesmo uma visão global e estruturada do presente e do futuro coletivos”. Uma visão alimentada pelos “tempos de antes”: “imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido, ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora” (Girardet, 1987, p. 98 e 182).

O relato de “O Poder Jovem” munuiu várias gerações de lideranças estudantis de argumentos materiais e simbólicos, capazes de reforçar o sentimento de identidade e “pertencimento” a uma “idade de ouro”. A “reconstrução” feita por Poerner mostra que o projeto histórico da UNE guarda “um modelo exemplar”: a defesa dos interesses “nacionais, populares e democráticos”. E todo aquele que entra em contato com esse “modelo” é “projetado simbolicamente para um outro tempo que não pode ser mensurado, para o Grande Tempo que o relato mítico reatualiza” (Ferreira, 1996, p. 46).

Para a memória do movimento estudantil, esse tempo começa quando da fundação da UNE e se consolida quando das jornadas cívicas pelo ingresso do país na II Guerra Mundial e pela defesa do nacionalismo econômico. Sua *veracidade* é sempre confirmada pelas gerações estudantis, através de rituais e de narrativas periódicas, “lembrando a todos das situações que fundaram tudo o que existe” (ibid., p. 14).

Assim, também agiram aqueles que pertenceram ao movimento estudantil e à UNE das décadas de 1970 e 1980. Vivenciaram uma nova geração de estudantes – aquela que sentiu a censura e a repressão política do regime militar, como também as influências das novas formas de produção cultural da moderna mídia – mas trataram-na com a mesma perspectiva dos que fundaram a entidade nacional.

Da mesma forma se comportaram as lideranças estudantis dos anos de 1990, que tiveram o seu auge com os “caras-pintadas” nas mobilizações pelo *impeachment* do presidente Collor. E tudo indica que a nova geração do século XXI continuará a vivenciar o *mito do poder jovem*. Diante dos desafios colocados para a UNE de seu tempo, seus dirigentes tentam reconquistar a identidade comprometida por meio do eterno retorno aos “tempos gloriosos” da entidade. Ao buscarem nos “tempos de antes” a explicação para o presente e a força mobilizadora para o futuro, realimentam o *mito*.

Algumas passagens ilustram a força do “Poder Jovem”. Em 1979, após o congresso de reconstrução da entidade nacional dos estudantes brasileiros, é lançado o livro “A Volta da UNE – de Ibiúna a

Salvador". Seu prefácio, escrito pela Diretoria Provisória da UNE, afirma: "nossa história é a história de uma juventude que nunca vacilou em se colocar ao lado dos oprimidos e explorados de nossa sociedade, abraçando com firmeza, nos mais diversos momentos da vida do país as bandeiras da justiça e da liberdade". Após alertar que "é inútil querer parar a História", relembra os episódios que desde a fundação da entidade até 1968 marcaram sua "tradição de lutas". Conclui dizendo que sua reconstrução se dá porque a UNE de "Ibiúna a Salvador, nunca deixou de pulsar no coração de cada estudante brasileiro" (Romagnoli; Gonçalves, 1979, p. 4).

A Revista "Movimento", lançada em 1981 pela segunda diretoria da UNE pós-reconstrução, além dos vários artigos opinativos, apresenta um breve histórico da trajetória da entidade baseado no livro de Artur Poerner. Afirma que, com a fundação da UNE, em 1937, a participação estudantil ganhara consciência e organização nacional. A partir daí, "trabalhando de forma eficiente e inovadora com todas as aspirações da juventude universitária a UNE ganha representatividade e considerável poder de mobilização". E, progressivamente, alcança um novo patamar: "com a queda do Estado Novo, a conquista da anistia e da Constituinte de 1946 e a derrocada do nazi-fascismo a UNE inscreve para sempre seu nome na história das lutas do povo brasileiro" (UNE, nov.-dez./1981).

O poder do *mito* também se propaga por publicações oficiais do Governo Federal. Em dezembro de 1994, aproveitando o fato do Presidente da República Itamar Franco ter devolvido o terreno onde existiu a sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou a Revista "UNE: o reencontro do Brasil com a sua juventude", na qual traz um histórico da União Nacional dos Estudantes, além de vários depoimentos. Em sua apresentação, afirma que "remontando à época do Brasil Império, a influência da juventude nos destinos da nação passou a ocorrer de forma organizada a partir da criação, em 1937, da União Nacional dos Estudantes, que acumulou, nas três décadas seguintes, uma extensa folha de serviços em defesa da democracia e da liberdade" (Brasil, 1994, p. 9).

É importante ressaltar que, apesar de informar sobre algumas outras obras relacionadas ao tema do movimento estudantil, essa publicação tem como seu principal suporte o livro de Artur Poerner. "Escrito em 1968, quando Poerner tinha apenas 25 anos, *O Poder Jovem* é o mais completo livro sobre a história da participação dos



estudantes na vida política do país, do Brasil Colônia a 1968” (ibid., p. 10).

A revista lançada pela União Nacional dos Estudantes, em comemoração aos 60 anos da entidade, também reforça o *poder jovem* na construção da sua identidade. Jalusa Barcellos, coordenadora da publicação, diz na introdução que “poucas entidades brasileiras, para não dizer só esta, conseguiram interferir e participar tanto na vida nacional”. Além do mais, a UNE estaria comprovando “o papel que, tradicionalmente, é designado aos jovens: o de ser o agente transformador da sua própria história”. E também, que ainda se mantinha como uma entidade capaz de acompanhar as mudanças ocorridas em seu meio. “Transformaram-se hábitos, costumes, linguagem, formas de expressão, veículos de comunicação, sistema e regime de governo. E em cada um desses momentos, a UNE se fez presente, adaptando-se, estrategicamente, às formas de luta de cada ocasião” (UNE, 1997, p. 8).

Nessas revistas da UNE e do MEC encontra-se uma série de entrevistas com líderes estudantis do passado e do presente. Os depoimentos reconstróem tanto a memória pessoal quanto aquela que é socializada pelos participantes do *antes* e do *depois*.

A entrevista com dois personagens que vivenciaram o período da disputa entre UDN (União Democrática Nacional) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) pelo controle da UNE é bem ilustrativa. Falando a respeito da capacidade de mobilização dos estudantes, José Frejat, presidente da entidade em 1949, afirma: “os estudantes são muito idealistas. É um pessoal que não tem compromisso com interesses menores. Então, se enchem de ideais em defesa do país, da população. É um período especial da existência”. Questionado se os estudantes estiveram à frente da “Campanha do Petróleo é Nosso”, responde: “foi uma campanha que mobilizou todo o povo brasileiro. Uniu civis e militares, contaminou os estudantes, que empurraram enormemente o movimento. O nacionalismo e o interesse pelo país estavam em alta, naquela época” (ibid., p. 32).

O outro depoimento é o de Paulo Egydio Martins, líder do grupo considerado “direitista” (anti-getulista e com idéias próximas à UDN) que ascendeu na UNE em 1950 e dirigiu a entidade até o Congresso de 1956. Ao reconstituir o papel da UNE e o da sua participação no movimento estudantil considera que entrou para o movimento sem o menor preparo intelectual, mas, que “a UNE era um lugar de formação de líderes, de idealistas...”. Complementa dizendo que, quando Ministro de Estado e Governador de São Paulo foi acusado de não ser



um político, “que eu continuava sendo um estudante da UNE. Essa acusação, aliás, era freqüente. E isso me deixa satisfeito, porque foi o período que eu tive o maior idealismo na minha vida” (ibid., p. 29).

Observe-se que tanto José Frejat, quanto Paulo Egydio, falam no idealismo que caracterizaria a juventude, “um período especial da existência”. Os estudantes, por serem idealistas, não teriam compromisso “com interesses menores”. Os participantes das entidades estudantis, em particular da UNE, formaram-se líderes e experimentaram um momento de forte idealismo ao se “encherem de ideais em defesa do país, da população”. Ambos possuem o sentimento de terem pertencido a uma faixa etária com forte identidade diferencial, de serem integrantes de uma geração cujo momento de origem é a própria existência da UNE.

Oliveiros Guanais, presidente da UNE em 1960, considera que presidiu a entidade em um tempo em que foram se casando os conceitos de esquerda e nacionalismo. Para ele, “é indiscutível que a UNE, dessa época – fim dos anos 50, início dos 60 – era uma grande tribuna política do país” (ibid., p. 39).

Sobre a importância da militância no movimento estudantil em sua vida, diz orgulhoso: “ser presidente da UNE, na minha época, significava exercer um dos cargos mais importantes do Brasil. O reconhecimento e o prestígio eram nacionais. E o mesmo acontecia fora do Brasil”. No entanto, sentencia, “agora, depois de viver esse sonho, a realidade de voltar para a faculdade, para os plantões, enfermarias, foi muito difícil para mim. Tive que fazer muito esforço para recuperar-me, identificar-me como médico e afirmar-me na profissão. Provavelmente, sem o movimento estudantil, a trajetória seria mais direta” (ibid., p. 41).

Como presidente da entidade, Guanais esteve numa “época sagrada”. Deixando a UNE, teve dificuldades em reconstruir sua identidade, pois voltava ao “mundo profano”. Ao entrar em contato com a força do “poder jovem”, um relato que explica “o começo de sua existência”, ele revive e realimenta o *mito*.

Outro testemunho significativo é o de Aldo Arantes, presidente da UNE em 1961-1962. Sua gestão está associada à “UNE-Volante”, ao “Centro Popular de Cultura” (CPC), à luta pela posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros, e à famosa “Greve de 1/3”. Para ele o movimento estudantil marcou a sua vida, “tanto que não consigo deixar de ser Presidente Honorário da UNE” (ibid., p. 48).

Quanto à situação da entidade hoje, considera, “dentro do possível, a UNE tem estado presente em todos os momentos

importantes". Continuam a existir lideranças "que procuram manter essa tradição de luta, de combatividade do movimento estudantil". Entretanto, ressalta que é preciso se levar em conta o grau de mobilização da sociedade, evitando assim, uma visão isolada do movimento estudantil. "Inclusive, porque não é pelo fato de que ele tenha, historicamente, um papel destacado, que ele vai conseguir desempenhar, sempre, esse papel". Mas, reafirma sua fé na capacidade mobilizadora dos estudantes e na perenidade da União Nacional dos Estudantes, pois "sua tradição é a de combatividade". E, apesar dos percalços, "o espantoso é que a UNE continuou viva, unida, sendo uma das poucas entidades estudantis, no mundo, a permanecer unitária. Esse, então, é o grande capital político da UNE" (ibid., p. 48-49).

Na fala de ex-presidentes da UNE dos anos 1990 vamos encontrar a força da *memória herdada*. Para Fernando Gusmão, gestão 1993-1995, "desde que surgiu, em 1937, a UNE sempre representou o sentimento da justiça social, da democracia, que sempre alimentou e movimentou a juventude brasileira. E vai continuar representando, sempre, a grande esperança de mudar este país" (Brasil, 1994, p. 19).

Orlando Silva, presidente de 1995 a 1997, ao responder às críticas sobre a entidade ter perdido um pouco da força na atualidade, afirma: "quando alguém tenta comparar períodos distintos (que, aliás, são incomparáveis), eu costumo dizer que sou da velha UNE, aquela da luta democrática, do 'Petróleo é Nosso', das Reformas de Base, da Anistia, Ampla Geral e Irrestrita, das 'Diretas Já' e do *Impeachment*. O resto é conversa fiada" (UNE, 1997, p. 79-80).

Ao finalizar seu depoimento, Ricardo Capelli, que presidiu a entidade entre 1997 e 1999, responde o que é a UNE para ele

*[...] a defensora, a amiga, a irmã. É o próprio estudante. Uma entidade que tem 60 anos de luta, de resistência, de unidade. Do alto dos seus 60 anos, o maior patrimônio da UNE, na minha opinião, é a sua unidade, conquistada em função da sua pluralidade. Esse é o segredo da UNE. Nela estão representados os estudantes de todas as correntes políticas; os que não fazem parte de nenhuma corrente; todos os tipos e tribos existentes na juventude. É esta pluralidade que faz com que ela continue unitária, combativa, vibrante, e atual. Na luta pelos direitos dos estudantes e em defesa do Brasil (ibid., p. 84).*



O prefácio da 4ª edição do livro "O Poder Jovem"<sup>7</sup>, escrito pelo ex-presidente da UNE (1992-1993), Lindbergh Farias, mostra mais uma vez a força do relato mítico. Como participante de destaque na campanha de rua pelo *impeachment* do presidente Collor, afirma que acabou "entrando na história do movimento estudantil", e mais que isso, "acabamos mudando uma parte da história do país, fazendo jus ao poder que Poerner atribuiu aos estudantes".

Informa que leu o "O Poder Jovem" quando estava no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, cujo livro o inspirou a continuar na luta que há tanto tempo vinha sendo desenvolvida pelas várias gerações de estudantes. "Se antes eu já acreditava ser possível mudar o mundo, depois d'*O Poder Jovem* passei a ter certeza de que isso pode ser realidade e que eu era mais um entre os milhares que dedicaram sua vida à ânsia de construir uma sociedade em que as majorias possam decidir seus caminhos".

Finaliza elogiando Poerner por ter relatado o movimento estudantil não "apenas sob a ótica da vida acadêmico-escolar". Como "agente da história que escreve" conseguiu mais: "retratou com fidelidade a vinculação deste movimento com as batalhas políticas no país, desde os tempos do Brasil Colônia". Demonstrou quanto que "os estudantes em muitos momentos estiveram adiante de seu tempo, descortinando o futuro, abrindo novos caminhos, forçando mudanças de rumos, rechaçando o velho e sempre buscando o novo". E, comprovou que "os estudantes não se conformam em ver a vida passar na janela da sala de aula sem nela interferir. É inerente à juventude a rebeldia, a necessidade de contestar, de gritar seu inconformismo com as injustiças. O movimento estudantil é fiel depositário dessa vocação libertária juvenil".

Os vários depoimentos exemplificam a força do *mito* que se "reproduz entre as gerações e garante a sua própria veracidade pela narrativa". Afinal, "é pelo relato de como as coisas vieram à existência que o homem pode explicá-las, dominá-las e atuar sobre elas". Isso significa que "o mito garante ao homem que o que ele se prepara para fazer *já foi feito*, e ajuda-o a eliminar as dúvidas que poderia conceber quanto ao resultado de seu empreendimento" (Eliade, 1972, p. 125).

Os depoimentos dessas lideranças reconstroem tanto a memória pessoal quanto aquela que é socializada pelos

---

7 Poerner, Artur. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª edição, ilustrada e ampliada, São Paulo, Centro de Memória da Juventude, 1995. Lançado no 44º Congresso da UNE, realizado em Brasília - DF, em julho de 1995, p. 13 e 14.



participantes do *antes* e do *depois*. Trata-se dos acontecimentos vividos pessoalmente e dos acontecimentos "vividos por tabela", formadores de uma possível memória herdada. Os indivíduos pertencentes ao grupo partilham interesses e aspirações comuns. Recordam e registram sobre o passado vivido e herdado, acontecimentos reais e imaginários, quase sempre sob uma ótica de favorecimento.

No caso da UNE, o relato de sua trajetória consoma-se em um mito político oriundo da realidade social, igualmente criador dessa realidade social, cujo papel explicativo se desdobra em um papel de mobilização. Mostrando a sua força, o mito reaparece nas palavras de Lúcia Stumpf, a quarta mulher a presidir a entidade, eleita no 50º congresso para a gestão 2007-2009: "A UNE dos próximos dois anos vai ser a UNE do Honestino Guimarães, do Luís Travassos, do Aldo Arantes. A UNE dos próximos dois anos vai ser a UNE que vai transformar todos os sonhos da geração passada em realidade. A nova velha UNE vai honrar os seus 70 anos de história olhando para o passado para construir seu novo futuro".<sup>8</sup>

#### Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. *Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- BAHIA, Renato. *O Estudante na História Nacional*. Salvador: Livraria Progresso, 1954.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *UNE: o reencontro do Brasil com a sua juventude*. Brasília, 1994.
- CHASIN, José. Algumas Considerações a Respeito do Movimento Estudantil Brasileiro. *Revista Brasiliense*, n. 38, nov.-dez/1961.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, 1996. Lançada em 2002 numa co-edição EdUFF e MAUAD.

<sup>8</sup> In: Veja a defesa da chapa que elegeu Lúcia presidente da UNE. Portal VERMELHO - a esquerda bem informada ([www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)), 09 de julho de 2007.

- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- IANNI, Octavio. O Jovem Radical. In:\_\_\_\_\_. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/SP, Ed. da UNICAMP, 1990
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1995.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. *As Revoluções Utópicas*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1979
- PINTO, Álvaro Vieira. *A Questão da Universidade*. Coleção Cadernos Universitários, nº 1, Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1962.
- POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª edição, ilustrada e ampliada, São Paulo, Centro de Memória da Juventude, 1995.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992
- PORTAL VERMELHO - a esquerda bem informada. Veja a defesa da chapa que elegeu Lúcia presidente da UNE [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br), consultado em 09 de julho de 2007.
- ROMAGNOLI, Luiz H.; GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- SALDANHA, Alberto. *A UNE e o Mito do Poder Jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- UNE (União Nacional dos Estudantes). *Revista Movimento*. São Paulo: Parma, nov.-dez. / 1981.
- \_\_\_\_\_. *60 anos a favor do Brasil*. Edição e redação de Jalusa BARCELLOS. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1997.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 E A NOSTALGIA DO ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO

Rafael Rosa Hagemeyer

**H**á ainda algo de novo a ser dito sobre o protesto estudantil contra a ditadura militar? Alguns memorialistas que buscaram manter viva a lembrança do período têm usado a célebre frase de Milan Kundera: “A luta do homem contra o Poder é a luta da memória contra o esquecimento”. Seria por isso que não nos cansamos de contar essa história e as novas gerações não se cansam de ouvi-la?

Talvez porque os mitos se remetem à origem das coisas, explicam o mundo em que vivemos e a dimensão das transformações ocorridas. Nesse sentido mítico, 1968 é o ano da grande recusa, da contestação à hegemonia política americana, da luta contra o conservadorismo autoritário, da explosão da moda e do comportamento juvenil – um dramático corte de gerações. Foi o ano do surgimento de uma “Nova Esquerda”, voltada não só para a justiça social, mas para os valores libertários do indivíduo e também para a defesa do meio ambiente. Era nesse processo de reflexão conturbada, compreendida ainda sob a lógica dos velhos paradigmas marxistas-leninistas, que se formava a linguagem revolucionária do movimento estudantil. A nova esquerda não tomou o poder, mas fez barulho e marcou época, monopolizando as atenções sobre o período. Essa hipótese exposta por Roberto Schwarz ainda em 1969 no artigo “Cultura e Política: 1964-1969” até hoje não parece ter sido refutada (Schwarcz, 1978) Para ele, após o golpe militar de 1964, à medida que os militares conquistavam o controle político do país, a esquerda galgava espaços no meio cultural, chegando à hegemonia nesse processo.

De lá para cá, muitas obras reafirmaram essa hipótese de maneira periférica, visto que procuravam explorar outros aspectos do tema. De início, o resgate do período se deu através da publicação de memórias, ensaios literários, coletâneas de entrevistas. Dessa produção memorialística, é necessário citar, pelo sucesso editorial que até hoje permanece, o livro “O que é isso, companheiro?”, do jornalista Fernando Gabeira, um livro irônico em que o autor busca demonstrar, dez anos depois, à luz das reflexões sobre a sua própria experiência, como eram irrealistas os sonhos da esquerda brasileira em 1968. Da mesma maneira, Alfredo Sirkis, com a obra “Os Carbonários”, buscava



explicar como um adolescente, vindo da classe média carioca lacerdista, se converte em guerrilheiro da revolução socialista.

Estes dois livros – que deram origem, respectivamente, a um filme e a uma mini-série da Rede Globo – serviram como ponto de partida a toda uma narrativa mitológica sobre o tema: estabeleceram referências da memória coletiva, e, ainda que contestados sob diferentes pontos de vista, jamais foram contestados naquilo que poderíamos chamar de “roteiro” da história. O avanço das mobilizações estudantis a partir do início do ano com a morte do estudante Edson Luís, a culminação desse processo com a “Passeata dos Cem Mil”, a prisão de todos os integrantes do congresso da UNE em Ibiúna como o fim de um tipo de contestação, são marcos representativos que ganharam um estatuto de objetividade.

As obras de Gabeira e Sirkis enfatizam a diferença do pensamento atual deles em relação àquilo que pensavam na época. Eles estiveram enganados, acreditando que o movimento estava em ascensão quando na realidade ele já apresentava “claros sinais” de declínio – claros vistos desde a perspectiva atual. De qualquer maneira, há algo que não foi radicalmente alterado nessa revisão produzida pela memória: a lógica linear do tempo da história, em que as coisas só poderiam ter ocorrido dessa maneira, e não de outra. A derrota coloca em xeque a teoria revolucionária que apostava no caráter inexorável da vitória do proletariado, mas não altera o caráter inexorável da própria história. Na verdade, se mais pessoas continuassem acreditando que o movimento estava em ascensão (mesmo contra a “lógica dos fatos”, que nunca passam de um tipo de retórica) é possível que o desfecho tivesse sido diferente. Mas o medo prevaleceu, e com ele a retração do movimento de massas, o que acaba por aumentar a carga simbólica relacionada aos “heróis revolucionários” que resistiram.

A nostalgia do romantismo revolucionário de 1968 está relacionada com a concepção de que “naquele tempo, os estudantes eram mais conscientes, mais corajosos, mais idealistas... Hoje tem medo até das coisas mais triviais, como sair à noite ou não conseguir um emprego...”. No seu estudo sobre o movimento estudantil sob a ditadura militar nos anos 1960, João Roberto Martins Filho já percebe no discurso das próprias lideranças estudantis um caráter mitológico:

*[...] corremos o risco de ver nascer uma “mitologia estudantil”, que pode ser em grande parte atribuída ao significativo papel desempenhado por esse movimento nas candentes lutas políticas dos anos 60. A origem dessa representação ilusória pode ser localizada na própria auto-imagem elaborada pela liderança universitária [...] os dirigentes da UNE procuravam reafirmar,*

*após os tempos negros que acabávamos de viver, o seu compromisso com as forças populares. A mais breve revisão histórica nos convencerá, porém, que a asserção merece não poucos reparos (Martins Filho, 1988, p. 15-6).*

A presença do discurso mitológico ocorre na medida em que as imagens do passado alimentam as lutas do presente, e a verdade histórica cede à ideologia. Também Sebastião Velasco e Cruz define o ano de 1968 como uma “referência mítica”. Entretanto, parece distanciar-se de Martins Filho, pois a toma não como “representação ilusória”, mas como emblema:

*Saturado como está de sentido, esse número mágico evoca personagens, lugares, situações e processos muito distintos. Mas em grande medida convergentes, pelo qe significam de desafio às estruturas de poder e/ou às normas culturais firmemente estabelecidas. Daí que se chegue a falar de “Revolução de 1968”. Pode-se discordar do uso deste termo para designar o período, mas não haverá quem negue o papel de destaque que neste corresponde aos jovens, em especial ao movimento estudantil (Cruz, 1991, p. 3).*

Ao refletirmos sobre a presença desse mito na política brasileira contemporânea, e seus diferentes tipos de apropriação e uso, podemos aceitar algumas reflexões de Raoul Girardet sobre o caráter dos mitos políticos. Vêm-se contempladas nesta análise tanto o caráter de “referencial mítico”, apontado por Velasco e Cruz, quanto a “representação ilusória”, de que fala Martins Filho:

*Para os antropólogos e historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado (“naquele tempo”, “era uma vez...”), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social. [...]. Para outros, em compensação, a noção de mito permanece confundida com mistificação: ilusão, fantasma ou camuflagem, o mito altera os dados da observação experimental e contradiz as regras do raciocínio lógico; interpõe-se uma tela entre a verdade dos fatos e as exigências do conhecimento. Para outros, enfim, leitores de Georges Sorel, e das *Réflexions sur la violence*, o mito é essencialmente apreendido em sua função de animação criadora: “conjunto de imagens motrizes”; segundo a própria fórmula de Sorel, ele é o apelo ao movimento, à incitação, à ação e aparece em definitivo como estimulador de energias de excepcional importância (Girardet, 1990, p. 12-13).*



Por um lado, o mito é uma narrativa legendária, povoada de heróis e vilões, conspiração e lutas – o império do mal contra os defensores da verdade e da justiça. Por outro, é uma forma de escamotear o passado, elegendo a relevância dos fatos de acordo com os interesses imediatos em jogo, podendo ser reinvocado em diferentes momentos, assumindo outras funções e figurações políticas.

Pelo menos uma grande “narrativa legendária”, de que nos fala Girardet, sacramentou o mito em questão. O livro *1968: O ano que não terminou*, de Zuenir Ventura (1988), como o próprio título anuncia, trata de um tempo que ainda povoa o “imaginário coletivo, embora não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança, que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica *viagem* de uma geração de heróis, ou é a proeza irresponsável de ‘um bando de *porraloucas*’, como se dizia então” (ibid., p. 14). Como o próprio Ventura apontava, sua história de 68 era “*uma* das possíveis histórias de um período rico demais para ser apreendido por uma só visão” (ibid., p. 15). Tal compreensão coincide com a concepção de Girardet sobre os grandes mitos políticos: “A realidade mítica é tal que escapará sempre, por alguns de seus aspectos, à mais sutil como à mais rigorosa das análises” (1990, p. 12-13).

Para responder à problemática da produção dos mitos no imaginário social é importante a observação de Baczko, ao afirmar que “os sistemas simbólicos em que se assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações” (1985, p. 311). Esta afirmação se choca com a de Girardet, quando este afirma que o imaginário político apresenta grande recorrência em suas combinações, pois as imagens “se inserem num sistema, inscrevem-se em uma ‘sintaxe’, para retomar a expressão de Claude Lévi-Strauss: em outros termos, são agrupados em séries idênticas, estruturados em associações permanentes que se apresentam os elementos construtivos da narrativa que elas compõem”. (Girardet, 1990).

Já no dizer de Castoriadis, o *fazer* histórico possui significações “que não são nem o reflexo do percebido, nem simples prolongamento e sublimação das tendências da animalidade, nem a elaboração estritamente racional dos dados” (1986, p. 177). A imaginação política, portanto, não navega apenas nas águas tranquilas da razão, ao contrário, também penetra no interior das paixões às vezes inconfessas, permeadas por uma herança cultural cujas raízes não raro fogem da fria racionalidade. É a partir das significações, constituídas



na forma de imaginário, segundo Castoriadis, que podemos compreender o universo simbólico de uma determinada sociedade, e de como esta pretende colocar em relevo elementos desse universo para subordiná-los a determinados fins políticos, na institucionalização de comportamentos, nas estratégias de ação, na orientação de suas diretrizes.

Para analisar a fabricação dos mitos políticos nas sociedades contemporâneas, é necessário visualizar sua configuração a partir dos canais hegemônicos na produção do imaginário: “aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades; as imagens dos chefes, etc.” (Baczko, 1985, p. 314). A censura nos meios de comunicação, portanto, aparece como instrumento de intervenção direta do Estado sobre o imaginário, uma vez que “o controle do imaginário social, de sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças” (ibid., p. 312). Trata-se de produzir o esquecimento, apagar a memória coletiva, esvaziar a esfera pública e consolidar a memória oficial, embora nem sempre tal intervenção atinja os fins desejados.

As análises de Dieter Prokop (1986) buscam relacionar a produção cultural às diferentes esferas públicas – a organizada e a não-organizada. A primeira corresponderia ao âmbito das formas institucionalizadas dentro da sociedade pela cultura burguesa, enquanto a outra se relaciona às reivindicações de produção cultural por parte de movimentos não institucionalizados, como as irrupções revolucionárias de diferentes períodos, o movimento pela cultura proletária dos primeiros anos da Revolução Russa e o próprio movimento estudantil da década de 1960.

Os mitos políticos contemporâneos são produzidos através da dialética entre poder e sociedade, mediada pelos *mass media* que fabricam a chamada “opinião pública”. O próprio registro dos fatos relativos ao movimento estudantil pela imprensa do período 1964/68 deve ser visto não apenas como informação, mas espaço de tensão em torno da hegemonia sobre a opinião pública. O fio condutor subjacente dessa construção narrativa tem sido o processo de radicalização violenta das manifestações, levando à conclusão geral de que este levou a um isolamento progressivo do movimento estudantil em relação à população, embora haja divergências em relação à origem da

violência<sup>1</sup>. O fato é que o movimento estudantil conquistou vitórias significativas na batalha discursiva no ano de 68, atraindo outros setores da opinião pública e rompendo a base de consenso político do regime militar, obrigando-o ao uso da força para sufocar o descontentamento político.

Havia ainda um outro acerto de contas a ser feito com o movimento estudantil dos anos 1960 no que toca à sua relação com a opinião pública: sua atitude como público consumidor e como crítico da produção cultural do período. Coube à professora Heloísa Buarque de Hollanda (1992) levar a cabo um inventário do “engajamento artístico” no movimento estudantil e dos riscos de tal postura para a criatividade artística: o patrulhamento ideológico. Sem contestar o centro da tese de Schwarz, ela procurou revalorizar em *Impressões de Viagem* a postura do tropicalismo, criticado pela sua precária capacidade de se comunicar com as massas e cuja mensagem era ideologicamente controvertida. Associou a crítica comportamental tropicalista à contracultura norte-americana e à postura irreverente dos estudantes de Paris, em oposição ao discurso político estudantil da UNE, marcadamente influenciado pelo realismo socialista dos Centros Populares de Cultura.

Assim, de herói da resistência, o movimento estudantil passa à condição de vilão estalinista no ajuste de contas da produção intelectual realizada ao final dos anos 1970.<sup>2</sup> Essa primeira onda se deu após o impacto da Anistia no ambiente cultural, com o retorno de intelectuais e artistas exilados, a reorganização partidária e o fim da censura. Podemos considerar esse momento como um período de rejeição radical à idéia de engajamento abnegado, característico do romantismo revolucionário. Procurava-se afirmar o caráter comportamental da política, bem como a rejeição à idéia de “vanguarda política”, tida como negação da verdadeira democracia.

Atualmente não esperamos mais por uma nova era de revisões radicais a respeito do significado dos movimentos estudantis nos anos 1960. Hoje, é praticamente consenso no mundo inteiro que, se os movimentos de protesto juvenil dos anos 1960 foram derrotados politicamente, suas reais vitórias se situam no campo cultural e comportamental. Mas uma questão permanece: Por que os jovens de classe média resolveram iniciar uma revolução mundial? Essa

<sup>1</sup> Uma boa discussão sobre isso está em Martins Filho, 1988, p. 138.

<sup>2</sup> Referimo-nos aqui ao conjunto de obras produzidas na época, como HOLLANDA, 1980, GABEIRA, 1988 e SIRKIS, 1980.



sincronicidade é uma questão que nem eles mesmos sabiam responder, e vários foram os sociólogos que, munidos de um referencial marxista próprio do movimento estudantil, procuraram compreender as determinações de classe que havia por trás da ideologia revolucionária do movimento estudantil e sua inserção na nova etapa de acumulação capitalista.

O cientista político João Roberto Martins Filho, através do seu livro *Movimento estudantil e ditadura militar*, justifica o sucesso do movimento estudantil pela sua capacidade de elaborar uma política voltada para os problemas universitários que satisfizesse as classes médias em expansão, devendo sua radicalização ao fechamento do Estado a essas demandas. Assim, tentou “desmistificar” o movimento estudantil de 1968, explicando o apoio circunstancial dos pais, da imprensa, da opinião pública e da própria massa de estudantes.

Na obra *A Revolução faltou ao encontro*, Daniel Aarão Reis Filho também formula uma hipótese semelhante sobre a relação do movimento estudantil com a opinião pública:

*A força relativa do movimento estudantil foi inegável. Enfrentou a lei e a polícia e soube estruturar-se como movimento social autônomo, com suas entidades representativas enraizadas nas universidades e nas faculdades, independentes do Estado e dos partidos políticos legais. Foi para as ruas, lutou, formou lideranças novas. Mas suas limitações eram muitas vezes ignoradas, talvez pela repercussão superdimensionada com que a imprensa noticiava as manifestações e protestos. Tratou-se de um cálculo de setores descontentes de nossas elites sociais pretendendo fazer do protesto estudantil um fator de pressão sobre o regime? O fato é que muitas jovens lideranças, e mesmo políticos mais experimentados, não souberam, freqüentemente, avaliar com frieza a força real do movimento. Dai para a retórica triunfalista foi quase sempre um passo que não poucos deram sem vacilar (Reis Filho, 1989, p. 65).*

Acusa-se com freqüência que os movimentos estudantis superestimavam sua capacidade política. Martins Filho identifica nesse tipo de acusação a tese de alguns sociólogos, entre eles Fernando Henrique Cardoso, de que o fechamento do regime se deu em virtude da radicalização do protesto em direção à guerrilha urbana, ou seja, a utilização de táticas inadequadas e carregadas de equívocos por parte da esquerda. Para Martins Filho, a extrema direita militar se antecipara a estas ações, através de ações repressivas que obrigaram a um fechamento do regime. Ou seja, os militares teriam dado o primeiro passo.

Para responder a esta questão é necessário analisar como o movimento estudantil jogava com a opinião pública em 1968. Qual a carga simbólica investida sobre os acontecimentos politicamente traumáticos daquele ano sobre o panorama político da esquerda brasileira? Como os diferentes atores em conflito procuraram canalizar sentimentos a partir da produção de imagens?

Ao buscar as razões da radicalização da violência nas ruas, devemos atentar para a construção imagética do evento. Não apenas procurar pistas que nos levem à certeza do que realmente aconteceu, mas sim observar como diferentes versões de um mesmo fato, dadas pelos estudantes, pelos militares ou noticiadas friamente como “informação” pela imprensa refletiam imagens de conteúdo ideológico, que procuravam atingir a consciência do público e determinar seu comportamento, provocando uma dinâmica de paixões políticas que eram canalizadas ora contra uns, ora contra outros, na dança da chamada opinião pública.

As informações sobre os principais eventos que marcaram o movimento estudantil em 1968 são extremamente conflitantes. Por exemplo: o primeiro estudante morto pela polícia, Édson Luiz, morreu nas ruas ou dentro do restaurante Calabouço? Qual foi o verdadeiro motivo que levou o líder estudantil foragido Vladimir Palmeira a comparecer à passeata dos 100 mil de terno e gravata? A Faculdade de Filosofia da USP chegou a viver uma experiência de universidade utópica, ou tudo não passou de uma festa dos estudantes? Caetano Veloso foi vaiado no Festival da Canção por que sua estética não foi compreendida pelo público ou por que quis utilizar a rejeição da platéia como golpe publicitário? O Congresso de Ibiúna conseguiu eleger a nova diretoria, ou caiu nas mãos da Polícia quando mal iniciava seus trabalhos?

Estas e outras perguntas podem não encontrar resposta, ou podem encontrar várias. No entanto, mesmo procurando uma resposta objetiva para estas questões a partir de procedimentos de investigação de rotina, checando a credibilidade das fontes, não nos cabe apenas descartar as interpretações falsas. Pois como afirmou Hans Magnus Enzensberger (1987), ao defender a História enquanto “ficção coletiva”, a própria mentira contém seu momento de verdade — verdade admitida por um grupo, ou por uma sociedade inteira, e que engendra um determinado tipo de comportamento coletivo diante da realidade. A mentira histórica revela os desejos secretos dos agentes envolvidos com a realidade, transformando-se numa “verdade conveniente” para objetivos políticos. Mais do que isso, ao serem



divulgadas em trabalhos escritos, as versões mistificadoras ganham ares de verdade científica, reproduzida por vários autores:

*Estas esquematizações permitem verificar como um obscuro panfleto de propaganda política é citado num trabalho do meio científico e ganha com isso certa respeitabilidade. A partir daí ele continua a perambular pelas interpretações sérias, obras de consulta e léxicos. A crença cega na palavra escrita é muito difundida: algo que é citado com bastante freqüência passa a valer como fato (ibid., p. 278).*

A pergunta é: até que ponto a distância temporal que separa o historiador da época que investiga lhe garante alguma vantagem na compreensão do que realmente estava acontecendo? Esperar a poeira baixar pode ser bom para obter uma melhor visualização da estrada, mas não para avaliar o tamanho da boiada que por ela passou. Nesse sentido, a distância temporal nada mais faz do que diminuir a quantidade de vestígios, restando apenas aqueles que sobreviveram à destruição deliberada, ao descaso, ao esquecimento, mantidos em arquivos da imprensa e da repressão. Podemos consultá-los com calma, com a frieza de quem não está emocionalmente envolvido, buscar uma compreensão objetiva da realidade por trás dos jargões que a qualificam. Mas uma compreensão desse tipo, se fosse possível, de que nos serviria? De qualquer maneira, só podemos compreender o passado por meio dos vestígios. Os documentos têm uma sintaxe própria, mostram um tipo de apreensão da realidade característico que justifica determinado tipo de ação.

Em certo sentido, a geração de 1968 se parece mais com a dos seus avôs do que com a dos seus pais. Lembra um pouco os jovens rebeldes dos anos 1920, que após a Primeira Guerra Mundial discutiam idéias modernas ligadas à revolução social na Rússia, à participação política das mulheres e às formas revolucionárias de arte ligadas aos novos meios de comunicação, como o rádio e o cinema. De certa maneira, parodiavam a linguagem revolucionária da Revolução Russa, embora estivessem tratando de problemas novos com os quais Lênin não poderia ter sonhado. As considerações de Marx, extraídas do primeiro parágrafo do Dezoito Brumário, são válidas na compreensão desse fenômeno:

*A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado,*

*tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como República romana e Império Romano, e a revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma traduz sempre as palavras desse idioma para sua língua natal; mas, só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela (Marx, 1983, p. 202).*

Também podemos dizer que no ano de 1968, o movimento estudantil politizou novos problemas como o racismo, o sexismo, a ecologia e a própria estética, problemas que não pareciam resolvidos nem no bloco capitalista, nem no mundo soviético - embora Cuba e China acenassem com propostas verdadeiramente revolucionárias, muitas vezes essas experiências não passavam de propaganda ideológica. Para repensar essas questões, recorreu-se às velhas ideologias, tanto do anarquismo clássico e do marxismo heterodoxo de Rosa de Luxemburgo, Gramsci e Luckács, como do marxismo-leninismo em suas variantes trotskista, guevarista e maoísta (esta última francamente estalinista). Tudo em nome de uma busca das origens do pensamento revolucionário, de uma interpretação mais verdadeira contra a ortodoxia asfixiante da burocracia soviética.

Aventurando-se a analisar as grandes questões juvenis dos anos 1960, a socióloga Marialice Foracchi afirmava que "um radicalismo pequeno-burguês, a seu modo autêntico, faz às vezes de força revolucionária" (1977, p. 239). O movimento estudantil desmentia Marx, que considerava a pequena-burguesia uma classe sem identidade própria, destinada a ser rebocada pelas outras, pois

*[...] por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena-burguesia. Só que não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classe (Marx, 1983, p. 226-227).*



Não podemos considerar os estudantes universitários da década de 1960 como classe revolucionária, ou como categoria auxiliar no processo da revolução socialista, mas sim como principal “sujeito revolucionário”. Ou seja, uma concepção de Revolução calcada na subjetividade, na tradição de Marx do 18 Brumário, de Marcuse e de Ansart, permite-nos afirmar que a paixão é um elemento fundamental no desencadeamento dos processos de mudança política. A sua ausência inviabiliza o desencadeamento de rupturas revolucionárias, independentemente de haver as chamadas “condições objetivas” para tais rupturas em dada sociedade.

A proliferação de manifestos estéticos e políticos denota a efervescência da vontade revolucionária na imaginação social, ocorrendo uma inflação das utopias. Momentos revolucionários provocam a amplificação das emoções no universo coletivo, abrem brechas para os ecos de outros tempos heróicos, pois os heróis se miram na História quando pretendem se projetar no futuro, enquanto que nos tempos de paz os homens se movem num presente que busca eternizar a si próprio.

O sentimento de engajamento dos estudantes pode ser entendido como uma tentativa de construção de uma nova esfera pública, a partir daquilo que Ansart (1987) chama de “sociedade revoltosa”. Isso depende da criação e desenvolvimento de uma nova sociabilidade, gerada no momento da experiência da revolta, a partir da destruição simbólica da antiga ordem. Disso resulta a formação de uma nova identidade, calcada na unidade e na solidariedade. O papel profético de pensar a utopia e divulgá-la cabe aos intelectuais, e o movimento deve criar novos meios de circulação (em caso clandestino, tem seu valor simbólico ampliado, como documentos mimeografados, panfletos, pichações de muro, etc.). A inflação dos discursos, por sua vez, gera o fortalecimento do emprego da retórica e da cultura participativa.

O despertar dessas energias depende da produção de sentido, que leva a uma maior intensidade passional no engajamento. O indivíduo é interpelado como sujeito a participar do momento histórico; este, por sua vez, está condicionado à criação da utopia, liberando a imaginação política a partir de uma representação catastrófica do presente. Assim, elabora-se uma visão totalizadora e unificadora de uma ordem imposta (o regime militar) a partir da identificação do inimigo (o latifúndio, a burguesia e o imperialismo articulados) que se contrapõe às aspirações do movimento (a libertação nacional ou a imediata construção do socialismo).

No processo de formação dos sujeitos revolucionários, na construção da identidade dos agentes da utopia, o inflacionamento dos discursos não é reflexo da luta de classes, e sim elemento indispensável na elaboração dessa luta. Segundo Ansart,

*Em certos momentos característicos (os clubes parisienses em 1848, o movimento estudantil de maio de 1968, na França, a revolução cultural chinesa), a produção e a consumação de intercâmbios simbólicos parecem constituir uma finalidade suficiente e se transformam numa festa da linguagem (ibid., p. 103).*

Nesses períodos de efervescência simbólica é que se revela a criatividade política, no qual o campo simbólico é socialmente maximizado. Cumpria às instituições que pretendiam dirigir o movimento coordenar suas energias. No caso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1968, sua clandestinidade lhe dotava da aura de "principal organização de resistência contra a ditadura". Simbolicamente, as mais simples atividades como a grafiteagem dos muros, a distribuição de panfletos ou a realização de reuniões tornam-se "ações revolucionárias" em si mesmas, em que cada gesto é uma contestação frontal à ordem vigente. Por outro lado, o significado social dessas atividades é sobrevalorizado, crescendo a demanda por informações "censuradas".

O marxismo-leninismo servia então como doutrina interpretativa da história e simultaneamente como programa de superação da dependência econômica imperialista e das estruturas sociais injustas. Séculos de opressão na América Latina, de escravização dos índios e negros e de exploração da mão-de-obra miserável dos camponeses e operários, seriam redimidos pela revolução socialista que havia sido iniciada em Cuba. A marcha da História, sabemos hoje, não era inexorável, mas era preciso crer. Quanto maior a fé no futuro socialista, maior seria a abnegação, a força de propagação e, portanto, as chances de vencer a luta.

No Brasil em 1968, com os primeiros sucessos do movimento organizado, emerge uma rede de significados comuns a todos os protagonistas, calcada na experiência compartilhada. O avanço da mobilização produzia "fatos políticos" que ganhavam grande cobertura da imprensa. Era necessário interpretá-los à luz da marcha da História, dimensionando seu significado de acordo com a intensidade do desejo revolucionário. Foi especialmente significativo nesse ano o assassinato do estudante Édson Luís em uma passeata por melhores condições para o Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Nada foi inventado a



respeito da origem humilde do rapaz, de sua condição de mero ajudante do restaurante, de seu sonho universitário e de sua morte em função de uma repressão policial brutal. No entanto, esses foram os detalhes que sofreram maior investimento simbólico: transformado em mártir da democratização do ensino, Édson Luís era uma vítima inocente, a quem não podia ser imputado o rótulo de “comunista infiltrado no meio estudantil”, e servia de escudo ideal para sensibilizar a classe média em defesa de seus filhos contra a violência policial.

Os estudantes estavam solidários com a classe trabalhadora, o moderno “messias” da sociedade industrial, que segundo Marx iria conduzir o povo eleito através do deserto da luta revolucionária até atingir a utopia prometida. Lutavam para que os trabalhadores tivessem também acesso à universidade, permitindo assim a ascensão social dos seus filhos. Os conflitos do Primeiro de Maio e as greves de Osasco e Contagem mostraram que os limites impostos pela ditadura militar para a mobilização dos trabalhadores eram bem mais duros do que aqueles aplicados ao movimento estudantil, pois, evidentemente, a classe média tinha maior poder de barganha devido ao seu acesso à defesa jurídica e seu peso na opinião pública e na imprensa.

Logo após a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, o movimento de opinião pública em favor da redemocratização do país foi se esvaziando. As disputas internas do movimento e o aumento da violência nos confrontos entre os próprios estudantes, como ocorreu entre os estudantes do Mackenzie e da USP em São Paulo, demonstram um esgotamento da estratégia adotada, e o desfecho melancólico do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, com todos os participantes presos, mostrava o impasse a que as lideranças estudantis tinham chegado.

Por irônico que nos pareça, o Ato Institucional n. 5 foi saudado por alguns militantes, considerado como uma demonstração de “fraqueza” do regime. As condições para a luta armada e a tomada revolucionária do poder já estariam, então, amadurecidas. Nos documentos e panfletos do movimento estudantil no Brasil, jargões marxista-leninistas revelam o pensamento etapista do processo histórico. A divisão da UNE entre “revisionistas” e “esquerdistas” caracteriza a maneira como os personagens em conflito se auto-representam: revisionistas são aqueles que acreditam que a “hora ainda não chegou”, enquanto que os “esquerdistas” crêem que “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Criam sua própria imagem à luz de uma leitura do processo histórico, muitas vezes calcada em diferentes interpretações e fases da produção de Lênin.

Para todos eles, no entanto, a linguagem revoltosa realiza a ressacralização do mundo, estabelecendo uma nova relação imaginária entre o sujeito e a realidade em que vive. A exaltação discursiva pode ser entendida como uma experiência mística de transcender limites, a partir desse consumo coletivo de significados. Ou seja, acredita-se que a fé na construção do novo impulsiona à ação, cujos efeitos podem alimentar novas esperanças utópicas, num encadeamento crescente. De fato, a fé na revolução socialista impulsionou milhares de jovens em todo o continente latino-americano em direção à luta armada. Esse fenômeno só pode ser compreendido dentro da lógica romântica de constituição da identidade do sujeito: sua existência é interpretada dentro de uma lógica transcendente da história, na qual suas ações se inserem nesse encadeamento de sentido e seu heroísmo dá sentido à sua vida. Nos movimentos utópicos de cunho romântico, isso se revela a partir da rejeição da realidade existente e da intensidade das promessas do futuro, mas sobretudo de um imperativo moral. O indivíduo não vive de acordo com as expectativas oferecidas pela sociedade presente; ao contrário, retira toda sua força e justifica sua conduta de vida em nome de uma sociedade que virá, assim como espera que sua morte tenha um sentido exemplar a ser lembrado (Löwy; Sayre, 1993).

Os desencantos se revelam em alguns casos como uma espécie de "autismo social", ou seja, um isolamento do indivíduo ou do grupo em relação ao restante da sociedade. Nessa dimensão, o movimento torna-se uma terapia de conflitos pessoais, marcada pela cegueira diante das derrotas, compensadas psicologicamente por comportamentos como o voluntarismo vanguardista (de natureza autodestrutiva), o messianismo (que crê no despertar das massas ainda que contra todas as expectativas) e o imobilismo (que ocorre quando o grupo deixa de lutar por outra coisa que não a sua própria sobrevivência).

Ansart afirma que o imaginário da resistência, da revolta, do engajamento, está fundado sobre o sentimento de "honra aviltada". Ocorre em períodos de grandes crises e transformações sociais, possibilitando o surgimento de chefes carismáticos que parecem iluminados para guiar o movimento pelas escuras sendas em direção à vitória. Nesses momentos de intensa afetividade política, os homens sacralizam espaços, criam siglas e símbolos, rituais de iniciação, enfim, práticas que se traduzem num sistema de crenças - não apenas por impulso religioso, mas também pelas próprias exigências de segurança que garantem a sobrevivência na clandestinidade.



O movimento estudantil de 1968, com tudo aquilo que possuía de “ingênuo” e “inconseqüente”, cumpriu uma etapa do processo histórico: o “desmascaramento da ditadura”. Se isso não gerou uma maior conscientização do povo oprimido, como queriam os estudantes, quem não cumpriu devidamente sua parte no processo histórico? A classe média? A imprensa? O proletariado? Nas próprias organizações guerrilheiras, era comum colocar toda a culpa na covardia dos próprios militantes, como se apenas a coragem pudesse sustentar um processo revolucionário.

A ditadura militar amordaçava e assassinava guerrilheiros, mas também jornalistas e líderes estudantis e sindicais em seus porões - o que não só já estava previsto na teoria marxista, como também aumentava as convicções morais dos revolucionários ao caracterizarem a sua luta como a do “bem” contra o “mal”. Porém, por outro lado, o milagre econômico dos anos 1970 contradisse as previsões catastrofistas do movimento estudantil que consideravam que o socialismo era a única saída possível para a crise econômica que vivia o país.

A ditadura militar tentou manter o monopólio do imaginário político, não só através da propaganda ufanista ostensiva nos meios de comunicação, mas também censurando a imprensa e proibindo manifestações de rua para impedir a circulação de críticas ou notícias desfavoráveis ao governo. Ainda assim o regime foi derrotado nas eleições parlamentares de 1974 - a maior oportunidade que a população teve de expressar seu descontentamento. Nesse sentido, considerar os revolucionários como um punhado de “sonhadores”, que não viam que o povo estava feliz sendo “alienado” pelo milagre econômico, é também uma visão distorcida do passado, mediada pela vontade de renegar o sentido da própria luta e em nome de uma postura “realista” diante dos fatos.

De qualquer forma, para o bem ou para o mal, o movimento estudantil de 1968 ficou para sempre gravado no imaginário político brasileiro. Ele encarna o romantismo revolucionário dentro de sua ingênua utopia e de sua sublime impossibilidade na luta contra um poder ilegítimo, calcado no exercício da força e no esvaziamento da esfera pública. O crescimento do movimento estudantil só faz sentido se o compreendemos como esforço de manutenção da liberdade de expressão, gerando a inflação do debate político no momento em que lhe são apresentadas as maiores restrições.

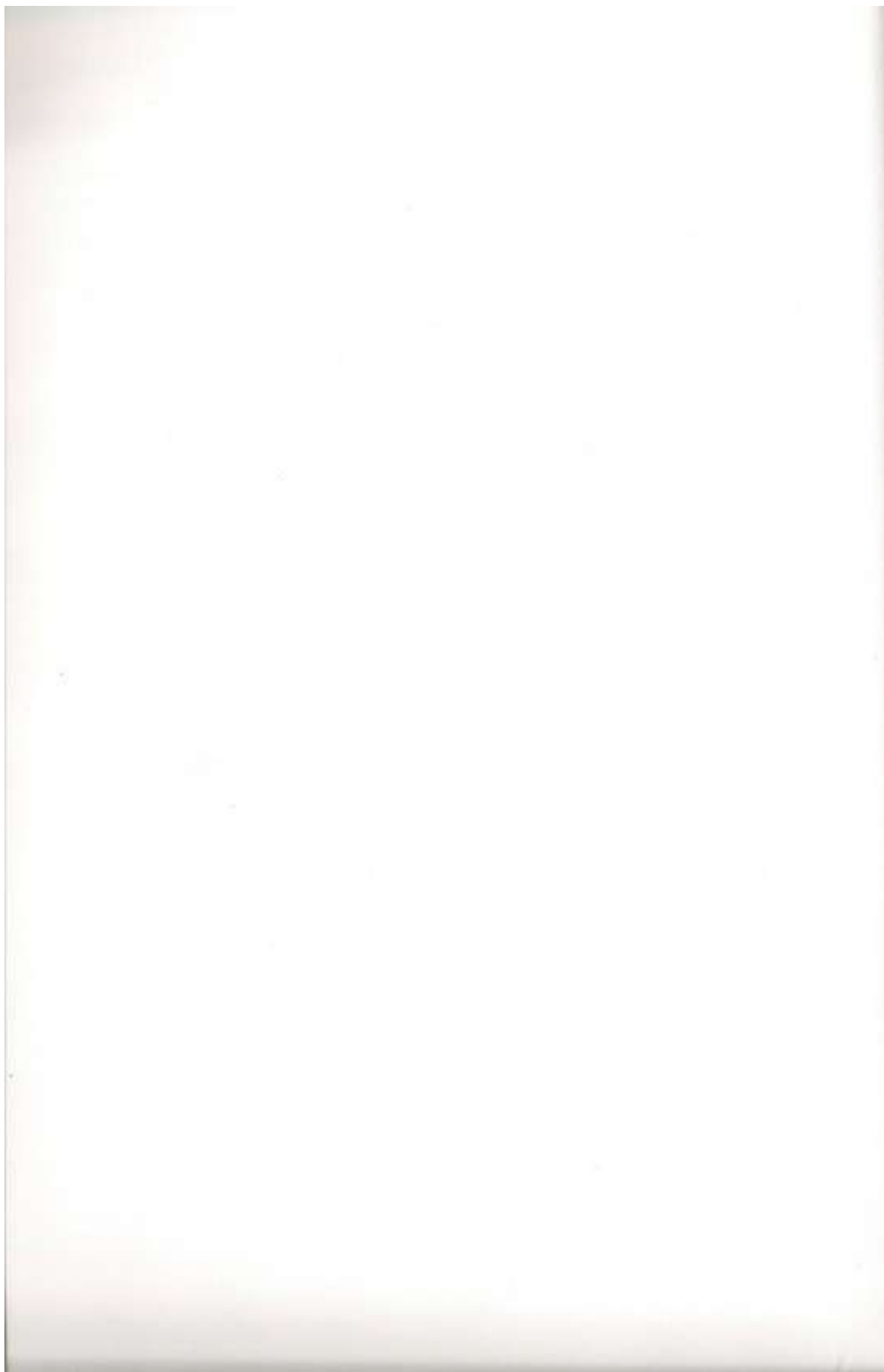
É nesse contexto que o heroísmo romântico do movimento estudantil pôde tornar-se moda, pois havia naquela conjuntura

elementos suficientes para referendar esse tipo de sentimento diante da realidade. No entanto, para muitos que inclusive renegaram posteriormente suas idéias, houve um momento em que acreditaram no caráter abnegado de sua luta, dispostos a entregar a própria vida em nome da “verdade” e da “justiça”. E ainda hoje sobrevive nas gerações atuais a nostalgia desse sonho, em que não só a vida, mas a própria História, parece dotada de um sentido transcendental.

### Bibliografia

- ANSART, P. *Ideologias, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Anthropos-homem*. vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- CASTORIADIS, C. *A Instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra: São Paulo, 1986.
- ENZENSBERGER, H. M. *O Curto verão da anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FREITAG, B. *A Teoria Crítica ontem e hoje*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FORACCHI, M. *O Estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Edusp, 1972.
- GABEIRA, F. *O que é isso, Companheiro?* 35. ed Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOLLANDA, H. B. *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- \_\_\_\_\_; PEREIRA, C. A. M. *Patrulhas ideológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- LÖWY, M. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_; SAYRE, R. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARCUSE, H. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papirus, 1988.





## A UNE E A DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964

José Luís Sanfelice

**A** União Nacional dos Estudantes – UNE – está completando setenta anos. O golpe civil-militar de 1964, por sua vez, contabiliza pouco mais de quarenta anos. Em algum momento do passado as histórias da instituição estudantil e dos participantes do movimento golpista se cruzaram. Como e por que se deram aquelas relações?

Muito se escreve hoje sobre o tensionamento gerado pelo confronto resultante do embate estabelecido entre as mobilizações da UNE e a repressão engendrada pela ditadura no transcorrer dos anos sessenta do século XX. Há muitos ângulos a serem explorados, considerando-se os mesmos sujeitos históricos, as mesmas fontes relidas ou as novas fontes que com o tempo acabam por se disponibilizar. O importante, entretanto, é não tomar aquele confronto como o único ou o principal daquele contexto, embora ele possa ter tido maior visibilidade do que outros. Por mais que os anos sessenta tenham sido agudos para a história da sociedade brasileira e para o movimento estudantil da época, nada ali se constituía como se fosse o umbigo do mundo.

I

É preciso lembrar que após o término da segunda grande guerra mundial, com a polarização das regiões geopolíticas sob os auspícios dos EUA ou da antiga União Soviética, o mundo teve o seu umbigo onde se desenvolviam as ações da guerra-fria que, a qualquer momento, poderia se transformar em uma nova guerra quente. Esse era o grande risco, exacerbado a cada fato e muito mais premente após a Revolução cubana. Como se manteve a guerra fria, durante todo o seu transcorrer, as ideologias se digladiaram. Os modelos teóricos de sustentação dos projetos de sociedades capitalistas, socialistas ou comunistas deram grande parte das referências. Houve também um campo para o ideário cristão sempre muito atuante e com uma proposta de sociedade.

É possível que a geração formada após as experiências trágicas do uso da bomba atômica se perguntasse: qual é o melhor caminho a seguir? Não vamos nos explodir de novo em uma terceira guerra



mundial? Os horrores do nazismo e do fascismo ressuscitarão? O capitalismo e a democracia burguesa são de fato uma alternativa ao socialismo e ao comunismo? Não compensaria tentar as opções socialistas ou comunistas? E se a saída não fosse nenhum desses projetos?

Hobsbawm (1998, p. 277) sugere que “A barbarização ocidental pós-1945 ocorreu contra o pano de fundo das loucuras da Guerra Fria, período que um dia será de compreensão tão difícil aos historiadores quanto a moda das bruxas dos séculos XV e XVI”. Para ele todos os padrões de civilidade foram rompidos quando o ocidente se posicionou de forma a poder fazer um novo holocausto face a qualquer notícia de última hora. Já nos anos sessenta, após a Revolução cubana e a radicalização estudantil mundial, avançou-se na mesma lógica com a “ascensão dos novos movimentos insurrecionais e terroristas que em sua essência eram tentativas de grupos voluntários de minorias de criar situações revolucionárias mediante atos de vontade. A estratégia básica desses grupos era a polarização” (ibid.), mas no concurso de barbárie daí resultante, as forças dos Estados, principalmente dos Estados militarizados, foram as vencedoras. Construiu-se uma moral em que a barbárie era dada como mais eficaz do que a civilização. Esta seria uma das dimensões do que ocorreu no Chile de Allende e no Brasil do Movimento civil-militar de 1964.

## II

O Movimento estudantil mundial do após guerra de 1945 e boa parte da história da UNE até os anos de 1970 necessariamente se relacionam com aquele contexto cujo pano de fundo o historiador Hobsbawm considerou ser “as loucuras da Guerra Fria”. Mas o que consideramos ter sido o Movimento estudantil daquele período? Pode-se dizer que boa parte dos “movimentos de base estudantil surgiram em estreita relação com problemas internos da universidade”, mas que “logo se concentraram de maneira crítica em aspectos mais gerais da sociedade. Durante os anos 60 os movimentos estudantis tornaram-se um fenômeno social maciço” (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 498). O Movimento estudantil teve dimensões mundiais e em cada lugar desenvolveu novas formas de protestos.

Nos EUA os estudantes envolveram-se profundamente no movimento pelos direitos civis dos negros, organizaram reuniões-monstro em oposição à Guerra do Vietnã e se manifestaram em apoio a movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. Na França, o governo de Charles de Gaulle foi substituído na esteira do movimento

estudantil de maio de 1968. Em outros centros, Londres, Roma, Berlim Ocidental, Tóquio, o protesto estudantil em geral desempenhou um papel-chave na vida política e social e corporificou formas importantes de renovação cultural (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 498).

Explicar o Movimento estudantil passa a ser um desafio, pois ele tanto teve a conotação de uma crise mais profunda da sociedade industrial do após-guerra, como de um conflito de várias dimensões.

A questão da Universidade pode ser uma justificativa, dentre outras, para a emergência do Movimento Estudantil dos anos sessenta. A Universidade estaria, como instituição, em crise, passando de uma instituição formadora das elites para uma produtora em massa de profissionais para o mercado. Teriam surgido disfunções internas e o declínio da comunidade acadêmica. As estruturas tecnocráticas, as burocracias impessoais, o mandarinato intelectual, as atitudes antidemocráticas, tudo clamava por um processo de modernização da educação superior.

O Movimento estudantil, entretanto, mundialmente não se deteve nas questões internas à Universidade e tornaram-se inevitáveis as discussões sobre “o tipo de agentes sociais que eram os estudantes. Deviam ser considerados em termos de classe social? Seriam agentes revolucionários?” Marcuse, Habermas, Touraine, dentre outros, ensaiaram diferentes respostas. Os estudantes seriam os aliados do movimento operário numa luta anticapitalista, anti-estado e antiimperialista? Ou, os estudantes seriam “como um elemento periférico potencialmente revolucionário?” Nem uma coisa ou outra, pois “O protesto estudantil foi compreendido como altamente significativo por motivos simbólicos”, interpretavam os discordantes e aqueles que viam o Movimento Estudantil como um movimento social das sociedades modernas pós-industriais (Outhwaite; Bottomore, 1996, p.499).

*Vários teóricos consideraram o movimento estudantil como um protesto contra cultural em oposição a certos aspectos culturais e estruturais das sociedades contemporâneas. Dessa forma, encarava-se uma nova cultura política como iniciada pelo movimento estudantil dos anos 60. A democracia direta tornou-se a palavra de ordem. Estar pessoalmente preocupado, engajar-se na participação popular eram mecanismos essenciais sobre os quais se baseava a nova cultura política [...] A nova cultura política tinha uma relação estreita com o protesto cultural, denunciando atitudes autoritárias e estruturas sociais. O movimento estudantil tentou alterar as relações sociais existentes na vida cotidiana. As muitas críticas levantadas contra a natureza opressora das estruturas autoritárias de família, da repressão sexual, da subordinação das*



*mulheres, dos valores do trabalho e da sociedade industrial tinham em geral um fundamento psicanalítico. O protesto anti-autoritário pretendia romper com o modelo patriarcal de cultura que dava destaque aos valores masculinos de sociedade e as estruturas sociais hierárquicas. Além disso, o movimento estudantil afirmava que as universidades tinham de reconhecer sua responsabilidade social e não deviam perder o interesse nas aplicações sociais do conhecimento científico; e criticava a apropriação ilegítima das universidades pelo estado, o establishment militar e as grandes organizações (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 499).*

### III

Grosso modo, portanto, consideramos o Movimento estudantil do após-guerra como uma ampla manifestação de complexa caracterização social, política, cultural e ideológica constituída por razões intrínsecas ao desenvolvimento das sociedades capitalistas, ao embate da Guerra-Fria e, com certeza, pelas formas subjetivas dos sujeitos vivenciarem aquele contexto.

O Movimento estudantil teve suas expressões locais e adquiriu formatos específicos nas conjunturas nacionais. Daí que o Movimento estudantil no Brasil fosse marcado no após-guerra tanto por características de universalidade, como por características específicas. A questão da reforma universitária, um mote praticamente de todo o Movimento estudantil, foi também aqui uma constante, mas a especificidade ficou por conta de se tentar promovê-la dentro do Estado autoritário montado pelo movimento civil-militar de 1964. Por outro lado, a própria sociedade brasileira não se encontrava no mesmo nível de desenvolvimento das suas forças produtivas como nos EUA ou na Europa. O sistema universitário nacional não era comparável, em nada, com as condições do primeiro mundo, mas era passível de muitas críticas locais. Se o Movimento estudantil nos EUA ou na Europa encontraram as razões dos seus protestos, o Movimento estudantil no Brasil acabou por descobrir as suas.

Dentro do contexto nacional, o Movimento estudantil também teve suas especificidades nas diferentes capitais dos estados ou nas regiões do país continental. Este é um aspecto que vem merecendo mais recentemente a atenção de vários historiadores que, com seus estudos, estão enriquecendo a compreensão mais global do Movimento.

### IV

Falar do Movimento estudantil na época da ditadura civil-militar, pelo recorte da União Nacional dos Estudantes - UNE, é como contar uma parte da história. Uma parte importante sem dúvida, mas

restrita a uma liderança, a uma vanguarda dos estudantes. Nem todos os estudantes universitários dos anos 60 participaram do Movimento estudantil e dos que participaram nem todos reconheciam a UNE como sua representante. Foram muitas as manifestações contrárias aos estudantes vinculados à UNE e foram tensas as relações com os Comandos de Caça aos Comunistas (CCCs), por exemplo.

A UNE, entretanto, conseguia mobilizar parte dos estudantes e na medida em que buscava compreender os acontecimentos nos quais se envolvia, produzia um material teórico que refletia as tendências que se tornavam hegemônicas na instituição. Mas não se pode dizer que o nível de consciência da realidade de todos os participantes do Movimento estudantil correspondesse ao nível expresso nos documentos da UNE.

## V

Após os seus primórdios, que não necessitam de maiores esclarecimentos no momento, a UNE esteve, dos meados dos anos cinquenta até os setenta, sob as influências de estudantes socialistas, comunistas, jucistas (da Juventude Universitária Católica - JUC) e da Ação Popular (AP). Nem de longe, entretanto, esta tipificação esgota a dinâmica das tendências que se digladiaram no seu interior. De qualquer forma, liberta de tutelas oficiais anteriores, a UNE mobilizava os estudantes contra aumentos de preços, na defesa de princípios nacionalistas, denunciando acordos militares do Brasil com os EUA ou promovendo Seminários nacionais sobre a Reforma Universitária. Foi expressivo o seu engajamento na Campanha em Defesa da Escola Pública por ocasião dos debates que dariam origem à primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Atenta à vida política nacional, a UNE fez parte da Rede da Legalidade, quando do episódio da renúncia do presidente Jânio Quadros, defendendo o respeito à Constituição. Na seqüência, com a instituição do parlamentarismo, a UNE denunciou o golpe branco que acabava de ser dado, mas apoiando João Goulart encaminhou-lhe um conjunto de reivindicações políticas, econômicas e sociais. A UNE passou então a defender a volta ao presidencialismo o que, de fato, acabaria por acontecer. A Reforma Universitária, considerada a luta específica dos estudantes, passou a integrar o rol das Reformas de Base e sobre as quais a UNE também se posicionava.

Nos episódios que antecederam o golpe civil-militar de 1964, as manifestações da UNE sobre os acontecimentos foram inúmeras e variavam da denúncia sobre o processo em andamento ao exercício de



análise para explicá-lo. Uma vez configurado o golpe, de imediato a sede da UNE foi invadida por bandos repressores, estabelecendo-se, assim, a primeira relação entre os golpistas e os estudantes. Como explicar tamanha ferocidade?

## VI

Uma hipótese plausível seria aquela que atribui à produção teórica da UNE, no pré 64, uma visão crítica que incomodava profundamente os reacionários civis e militares. Se os estudantes pegassem em armas, os riscos não seriam tão grandes quanto se eles conseguissem mobilizar outros setores da sociedade na resistência ao movimento vitorioso de 1964. Desde a Declaração da Bahia de 1961 a UNE apontava para uma perspectiva de revolução brasileira que, por mais comedida que fosse, não seria aquela “revolução” de 1964. Por outro lado, a UNE vinha se posicionando, numa mistura de ideário nacionalista, reformista, populista e socialista junto ao pólo social que a aliança do movimento de 64 veio subordinar ainda mais: a classe trabalhadora. A própria Reforma Universitária teria que assumir um compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo.

*Fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa (UNE, Declaração da Bahia, 1961, p. 26-7).*

Na “Carta do Paraná” o posicionamento dos estudantes inseria a reforma universitária no movimento mais global da revolução brasileira e quando do levantamento da “bandeira do 1/3”, como exigência de representação estudantil nos órgãos colegiados universitários, acompanhado pela “UNE-Volante”, foram inúmeras as acusações de que o Movimento estudantil desejava a comunização da universidade brasileira.

## VII

A UNE, genericamente à esquerda do ponto de vista ideológico, precisava ser combatida segundo os defensores dos interesses do capital e da aliança da burguesia local com a burguesia internacional. Não se pode dizer que houve uma UNE claramente socialista, comunista, jucista ou apista. Muitas tendências estavam lá representadas e os alcances e limites delas traduziam as incertezas históricas de toda a esquerda brasileira. Mas não era conveniente que

filhos das classes médias brasileiras, privilegiados estudantes universitários, defendessem certas idéias reformistas, populistas, nacionalistas, socialistas ou até revolucionárias. Era preciso controlar, era preciso disciplinar e tomar ações exemplares, pois incomodava que os estudantes se elegessem porta-vozes dos oprimidos, mesmo sem a delegação para tanto.

Dado o golpe civil-militar de 1964, a ditadura passou a exercer todo seu poder contra as universidades, os professores, os intelectuais e os estudantes que tentaram resistir, não de forma armada, mas com as idéias, com as críticas e manifestações de descontentamento e não aprovação. A Universidade de Brasília, em implantação, sofreu intervenção e o governo deu início às medidas de controle do Movimento estudantil e da sua organização. A UNE precisou, após a dispersão provocada pelo golpe, de uma junta governativa para reestruturar-se. Era preciso buscar sobreviver recuperando a sede da entidade, realizando um Congresso Nacional dos Estudantes e combatendo os projetos de leis que atingiam o Movimento estudantil. O governo, por sua vez, fez inúmeros pronunciamentos sobre suas idéias de universidade, de reforma universitária e do que esperava dos estudantes. Era preciso combater a subversão e o perigo maior: o comunismo. Os governantes diziam que os jovens haviam sido enganados.

A Lei Suplicy de Lacerda (nº 4464 de 09/nov./64) aprisionou a representação do Movimento estudantil aos órgãos oficiais e acabou tendo por mérito provocar uma maior unidade na resistência a ela, mas a repressão sobre setores da sociedade ampliava-se consideravelmente.

É possível afirmar que o Movimento estudantil sobreviveu aos anos de 1964-65 mais em decorrência das UEEs (Unões Estaduais dos Estudantes) e da reação ao decreto da Lei Suplicy do que da capacidade inicial da UNE se reestruturar. Só um ano após o golpe a UNE realizou o XXVII Congresso Nacional e em um momento em que o governo já avançava com medidas visando estabelecer a sua Reforma Universitária. No interior da UNE os desentendimentos passaram a ser grandes, mas quando o governo anunciou que iria fechar a UNE, a entidade produziu um longo Manifesto (UNE apud Castilho, s.d.) denunciando os atos da ditadura contra as universidades, os intelectuais, o Movimento estudantil, mas principalmente contra os trabalhadores.

O início de 1966 tornou-se mais tenso, pois a UNE anunciou que resistiria a todas as tentativas de seu fechamento e o governo passou a ser chamado de "ditadura de traição nacional". Com a circulação das



notícias acerca da vigência dos acordos MEC-USAID (entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*) para a Reforma Universitária, a mobilização ganhou as ruas com um número sem precedentes de passeatas. Um Congresso Nacional de Estudantes, realizado em Salvador, deu início aos preparativos do XXVIII Congresso da UNE que, proibido, acabou por se realizar em julho de 1966, em Belo Horizonte. Do XXVIII Congresso podem-se resgatar dois importantes documentos: o "Plano de Ação" e a "Declaração de Princípios".

O "Plano de Ação" reiterava a luta pela Reforma Universitária, a revogação do acordo MEC-USAID, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, por um ensino secundário voltado para a formação profissional e a revogação da Lei Suplicy. Nada de muito novo até aí. Por outro lado, as críticas ao imperialismo industrial-militar, à proibição de greves da classe trabalhadora, à legislação emanada da ditadura (os Atos Institucionais), ao arrocho salarial, às prisões políticas, ao beneficiamento do latifúndio, à extinção dos partidos políticos, às cassações de direitos, agudizavam-se. Nada de muito exagerado num campo onde o Movimento Estudantil do mundo ocidental e cristão se universalizava com idéias comuns. Exagerado demais na ótica da ditadura local.

Exagerado demais porque na "Declaração de Princípios" a UNE passou a dizer coisas que chamavam a atenção para um significado mais aproximado do golpe de 64, entendido não como resultado da ação de um grupo de militares usurpadores do poder, mas como representantes dos interesses imperialistas e monopolistas nacionais e contra os direitos das classes trabalhadoras. Colocar a dimensão da luta de classes em pauta, não é tratar de um tema que agrada o conjunto das forças reacionárias que, embora a pratiquem, não a proclamam. Havia campo, portanto, para uma radicalização ainda maior de ambos os lados.

## VIII

Apesar das inúmeras prisões ocorridas após o Congresso de Belo Horizonte e várias medidas de cooptação ensaiadas pela ditadura, a UNE respondeu com a convocação de uma greve geral que deveria ser seguida de passeatas e comícios. Foram tantos e tão violentos os confrontos que Poerner (1979, p. 274-9) sugeriu ter sido "O Setembro Heróico de 66". O ápice das manifestações foi no dia 22, "Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura".

Com Atos Institucionais totalmente arbitrários, com uma legislação específica sobre a manifestação do pensamento, da informação e das manifestações artísticas, definindo crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, a ditadura impunha o terror. Os saldos negativos de vítimas fatais, de cassações, de atos punitivos, de aposentadorias forçadas, de demissões, de reformas de militares, de fechamento de jornais e revistas chegam a números impressionantes. Em paralelo, a ditadura ia efetuando a Reforma Universitária consentida e não aquela que estudantes e outros setores da sociedade pretendiam, embora, é claro, em alguns aspectos acabasse havendo certa identidade entre os projetos.

Em cima dos acontecimentos, a revista Revisão (maio de 1967) publicou a tese da UNE sob o título: "Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro". No longo documento encontra-se a explicitação de um referencial teórico marxista para se exercitar, na seqüência, uma análise do imperialismo. Compreendido o cerne do desenvolvimento capitalista, o imperialismo era apontado como uma fase da evolução desse sistema. O FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a Aliança para o Progresso e a própria ditadura vigente eram apontados como os instrumentos do avanço imperialista, capitaneado pelos EUA, sobre os países subordinados. Observou-se também que, para tal situação se configurar, houve a concorrência dos aliados internos: grupos monopolistas e latifundiários.

A especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil foi outro tópico abordado para se chegar à conclusão de que o golpe de 64 contou com a grande solidariedade da burguesia nacional. O golpe acabava sendo do interesse da burguesia, mesmo que ela ficasse com um papel secundário de sócia menor do imperialismo. Rompendo com a democracia liberal burguesa, o golpe de 64 viabilizou o controle das massas, das classes trabalhadoras e pôs um fim aos desejos reformistas que alimentavam a idéia de que a chamada burguesia nacional pudesse avançar num projeto nacional-desenvolvimentista, aliada aos não-burgueses. O que estava em pauta, portanto, era a clássica oposição: capital x trabalho.

Para a UNE, em decorrência da situação econômica e política implementada após o golpe de 64, o imperialismo e seus aliados internos assumiram o comando diretivo da Reforma Universitária, visando atender as necessidades dessa realidade econômica em configuração. São criticadas as medidas elitistas, a acomodação em



favor do capitalismo, o reforço da alienação das classes dominadas, os critérios de eficiência da educação, os tecnocratas, a orientação para o desenvolvimento e a segurança nacional, bem como o tecnicismo da economia da educação.

O Plano de Luta da tese da UNE especificava a importância do Movimento estudantil como auxiliar do combate ao imperialismo e como aliado da classe revolucionária. No entendimento dos líderes estudantis, a repressão contra o Movimento estudantil era uma decorrência da capacidade que tinha de mobilizar e agitar os problemas nacionais, mas o alvo a ser atingido pela ditadura eram os trabalhadores do campo e da cidade.

Os círculos militares e setores empresariais se preocuparam com o crescimento da politização da UNE. Correta ou incorretamente, as análises da ditadura, em plena vigência da mesma, soavam como denúncias e confronto.

A UNE ainda realizou seu XXIX Congresso, novamente clandestino, em Valinhos/SP, em agosto de 1967. Em outra Carta Política dá ênfase à luta antiimperialista internacional, mantém o básico da Tese da UNE já apresentada e conclama a uma tomada do poder pelos trabalhadores e camponeses. Os estudantes deviam ajudar a combater o inimigo comum: o imperialismo e a ditadura, sua representante. Não era viável, porém, abandonar a luta específica dos estudantes que precisava ser levada à frente como parte da luta maior.

Na medida em que se ampliaram as manifestações de rua, com sucessivas passeatas e algumas mortes de estudantes, já no ano de 1968, a UNE parecia estar sem rumos para o Movimento estudantil. É possível que parte da liderança tenha compreendido melhor o processo histórico que estava em pauta no Brasil, mas não havia mais concordância sobre privilegiar a luta específica dos estudantes ou a luta política mais geral. Para outros, o reconhecimento de que a luta dos estudantes era uma luta auxiliar ao embate principal, capital x trabalho, não passava do campo teórico, pois não se conseguia estabelecer a relação com os trabalhadores do campo e das cidades. As tendências internas ao Movimento estudantil passaram a se multiplicar e é possível que muitas manifestações públicas tenham ocorrido a partir do puro espontaneísmo de determinados grupos. Por outro lado, a Batalha da Rua Maria Antonia, em São Paulo, revelou que entre os estudantes também havia aqueles filiados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), à Frente Anticomunista (FAC) e ao Movimento Anticomunista (MAC), todos defensores de uma ordem nada semelhante às posições assumidas pela UNE.

O crescimento da repressão em 1968, com prisões em números cada vez maiores de estudantes, levou outros setores da sociedade brasileira a se posicionar sobre os acontecimentos e, por outro lado, alguns passaram a alimentar teorias de que era necessária uma ação militar de vanguarda para uma luta frontal contra ditadura. A situação não se alterou muito com a tentativa de realizar o XXX Congresso da UNE em Ibiúna/SP, pois com a prisão de quase oitocentos participantes, as lideranças ficavam cada vez mais restritas, mais cindidas sobre o rumo a tomar e já com menos sustentação das bases aterrorizadas. Mas a situação não piorava somente para o Movimento estudantil porque a repressão política ia se estendendo a vários setores da sociedade, inclusive fechando o Congresso Nacional e editando o Ato Institucional nº 5, expressão máxima, até então, do autoritarismo implantado sobre o país. Muito silêncio e medo foram sendo disseminado naqueles dias.

O movimento de 64 estava efetivamente com o poder de Estado em suas mãos e o governo militar em condições de tomar as medidas sócio-econômicas para as quais ele havia sido instituído, ou seja, aquelas medidas que eram desejadas e exigidas pelos detentores do capital. Trabalhadores em geral e os principais setores oposicionistas arcariam com as conseqüências econômicas e políticas (Sanfelice, 1986, p. 153).

Ou, conforme expressa Soares (2004, p. 35-36):

*[...] os militares, em última instância, desempenharam em todo esse processo a função de braço armado do capital monopolista transnacional, aliado aos setores conservadores e direitistas das classes dominantes "nacionais".*

*[...] a ditadura "brasileira" inscreve-se num quadro mais amplo de instauração, na época, de regimes antidemocráticos em vários outros países da América Latina, da Ásia, da África e até mesmo da Europa, com apoio, de modo geral, do capital transnacional.*

*Esses regimes arbitrários, como se sabe, adotaram como objetivo central barrar as reivindicações e as conquistas das massas trabalhadoras, e se apoiaram na manipulação do discurso ideológico maniqueísta típico da Guerra Fria [...].*

Deixa-se claro, para finalizar, que a ditadura "brasileira", embora tenha assumido uma aparência estritamente militar, foi, na essência, uma ditadura do capital, assim como ocorreu com suas similares latino-americanas e de outros continentes.

Os anos após o AI nº 5 seriam os mais duros do período da ditadura e a UNE, bem como outras organizações de resistência,



passariam à clandestinidade construindo um período sobre o qual os historiadores ainda terão muito o que dizer.

Para efeito deste curto registro, vamos nos deter neste ponto, acrescentando algumas breves considerações.

## IX

O Movimento Estudantil do pós segundo guerra mundial é parte de uma manifestação de toda aquela geração que viveu sob o impacto da Guerra Fria. Aquela geração não se expressou apenas por meio do Movimento Estudantil, pois enquanto um movimento da juventude, foram inúmeras as suas intervenções e dentre elas o Movimento estudantil. O movimento daquela juventude tem algo de abstrato no que diz respeito à sua caracterização social, pois, o fato de que alguém seja jovem, do ponto de vista cronológico, não diz muita coisa sobre a identidade política e sócio-cultural do sujeito. Mas, dada a conotação mundial do movimento da juventude, em suas múltiplas dimensões, isso quer dizer que alguma especificidade marcou no mínimo boa parte da geração de jovens daquele contexto.

Os jovens ou estudantes do Movimento estudantil podem também não ter se restringido a se manifestar somente por meio dele, mas imprimiram nele algumas características universais, nacionais ou regionais de acordo com a demanda de respostas que sentiam a necessidade de dar, face aos rumos do que lhes despertavam o interesse.

A UNE, como instituição representativa de parte dos estudantes brasileiros, constituiu-se em importante *locus* de formação de quadros estudantis, de líderes que mobilizavam massas a respeito de acontecimentos políticos, econômicos, educacionais e outros. Por outro lado, a produção teórica que a UNE passou a produzir sobre o encaminhamento do golpe de 64, sobre a sua efetivação e desfecho, não podia deixar de incomodar. Não eram explicações super-originais, mas eram explicações inconvenientes para os interesses que o movimento de 64 representava.

Não cabe aqui cometer anacronismos cobrando do passado aquilo que ele não realizou, mas tudo teria sido mais complicado se os estudantes tivessem conseguido juntar a teoria e a prática tanto nas lutas consideradas específicas como nas mais gerais. Se isto não ocorreu é porque as condições históricas objetivas não viabilizavam ou então, porque o que decide a história nem sempre é aquilo que se mostra mais visível. Os jovens, os estudantes, as manifestações eram mais visíveis, mas a surda luta do capital x o trabalho acontecia em

outros lugares. A revolução, portanto, não veio das ruas, nem das fábricas. O capitalismo transnacional continuou avançando.

### Referências

- GRÊMIO DA FILOSOFIA - USP. *Revisão*. São Paulo: Departamento de Publicações, maio/1967.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- POERNER, Artur, J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil. A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- SOARES, Alcides R. *A ditadura e seu legado*. São Paulo: Clíper, 2004.
- UNE. *Declaração da Bahia: 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro, 1961.
- UNE. Carta Política do XXIX Congresso Nacional de Estudantes. In: CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE Revista: elementos para uma história da UNE*: São Paulo, Edições Guaraná e DCE-Livre USP 'Alexandre Vanuchi Leme', s.d.
- UNE. Declaração de princípios do XXVIII Congresso. In: CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE Revista: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná e DCE-Livre USP 'Alexandre Vanuchi Leme', s.d.
- UNE. Manifesto de 17 de dezembro de 1965. In: CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE Revista: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná e DCE-Livre USP 'Alexandre Vanuchi Leme', s.d.
- UNE. Plano de ação para o exercício 1966-67. In: CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE Revista: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná e DCE-Livre USP 'Alexandre Vanuchi Leme', s.d.
- UNE. Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro. In: Grêmios da Filosofia - USP. *Revisão*. São Paulo: Departamento de Publicações, maio de 1967.



## 1968: QUANDO O DIÁLOGO É A VIOLÊNCIA<sup>1</sup>

Maria Ribeiro do Valle

**N**o Rio de Janeiro, a morte de Edson Luís (28/03/1968), a "sexta-feira sangrenta" (21/06/68) e a passeata dos "cem mil" (26/06/68), e, em São Paulo, a "guerra da Maria Antônia" (02/10/68) e o 30º Congresso da UNE [União Nacional dos Estudantes] (11/10/68), são episódios que nos permitem acompanhar a opção do Movimento Estudantil (ME) pela utilização da violência, em 1968, frente à conjuntura política mais ampla que culmina na decretação do AI-5 (Ato Institucional nº 5).

### O Golpe Militar

No mesmo dia do golpe militar de 1964 – quando o prédio da UNE é depredado, incendiado e destruído – o meio estudantil passa a ser alvo das ações do aparato-militar e dos organismos direitistas. Quase todas as entidades estudantis sofrem intervenção; a Universidade de Brasília (UNB) é vítima de sua primeira invasão, acompanhada da prisão indiscriminada tanto de professores quanto de alunos considerados subversivos. Inquéritos Policiais Militares (IPMs) são instaurados com objetivo de controle do meio estudantil e da universidade. É nesse sentido que deve ser entendida a extinção da UNE e das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e sua substituição por organizações diretamente subordinadas ao Estado determinadas pela conhecida Lei Suplicy em novembro de 1964 (Poerner, 1968).

Em julho de 1965, a UNE realizará seu último congresso legal, partindo então para uma intensa atividade clandestina, tornando-se território exclusivo das correntes de esquerda. 1966 assiste à emergência das manifestações de rua que, iniciadas em março, estender-se-ão até o mês de setembro. A atitude repressiva do governo diante das mesmas é justificada pelo diagnóstico do Presidente Castelo Branco, que vê nestes protestos inspiração comunista e alcance subversivo: uma ameaça à Segurança Interna na ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

<sup>1</sup> Este texto é parte das reflexões desenvolvidas por Maria Ribeiro do Valle no livro de sua autoria intitulado *1968: o diálogo é a violência - movimento estudantil e ditadura militar no Brasil* (Campinas: Editora da Unicamp, 1999).

O 28º Congresso da UNE, apesar de todo aparato repressivo montado para impedi-lo, consegue levar a cabo suas atividades. No entanto, o Congresso da UEE paulista, iniciado alguns dias depois, é invadido pela polícia militar. Tal episódio tem repercussão nacional através de protestos estudantis – conhecidos como a “setembrada”. A polícia estará presente em todas as passeatas, destacando-se no Rio de Janeiro, pela brutal violência utilizada no episódio que, por isto mesmo, receberia o nome de Massacre da Praia Vermelha. Nova onda de protestos, embora de menor intensidade. As manifestações públicas estudantis perdem o fôlego, mas a esquerda universitária passa definitivamente ao comando de suas reivindicações.

Em março de 1967, assume a Presidência da República o General Costa e Silva que, envolto neste clima, paradoxalmente, faz promessas de redemocratização: desde uma liberalização do sistema político-partidário até um diálogo com trabalhadores e estudantes. Estará de volta à cena das discussões políticas a crise da universidade brasileira, inflamada pelos protestos dos excedentes que, embora sendo aprovados em vestibular, não conseguem vagas no ensino superior. Tal situação decorre da política educacional do pós-1964, pautada na redução de verbas e no abandono de investimentos públicos na universidade, justificados pela estratégia de contenção de gastos em setores não diretamente produtivos.

As manifestações estudantis de rua, em 1967, têm como alvo a Política Educacional do Governo cujas diretrizes estão sendo delineadas desde o golpe, através do estabelecimento dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* (acordos MEC-USAID). Costa e Silva opta novamente por medidas repressivas, dentre as quais a proibição do 29º Congresso da UNE, que acaba sendo realizado na clandestinidade.

### A Morte de Edson Luís

Em 1968, as Forças Armadas anunciam a sua disposição em permanecer ainda por muito tempo no exercício da função de ordenar a vida nacional, antes que o poder político fosse devolvido aos civis. Os estudantes, um dos setores mais tensos das relações com o governo, continuam sendo relegados ao âmbito da segurança. Tanto assim que no dia dois de janeiro Costa e Silva baixa um decreto, criando uma comissão especial, para a formulação de uma nova política governamental para os estudantes, que será chefiada pelo Coronel Meira Matos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança. O



Ministério da Educação estará, a partir de então, subordinado a este órgão; fato que explicita a disposição do governo para a militarização do problema estudantil (Cruz, 1991).

O final de janeiro assiste aos protestos dos estudantes do restaurante Calabouço que se manifestam através de uma pequena passeata, reivindicando melhorias de condições de higiene e funcionamento do mesmo, sendo reprimidos a tiros pela polícia no centro do Rio de Janeiro. No dia 28 de março morre Edson Luís durante o choque da Polícia Militar (PM) com os integrantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) que organizam uma manifestação contrária ao aumento do preço da refeição, considerado abusivo, e pela conclusão das obras do restaurante.

A morte de Edson Luís permite-nos iniciar o percurso da violência no ano de 68, quando ocorre a opção do movimento estudantil por lançar mão da mesma arma que vinha então sendo utilizada pelo governo. Edson Luís assassinado pela Polícia Militar: estudante secundarista, pobre, trabalhador, recém chegado ao Rio de Janeiro. Não traz, portanto, adjetivos como líder subversivo, comunista, agitador, tão caros às buscas militares. Morre indefeso enquanto faz a sua refeição no Calabouço - restaurante universitário no qual auxiliava na limpeza para poder prosseguir em seus estudos. É o primeiro assassinato explícito da ditadura, como enfatizam os estudantes. A violência policial explode contra um inocente levando, assim, setores da população de vários Estados à indignação. A extraordinária presença da população do Rio de Janeiro tanto no velório quanto no enterro de Edson Luís expressa o maior apoio recebido pelo movimento estudantil até então (Martins Filho, 1987, p.118-19).

Notamos, assim, a centralidade da questão da violência neste episódio, mostrando que a solidariedade recebida pelo ME tem como forte componente a indignação frente ao assassinato de um secundarista (Ventura, 1988, p. 96). A violência que mata um estudante - não sendo nem ao menos uma liderança subversiva que possa estar comprometendo a tranqüilidade nacional - transforma-se em um forte motivo para a adesão inclusive de setores das classes dominantes - que podem ter seus filhos mortos - ao repúdio à ação da PM (Saes, 1985, p.206).

O governo utiliza-se do argumento legal-policia para justificar a invasão ao Calabouço, ou seja, caracteriza o protesto estudantil como ilegal por ocorrer sem a autorização dos órgãos responsáveis pela segurança pública. A PM apenas reage ao ataque dos estudantes,

segundo os relatos das autoridades envolvidas no incidente. A ação da polícia é sustentada pelo discurso governamental da manutenção da ordem ameaçada por subversivos e infiltradores comunistas que têm o intuito de levar à frente uma manifestação contra o governo. E também pelo fato de se encontrarem os estudantes em maioria e portando número superior de armas. Notamos, assim, a tentativa do governo de inverter a situação, embora diante da evidência da violência policial, bem como a sua discrepância frente aos integrantes da FUEC. Neste momento, porém, o tiro saía pela culatra.

A repercussão da morte de Edson Luís ultrapassa as fronteiras do Rio de Janeiro. As manifestações estudantis confirmam, na prática, a opção pelo enfrentamento diante das investidas policiais. A violência emerge, assim, como aspecto distintivo dos protestos de rua, em 68, tendo como marco o episódio da morte de Edson Luís.

Os estudantes, apesar da determinação federal contrária, voltam às ruas no dia primeiro de abril – aniversário do golpe de 64 –, atitude que serve de pretexto ao governo para a justificativa da repressão. Deste ponto de vista, a violência da PM e a intervenção das Forças Armadas são atos de legítima defesa frente à ilegalidade desta passeata e às violências materiais praticadas por agitadores profissionais infiltrados no ME. Notamos assim a tentativa das autoridades governamentais de atribuir caráter violento ao movimento estudantil.

Na missa de sétimo dia de Edson Luís, a fúria policial, respaldada pela ocupação da Guanabara pelas Forças Armadas, recai sobre toda a população indiscriminadamente. Sendo, então, a violência exercida apenas pela polícia, cai novamente por terra qualquer argumentação no sentido de uma reação ao “ataque” dos estudantes.

A opção do ME pelo enfrentamento passa a ser consenso em 1968. A partir do episódio da morte de Edson Luís notamos que há um entrelaçamento entre a violência proposta pelo movimento estudantil e a que reage aos acontecimentos na medida em que o imprevisto irrompe na história. As lideranças estudantis interpretam a inesperada adesão popular contra a repressão policial – que do ponto de vista do movimento estudantil explicita o caráter ditatorial do governo Costa e Silva, representante do capitalismo – como a viabilidade da derrubada do regime. Portanto é chegada a hora da utilização da violência (Santos et al., 1980).



### A sexta-feira Sangrenta

Uma concentração dos estudantes no pátio do MEC (Ministério da Educação e Cultura) é marcada para o dia 11 de junho. O fato de o ME retomar as passeatas em junho é vinculado pelo governo às manifestações estudantis que eclodem em diversos países, a partir de maio, fortalecendo a divulgação de um plano internacional de subversão e da construção do inimigo externo. Sob a determinação de evitá-la, todas as tropas do Exército entram em regime de prontidão. No dia anterior, o ministro da Educação, Tarso Dutra, em nota oficial, colocava-se contrário à concentração, afirmando que ela pode ter sentido de ameaça e que neste clima jamais poderá haver entendimentos.

O protesto estudantil – pela falta de verbas na Universidade, contra o Acordo MEC-USAID, a criação de fundações e a Política Educacional do Governo (PEG) – acaba transformando-se em passeata devido à forte repressão policial que impede a concentração. Tarso Dutra dirá mais tarde desconhecer até mesmo a presença da PM no Ministério da Educação antes da chegada dos estudantes. No entanto, a polícia despeja grande quantidade de gás nas proximidades do MEC, espanca, atira jatos de água e prende mais de dez pessoas. No trajeto da passeata, os estudantes promovem comícios, depredam e viram viaturas policiais, utilizando também novas táticas para driblar a polícia. O ME, recebendo o apoio também dos secundaristas e da FUEC, com o intuito de demonstrar a sua disposição de luta e de desmascarar a farsa de Tarso Dutra que no dia seguinte da última passeata declara ter ficado à espera dos estudantes enquanto estes preferiram a baderna, volta a programar a concentração impedida pelo aparato policial na semana anterior.

No dia 19 de junho o ministro Tarso Dutra volta a confirmar a sua disposição ao diálogo com as lideranças autênticas, enquanto no final da tarde os estudantes decidem prosseguir na luta, exigindo a libertação de todos os presos. As autoridades pronunciam-se condenando os estudantes, denunciando a infiltração de elementos subversivos nas suas manifestações. No dia seguinte, dois mil alunos reúnem-se, na Praia Vermelha, para debater os resultados do movimento contra a PEG com a presença do reitor e de conselheiros universitários. A assembléia geral universitária acaba em tragédia, pois a PM que havia cercado a universidade, espanca e prende parte de seus participantes, depois de cometer brutalidades sexuais contra as

estudantes que foram tangidas para o campo do Botafogo (Ventura, 1988).

Sexta-feira, dia 21 de junho, os estudantes voltam a cair na cilada do diálogo proposto por Tarso Dutra. Nova passeata de protesto e de denúncia da violência da PM, no dia anterior, acaba recebendo a mesma resposta: a repressão, mostrando que o Rio em matéria de violência ainda tem muito a assistir. A proporção tomada pela violência na sexta-feira sangrenta tem um dado novo: a adesão de setores populares se faz presente de forma inusitada. Durante o conflito, que ganha enorme proporção, torna-se difícil distinguir agressores de agredidos. Um PM é morto, vários são feridos. 27 populares mortos, além de muitos feridos. O governo responsabiliza a imprensa pela dimensão dos conflitos, pois a população revolta-se diante das cenas de violência dos dias anteriores, estampadas nas primeiras páginas dos jornais. Os estudantes, por sua vez, agradecem o apoio da população e da imprensa que os apóia, participando de suas manifestações de rua.

No olhar dos estudantes a adesão popular parece esperada pela PM, que age como se estivesse diante de uma guerrilha urbana organizada. O plano geral de subversão anunciado pelo governo parece tomar as ruas. O relatório do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) sustenta esta hipótese ao enfatizar a perfeição do esquema das táticas utilizadas pelos estudantes, devido à sua semelhança com as operações militares. Outro dado importante divulgado pelo SNI é a presença de comunistas notórios e líderes cassados na sexta-feira. O comandante do II Exército, não apenas confirma a infiltração comunista nas massas estudantis, como a interpreta como um desafio ao qual promete responder com a máxima violência. No mesmo sentido, a PM afirma que irá endurecer devido à morte de seu soldado na sexta-feira sangrenta. Os estudantes, diante destas ameaças, garantem que não recuarão, respondendo a violência com a violência. O clima é de escalada.

#### **A Passeata dos Cem Mil**

No dia 26 de junho o protesto contra as violências policiais, conhecido como "a passeata dos cem mil", consegue a adesão de vários setores populares: mães, artistas, professores, jornalistas, líderes cassados, servidores, populares, advogados, padres e freiras, dissidentes da "Revolução" (integrantes da Frente Ampla). A violência está presente na retórica. Nos discursos, a derrubada da ditadura, através da formação de um exército popular revolucionário. Na prática, a PM mantém-se ausente. Não ocorrem ações violentas. O argumento



de que a polícia apenas age em legítima defesa está ausente, pois sem a presença da polícia não há violência. Há neste momento um contraponto à “sexta-feira sangrenta”. O governo e o ME sentem a necessidade de controlar a violência. Tanto a PM quanto a população são advertidas para não aceitar provocações. O recuo nas ações violentas faz parte da estratégia política dos dois grupos em questão: tentar atribuir o caráter violento para o inimigo na tentativa de conquistar o apoio da população.

Na “passeata dos cem mil” estão em cena os discursos radicais. Discursos que revelam o posicionamento dos atores. Para o governo, a confirmação de um plano para a derrubada da ditadura. Para o movimento estudantil, o momento em que explicita a sua opção pela violência (Reis Filho, 1988, p.122). Costa e Silva – oscilando mais uma vez entre atitudes repressivas e de liberalização – embora receba a comissão dos cem mil para o diálogo – ato surpreendente por partir de um presidente da República em plena ditadura militar – não cede a qualquer de seus reclamos. No jogo da negociação os estudantes prometem voltar às ruas caso suas reivindicações não sejam atendidas. E cumprem, pois cinqüenta mil pessoas participam da manifestação que visa a mostrar que a proposta de diálogo do governo é finalmente desmascarada. Novamente não há a presença da PM, mas logo a seguir as passeatas são terminantemente proibidas. Agora a justificativa é dada pela retórica estudantil e pelo conteúdo de seus panfletos.

Em julho, O Conselho de Segurança Nacional (CSN) se reúne, reiterando a proibição das passeatas e a promessa de sua repressão com a atuação decisiva das tropas federais. Os documentos, as palavras de ordem, os discursos radicais dos estudantes e a adesão da população aos seus protestos estão sendo utilizados pelo governo como justificativas para medidas de exceção por confirmarem a existência de uma insurreição popular.

#### **A Guerra da Maria Antônia**

Logo no início do segundo semestre de 1968, a Guanabara terá provas suficientes de que as decisões tomadas pelo CSN são irreversíveis. O governo declara os estudantes como o inimigo interno que precisa ser esmagado. Os estudantes optam por entrar em recesso, evitando o confronto nas ruas, tão desigual neste momento, com as forças da repressão. A ordem agora é acumular forças e preparar o 30º Congresso da UNE. Algumas faculdades são ocupadas militarmente

pelos mesmos. O foco privilegiado para as ações policiais passa a ser a Universidade.

Desde junho a Faculdade de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo) — sediada à Rua Maria Antônia — está vivendo a experiência da ocupação. No dia 02 de outubro, os universitários e secundaristas realizam, nesta rua, um pedágio com o fim de recolher fundos para a realização do Congresso da UNE, sendo agredidos, então, com ovos e pedradas partidos do prédio do Mackenzie — situado à frente da Faculdade de Filosofia. A agressão, segundo os estudantes da USP, visa o impedimento da realização do Congresso. No dia seguinte a batalha continua. Um estudante é assassinado, o secundarista José Guimarães. Diferentemente do crime de Edson Luís, a morte de José Guimarães parece não apenas deixar dúvidas quanto ao seu assassino como, na visão de alguns, depõe contra o próprio movimento estudantil. Parte dos estudantes da USP sai em passeata para denunciar a violência à população: mais um crime da ditadura. Nem todos os estudantes da USP, envolvidos nos conflitos, comparecem à passeata. Alguns deles continuam lutando na Maria Antônia. No final da tarde, o comando da Força Pública recebe ordens para enviar tropas para a ocupação da Faculdade de Filosofia e da Universidade Mackenzie. O prédio da Filosofia é invadido e totalmente destruído pela PM.

Apesar das diferentes versões sobre os conflitos da Maria Antônia, o fato de eles se transformarem em uma guerrilha urbana envolvendo estudantes, não pode ser negado. A opção do movimento estudantil pelo uso da violência é, ao mesmo tempo, resposta ao aumento ostensivo da repressão como também parte da opção política de algumas lideranças neste momento: a ocupação militar das faculdades (Coelho, 1990). A conjuntura política mais geral de radicalização dos grupos paramilitares e, portanto, a dinâmica dos acontecimentos, propicia a emergência de ações violentas — como a defesa militar do prédio da filosofia da USP com formação de barricadas e revide aos ataques do Mackenzie; a prisão de dois membros do CCC e o debate em torno da formação de milícias estudantis por estudantes que se identificam com as propostas da esquerda. Há, inclusive, a presença de organizações armadas ao lado dos estudantes da Filosofia durante a sua ocupação, como, por exemplo, as da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fornecendo armas para que seus simpatizantes defendessem o prédio de uma eventual invasão do CCC (Ridenti, 1993). Enquanto no primeiro semestre o movimento estudantil traz para as manifestações públicas as discussões da esquerda em torno



da utilização da violência, no segundo semestre é o episódio da Maria Antônia que leva às ruas práticas de luta armada (Cardoso, 1988).

Fazendo um contraponto com as manifestações do primeiro semestre, voltamos a constatar a centralidade da questão da violência na dinâmica dos acontecimentos de 68. Na sexta-feira sangrenta, os estudantes são absolvidos da acusação de praticar atos violentos, atribuídos à polícia e aos populares. Na passeata dos cem mil, em repúdio à semana sangrenta, em que a violência está presente apenas na retórica, a adesão da população carioca é histórica. Já na guerra da Maria Antônia, a utilização da violência pelos estudantes contribui para prejudicar a imagem do ME. Neste momento, a massa fica silenciosa, uma vez que a população não comparece mais ao lado dos estudantes, pelo menos não na proporção atingida no primeiro semestre. Há, assim, a emergência da vitória do governo quanto à imagem militarista do movimento estudantil.

### O 30º Congresso da UNE

O 30º Congresso da UNE, clandestino, é interdito em sua fase inicial no sítio Murundu, pertencente ao município de Ibiúna – cidade do interior de São Paulo. Toda a movimentação dos estudantes nas suas proximidades deixa a população alarmada, devido à presença de elementos estranhos. O cerco ao local do Congresso ocorre sem a resistência dos estudantes. Como são presos estudantes de quase todo o país, o DOPS (Departamento de Ordem e Política Social) decide apurar a extensão do movimento para avaliar o perigo que representa para a segurança nacional. E promete vasculhar o comprometimento de cada um não apenas com seu setor, mas também com os atos terroristas. As autoridades responsáveis pelas prisões vangloriam-se de tamanho feito: prender todos de uma vez sem derramamento de sangue.

Há o canto da vitória do governo que acredita que, a partir de Ibiúna, o ME está liquidado politicamente e que os estudantes voltarão para as suas atividades normais. Costa e Silva, ao se referir às minorias radicais, insiste em não ser o presidente de certo número de brasileiros, mas de todos os brasileiros. O discurso governamental, que tanto enfatiza a presença de agentes subversivos sob orientação externa e, portanto, a necessidade de despolitizar o movimento estudantil através da prisão de seus perigosos líderes, parece explicar a ausência da população nos últimos episódios. No primeiro semestre, parte significativa da população do Rio de Janeiro e de São Paulo

participa das manifestações de rua contra a repressão. Na guerra da Maria Antônia e depois da queda do Congresso de Ibiúna, os estudantes estarão isolados em suas manifestações apesar do aumento da repressão e, talvez contraditoriamente, também por isto.

A repressão, que no primeiro semestre aglutina a população contra o governo, agora, se não conta com o apoio da mesma, não recebe mais a sua contestação. A expressiva mobilização das mães tanto no Rio quanto em São Paulo contribui para acelerar a libertação dos estudantes presos em Ibiúna. Mas como um movimento por uma causa específica: seus filhos. O comparecimento da massa às manifestações contra a ditadura vinha esvaindo-se desde a guerra da Maria Antônia. Os estudantes passam a ser vistos como perigosos líderes, subversivos, engrossando o radicalismo de esquerda. A insegurança e o clima de pânico gerados pela indefinição da autoria dos atentados terroristas e assaltos a bancos leva a imprensa a veicular que a população está acuada, suspeitando de todos.

As organizações paramilitares muito contribuem também para mascarar o envolvimento do governo com ações terroristas e para criar a necessidade de fechamento do regime. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) desempenhará um ativo papel, isentando de responsabilidade os agentes do DOPS e as autoridades do alto escalão militar — assim como a polícia no episódio da Maria Antônia —, apesar de estarem na prática atuando conjuntamente com eles. O CCC estará à frente das ações terroristas contra o movimento estudantil, como nas explosões de bombas em faculdades e nas ameaças de extermínio aos estudantes comunistas. O Governo acelera as medidas para aprovar a reforma universitária através do Congresso e de seus Grupos de Trabalhos, buscando ressaltar a sua disposição em atender aos anseios dos “verdadeiros” estudantes, dando também margem para que seja deslocada a atenção apenas para as ações terroristas das organizações paramilitares contra aqueles considerados subversivos, embora, há muito tempo, as autoridades militares estejam à sua procura.

O endurecimento do governo Costa e Silva, no que se refere aos estudantes, é a confirmação de que a repressão será mantida. O inquérito policial sobre o 30º Congresso da UNE é enviado à 2ª auditoria Militar, lavrando o flagrante dos estudantes presos em que figuram separadamente, por um lado, os líderes do ME e, por outro, aqueles de menor participação política. O ME, além de não contar mais com a presença da população, inicialmente sensível aos seus reclamos, encontra pela frente a continuidade da repressão com um sério agravante: seus principais líderes estão presos.



### Considerações Finais

O ME, no primeiro semestre, consegue atrair a população devido à aparência pacífica de seus protestos. A opção do movimento estudantil pela violência, no segundo semestre, em uma conjuntura de guerra entre os radicais de direita e esquerda, repercute na confirmação da imagem militarista dos estudantes. Se, inicialmente, o ME desmascara o caráter violento da ditadura, atraindo a população, agora é o governo que explicita o caráter violento do ME. Desde junho, o governo estava vinculando a apreensão dos panfletos de esquerda às manifestações estudantis. Os documentos do 30º Congresso confirmam a proposta da utilização da violência para a tomada do poder (Ridenti, 1993). Há, então, a coincidência entre as acusações governamentais e as bandeiras de luta estudantis. As práticas revolucionárias levadas às ruas pelo movimento estudantil estão duramente golpeadas. O ME, enquanto movimento de massas, está fora do processo revolucionário. Em dezembro, o AI-5 é decretado, selando a confirmação das medidas tomadas como repressão ao ME. Aqueles que pretenderem prosseguir na oposição ao regime militar deverão trilhar outros caminhos, como a alternativa de se integrar à luta armada.

### Bibliografia

- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Os acontecimentos de 1968. Notas para uma interpretação. In: SANTOS, Maria Cecília L. dos. *Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *A Transformação Social em Questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. São Paulo, USP, tese de doutorado, 1990, mimeo.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. 1968 - movimento estudantil e Crise na Política Brasileira. In: *Revista do IFCH/UNICAMP*, n. 32, Campinas, 1991.
- POERNER, Artur José, *O Poder Jovem*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar, 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP/FAPESP, 1993.

- REIS FILHO, Daniel A.; MORAES, Pedro de. 1968:- A Paixão de uma Utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- SAES, Décio A. M. de. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SANTOS, Nilton et al. *História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes*, vol.1. São Paulo: Livramento, 1980.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.) *Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano Que Não Terminou: A Aventura de uma Geração. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1988.
- VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: *O Diálogo é a Violência*. Movimento Estudantil e Ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.



## A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL NOS ANOS DE 1960.<sup>1</sup>

Luís Antonio Groppo

O ensino superior brasileiro, pelo menos desde a segunda metade dos anos 1990, vem passando por diversas transformações: expansão do número de vagas, crescimento das instituições de caráter privado, crise das instituições públicas etc. É claro, não cabe aqui arrolar todas as transformações que o ensino superior vem passando, dado os objetivos deste capítulo. Mas vale lembrar que estas se viram enredadas a diversas polêmicas nos meios políticos e midiáticos, que foram objeto de projetos de reforma – em geral de cunho neoliberal – criados pelo Estado ou inspirados por agências financeiras supranacionais. Este capítulo discute justamente um outro momento crucial de transformações, discussões e elaboração de projetos sobre o ensino superior, os anos 1960, em destaque o ano de 1968. Mas, diferente do debate atual, nos anos 1960 foi fundamental a participação dos movimentos estudantis, principalmente em torno da UNE (União Nacional dos Estudantes). O capítulo justifica-se assim, ao menos, como recurso de comparação histórica, para se compreender melhor os desafios e dilemas atuais no tocante às metamorfoses do ensino superior, bem como as reais ou possíveis formas de participação do Estado, da sociedade e de diversos movimentos sociais nestas.

Em relação ao ano de 1968, este capítulo se baseia na análise histórica de documentos estudantis produzidos então: basicamente, jornais e panfletos criados pela imprensa estudantil, por entidades como a UNE e UEEs (União Estaduais dos Estudantes). Em relação aos anos anteriores, baseie-me apenas em fontes secundárias – em geral, obras sobre os movimentos estudantis nos anos 1960. Esta análise buscou caracterizar e interpretar as concepções do movimento estudantil brasileiro em relação às universidades e ao ensino superior, ao longo dos anos 1960, especialmente 1968.

Em relação a tais concepções do movimento estudantil, destacam-se dois momentos: o período “populista”, no início da década, antes do golpe de 1964; o movimento estudantil de 1968,

<sup>1</sup> Este texto foi originalmente publicado em forma de artigo no periódico *Impulso*. Piracicaba: Editora Unimep, vol. 16, n. 40, ago./2005, p. 117-131.

gerador de uma intensa discussão sócio-política, em que a questão universitária não foi sempre o principal tema, diferente do movimento estudantil no período "populista". Em 1968, enfim, disputas políticas internas à UNE e diferenças ideológicas geraram duas diferentes concepções sobre o papel do movimento estudantil na "revolução" popular defendida então pelas esquerdas estudantis: a luta de massa e a luta específica. De todo modo, porém, as duas linhas não destoaram muito em seus diagnósticos sobre a condição do ensino superior. Pode se destacar a rejeição dos acordos do Ministério da Educação com a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), acordos que repetiram algumas das características dos recentes projetos e práticas de "reforma" do ensino superior: negociações fechadas, cláusulas secretas ou nebulosas, eficácia pedagógica duvidosa das medidas adotadas, subsunção do ensino aos interesses do grande capital privado etc. Desde então, começava a se delinear a perspectiva neoliberal sobre a educação: ela era um serviço, ou produto, que devia submeter-se aos mecanismos do "mercado"; sua condução devia se dar como "administração empresarial" (Gentili, 2002).

De qualquer maneira, evitando ou não a imposição destas reformas, o movimento estudantil em 1968 ao menos conseguiu tornar público e crítico o debate sobre o caráter das reformas educacionais propaladas então. Caráter que combinava autoritarismo, tecnocracia e medidas em prol da mercantilização do ensino superior. Tal exemplo pode servir para demonstrar a importância da participação crítica daqueles que são sempre as maiores vítimas destas reformas, os estudantes.

### **O Ensino universitário no Brasil nos anos de 1960**

Os dados gerais sobre os cursos superiores nos anos 1960 nos informam, ao mesmo tempo, a pequenez relativa da categoria universitária e seu crescimento acelerado durante toda a década. Crescimento que atingiria o auge nas décadas seguintes, demonstrando que a "democratização" da universidade nos anos 1960 era apenas o início de um processo de multiplicação das vagas e proliferação de cursos superiores. A questão universitária nos anos 1960, nesse sentido, poderia ser interpretada como um interstício entre a universidade elitista e os cursos superiores proliferados, mas de caráter mais técnico. Interstício em que propostas diferenciadas se fizeram ouvir, principalmente por parte dos estudantes, negando o elitismo e exigindo



a modernização dos cursos, mas não aceitando necessariamente o tecnicismo estrito, nem a proliferação dos cursos apenas pela ação de instituições particulares.

Em 1968, os universitários eram cerca de 0,5% da população do país. Ou seja, somente um em cada 500 brasileiros estava matriculado em um curso superior. Em relação à faixa etária de 20 a 24 anos, este número representava apenas 2% (30 anos depois, seria 12%). Também os cursos secundários haviam penetrado relativamente pouco na população: dos 90 milhões de brasileiros, apenas 4,5 milhões haviam terminado o segundo grau. Ao mesmo tempo, porém, desde a década de 1950 vivia-se um processo de “abertura” da Universidade, em destaque aos setores sociais médios. As matrículas cresceram à taxa média de 12,5% ao ano: de 27.253 estudantes universitários em 1945, para 107.299 em 1962. Seriam 180 mil universitários em 1966 e 278 mil em 1968. Em 1970, o número de universitários saltaria para 425 mil (Reis Filho, 1999; Almeida; Weis, 1998; Martins Filho, 1998, p. 14 e 17).

Já nos anos 1960, a participação do Estado no ensino superior estava longe de ser exclusiva e caminhava para deixar de ser predominante. Em 1965, o Estado era responsável por 57% das vagas no ensino superior - porcentagem que, na verdade, estava em queda (era de 61% em 1963), demonstrando a tendência das décadas seguintes (Viotti, E. “Pensamentos de um Atcon” In. *Jornal da UEE*, jun./1968). Diante do significado destes dados, pode-se afirmar que um dos limites da atuação dos militantes dos “partidos” estudantis de então foi a referência quase que exclusiva às universidades públicas, seguida da defesa estrita do ensino público e gratuito, pouco contemplando os interesses e necessidades dos estudantes de instituições privadas.

#### **A questão universitária antes de 1968**

Nos dois principais momentos do movimento estudantil nos anos 1960, nos últimos anos da democracia populista e em 1968, a questão universitária esteve fortemente presente. Em ambos os momentos, ela se entrelaçava, para os militantes das esquerdas estudantis, com a questão da transformação social ampla, com a “revolução”. Mas ambas as questões adquiriram diferentes teores em cada um dos momentos.

Se em 1968, a questão universitária secundou o debate sobre a “revolução”, no início dos anos 1960 ela foi a principal questão do movimento estudantil e da UNE - por meio da luta pela Reforma Universitária. Marialice Foracchi considera o ano de 1960 como uma espécie de ponto de partida para a luta pela Reforma da universidade,

através, justamente, do contato da UNE com uma proposta que já era amplamente debatida no resto da América Latina. Em 1960 ocorria o 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado na Bahia (Foracchi, 1972).

Uma série de novos encontros e seminários, debatendo o tema, se daria nos anos seguintes, organizados pela UNE. Em 1961, o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, novamente na Bahia, da qual resultou a “Declaração da Bahia” – comentada adiante, uma das primeiras versões do que poderia ser chamado de “populismo estudantil”. Em 1962, realizou-se em Curitiba, Paraná, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, do qual resultou novo documento, a “Carta do Paraná” - em que era apresentada a reivindicação da representação dos estudantes em 1/3 dos órgãos colegiados das universidades. Em 1963, um ano antes do Golpe Militar, deu-se o II Seminário Nacional, que referendou a Carta do Paraná.<sup>2</sup>

Enquanto a UNE e as entidades estudantis ingressavam na Campanha da Reforma Universitária, o Congresso Nacional discutia e aprovava em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A LDB foi integralmente condenada pela UNE na “Carta da Bahia”, escrita em maio de 1961. Para fundamentar tal condenação, a Declaração da Bahia tocava em pontos básicos que seriam repetidos pelo movimento estudantil nos anos seguintes, misturando populismo, nacionalismo e a retórica da alienação com uma certa defesa do tecnicismo (dado a influência de ideais desenvolvimentistas): a universidade brasileira era privilégio de poucos; ela falhava na sua missão cultural ao ser mera importadora de modelos inadequados à nossa realidade; ela falhava na sua missão profissional, não formando profissionais competentes; e falhava na sua missão social, “ao formar profissionais individualistas, mantenedores da ideologia do *status quo*” (apud Silva, 1989, p. 146). A Carta afirmava a necessidade de se reformar a universidade juntamente com a reforma da sociedade: “Uma universidade ótima só será possível numa sociedade ótima” (apud *ibid.*). A universidade era caracterizada como

*[...] uma superestrutura de uma sociedade alienada isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente. [...] A Universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a Universidade se situa em seu topo (apud Poerner, 1979, p. 191).*

<sup>2</sup> Ambos os documentos citados encontram-se como anexos em Fávero, 1994.



Mas a rejeição pela UNE não impediu que a LDB fosse aprovada. Contudo, a Lei previa que até 27 de junho de 1962 as Faculdades deveriam enviar seus estatutos reformulados ao Conselho Federal da Educação. A UNE procurou ver contemplada nestes estatutos sua proposta do 1/3, ou seja, a participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados das instituições superiores. Esta reivindicação gerou a grande ação (e frustração) da UNE neste período: a greve do 1/3, ocorrida em 1962. A greve paralisou 40 universidades no Brasil (23 federais, 14 particulares e três estaduais), mas, apesar do sucesso inicial, acabou fracassando e desgastando a UNE.

Derrota ainda maior – e não apenas para o movimento estudantil, mas para todas as forças progressistas de então – foi o Golpe Militar de 1964. Entre as ações violentas, destaca-se o incêndio do Clube Germânia, então sede da UNE, por grupos paramilitares. Logo, a UNE seria declarada ilegal pelo regime militar, mas continuaria funcionando de modo clandestino por muitos anos mais.

Entre os dilemas enfrentados pelo movimento estudantil nas discussões sobre a universidade, destaca-se aquele que coloca, frente a frente, ensino “modernizado” (voltado às novas tecnologias e às novas especializações) e ensino “politizado” (voltado às necessidades sociais). Desde as discussões sobre a Reforma Universitária, no início dos anos 1960, pode-se sentir que seus defensores tentaram, nem sempre com sucesso, conciliar as duas concepções. Dentro do movimento estudantil, que se reorganizava em 1965, percebe-se esta tentativa de conciliar tecnicismo e missão social da universidade, como nas palavras do então diretor do Diretório Central Estudantil da USP (Universidade de São Paulo), Jorge Fagali Neto: “Nossa preocupação não é somente formar técnicos, cientistas ou artistas, mas que eles tenham uma formação integral, com uma função engajada, uma dimensão social, voltada para o progresso de sua pátria, de liberdade para os homens, de humanização para este mundo de todos os homens” (apud Revista DCE USP Livre, 1965, p. 1).

Mas as políticas universitárias desenvolvidas pelos governos militares pareciam caminhar em sentido inverso ao desejado pelos defensores da Reforma Universitária. O regime logo começou a esboçar a sua própria Reforma, a qual refletia as filosofias, valores e interesses de cunho militar e tecnocrático da cúpula empresarial-militar dirigente do Estado criado em 1964. Além da manutenção ou extravio do controle para as mãos de dirigentes universitários ligados ao regime, expressava-se pela primeira vez os interesses empresariais no campo educacional, com um conceito pragmático de educação – tida como

instrumento de “desenvolvimento” e avaliada por critérios como rendimento e eficácia (Fávero, 1991).

O desencontro entre estudantes e Estado foi forte já no governo de Castelo Branco quando, diante das arbitrariedades do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda<sup>3</sup>, o movimento estudantil ressurgiu como reação ao avanço do autoritarismo tecnocrático deste regime contra as instituições de ensino superior.

Durante 1968, o ministério seria ocupado por outro político avesso ao diálogo, Tarso Dutra. Ele faria distribuir uma circular endereçada às universidades do país, em 30 de janeiro de 1968, exigindo a elaboração de “fichas ideológicas” de professores e funcionários (Perrone, 1988, p. 149). Na verdade, em cada Estado, oficiais do Exército, seguindo doutrinas anticomunistas, supervisionados pela nascente comunidade de informações, cuidavam das políticas estaduais de educação (Alves, 1993).

No tocante à política universitária, os governos militares nos anos 1960 celebrizaram-se pelos “Acordos MEC-USAID”, assinados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional). Tais acordos foram feitos em junho de 1965, mas apenas no final de 1966 foram obtidas pela Câmara Federal dos Deputados mais informações sobre seu conteúdo. Ainda em 1965, Ana Diniz (secretária geral da UNE) dizia que o acordo significaria o “impedimento total da Universidade brasileira se voltar para a realidade de problemas específicos nacionais”, que ele visava fazer da universidade mera formadora de técnicos sob a perspectiva de um país desenvolvido e criaria uma elite dirigente “comprometida com interesses e cultura norte-americanos”, trazendo “um impedimento cada vez maior para a formação de uma autêntica cultura brasileira” (apud Revista DCE USP Livre, 1965, p. 8). Em 1967, diante de um novo convênio assinado entre o MEC e a USAID (o “Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior”), as discussões estudantis retomariam com ainda mais ênfase a crítica a este projeto. Já em março de 1967, a UNE tentou realizar um seminário em Niterói para discutir campanhas contra este acordo, mas as fronteiras do Rio de Janeiro foram fechadas para inviabilizar o encontro (Vieira, 1998).

<sup>3</sup> Em novembro de 1964, era apresentada a Lei Suplicy de Lacerda, que substituiu a UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes e as Uniãos Estaduais pelos Diretórios Estaduais, entidades que deveriam estar francamente subordinadas ao Ministério da Educação (Poerner, 1979).



Os acordos com a USAID haviam sido precedidos, no seu cunho neoliberal, pelo Relatório Atcon, de 1958. Um texto do responsável por este relatório, o professor norte-americano Rudolph Atcon, seria publicado mais tarde pelo MEC com o título "Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira". Emilia Viotti redigiria uma crítica a Atcon que seria publicado no jornal da UEE de São Paulo em 1968. Atcon defendia a concepção da universidade como uma empresa. A "autonomia" universitária, neste sentido, significava a transformação da universidade em uma Fundação sustentada pelo pagamento dos alunos e pelos acordos com empresas, com a supervisão do governo. Seguindo a retórica neoliberal, que então vinha se constituindo, Atcon considerava a administração pública inoperante, devendo estar sob um "Conselho de Curadores" o controle das verbas e o maior poder de decisão. O Conselho seria uma espécie de corpo dos "patriarcas" da coletividade, ou seja, grandes capitalistas com projeção "social", não "política". Segundo Viotti, o espírito de Atcon já penetrara nos documentos do MEC, que consideravam a educação como um meio de produção para o desenvolvimento econômico, os professores como força de trabalho e os alunos como matéria-prima ou como "recursos humanos" a se tornarem, quando formados, mercadorias lançadas no mercado de trabalho (Viotti, jun./1968).

As missões educacionais que chegavam dos Estados Unidos para a realização dos projetos programados pelo acordo traziam pedagogos medíocres e sem conhecimento algum da realidade brasileira e, até mesmo, "espões internacionais, recém-chegados da Ásia, África", segundo Poerner (1979, p. 23). O paradoxo da interferência da agência norte-americana nos assuntos educacionais brasileiros atingiria o auge em 26 de abril de 1967, quando o Ministro da Educação, Tarso Dutra, diante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, declarou que ainda não tinha lido os acordos com a USAID: "Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico" (*Jornal do Brasil*, 30/jun./1967 apud Poerner, 1979, p. 247). Dias depois o ministro se penitenciou dizendo que decidira manter o acordo definitivamente e que não se importava com a repercussão de seu ato no movimento estudantil.

Além do tema da Reforma Universitária e da denúncia dos acordos MEC-USAID, outra questão, ainda mais imediata, foi muito importante para mobilizar os estudantes na segunda metade dos anos 1960. Foi a questão dos excedentes. Os "excedentes" eram os "estudantes aprovados com nota acima de 5,0 no concurso para a universidade e que ficavam fora dela por ausência de vaga (33,3% do

total de estudantes aprovados, em 1962, para 58,3% em 1968)” (Martins Filho, 1998, p. 17). Os excedentes se transformaram num problema cada vez maior no final dos anos 1960. Entre 1964 e 1968, o número de vestibulandos aumentou 120%, enquanto o número de vagas aumentou apenas 56%. Em 1968, eram 125 mil os candidatos aprovados que não conseguiram vagas (Alves, 1993, p. 117-8).

No início de 1968, estes estudantes “excedentes”, considerados intelectualmente capacitados para um curso superior, mas sem vaga, engrossavam os protestos estudantis que se dirigiam aos pátios do Ministério da Educação, às Secretarias de Educação ou às faculdades para pedir mais vagas - sendo, muitas vezes, reprimidos pela polícia. Surgia uma questão capaz de mobilizar a classe média, defensora das possibilidades abertas para a “ascensão social” e que facilmente era sensibilizada com *slogans* como: “Fomos aprovados; queremos estudar” (Dirceu; Palmeira, 1998, p. 89). A questão dos excedentes foi mais um dos temas que permitiu certa unidade ao movimento estudantil de 1968, mesmo onde os protestos foram menos radicais, como em Alagoas, onde os excedentes do curso de Medicina compareceram à aula inaugural da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) em 4 de março de 1968 com faixas e cartazes dizendo: “O Brasil é um hospital cheio de doentes sem médicos”; “A mocidade é o futuro do país, juventude ignorante é o país sem futuro”; “Condene-me se estudar for um crime” (apud Oliveira, 1998, p. 149).

O problema dos excedentes só seria “resolvido” em 1970, quando o regime militar instituiu o vestibular unificado e classificatório. Deixava de haver formalmente a figura do “excedente”, o que não significava que todos os postulantes ao ensino superior, mesmo que capacitados, tenham conseguido vagas (Oliveira, 1998).

#### A questão universitária em 1968

Em 1968, a questão universitária continuaria sendo um tema muito importante para o movimento estudantil. Mas o próprio movimento havia se transformado em alguma profundidade. Por um lado, criara-se entre os estudantes um ambiente de politização (de esquerda) ainda mais forte do que aquele do início dos anos 1960. Por outro lado, as idéias “de esquerda” predominantes entre os militantes estudantis estavam menos atreladas às ideologias populistas e desenvolvimentistas do início da década. É claro que tais ideários não haviam desaparecido, mas, junto ao nacionalismo, haviam se deslocado para a defesa de propostas mais radicais de ação política. O tema da



Universidade Católica de São Paulo) também formaria comissões semelhantes. Para José Dirceu, o movimento estudantil de São Paulo esboçou uma revolução que também poderia ser educacional, que poderia ter criado um outro modelo de universidade para o país (J. Dirceu apud Dirceu; Palmeira, 1998) .

Não apenas em São Paulo e Rio a questão universitária foi importante. Documentos comprovam a preocupação com o tema em diversos outros Estados. Em Curitiba, após os estudantes invadirem a reitoria da Universidade Federal do Paraná, em 14 de maio de 1968, publicaram um panfleto:

*Alcançou repercussão nacional o espetacular movimento organizado pelos universitários paranaenses, quando tomaram de assalto a reitoria, órgão que representa o poder que quer a transformação do ensino em mercadoria comercial e as universidades em Sociedades Anônimas, que visam o lucro e a dominação. Foi a primeira vez que, neste estado, os estudantes deram PROVAS de sua grande capacidade de luta, pois organizados e lutando por uma causa justa e comum, deram um duro golpe na política educacional do governo, fazendo valer sua posição (Informe da União Paranaense de Estudantes, maio/1968 apud Hagemeyer, 1998, p. 121).*

Os “partidos” estudantis convergiram em seus diagnósticos sobre a situação da universidade e sobre a política educacional do regime. Quase sempre repetiram as críticas já indicadas sobre os acordos MEC-USAID: contra o elitismo, o tecnicismo, a privatização, o militarismo e a dependência às necessidades do capitalismo subdesenvolvido e do imperialismo. Um outro documento estudantil paranaense, adepto da tese da “luta de massa”, caracteriza a universidade brasileira como um “conglomerado de escolas de caráter profissionalista, unidas [...] em uma universidade elitista, federativa, profissionalista [...], estancada, duplicativa, burocrática”. Também afirma que a ditadura preocupava-se com a universidade e elaborara um projeto, em acordo com a USAID, que desejava adequar a universidade aos imperativos ideológicos e à estrutura profissional que ajudaria a manter o Brasil como uma sociedade capitalista subdesenvolvida (Programa para o movimento estudantil, out./1968, p. 4).

Já o estudante Jean Marc, pertencente a AP, também representando a tese da “luta de massa”, retoma o dilema tecnocracia *versus* politização da universidade. Primeiro parece reconhecer a necessidade de reformas nas estruturas arcaicas do ensino superior:

*A universidade de hoje é ainda voltada para o ensino acadêmico, desligada do desenvolvimento da sociedade. Permanece até hoje a universidade bacharelesca criada no século passado, voltada quase que totalmente para o fornecimento de diplomas aos filhos dos grandes latifundiários, sem nenhum incentivo para a pesquisa e a técnica, fechada à toda modernização dos currículos (J. Marc et. al., 1968, p. 12).*

Para ele, nem mesmo os interesses do imperialismo no Brasil eram atendidos por esta universidade arcaica, de modo que as forças dominantes, através do acordo MEC-USAID, tentavam fazer da universidade uma formadora de técnicos para as indústrias de bens de consumo que se instalavam nos países subdesenvolvidos (ibid.).

A UEE de São Paulo, dominada pela Dissidência, apesar de representar a tese da "luta específica", fazia um diagnóstico idêntico:

*Analisando a situação da Universidade brasileira deparamos dois pontos principais:*

- *a situação caótica da mesma: ausência de corpo docente, currículos ridículos, falta de condições e instalações materiais para o estudo e a pesquisa, além da falta de verbas e anuidades altíssimas.*
- *a alternativa proposta pelo governo [...]: (que visa tornar as Universidades em fundações privadas, com ensino pago e com currículo adaptado às necessidades das indústrias e do desenvolvimento econômico capitalista (Jornal da UEE, jun./1968).*

#### **Divergências dentro do movimento estudantil**

Em 1968, as esquerdas estudantis enfrentaram um grave conflito ideológico e político em torno do controle da UNE e do movimento estudantil. Após afastarem o PCB (Partido Comunista Brasileiro) da influência na UNE, a AP, as Dissidências Estudantis Comunistas e, com menor presença, a Polop e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, outra dissidência do PCB), passaram a digladiar-se pelo poder na entidade. No final de 1968, segundo alguns relatos, as Dissidências reaproximavam-se do PCB que, caso não tivesse ocorrido o desastre em Ibiúna, poderia voltar a ocupar cargos na diretoria da UNE (Dirceu; Palmeira, 1998).

A AP (Ação Popular), na verdade, controlou a presidência da UNE praticamente durante todos os anos 1960. Ela havia sido criada no início dos anos 1960 entre jovens cristãos progressistas, logo se tornando um dos mais organizados movimentos populares do país. Mas o golpe de 1964 afastou a AP de seus projetos iniciais e a encaminhou



cada vez mais ao maoísmo - tanto que, por ordem do partido comunista chinês, fundir-se-ia ao PC do B (Partido Comunista do Brasil, dissidência do PCB de orientação maoísta) em 1973 (Gorender, 1998).

Durante o ano de 1968, as disputas políticas e ideológicas se cristalizaram relativamente em duas posições principais, que representariam também as duas principais esquerdas estudantis, dois programas para a UNE e duas chapas para o 30º Congresso da UNE. As esquerdas minoritárias no movimento estudantil – como a Polop e o PCBR – tiveram uma postura relativamente fluida em torno destas duas posições, a luta de massas defendida pela AP e a luta específica proposta pelas Dissidências (Valle, 1997).

A definição destas duas posições dentro das esquerdas estudantis se deu em maio de 1968, no Conselho da UNE em Salvador (quando se reuniram os diretores da UNE e representantes dos DCE's [Diretórios Centrais Estudantis]). O programa da luta de massa – ou “primeira posição” – defendido pelo presidente da UNE, Luís Travassos, da AP, foi recusado pela maioria do Conselho, que aprovou o programa da luta específica – ou “segunda posição”. As Dissidências, neste momento, dominavam grande parte das UEEs, DCEs e CAs (Centros Acadêmicos) e, em conjunto com a Polop, conseguiram uma pequena maioria dentro da diretoria da UNE. Também a forma de realização do 30º Congresso da UNE criou fortes discussões: a AP queria realizar um evento aberto e para breve, aproveitando-se do bom momento vivido pelo movimento estudantil, com o intuito de fazer uma demonstração política contra a ditadura; as Dissidências, a versão vencedora, desejavam fazer o Congresso em várias etapas, com o intuito de organizar o movimento estudantil e reforçar o papel institucional da UNE em relação às demais entidades (Dirceu; Palmeira, 1998).

A AP não aceitou tranqüilamente sua derrota no Conselho de Salvador. Ela levou a público a sua tese da luta de massas, convocou Conselhos não reconhecidos pela maioria da diretoria da UNE e ameaçou realizar um Congresso paralelo (Valle, 1997).

Como resultado das desavenças no Conselho de Salvador, a UNE publicou uma revista que reproduzia textos que defendiam as duas posições que se enfrentaram no Conselho. O primeiro documento, assinado pelo próprio presidente da UNE, Luís Travassos, e dois vice-presidentes, apresentava a tese da luta de massas (daí surgindo também o termo “primeira posição”). Nele, é criticado o encaminhamento dado para o 30º Congresso da UNE e defende-se o que chama de “luta ofensiva” (“a luta do movimento estudantil contra a

ditadura e o imperialismo”). Denuncia o que é chamado de travamento de discussões sobre o 30º Congresso no Conselho de Salvador e as intenções de setores do movimento estudantil, “inclusive diretores da UNE, de tentar frear o movimento estudantil” e pregar a “volta às escolas”. Defende “as corretas manifestações de violência dos estudantes” na luta contra a ditadura e recusa qualquer “diálogo” com o regime (*Revista UNE*, 1968, p. 9).

O segundo documento defendia a luta específica, também chamada de “segunda posição”. Tinha o título “O que são as divergências políticas dentro da UNE” e era assinado por um diretor da UNE, Edson Soares, com a data de julho de 1968. O texto critica o fato das divergências internas à diretoria terem sido levadas para fora da entidade, assim como as tentativas de se convocar Conselhos e Congresso paralelos. Membros da entidade, deste modo, estariam apelando ao “divisionismo”, ao não aceitar que sua posição fosse minoritária. Acredita que o documento ajudaria a forçar os diretores dissidentes a voltarem ao “debate ao nível do político e dentro da entidade”. Finalmente, descreve a posição aprovada pelo Conselho, defendendo as lutas específicas. Segundo esta posição, naquela situação, não aceitar nenhum canal de diálogo com o governo seria uma atitude “isolacionista”, uma demonstração da falta de confiança na própria capacidade de não ser ludibriado pelas autoridades. E critica o fato dos dissidentes dizerem que um temário baseado nos problemas da Universidade era “apolítico”. Para a segunda posição, na verdade, as lutas feitas em torno das demandas específicas dos estudantes eram mesmo a “base de nossa atuação política” (*ibid.*). Referendando a segunda posição, o jornal da UEE de São Paulo diria em agosto de 1968: “Muitos estudantes só descobrem que é preciso mudar o sistema depois que lutam por suas reivindicações específicas. É na luta por estas reivindicações específicas [...] que compreendem a necessidade de mudança do sistema” (*Jornal da UEE*, ago./1968).

Segundo José Dirceu, desde 1966 a AP criou a idéia de fazer do movimento estudantil o principal meio de enfrentamento ao regime militar, para o qual criaram inclusive o MCD (Movimento contra a Ditadura)

*[...] e com isso pareciam pretender transformar o movimento estudantil em partido político. Em parte estavam certos, porque na sociedade reinava uma expectativa enorme em relação ao movimento estudantil [...]. O movimento estudantil representava para a sociedade a grande referência política contra a ditadura, e por isso a*



*AP começou a sonhar em derrubá-la com o MCD, a partir da pressão das faculdades (J. Dirceu apud Dirceu; Palmeira, 1998, p. 62).*

A AP sempre fora atraída para os grandes temas políticos do país, desde o seu período de socialismo cristão. A aproximação com o maoísmo faria a AP também destacar muito as questões antiimperialistas, como se percebe claramente na Carta Política da UNE de 1967, muito influenciada pela posição ainda majoritária da AP na entidade nacional. A AP, além de insistir na criação do MCD, procurava realizar eventos com temas internacionalistas, como “Semana contra o FMI”, “Semana contra a OEA (Organização dos Estados Americanos)” e “Semana do Vietnã” o que, na opinião dos defensores da segunda posição, “era um programa totalmente desvinculado das lutas específicas que estavam sendo desenvolvidas em diversos Estados” (A UNE e o 30º Congresso, 1968, p. 5).

Como fora decidido pelo Conselho de Salvador, o Congresso da UNE seria precedido por uma ampla discussão entre as entidades estudantis, em torno da primeira e segunda posições, a partir do qual seriam enviadas propostas e contribuições para a “Carta Política” a ser definida no 30º Congresso da UNE.

Entre os documentos estudantis produzidos no segundo semestre de 1968 que defendiam a primeira posição, repetem-se os vários argumentos usados desde o Conselho de Salvador. Entre eles, denúncias incisivas contra o imperialismo, duras críticas aos defensores da segunda posição, recusa do diálogo com a ditadura, defesa do enfrentamento ao regime militar, defesa das manifestações e ações de massas, integração dos estudantes na luta popular e até a “Guerra Popular Prolongada” (uma das teses maoístas que a AP estava absorvendo):

*Recuar das manifestações amplas de rua, frente às proibições da ditadura, substituindo-as pela ação de pequenos grupos de vanguarda, abdicar do 30º Congresso da UNE em prol das reuniões diversificadas, argumentar que a repressão está muito forte, que o golpe vem aí, é cair na defensiva, é agir em função da vontade da ditadura, é paralisar nossas lutas. É supervalorizar politicamente as forças do inimigo e descreer das forças do povo (Anteprojeto de Carta Política para UNE, 1968, p. 2).*

*Dialogar com a ditadura é não compreender o caráter da sua dominação e a irreconciliável oposição dos nossos interesses e os dela. É confiar na boa vontade de nossos inimigos e não na força de nossa luta para alcançar o que queremos. É na prática fazer o jogo da*

*ditadura e fortalecê-la, criando ilusões no seio das forças populares. [...] (A luta do movimento estudantil e do povo brasileiro) está necessariamente ligada à luta de libertação de todos os povos contra o imperialismo (J. Marc, 1968, p. 15).*

*O que se faz necessário é travar a luta concreta contra a ditadura em todos os terrenos, desmascará-la com as ações de massas e não lhe dar tréguas até a sua liquidação (J. P. Monteiro et. al., 1968).*

*Todas as lutas devem convergir para o fortalecimento do combate [...] à ditadura e ao imperialismo ianque [...] O povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo. Pela integração do estudante na luta do povo (Anteprojeto de Carta Política para UNE, 1968, p. 5-6).*

*A nossa luta tem três aspectos centrais: uma luta popular, prolongada, contra a ditadura forjada pelo imperialismo, pela construção de um governo de democracia para o povo (J. Marc, 1968, p. 5).*

Quanto à segunda posição, majoritária dentro da UNE, as questões que mais lhe interessavam estão expostas no próprio temário proposto oficialmente pela diretoria da UNE para o 30º Congresso:

- a) *O que é a Universidade Brasileira?  
Por que devemos lutar? Quais as lutas?  
O que quer o Governo? Como ele age?  
Porque negar a reforma universitária do governo? O que propor?*
- b) *O que é a política educacional do governo? Como negá-la?  
Porque o governo reprime os estudantes? Que fazer?*
- c) *Quais as formas de luta? Como e quando usá-las?*
- d) *Quais as formas de organização do ME?  
Que são as entidades estudantis? [...] O que tem sido a UNE?  
Como deve ser a nova organização da UNE? ("Nota Oficial da UNE sobre o XXX Congresso Nacional dos Estudantes" apud A UNE e o 30º Congresso, 1968, p. 8)*

Como demonstram Maria Ribeiro do Valle (1997) e João Roberto Martins Filho (1998), ambas as posições estavam predispostas a apoiar o uso da violência na luta contra o regime militar.<sup>5</sup> Mas houve um desenvolvimento paradoxal das duas posições. A luta específica parecia

<sup>5</sup> Segundo Martins Filho (1998, p. 18), durante 1968 a esquerda estudantil se cindiu: AP (defende "um movimento centrado nas passeatas de rua e denúncia constante da ditadura") versus dissidências do PCB e Polop (defendem "lutas focadas nos problemas educacionais, mas ao mesmo tempo se preparavam para deslocar quadros para a 'luta armada'").



menos conivente com a solução violenta, armada ou militarista e, num primeiro momento, colocava esta possibilidade mais para o futuro. A luta de massa parecia defender com mais radicalismo o emprego da violência "popular", inclusive armada. Diante do assassinato do estudante secundarista Edson Luís pela polícia carioca durante protesto, fato que deu origem ao movimento estudantil de 1968, a UNE publicou um Manifesto em 1 de abril, que ainda manifestava as posições da AP e do seu presidente Luís Travassos e que conclama a violência popular, após relacionar as lutas estudantis com as lutas populares e antiimperialistas:

*Povo brasileiro. Um estudante foi assassinado covardemente ao lutar por suas reivindicações [...] O povo, solidarizando-se com a causa defendida, permanece unido, dando continuidade à nossa luta. Que luta? A luta contra a ditadura fascista, representante interna do imperialismo americano, agressor dos povos, que está sendo derrotado no Vietnã. A luta contra o arrocho, contra a Universidade das elites econômicas, contra a Exploração dos camponeses.*

*Respondamos à violência com violência [...] com a violência revolucionária do povo (Em 1/abr./1968 apud Valle, 1997, p. 48).*

A posição da UNE de Luís Travassos quase contrasta, então, com a posição que defendia Vladimir Palmeira, o qual afirmou em uma entrevista:

- As lideranças estudantis convenceram-se de que a derrubada do sistema militar que governa o Brasil deverá ser feita pelas classes populares. Nosso papel nesse esquema é mínimo, pois os estudantes não têm o peso social suficiente para um movimento de tal envergadura [...]
- Ultrapassada a última fase de manifestações a palavra de ordem é retornar às escolas, promovendo assembléias para o debate político dos acontecimentos e para a estruturação das medidas necessárias ao atendimento das reivindicações específicas da classe estudantil (apud Valle, 1997, p. 49).
- No entanto, no final de 1968, se percebe que os defensores da luta específica passam a pregar com vigor a necessidade da luta armada imediata e, na verdade, muitos membros da Dissidência já partiam para a guerrilha, inclusive transformando-se em grupos armados (como a Dissidência de São Paulo e, mais tarde, a Dissidência da Guanabara, que se tornaria o MR-8 [Movimento Revolucionário 8 de Outubro]). Enquanto isto, a AP continuava insistindo mais na necessidade de ações de rua demonstrativas reunindo massas

estudantis e operárias (apesar de que, em geral, deixava claro que se tratava do primeiro passo rumo ao Exército Popular Revolucionário).

#### A questão universitária segunda a luta de massa e a luta específica

Um dos documentos que expressou a posição da maioria no Conselho da Bahia da UNE, em maio de 68, favorável à luta específica (ou “segunda posição”), via como um dado muito positivo a “contestação” ativa dos descaminhos da universidade:

*É nossa tarefa criar inadequações entre aquilo que o regime capitalista exige de uma Universidade e aquilo que a Universidade é. Quanto mais avançar um movimento de contestação ativa, mais a Universidade estará criando na sociedade focos de contestação do regime que apressarão a mudança de toda a Universidade ao mudar a própria estrutura social (A luta dos universitários dentro e fora da universidade, 1968, p. 17).*

Contra os argumentos da primeira posição de que a luta específica afastava os estudantes das questões verdadeiramente políticas, um texto publicado pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP responderia: “Dizer que um temário centrado nos problemas da Universidade não é político, é manifestar um desvio grave: é supor que a luta que os estudantes travam contra a Universidade arcaica e contra a Universidade empresarial que o MEC-USAID quer impor não é uma luta política” (E. Soares, jul./1968, p. 11).

Por sua vez, os defensores da primeira posição desejavam o engajamento irrestrito do movimento estudantil nas ações de massas contra o regime militar. O “Programa para o movimento estudantil”, de Curitiba, afirma que a reforma universitária só seria possível se estivesse submetida à luta mais geral do povo brasileiro contra a ditadura, os imperialistas e latifundiários, após se instaurar o “governo popular revolucionário” (Programa para o movimento estudantil, out./1968, p.4). Outro documento que defende a primeira posição, de estudantes cariocas, repete estes argumentos, dizendo que era impossível construir uma “nova universidade” mantendo-se o atual regime e que discutir o tipo de universidade que se deseja é útil, mas não deve ser o centro dos debates, pois não se deve perder tempo “das nossas lutas” insistindo nesta discussão secundária, ainda que se defenda “uma nova universidade, de caráter progressista e popular, uma universidade democrática” e “uma cultura popular e antiimperialista” (J. P. Monteiro et. al., 1968).



Já neste último documento pode-se perceber que as duas linhas, apesar de divergentes na questão das lutas reivindicatórias nas faculdades, aproximam-se de novo quando pensam o modelo ideal desejado para a “nova universidade”, após também terem realizado diagnósticos praticamente idênticos sobre a questão do ensino superior. Mas, devido à própria concepção da importância da luta dentro da universidade, os defensores da segunda posição parecem ter ido mais longe na discussão sobre o modelo ideal da nova universidade – principalmente em São Paulo, onde foi introduzido o debate sobre a universidade crítica, como anuncia um jornal da entidade estudantil paulista: “A UEE de São Paulo, no momento, está levando aos estudantes a proposta da Universidade crítica, uma Universidade dirigida pelos alunos e professores em termos paritários. Uma Universidade que discuta e analise a validade do próprio sistema onde está inserida (Vale a pena mudar esta universidade, ago./1968).

Antes mesmo da introdução desta discussão da “universidade crítica”, percebe-se que parte do movimento estudantil brasileiro caminhava neste sentido. No texto que representou a maioria da UNE no Conselho da Bahia, na busca da conciliação entre modernização técnica da universidade e politização, os argumentos utilizados assemelham-se muito às propostas da universidade crítica, principalmente àquelas feitas pelo movimento estudantil alemão, como a concepção da ciência e da prática profissional a serviço das necessidades do povo e do país. Pode-se considerar, também, que tal tendência tinha suas raízes nas tradições populistas e desenvolvimentistas das esquerdas estudantis:

*Negamos a universidade arcaica e a universidade modernizada segundo os moldes do imperialismo. Negamos uma universidade que forma arquitetos para construir residências de luxo e não as milhares de casas populares de que se necessita, médicos para o asfalto quando milhões de brasileiros morrem de gripe ou diarreia no interior e nos subúrbios operários, sociólogos para domesticar os trabalhadores e não para planejar o desenvolvimento [...] Não podemos precisar os detalhes mas uma coisa é certa: a Universidade deve servir ao desenvolvimento das forças produtivas e às necessidades da maioria trabalhadora do nosso povo. Não só deve ser aberta a todos como ainda os elementos por ela formados devem poder ser úteis à coletividade (A luta dos universitários dentro e fora da universidade, 1968, p. 16-7).*

Nos documentos que defendem a primeira posição, tem-se a repetição do discurso que rejeita tanto a universidade arcaica quanto a

tecnicista. Mas não se consegue definir tão bem os princípios de uma nova universidade, limitando-se a apontar o desejo de construir, após a vitória da revolução, uma “Universidade Popular” (J. Marc et. al., 1968, p. 12; Programa para o movimento estudantil, out./1968). Apesar disto, mesmo esta fração do movimento estudantil de 1968 teve consciência que os problemas da universidade estavam na origem da insatisfação da massa estudantil, a partir do que novas reivindicações e lutas eram esboçadas, num processo de mobilização política dos universitários.

### Conclusão

Este capítulo buscou analisar as posições do movimento estudantil brasileiro nos anos 1960, principalmente em 1968, quanto às transformações que vinha sofrendo o ensino superior e a relação entre universidade e sociedade. Procurou analisar as concepções expressas pelos documentos produzidos pela imprensa estudantil. Documentos que trazem as opiniões dos líderes destas organizações, em geral militantes de organizações da esquerda “radical” em 1968.

Os líderes estudantis eram informados, sobretudo, por ideologias políticas da esquerda “radical” que apontavam para a revolução popular como única alternativa viável de ação e transformação. No que se refere à questão universitária, esta radicalização foi motivo de alguns dilemas, paradoxos e limites dentro da liderança do movimento estudantil, seja o afastamento do movimento estudantil das necessidades mais específicas dos estudantes enquanto sujeitos da educação (como na tese da “luta de massa”), seja na tentativa de instrumentalização do movimento em prol dos grupos de luta armada (como fariam os adeptos da “luta específica” diante do aumento da repressão do regime militar).

Por outro lado, no que a influência do “radicalismo” de esquerda foi mais positiva, não foi quebrada a “tradição”, vinda desde os tempos do populismo (o início dos anos 1960), de pensar o ensino superior em sua conjunção com as reais e possíveis transformações sociais. O movimento estudantil, melhor do que muitos setores sociais de então, quanto à questão universitária foi capaz de fugir do fatalismo expresso na dualidade tradição-modernização tecnicista, ou seja, teve a tenacidade de se afastar da armadilha que afirmava que a única alternativa ao elitismo tradicional era a subsunção plena da universidade às necessidades econômicas e tecnológicas do “sistema industrial”. É claro nos textos produzidos pela imprensa estudantil a



consciência da falácia deste dilema. Deste modo, o movimento estudantil nos anos 1960 foi capaz de pensar o processo pedagógico e as estruturas de ensino como elementos a serviço dos próprios agentes sociais, não apenas como técnicas de adaptação das novas gerações às transformações sócio-econômicas. O movimento estudantil procurou pensar a educação e a universidade, sobretudo, como meios de compreensão da realidade e de atuação transformadora nesta - mesmo quando, como no caso dos adeptos da "luta de massa", projetou esta possibilidade para apenas "após a revolução popular".

É desse modo que o movimento estudantil dos anos 1960 demonstra, para nós, hoje, a importância de uma perspectiva que concebe a educação muito mais do que um mero meio de adaptação dos educandos à realidade, podendo assim fazer frente contra os fatalismos que vêm hoje operando nas discussões sobre as transformações da universidade.

#### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. H. T. de & WEIS, L. "Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar". In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil - 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, cap. 5, p. 319-410.
- ALVES, M. M. *68 mudou o mundo*. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANTEPROJETO DE CARTA POLÍTICA PARA UNE. *mimeo*, 1968.
- DINIZ, A. Análise e perspectivas do movimento universitário. *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, p. 3-13.
- DIRCEU, J. & PALMEIRA, V. *Abaixo a ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.
- FÁVERO, M. L. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.
- \_\_\_\_\_. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- FORACCHI, M. M. Frustrações dos jovens e orientação do protesto estudantil. In: FERNANDES, F. (org.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico*

- do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da exclusão*. Crítica ao neoliberalismo em educação. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1998.
- GRÊMIO INFORMA. Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, maio/1968.
- GROPPO, L. A. *Movimentos estudantis de 1968*. Uma onda mundial de revoltas. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.
- HAGEMEYER, R. R. 1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 95-128.
- JORNAL DA UEE. Gestão Nova UEE, *mimeo*, São Paulo, jun./ 1968.
- \_\_\_\_\_. Gestão Nova UEE, *mimeo*, São Paulo, agosto de 1968.
- LUTA DOS UNIVERSITÁRIOS DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE. A, *Revista UNE*, n. 1, em 1968, p. 17.
- MARC, J. O movimento estudantil e a luta popular. *mimeo*, 1968.
- MARC, J. et. al. O povo na luta derrota a ditadura e expulsa o imperialismo. *Mimeo*. 1968.
- MARTINS FILHO, J. R. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor, In: \_\_\_\_\_ (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 11-26.
- MONTEIRO, J. P. Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo yanque. *mimeo*, 1968.
- OLIVEIRA, J. A. S. de. O movimento estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 145-166.
- PERRONE, F. *Relato de guerra: Praga*, São Paulo, Paris. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- POERNER, A. J. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO. *Jornal da UEE*, São Paulo, União Estadual dos Estudantes de São Paulo, gestão Nova UEE, junho de 1968.
- PROGRAMA PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL. *mimeo*, Curitiba, outubro de 1968.



- REIS FILHO, D. A. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores*. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 61-71
- REVISTA DCE USP LIVRE. n.1, São Paulo, 1965.
- REVISTA UNE. Preparatória do XXX Congresso da UNE. n. 1, 1968, p. 9.
- SOARES, E. A UNE e o 30º Congresso. *mimeo*, n. 1, jul./1968.
- SILVA, J. I. A. *Estudantes e política*. Estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.
- VIEIRA, M. L. M. 68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 77-93.
- UNE E O 30º CONGRESSO, A, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. n. 1, 1968.
- VALE A PENA MUDAR ESTA UNIVERSIDADE. *Jornal da UEE*, gestão Nova UEE, agosto de 1968.
- VIOTTI, E. Pensamentos de um Atcon In. *JORNAL DA UEE* Gestão Nova UEE, *mimeo*, São Paulo, jun./1968.
- VALLE, M. R. do. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- VENTURA, Z. 1968. *O ano que não terminou*. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

## ARTE, POLÍTICA E JUVENTUDE NO BRASIL: QUESTÕES DE ARTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL<sup>1</sup>

Paulo Marcondes Ferreira Soares

### Introdução

*Como artista integrante dessa vanguarda brasileira, e teórico, digo que o acervo de criações ao qual podemos chamar de vanguarda brasileira, são um fenômeno novo no panorama internacional, independente dessas manifestações típicas americanas ou europeias. Vinculação existe, é claro, pois no campo da arte nada pode ser desligado de um contexto universal. [...] Toda a minha evolução de 1959 para cá tem sido na busca do que vim a chamar recentemente de uma "nova objetividade", e creio ser esta a tendência específica da vanguarda brasileira atual. Houve como que a necessidade das descobertas das estruturas primordiais do que chamam "obra", que se começaram a revelar com a transformação do quadro para uma estrutura ambiental [...] a criação dessa nova estrutura em bases sólidas e o gradativo surgimento dessa nova objetividade, que se caracteriza em princípio pela criação de novas ordens estruturais, não de "pintura" ou "esculturas", mas ordens ambientais, o que se poderiam chamar "objetos". [...] A participação do espectador é fundamental aqui, é o princípio do que se poderiam chamar de "proposições para a criação", que culmina no que formulei como antiarte. Não se trata mais de impor um acervo de idéias e estruturas acabadas ao espectador, mas de procurar pela descentralização da "arte", pelo deslocamento do que se designa como arte, do campo intelectual racional, para o da proposição criativa vivencial; dar ao homem, ao indivíduo de hoje, a possibilidade de "experimentar a criação", de descobrir pela participação [...] algo que para ele possua significado. Não se tratam mais de definições intelectuais seletivas [...]. O artista hoje usa o que quer, mais liberdade criativa não é possível. [...] procurar um modo de dar ao indivíduo a possibilidade de "experimentar", de deixar de ser espectador para ser participante. Ao artista cabe acentuar este ou aquele lado dessas ordens objetivas [...] Poder-se-ia chamar a isto de "novo realismo" [...], mas prefiro o de "nova objetividade", pois muito mais se dirigem estas experiências à descoberta de objetos pré-fabricados [...] ou a criação de objetos, mais generalizados entre nós, como que tentando criar um mundo experimental, onde possam os indivíduos ampliar o seu imaginário em*

<sup>1</sup> Algumas das imagens discutidas no texto encontram-se na última parte do presente capítulo.



*todos os campos, principalmente, criar ele mesmo parte desse mundo (ou ser solicitado a isso). No Brasil, livre de passados gloriosos como os europeus, ou de superproduções como os americanos, podemos com élan criar essa "nova objetividade" que é dirigida principalmente por uma necessidade construtiva característica nossa. [...] O que há de realmente pioneiro na nossa vanguarda é essa nova "fundação do objeto", advinda da descrença nos valores esteticistas do quadro de cavalete e da escultura, para a procura de uma arte ambiental (que para mim se identifica, por fim, com o conceito de antiarte). [...] Essa magia do objeto, essa vontade incontida pela construção de novos objetos perceptivos (tácteis, visuais, proposicionais, etc.), onde nada é excluído, desde a crítica social até a patenteação de situações-limite, são características fundamentais da nossa vanguarda, que é vanguarda mesmo e não arremedo internacional de país subdesenvolvido, como até agora o pensam a maioria das nossas ilustres vacas de presépio da crítica podre e fedorenta (Hélio Oiticica, 1979).*

**O**s sentidos imediatamente postos no enunciado do título deste ensaio nos dão a impressão de que se irá tratar de algo muito geral e panorâmico, no que diz respeito a um conjunto de questões pressupostas ao se estabelecer relações muito diretas entre arte, política e juventude. Em todo caso, cabe indicar os limites do que nos interessa aqui abordar. Nesse sentido, este estudo se volta para pontos muito específicos da experiência de neovanguarda no Brasil, em particular no que diz respeito ao objeto plástico e às transformações aí experimentadas quanto ao meio de arte, mas, também, no tocante aos processos relativos à idéia de participação social da arte: como é o caso da abertura da arte ao público, dos aspectos coletivos de produção nela envolvidos, bem como das tensões entre engajamento e experimentalismo, em que se pode perceber uma sensível mudança no uso de imagens vinculadas às categorias "povo" e "popular".

No tocante a uma discussão sobre juventude, não nos deteremos em absoluto a quaisquer digressões ou estudos. Partiremos, unicamente, do entendimento de que toda a discussão sobre arte e política envolvida neste trabalho, traz em si o reconhecimento de um tipo de manifestação caracteristicamente marcado pela ação de jovens artistas, nos termos de uma cultura juvenil.

O ponto central implicado na questão do meio de arte e da participação que aqui nos interessa, liga-se ao modo predominante com que imagens do urbano e do suburbano surgem nos projetos

experimentais de um conjunto de artistas vinculados às tendências neovanguardistas dos anos 1960 entre nós – e não mais a imagem do povo como camponês ou rural. Esta última, aliás, estava prefigurada em larga medida nos debates intelectuais e artísticos sobre o nacional e o popular desde décadas anteriores e em diversas formas de arte. A idéia principal era a de que a cultura do povo, em sua expressão mais autêntica e genuína, estava circunscrita às suas origens rurais mais tradicionais; manifestas, sobretudo, na figura do camponês, do homem simples ou do trabalhador do campo. Outras versões podiam, ainda, incluir a figura do senhor de terras.

Contra as manifestações urbanas, pesavam, por sua vez, as acusações de promiscuidade e de contaminação por diversos focos de influência, inclusive, os da cultura externa – o que punha em questão o suposto caráter nacional autêntico dessas culturas, visto que elas estariam totalmente comprometidas com o processo de carnavalização a que eram submetidas.

Posteriormente, numa versão mais esquerdizante, incorporou-se a figura do trabalhador urbano ou operário, ainda que o horizonte ideacional dessa visão continuasse a ser a da imagem do homem rural. Essa foi, certamente, uma tendência importante havida nas manifestações artísticas e intelectuais no Brasil dos anos 1950 e 60; particularmente, no teatro, no cinema, na poesia e na música. Exemplo maior desse processo encontra-se na experiência político-pedagógica do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes), já largamente estudado, cujo principal resultado foi o uso puramente instrumental e ingênuo da arte como suporte para o conteúdo e agenciamento políticos.

Em termos gerais, pode-se identificar no período em questão a existência de uma efervescência significativa da produção nacional em diversos setores da arte. É no plano da cultura artística mais ampla que essa forte conotação nacionalista de esquerda havia se fortalecido, sobretudo, a partir do período de redemocratização do país. Com base num programa estético de realismo socialista, tão ao sabor das orientações da época a propósito do papel e da missão dos intelectuais, essa tendência vai consubstanciar a exigência de um programa de ação cultural de engajamento político na arte. Por seu turno, a tentativa de repensar a arte em termos de uma genuinidade nacional levava muitos intelectuais a assumirem uma orientação paternalista de arte popular.

Mas esse também é o momento de um Brasil que vivenciava o surto desenvolvimentista dos anos JK, um Brasil sob o signo da modernização: o avanço industrial de São Paulo, a construção de



Brasília, as grandes transformações urbanas no país, são alguns dos motivos de certo clima de euforia então reinante. Ao mesmo tempo, o surgimento da televisão já denotava um novo ingrediente à expansão dos meios de comunicação de massa no Brasil.

Sob este quadro de modernidade, o país assiste ao processo de uma mais rápida urbanização de seus vários segmentos sociais - em particular, ao crescimento das classes médias: potencialmente o setor que corresponderia à expansão de novos padrões do consumo de bens duráveis que então se acelerava, e isso incluía o consumo dos produtos culturais comerciais. Ao mesmo tempo em que assimilavam novos valores e hábitos incorporados a partir de tais transformações, estes setores ainda compartilhavam uma moral fortemente tradicionalista no tocante aos padrões de organização da família e, em particular, com relação à moral sexual.

Em consonância com os processos de inovação e mudança, podemos identificar o surgimento de uma perspectiva de rupturas na arte a partir dos movimentos de vanguarda na segunda metade dos anos 1950, manifestações essas surgidas na poesia, na música e nas artes plásticas. Especialmente com relação ao objeto plástico, pode-se afirmar que se tratava de um projeto de experiências com a linguagem, cujo objetivo maior era o de romper com todo o sistema de representação dominante na pintura. Tratava-se, pois, da adoção de uma linguagem de abstração racional e geométrica não denotativa e antiintuitiva. Aliás, deve-se lembrar que na década de 1950 e início dos anos 60 predominava na arte experimental brasileira, particularmente nos movimentos Concretista e Neoconcretista, a influência de uma das mais importantes correntes da arte moderna internacional: a tendência construtivista. Essas questões serão retomadas mais adiante.

Evidentemente, o projeto construtivo não incide apenas num mero jogo de experiências com a linguagem. Seu intento é muito mais complexo e seus desdobramentos levam a formulações capazes de operar transformações não só no próprio código de arte, mas, também, na ordem social e política da produção artística. O que se encontrava na ordem do dia desse processo era o caráter sócio-político da abertura da arte ao público, implicada numa reflexão efetiva sobre uma política das artes. Se a experiência construtiva brasileira significou a depuração da cor e do espaço da pintura frente ao referente mimético da representação até então reinante (e isso não sem a tensão entre posturas ora mais dogmáticas, ora mais abertas), significou, igualmente, transformações no meio de arte com a passagem da pintura para o objeto e sua desmaterialização. É o caso, entre outros,

por exemplo, das experiências individuais de Hélio Oiticica e de Lygia Clark no pós-neoconcretismo.

No começo dos anos 1960, após as investidas da abstração geométrica do Concretismo e do Neoconcretismo no Brasil, os acontecimentos irão apontar para outro cenário da produção da arte, tanto no contexto internacional quanto local, e que levou a novas exigências quanto a essa própria produção. A acessibilidade aos novos meios tecnológicos e midiáticos, bem como a referencialidade ao cotidiano urbano das massas, são elementos que possibilitaram aos artistas o completo abandono das formas mais tradicionais da pintura e da escultura. Com importantes distinções entre as tendências, as mais diversas, é possível identificar um estado de coisas que converge para o que se passou a denominar de novas figurações.

No plano internacional, a referência mais imediata é a Pop Art e o Novo Realismo, entre outras manifestações, inclusive, de contraposição ao Pop, como no caso da Arte Povera. No Brasil, já sob o autoritarismo político implantado pelo Golpe de 64, vários são os grupos identificados com a busca de novos experimentos, num afrontamento direto aos meios mais tradicionais da pintura e da escultura. Ainda mais se considerarmos que, para a maioria dos artistas brasileiros dessa geração, tantos os mais jovens quanto os já veteranos das vanguardas construtivas, a procura por novos objetos na arte implicava, sobretudo, uma tomada de posição crítica frente à situação política do país. É o caso, por exemplo, de artistas ligados a grupos como *Rex* (São Paulo) ou *Novos Realistas* (Rio). Mas, também, da arte popcreta (arte concreta semântica) de Waldemar Cordeiro e seu grupo. É o caso, igualmente, das exposições *Opinião 65 e 66* (Rio), *Propostas 65 e 66* (São Paulo) e *Nova Objetividade Brasileira* (Rio).

Mas, se essas tendências passaram a fazer usos figurativos de imagens, não o fizeram mais a partir de uma simples representação mimética ou naturalística de objetos reais, mas, a partir de interpretações críticas e ambivalentes do imaginário das massas em termos de suas novas configurações urbanas e seu contexto político. Nesse sentido, longe das prefigurações simbólicas das imagens do povo como expressão do puro autêntico e da genuinidade do nacional, esses trabalhos optam por imagens alegóricas e carnavalizadas do público enquanto massas urbanas e suburbanas. É o que discorreremos no último tópico deste ensaio.



### Questões Gerais

Faço nessa passagem uma rápida digressão a fim de trazer para discussão um conjunto de questões sócio-estéticas geralmente implicadas num estudo sociológico da arte: para os limites deste ensaio, tais questões se apresentarão vinculadas diretamente a uma reflexão particularmente voltada para o entendimento da arte contemporânea, que teve um importante legado oriundo das chamadas vanguardas históricas. Mais especificamente, ainda, essas reflexões têm por base um dado olhar sobre certos aspectos das neovanguardas brasileiras dos anos 1960.

Devo, contudo, advertir que vou seguir um procedimento guiado por uma abordagem de tipo relacional, mas, numa perspectiva que procure centrar no objeto plástico sua atenção principal. Em todo caso, isso não implica assumir uma orientação de estudos voltada propriamente para os elementos de uma teoria dos signos, capazes de um alcance efetivo de abordagem internalista ao campo da linguagem poética e artística. Noutra direção, desejo unicamente apontar para o fato de que um enfoque de âmbito relacional pode, apesar de sua inclinação externalista, ajustar seu foco mais detidamente ao enquadramento do objeto de arte. Em outras palavras, quero tratar de questões tais como transformações na arte e no meio artístico, mas, privilegiando o olhar sobre contextos históricos e manifestações artísticas à luz das tensões vividas no interior destas, identificadas aqui na forma de sistemas de arte ou, seja qual for o nome que se queria atribuir a isso, instituição-arte, meio de arte, circuito.

Por outro lado, há que se reconhecer que tais ressalvas não são garantias e nem nos livram suficientemente dos riscos de uma abordagem de tipo generalista em nosso entendimento de um dado acontecimento artístico. Nesse sentido, e ainda que se consiga situar obra e contexto, pode-se fazer deste último um tão poderoso mecanismo de interpretação, que torne inviável o delineamento de certas particularidades contidas nas diversas linguagens artísticas, manifestas em suas obras e movimentos.

Em todo caso, esse alerta serve igualmente para modalidades interpretativas que unicamente ressaltem as especificidades da obra sem qualquer dimensão de contexto em que ela se dá. Dito isto, volto a enfatizar que o meu empenho será no sentido de refletir as manifestações artísticas a partir de sua dinâmica relacional, mas, com um olhar sobre processos de transformação da arte e seu padrão estético.

Quando se é levado a pensar a arte contemporânea, no amplo espectro que esse termo invoca, uma questão se faz imediatamente presente: a necessidade de se refletir sobre a dimensão dialógica dessas linguagens, à luz do campo de mediações possíveis entre transformações na arte e o advento de novas mídias – que, por sua vez, são em geral resultantes do desenvolvimento da pesquisa tecnológica e do uso de novos materiais em determinada época e lugar.

Esta parece ser, em todo caso, uma assertiva que não diz respeito exclusivamente ao que se poderia nomear de contemporâneo na arte. Qualquer discussão a respeito dos movimentos artísticos do início do século XX, com as vanguardas históricas, passa necessariamente pelo reconhecimento desta relação da arte com os meios tecnológicos.

Aliás, não são poucos os intérpretes que, em seus estudos, indicam os processos de incorporação dos novos meios tecnológicos, bem como de novos materiais e de objetos do cotidiano, como característicos da natureza experimental da arte na modernidade (Rush, 2006; Huyssen, 1997).

A esse respeito, não é demais tomarmos como referência o debate seguido por Huyssen (1997) a propósito das relações da arte com os meios tecnológicos no período do alto modernismo, que ele caracteriza como da “grande divisão” promovida pelo esteticismo *vis-à-vis* à cultura de massa.

Para esse autor, é possível identificar a *grande divisão* como o momento em que as tecnologias parecem intervir no fazer artístico do esteticismo modernista por força de uma espécie de dialética oculta. Segundo ele, é a ação das vanguardas históricas o processo que, particularmente, se mostrará como a primeira importante situação de ruptura daquela tendência à grande divisão.

Orientadas que estavam para procedimentos de arte-vida, muitas dessas vanguardas tomaram atitudes de quebra de quaisquer fronteiras a propósito do que porventura pudesse ser tido ou classificado como arte e não-arte. Deste ponto em diante, grande parte do processo da arte se deu por sua vinculação com a revolução tecnológica.

Dessa vinculação entre arte e tecnologia se dá a dinâmica da arte temporal, dado o grau de efemeridade que isso traz como implicação (Rush, 2006). Se tecnologia e cotidiano compõem o universo experimental das vanguardas históricas, com relação à arte contemporânea eles se compõem como elementos altamente expressivos e a partir de novas configurações.



Em meu entendimento, qualquer debate dessa natureza já nos coloca diante da questão de que, aqui, não se trata de refletir o contemporâneo em arte em termos apenas daquilo que nos é coetâneo, do que está próximo. Ao contrário, a idéia de contemporâneo implícita nessa discussão sobre arte é a que vincula a sua linguagem tanto a um diálogo com uma herança de conquistas das vanguardas históricas, quanto ao processo histórico de surgimento de novas tecnologias (o que inclui as tecnologias digitais na atualidade) e de novos recursos aos meios e processos claramente distintos de padrões anteriores. Por exemplo, pode-se claramente argumentar que o fazer poético na atualidade se exerce sob o prisma de uma completa sinergia desses meios e processos, configurados na forma do hipertexto, dos multimeios ou da hipermídia.

Um último ponto que gostaria de considerar, antes de passar para o próximo item, é o que diz respeito a questões de significação social da arte, quase sempre pensadas em termos de *função* da arte e de *missão* do artista. Ainda que seja possível reconhecer processos pedagógicos na arte, é de muita relevância que isso não resvale por concepções simplistas do tipo: “qual o papel do artista na sociedade?” ou “para que serve a arte?”. Pessoalmente, tendo a relativizar, e muito, essas idéias de “função” e de “missão”.

Quase sempre, discussões em torno da função ou missão da arte e do artista têm tratado a arte pela lógica de um tosco e prosaico humanismo que vê no puro conteúdo da obra seu principal significado e valor. Para os que seguem essa posição, a arte importa mais pela sua fidelidade mimética para com o seu referente externo, do que pelo modo como promove uma transcodificação de linguagem e transfiguração poética do dizer das coisas, de sua ressignificação. Discussões como essa entre sociólogos, muitas vezes, têm levado a acusações do tipo: “isso não é da sociologia, é da crítica”.

Talvez caiba aqui a referência ao que diz Zolberg (2006) a propósito da peleja entre sociólogos e o que ela caracteriza como estetas/humanistas (críticos, historiadores, filósofos). Para ela, os humanistas tendem a revelar na arte a existência de certas propriedades imanentes e, portanto, atemporais; ao passo que os sociólogos privilegiam o objeto de arte como processo social, quer dizer, variável no tempo.

A questão é que, postos nestes pólos, tanto humanistas quanto sociólogos só são capazes de olhar a arte através de um ângulo muito limitado. Aos sociólogos caberia, por exemplo, lidar unicamente, e unilateralmente, com os fatores externalistas envolvidos na arte: os

chamados condicionamentos sociais. Aos humanistas, o tratamento da estruturação interna das linguagens artísticas. Após identificar a negligência histórica dos sociólogos para com a arte, Zolberg vai advogar a possibilidade de um real diálogo de colaboração e negociação de ambas as perspectivas de abordagem da arte. Diálogo que seja capaz de nos levar ao reconhecimento de que a necessidade de se tratar, relacionalmente, os processos artísticos, não nos impede de identificar em arte a completa indissociação entre conteúdo e forma, entre dentro e fora.

Em todo caso, tratar questões de significação social da arte, deveria nos levar a estabelecer uma leitura da obra a partir de como ela se apresenta, quer dizer, em termos da forma de seus dizeres. Nesse sentido, pode-se falar de uma abordagem sociológica da arte que seja, ao mesmo tempo, internalista e não-imanente. Ou seja, nem o conteúdo está em puro débito com a realidade, nem a forma é o supra-sumo dos deuses. Claro, a sociologia pode estar interessada em estudar unicamente fatores externos à obra, questões de natureza puramente econômica, por exemplo. Mas quando se trata de outras questões, inclusive as de ordem política, o desafio que se nos impõe é outro.

No modo como penso, em arte não se pode ver ou interpretar o conteúdo ou referente mimetizado sem consideração sobre questões de linguagem. O filtro através do qual se apreende o conteúdo é a forma. Mas a forma não é expressão dada, acabada: a forma não se materializa sem determinadas propriedades específicas da linguagem; entre elas, podemos aludir relacionalmente a campos de referencialidades, tais como o cotidiano e a política.

Não devemos, contudo, ler esses referenciais como modos de expressão direta, mas como modalidades tencionadas pelas propriedades materiais e significativas das linguagens artísticas (nas suas especificidades), de um lado, e, de outro, o conjunto de possibilidades que o meio é capaz de apresentar ou oferecer: tudo isso manifestamente envolvido a um campo de ações (disputas, lutas, tensões) subjetivas e coletivas, enredadas em interpretações e opções estéticas capazes de nos fornecer pistas para o entendimento das manifestações de tendências na produção da arte: de seus materiais, de seu circuito, de seu público etc.

É com base nessa percepção ampla do processo que se vai poder identificar pistas a respeito da dimensão política de determinadas obras ou movimentos ou ações artísticas - suas intencionalidades ou propósitos artísticos. Essa dimensão política poderá ser vista a partir de dois ângulos principais nas manifestações artísticas: da ordem do



discurso diretamente referido ao ambiente externo (realismo); da ordem do discurso internamente voltado à esfera das linguagens artísticas (como um esteticismo ou uma *poiésis* metapoética).

A rigor, toda arte é política e participativa, mas não da mesma natureza do que venha a ser o político e do que venha a ser o participativo. Há momentos de grande ruptura histórica na arte, como nas fases heróicas de âmbito esteticista. Há momentos de ação política mais ideologizante da arte, como o empenho a uma arte de fundo pedagógico/missionário. E há, por fim, momentos de reposicionamentos reflexivos sobre esteticismo e sobre a política das artes.

### Experiências Construtivas no Brasil

Os anos 1960 presenciam um importante momento de rupturas nas artes plásticas no Brasil. Refiro-me, mais especificamente, aos desdobramentos do projeto construtivo da arte brasileira de vanguarda desde a experiência paulista do Concretismo nos anos 1950, como já aludimos anteriormente. Negando-se ao figurativismo de viés nacional-popular dominante àquela altura, o Movimento Concreto adere aos princípios construtivistas de uma arte abstrata e geométrica, elaborada com rigor cientificista, baseada na pesquisa de linguagens de caráter ao mesmo tempo formal e funcional ao meio. Devido a tais características, o Concretismo foi acusado de dogmático e de ser uma arte de *designers* - cujo objetivo seria a integração da arte na sociedade com base na linguagem publicitária, na comunicação visual, no paisagismo e na arte industrial urbanos.

Em linhas gerais, a pecha de dogmatismo atribuído ao Concretismo se devia a como esta tendência procurou se alinhar disciplinadamente ao enfoque da arte construtiva em termos de sua perspectiva altamente positiva em relação às possibilidades de um desenvolvimento tecnológico harmonioso, tanto no que se refere ao fazer estético, quanto no que diz respeito à sua interseção em termos de arte-vida.

Com efeito, o projeto construtivista se insurgia contra toda forma de linguagem da arte de fundo representativo, metafórico e irracional, procurando estabelecer as bases de uma arte que, consciente de sua especificidade enquanto tal, optava por se caracterizar enquanto um tipo de conhecimento fundado num modo de organização com alta elaboração formal e, mesmo, "irreduzível ao

senso comum” – tratava-se, pois, de uma tendência abstrato-racional, contra as manifestações do mítico, do sensível ou da inspiração.

Esse positivismo na arte representado pelo Construtivismo implicou um parâmetro de racionalização estética capaz de atribuir positividade ao processo de “construção da nova sociedade tecnológica”, no âmbito da própria “produção social”. O que o Construtivismo buscou foi uma integração funcional da arte na sociedade: a arte enquanto modelo para a própria construção social. Aqui, a visão do artista é mais a de um “produtor social”, sem qualquer idealização do artista como ser “inspirado” (Brito, 1985, p. 14-7).

Ainda que se considere o rigor dogmático de tais princípios, há que se reconhecer que o projeto de uma arte construtiva no Brasil significou, no âmbito das artes plásticas, um importante processo de ruptura para com o que havia de mais significativo na época: o simbólico, o expressivo ou representativo, predominantemente figuracional. Em particular, essas características dizem respeito ao que se passou a denominar de arte social, tão significativa em Portinari, entre outros.

Nesse sentido, o movimento concreto representou um projeto de arte que buscava a configuração de uma linguagem artística tanto objetiva quanto universal. Tal projeto visava afirmar o caráter específico da produção artística enquanto conhecimento rigoroso e de organização formal (Brito, 1985), bem como, enquanto princípio integrativo do processo social, historicamente evolutivo e, logicamente, funcional à construção social. Tratava-se de pesquisar, como já referido, a linguagem da arte em termos não-figurativos, numa ordem de experimentação de um abstracionismo geométrico, contra tendências tidas como irracionais, representativas, metafóricas, empíricas.

Tendência emergente dos embates vividos pela arte Concreta, o Neoconcretismo, por sua vez, se distinguirá do Concretismo, particularmente, pela tensão que irá estabelecer no interior dos elementos de positividade construtiva: mais diretamente no que se refere à acusação, feita pelos neoconcretos, de que o racionalismo e objetivismo da arte Concreta estavam reduzidos a um tipo de mecanicismo funcional e modernizante de arte industrial.

Com isso, os Neoconcretos fizeram vir à tona uma forte negatividade em defesa de uma teoria do não-objeto, capaz de atingir o sujeito numa dimensão existencial-orgânica, isto é, da ordem das instâncias subjetivas e corporais.



Esta negatividade se dá, em parte, pela influência do movimento Dadaísta, que além de questionar a linguagem artística, seus fundamentos e função, o fez num contexto sócio-político que visava pôr em questão “a própria ordem social”, a partir do tratamento que dispensaram à arte, tendente a aguçar ainda mais radicalmente as contradições internas desta (Brito, 1985).

Ao romperem com o princípio de um pragmatismo harmonioso e, conseqüentemente, funcional da técnica e ao assumirem uma vertente fenomenológica que buscava bem mais o “envolvimento existencial do espectador com a obra” (Favaretto, 1992), embora mantivessem uma forte orientação construtiva, os Neoconcretos irão se valer das influências advindas daquele princípio de negatividade.

No que se refere aos antecedentes próprios ao cenário artístico e cultural brasileiro, pode-se afirmar que há uma clara aproximação dos neoconcretos com a primeira fase do movimento modernista (Brito, 1985); particularmente, no que diz respeito ao fundamento estético e anárquico da vertente oswaldiana da Antropofagia.

Não obstante, o Manifesto Neoconcreto intitulado “Teoria do Não Objeto”, assinado por Ferreira Gullar, afirma não ter com a expressão não-objeto a intenção de designar algo como o negativo. Para ele, o não-objeto é um objeto especial e não um antiobjeto: o que o justifica é que ele acontece fora dos convencionalismos artísticos. Sua pretensão é a de realizar “a síntese de experiências sensoriais e mentais: um corpo transparente ao conhecimento fenomenológico, integralmente perceptível, que se dá à percepção sem deixar rastro. Uma pura aparência” (Gullar apud Peccinini, 1978, p. 47).

Por seu turno, esse é um período de embate cultural bastante acirrado no que se refere à disputa entre arte engajada ou dita social e arte experimental, tida como elitista. No campo das artes plásticas, a virada experimental que se dá com o Neoconcretismo parece apontar para duas perspectivas principais: de um lado, a possibilidade de síntese capaz de estabelecer o diálogo entre tendências historicamente antagônicas, como o Construtivismo e o Dadaísmo; de outro, assumir uma forte conotação política em termos de uma resposta ao quadro social vivido àquela época (tanto em contexto local quanto internacional), como já aludimos.

### Imagens do Urbano/Suburbano na Nova Figuração: uma política das artes

A preocupação com uma arte ao mesmo tempo experimental e participativa se apresenta como a principal guinada assumida pela ação das neovanguardas naquele momento no Brasil: os anos 1960. Momento esse, aliás, marcado pela dissolução do movimento Neoconcreto e pela orientação de projetos individuais por parte de seus antigos membros. É, igualmente, o momento em que o golpe de Estado, desferido pelos militares, põe em cheque os princípios de democracia e liberdade do País. Nesse sentido, a reação imediata da maioria dos artistas da neovanguarda foi imediata. Notadamente, grupos de jovens artistas que, ainda que orientados pelos princípios construtivistas do abstracionismo geométrico das experiências vanguardistas anteriores, vão claramente assumir a orientação de um novo figurativismo, incorporado aos experimentos ligados ao objeto bem como à sua desmaterialização, na forma de eventos de arte pública.

Em princípio, a chamada nova figuração deve ser apreendida como um procedimento no qual estão envolvidas diversas tendências desses grupos de artistas. Como já foi assinalado, de modo geral a nova figuração significou a recusa do puro abstracionismo, em favor de uma experimentação capaz de contemplar ao mesmo tempo a incorporação de elementos da figuração, sem abrir mão da pesquisa construtivista. Quer dizer, o grupo de artistas ligados a essa nova tendência, optou pela figuração como possível resposta a um melhor estabelecimento de uma mediação crítica entre o artista e o seu meio, mas, sem negar a presença de um forte legado construtivista em seus experimentos.

De pé com as sinalizações orientadas pelos movimentos da neovanguarda internacional, tais como a pop art, a bodyart, os happenings, a arte performática e, mais tarde, a contracultura, mas, também, e sobretudo pelo contexto político e cultural local, a neovanguarda brasileira vai assumir características próprias, que as distinguem da pop art, por exemplo.

Basta ver que a idéia de participação, alimentada por esses artistas, estava diretamente ligada a uma forma de abertura à intervenção do público, bem como a um modo de representação da cultura brasileira em termos de seu processo urbano - notadamente, a partir de critérios tomados como princípios de uma realidade tanto interna quanto externa.

A imagem que se põe em destaque, a partir de então, e que configura o quadro de especificidades das neovanguardas entre nós, é a



da tensão entre tradição e modernidade, modernização tecnológica e descompasso cultural. Daí a figura do povo como massa, como multidão, como periferia e como expressão do corpo dionisiaco; daí, também, a figuração do espaço urbano pelo suburbano. Particularmente emblemática, nesse sentido, são as experiências, entre outros, de Oiticica e Gerchman.

A recusa dos convencionalismos, a preocupação com as questões políticas do período, bem como, a busca experimental de linguagens que permitissem a descoberta de novas técnicas e de novos procedimentos temáticos, capazes de garantir um maior nível de participação do público, mostrava-se como o anseio comum de grande parte desses artistas da experiência neovanguardista da época. Isto também é válido para artistas mais jovens, ligados à tendência da nova figuração, por exemplo, os chamados Novos Realistas do Rio de Janeiro, entre outros. Envolve artistas de diversas procedências e que se encontravam concentrados no eixo compreendido entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre os que residiam no Rio de Janeiro, temos artistas como Rubens Gerchman, Carlos Vergara, Antonio Dias, Antonio Manoel entre outros, além de Hélio Oiticica, Lygia Clark e Lygia Pape – estes últimos já num momento pós-Neoconcretismo. Em São Paulo, podemos destacar as ações do Grupo Rex e dos Popcretos de Waldemar Cordeiro, por exemplo.

Com efeito, ao romper com os fundamentos tradicionais da arte, na busca de proposições que indiquem mecanismos de abertura da obra à participação, o artista deixa propositadamente de se caracterizar como criador para a contemplação, tornando-se, assim, um motivador para a criação – que só se completa no envolvimento ativo do “espectador” como “participador” no processo. A antiarte seria, assim, uma atividade criadora latente, motivada pelo artista, orientada para uma forma de necessidade coletiva. Nesse sentido, não importa qualquer valor da obra em si, mas o processo criador mais amplo, que se compõe pelo envolvimento do público-participador. Em outras palavras, não se trata mais da obra-objeto da contemplação, mas, da obra inorgânica, que se vai caracterizar como o objeto-evento, aberto à participação.

Como vimos, o que está em jogo nesse processo é a mudança do meio-arte: da pintura para o objeto enquanto ambiente, *démarches*, *ready made*. E é, sobretudo, a partir do questionamento da situação da vanguarda no Brasil – em exposições como Opinião 65 e 66 e, principalmente, na Nova Objetividade Brasileira (1967) –, que vai ficar claro a posição de se pensar a cultura brasileira em termos de um novo

conceito de arte, orientado pelo sentido de uma prática artística vinculada ao contexto da vida e cultura em comum das massas, de modo a satisfazer as exigências de uma ação cultural capaz de estabelecer um envolvimento mais imediato entre artista e público – de resto, essa já era uma preocupação dos artistas oriundos das experiências Concreta e Neoconcreta. É o caso, por exemplo, da vertente concreto-semântica no popcretos de Waldemar Cordeiro e das exposições Propostas 65 e 66, nestes mesmos anos.

Com relação à abertura à participação do público, em que o artista passa a recusar o sentido tradicional da ideia de artista e de obra de arte, podemos traduzi-la noutro processo: o da desmaterialização do objeto. Mais uma vez, aqui, se retoma a questão do não-objeto no sentido fenomênico da experiência sensitivo-perceptiva da vivência artística enquanto evento coletivo. O que essas vanguardas se propunham era não impor ao público ideias prontas, acabadas; tratava-se de propor novas buscas, novas descobertas e invenções de objetos, no sentido da criação de um mundo orientado para a experimentação, onde o público faria parte dessa criação (nela intervindo direta ou indiretamente).

Como se sabe, há, em arte, um modo de se falar de objeto como meio. Diz isso respeito a como, em dado experimento de linguagem, são incorporados ao espaço/código tradicional de uma arte, objetos comumente associados a outro espaço ou código, o que leva a uma ruptura com aquele espaço/código tradicional. Nesse sentido, há um profundo deslocamento da questão do valor estético na arte. Não se trata mais de identificar valor nas propriedades da obra artística, mas, no processo de sua elaboração. Sem dúvida, tem-se aqui um mecanismo de radical dessacralização do valor de culto da arte tradicional.

Os acontecimentos da década de 1960, em particular a derrota política por que passou o jogo democrático no Brasil, levaram os artistas das tendências neovanguardistas a tentarem “provocar um impacto social revolucionário por uma alteração sobrevinda no interior mesmo da ordem artística” – tratava-se de romper com os limites do campo artístico, aproximando-se dos campos ético, político e social (Arantes, 1983, p. 5). Com efeito, assumia-se assim um ideário próximo ao das vanguardas históricas do início do século, particularmente o Dadaísmo, sob a configuração *niilista* de um *caos* construtivo (ibid.).

Ao assimilar as referências dos movimentos de antiarte do início do século (o Dadaísmo, particularmente Duchamp, o Surrealismo e, no caso do modernismo brasileiro, a Antropofagia de Oswald de Andrade),



após os experimentos do Construtivismo, esse movimento artístico dos anos 1960 vai se distanciar por completo do apelo recorrente às temáticas do nacional-popular, presentes nas perspectivas ortodoxas de engajamento da arte, tais como nas manifestações assumidas pelo CPC no início da década.

Ao se reivindicar a tensão arte-vida, aparentemente não se queria outra coisa senão o dimensionamento das contradições efetivas de uma concepção de arte fundada num “gesto ao mesmo tempo destruidor e criador a se desdobrar em todos os níveis” (Arantes, 1983, p. 6). Nesse sentido, tal concepção parte de um princípio ambivalente no tratamento da matéria estética, tanto ao absorver para a obra os elementos das paisagens culturais urbanas, quanto ao levar para o cotidiano social os mais sofisticados processos da criação artística.

Em suas características mais gerais, a experiência artística dessas tendências assume certo direcionamento para a obra coletiva, com base em processos de intervenção, apropriação e incorporação de novos materiais, objetos cotidianos e abertura à participação do público. A incorporação de imagens do cotidiano e de questões políticas se faz, por sua vez, sem se abrir mão do experimento com a linguagem. A idéia central posta aqui é: não há transfiguração poética dos elementos banais sem o trabalho radical com a linguagem

Como se pode extrair do pensamento de um dos interlocutores desse processo artístico na época, Hélio Oiticica, o projeto de uma arte brasileira deveria assumir as próprias contradições presentes em nossa cultura e em nossa época (e isto inclui um contexto internacional): isto, por sua vez, deve implicar num amplo quadro de “vivências” que nos ponha num constante embate entre uma diversidade de elementos contraditórios: do “ultrapassado” e do “precário” ao “ultra-moderno” (Arantes, 1985, p.7).

Dado os limites de que dispomos neste espaço, optamos por traçar um perfil muito amplo das características envolvidas nas experiências das neovanguardas brasileiras dos anos 1960. Caberia, em todo caso, fazer alusão a certos traços de visão capazes de demonstrar diferentes modos de conceber os processos experimentais da arte envolvidos nessas tendências.

Se, como já vimos, a nova figuração se manifesta como expressão de ruptura para com as formas da abstração (tanto geométrica quanto informal), sua realização, por sua vez, não pode ser analisada sem que se tenha clareza da diversidade de elementos envolvidos na percepção de uma nova situação para a arte. Nesse sentido, embora se possa falar de elementos convergentes presentes na

produção de uma nova arte, o mesmo não deve ser dito em termos que afirmem a existência de uma unidade de propósitos. Ao contrário, o que está em jogo nesse contexto são concepções da arte em disputa; e, mesmo, de luta por hegemonias nacionais ou de grupos (ver a respeito Archer, 2001).

No que pese as distinções envolvidas nas manifestações da nova figuração em escala mundial, estudos diversos tomam esta categoria artística como a forma dominante dos anos 1960. Regida pela hegemonia do espírito pop, a nova figuração assumiu conotações específicas dependentemente dos contextos nacionais em que se deram. Tanto que, para o caso das produções europeias e de outras regiões, como a América do Sul, a terminologia usada girou em torno da idéia de um novo realismo plástico. Assim é que, desde a França e da Itália, por exemplo, procurar-se-á distinguir expressões como Novo Realismo, Nova Figuração, Arte *Povera* (Arte Pobre), Mitologias Cotidianas, entre outras.

No Brasil, certas proposições estão em diálogo com esse espírito de coisas. Esgotadas as experiências da abstração geométrica, tomaram forma nos anos 1960 projetos ambientais com o objeto, bem como, associadas à nova figuração. Particularmente vinculados ao contexto social e político, esses projetos nem por isso deixaram de ser processados de modo a não abrir mão das possibilidades de uma abertura ao experimental, do reconhecimento de que o caráter autônomo ou, ao menos, específico da linguagem da arte opera uma tensão que, necessariamente, inviabiliza quaisquer meios de expressar o tema político de maneira muito direta, a não ser por uma sintaxe artística própria.

Por outro lado, não se pode falar de uma sintaxe de dicção única nas manifestações da neovanguarda brasileira. Como exemplo disso, suficiente seria tomarmos como referência as distinções paradigmaticamente postas nas concepções de arte esboçadas por dois dos mais importantes artistas desse período no Brasil. Refiro-me ao modo como Waldemar Cordeiro e Hélio Oiticica vão orientar seus projetos a partir de visões cujo balizamento se mostra como desdobramentos de posições que remontam a antigas disputas entre concretistas e neoconcretistas.

Nesse sentido, os fundamentos básicos que regem os princípios que vão orientar o projeto de uma arte concreto-semântica tal como concebida por Cordeiro, e já sem os dogmatismos assumidos no passado, tem sua referência principal nos conceitos de informação e comunicação pautados pelas teorias semióticas. A rigor, aqui, arte e



realidade estariam mediadas por processos da comunicação-informação. Já Oiticica segue outra direção, quando de suas formulações do projeto de antiarte: assim concebidas como procedimento de abertura da arte à participação do público, a relação entre arte e realidade era definida pela via do processo existencial-vivencial posto em jogo (ver Costa; Ribeiro, 2003, p. 124-139).

Dentre os jovens artistas brasileiros contemporâneos, ligados às tendências neofigurativas, há um forte sentimento de realismo implicado nas tentativas de inserção social da arte, no estabelecimento de novas formas de interação com o público e com as demais formas de arte (o cinema novo, a música popular e o teatro), no uso de novas tecnologias e de materiais industrialmente produzidos, bem como, na apropriação de imagens e objetos do cotidiano urbano: em seus elementos trágicos, políticos, banais, folclóricos. Mediados pelo experimental, como já aludido, procedimentos relacionados a questões políticas e comportamentais da época estão na ordem do dia: sexualidade, meios de comunicação de massa, futebol, aglomeração desordenada do espaço urbano, ditadura militar e movimento estudantil, entre outros.

Desse período, os acontecimentos mais importantes são as exposições havidas no Rio de Janeiro e São Paulo após o golpe militar. No Rio, as exposições Opinião 65 e 66 e Nova Objetividade Brasileira são os espaços fundamentais para essas manifestações artísticas. No caso de São Paulo, sob a liderança de Waldemar Cordeiro, e em correlação com os acontecimentos do Rio de Janeiro, destaque deve ser dado às exposições Propostas 65 e 66. Um aspecto curioso, digno de nota, diz respeito ao fato de nome atribuído às exposições do Rio ser claramente uma referência ao show musical carioca de mesmo nome, e que teve como protagonistas os cantores Zé Kéti, João do Vale e Nara Leão, posteriormente substituída por Maria Bethânia.

Por fim, a denominação de “novos realistas” proposta, seja por coletivos de artistas, como o Grupo Neo-Realista Carioca, seja por intelectuais e críticos como Mário Schenberg, não goza de um total consenso entre demais interlocutores. Mais uma vez, as formulações propostas por Hélio Oiticica apontam para uma conceituação distinta, quando defende os princípios de uma nova objetividade da arte brasileira. Em seus termos, ao apresentar o Esquema Geral da Nova Objetividade, o artista o formula em termos de um “estado” da arte de vanguarda no Brasil em seis aspectos principais: “vontade construtiva geral”; “tendência para o objeto”; “participação do espectador”; “abordagem e tomada de posição” frente aos “problemas políticos,

sociais e éticos”; “proposições coletivas” e “abolição dos ‘ismos’” das vanguardas anteriores; “ressurgimento e novas formulações do conceito de antiarte” (Oiticica, 1986, p. 84-98). Estes eram, para Oiticica, os elementos que definiam a situação da vanguarda no Brasil àquela época. Em sua proposição, tais características dão uma forma estrutural claramente distinta da arte brasileira de vanguarda vis-à-vis às formulações da pop art e do novo realismo internacionais. Aliás, esse é um sentimento compartilhado por diversos artistas e críticos da época. É o caso, só para citar alguns nomes, de artistas como Rubens Gerchman ou de críticos como Mário Pedrosa.

Há, aqui, uma questão substantiva a ser evocada. Diz respeito ao fato como cada um dos elementos envolvidos no *Esquema Geral* traçado por Oiticica encontra-se diretamente comprometido com o experimental, ou seja, com questões de ordem estética e de metalinguagem. Até porque, mesmo a proposição de uma “tomada de posição” para com os problemas de natureza política, social e ética, estava posta em termos de uma total abertura ao experimental na arte.

No que se segue, temos algumas imagens que podem nos dar uma maior clareza a propósito de técnicas e de materiais envolvidos nessa produção de arte, bem como, das posições assumidas relativamente tanto ao jogo ético-político quanto aos processos sociais da banalidade cotidiana. Dentre os mais importantes recursos usados pelas várias tendências da Nova Figuração, no que pese às suas próprias distinções, podemos destacar a presença do objeto; inclusive, a partir das apropriações seja de instrumentos da tecnologia mais sofisticados, seja dos utensílios de uso cotidiano ou do lixo urbano. No tocante à política, o recurso às técnicas de colagens e de serigrafia sobre notícias de jornal, sobretudo aquelas denunciativas da violência (seja ela da ordem do autoritarismo político ou da criminalidade) ou, ainda, os modos de instigação do público para que se envolvessem na experiência artística e escapassem da passividade crônica em que se encontravam, foram sempre modos recorrentes de manifestação de tomadas de posição dos artistas da neovanguarda brasileira dos anos 1960.

#### Bibliografia

ALVORADO, Daisy Valle Machado Peccinini de. *Objeto na arte: Brasil anos 60*. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 1978.



- \_\_\_\_\_. *Figurações Brasil anos 60: neofigurações fantásticas e neo-surrealismo, novo realismo e nova objetividade*. São Paulo: Edusp, 1999.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Depois das Vanguardas. Artes em Revista*. n.7, agosto. São Paulo: CEAC, 1983.
- ARCHER, Michael. *Arte Contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ARTE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, Rio de Janeiro, FUNARTE. (Carlos Vergara, Anna Bella Geiger, Rubens Gerchman, Barrio, Antonio Dias, Lygia Clark, Wesley Duke Lee, Waltercio Cardas Jr.), 1978, 1979, 1980, 1982.
- ARTE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. Caderno de Textos 1, 2.e 3. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1980, 1981, 1983.
- BECKER, Howard S. *Art Worlds*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press (Art Worlds and Collective Activity), 1984.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. Os surtos modernistas. In: \_\_\_\_\_, (org.), *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Memorial/Unesp, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Lisboa: Presença, 1996b.
- BRITO, Ronaldo, *Neoconcretismo, vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE/ Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1985.
- BÜRGER, Peter. *Teoria da Vanguarda*. Lisboa: Veja, s.d.
- CENTRO DE ARTE HÉLIO OITICICA. *Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro, RIO ARTE, 1996.
- CENTRO DE ESTUDOS DE ARTE CONTEMPORÂNEA (CEAC). *Arte em revista*. São Paulo: Kairós n. 1 (1979), n. 2 (1979), n. 3 (1980), n. 5 (1981); CEAC n. 7 (1983), n. 8 (1984).
- COSTA, Cacilda Teixeira da; RIBEIRO, José Augusto. *Aproximações do Espírito Pop: 1963-1968*. São Paulo: MAM, 2003.
- DIAS, Ângela Maria. *A Missão e o Grande Show: Políticas culturais no Brasil: Anos 60 e depois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- DUARTE, Paulo Sergio. *Anos 60, transformações da arte no Brasil*. Rio de Janeiro: Campos Gerais, 1998.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália: Alegoria, alegria*. São Paulo: Kairós, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A invenção de Hélio Oiticica*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 1992.

- GULLAR, Ferreira. *Cultura Posta em Questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Vanguarda e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- \_\_\_\_\_. (org.) (1973), *Arte Brasileira Hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Sobre Arte*. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Etapas da arte contemporânea*. Do cubismo à arte neoconcreta. 3ª. ed., Rio de Janeiro, Revan, 1999.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Impressões de viagem: cpc, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- \_\_\_\_\_.; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_.; PEREIRA, Carlos Alberto M. *Patrulhas ideológicas, marca reg.: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- HUYSSSEN, Andréas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- MILLET, Catharine. *A Arte Contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- OITICICA, Hélio. *Aspiro ao Grande Labirinto*. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- PEDROSA, Mário. *Mundo, Homem, Arte em Crise*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- \_\_\_\_\_. (1986). Arte ambiental, arte pós-moderna, Hélio Oiticica. In: OITICICA, Hélio. *Aspiro ao Grande Labirinto*. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Política das artes*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Forma e Percepção Estética*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Acadêmicos e Modernos*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ZILIO, Carlos et al. *Artes Plásticas e Literatura (O nacional e o popular na cultura brasileira)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ZOLBERG, Vera L. *Para uma Sociologia das Artes*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.





1



2

**HÉLIO OITICICA**

1 *Tropicália, Penetráveis PN2 e PN3*, 1967. Instalação Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

2 *Incorpo a revolta*, 1967. Nildo da Mangueira - Parangolé P 15/Capa 11.



3



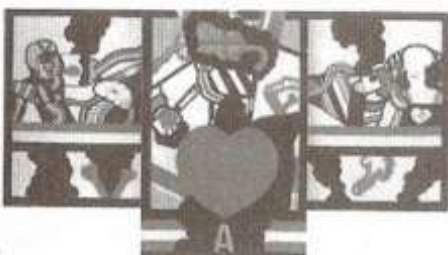
4

**LYGIA CLARK**

3 *Bicho*, 1960.

**RUBENS GERCHMAN**

4 *Lindonéia - a Gioconda do subúrbio*, 1966.



5

**ANTONIO DIAS**

*A Luta Diária*. Tinta plástica e óleo, ass. 1966 - 28x50 cm.



6

**RUBENS GERCHMAN**

*Não há vagas*, 1965. Relevo em madeira pintada c/ tinta acrílica. 194x142 cm.



8



**CARLOS VERGARA**

7 *Sem título*, 1965. Óleo s/ tela 32x32 cm. Coleção do artista, Rio de Janeiro.

8 *Berço esplêndido*, 1968. Materiais variados, dimensões variadas. Instalação na Galeria Art Art, São Paulo, 1968. Coleção do artista, Rio de Janeiro.



9



10

**ANTONIO MANUEL**

9 *A imagem da violência*, 1968. Flan pintado.

10 *Jornal*, 1968. Crayon sobre papel



11



12

**PEDRO ESCOSTEGUY**

11 *Objeto popular*, 1966. Acrílico sobre madeira.

**WALDEMAR CORDEIRO**

12 *Subdesenvolvido*, 1964. Montagem com fragmentos de móveis.



## 1968: A EXPERIÊNCIA DE UM MOVIMENTO NACIONAL

Nilton Santos

### Introdução

Quando Otávio Luiz Machado me convidou a escrever este artigo ele me perguntou sobre o livro História da UNE. Comentei que não via importância neste livro, apesar de ter conseguido depoimentos de vários dirigentes da década de 60. Apesar dele ter uma tiragem de 3000 exemplares, pensava que pouco impacto ele tivera já que não via referências ao livro nas notícias e artigos sobre 68 que eu tomava conhecimento. Posteriormente a sua pergunta, fiz uma pesquisa na *Internet* e descobri que vários pesquisadores e livros sobre a UNE fazem referência ao livro, já que ele é um dos poucos documentos que traziam depoimentos de dirigentes de várias gestões da UNE em uma época que eles não davam entrevistas em jornais e televisão. Mudei então de opinião: acho que ele cumpriu seu papel.

O livro sobre a UNE foi uma das formas de colaboração que estabeleci com as diretorias que reorganizaram a UNE nos anos 1979/1982 a partir de uma solicitação, aos ex- Diretores da entidade que estavam no exílio, feita por Rui César em um Congresso da Anistia realizado em Roma no início de 1978. Ele solicitou que voltássemos para ajudar na reorganização da entidade e eu retornei às vésperas da eleição da Diretoria da UNE, no final de 1979.

Fiz então inúmeras palestras e percorri, com lideranças da época, salas de aula falando da História do Movimento Estudantil e da UNE. Estas atividades me levaram a organização do livro em colaboração com a entidade.

Na época participei também da ocupação simbólica do prédio da UNE como resposta às ameaças do Governo de reprimir as eleições da diretoria da entidade. Era um pouco a mistura de duas épocas. Após as eleições participei da primeira reunião da nova diretoria e propus que ocupassem definitivamente o prédio da entidade. Os diretores me ouviram e ficaram de discutir o assunto. Minha idéia era que a diretoria e um grupo de estudantes ocupassem e se entrincheirassem no prédio chamando os estudantes para se incorporar e garantir a ocupação.

Esperava que isto acontecesse a qualquer momento. Passaram-se, no entanto alguns meses e não tive retorno da proposta ou percebi

qualquer movimentação com este objetivo até o momento quando os jornais estamparam notícias que os estudantes reunidos em um conselho da UNE na Bahia tinham decidido retomar o prédio da entidade. Alguns dias depois a polícia ocupou o prédio e o mais rapidamente possível começou a demolição

Pouco se sabe sobre a experiência da UNE de 1968. Os depoimentos sobre o ano mais importante do movimento estudantil brasileiro, em geral fazem referências de algumas manifestações regionais que ganharam grande significado, em particular a passeata dos 100.000 no Rio e as manifestações de São Paulo. A importância dessas mobilizações é inegável, visto a concentração de Universidades nestes dois estados e o grande número de estudantes existentes. Mas o que talvez tenha sido mais importante para a sobrevivência quase exclusiva na memória social é o papel político destes estados e a existência neles de uma imprensa de caráter "nacional" que de certa forma lhe deu espaço e divulgação. Ao contrário, são desconhecidas, por outro lado, importantes manifestações regionais como a mobilização massiva dos estudantes secundaristas baianos, em 1967, que de certa forma foi a "escola" de onde a diretoria da UNE e as entidades regionais tiraram as experiências que impulsionaram para a generalização das mobilizações nacionalmente.

Também são praticamente desconhecidas as manifestações estudantis de Minas Gerais que foram importantes atores na reorganização da UNE mantendo erguidas as bandeiras da UNE no pós 64 e onde a repressão foi feroz. Do mesmo modo mobilizações importantes ocorreram em Curitiba, Fortaleza, Recife e Rio Grande do Sul, Pará, por exemplo, para citar apenas algumas, que praticamente não aparecem e não são comentadas (ou o são apenas rapidamente) nos livros e publicações que falam da UNE de 1968. Não se fala também da ação organizada da UNE e de sua diretoria, que foi decisiva na extensão das mobilizações a todo país e em sua coordenação. Neste artigo, falamos um pouco sobre isto.

**Diversos fatores estão na origem das manifestações estudantis de 68 no Brasil.**

É inegável que elas parte de um fenômeno de abrangência mundial já que foram simultâneas às mobilizações estudantis na França, no México, nos EUA, na Alemanha e no Japão, para citar apenas algumas das mais importantes.



Alguns fatores contribuíram para elas ocorressem. Por um lado elas estão relacionadas a uma certa fadiga, que começava a se sentir, do processo do crescimento econômico do pós-guerra. Este crescimento tinha criado uma realidade econômica nova, mas se mostrava incapaz de promover uma distribuição de renda e resolver problemas sociais, frustrando as expectativas que tinha gerado. Por outro lado, a “revolta estudantil”, como chegou a se chamar, era estimulada pela emergência de novas alternativas de esquerda em escala internacional, estimuladas pela vitória e consolidação da revolução cubana e pelos sucessos da luta revolucionária no Vietnã e na Indochina, além da criação da Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS) com sua bandeira de “criar um, dois, três Vietnãs...”

Estes fatores encontraram uma massa estudantil em crescente em número (pela ampliação do número de universidades e escolas) e desalentada com a educação em crise e com uma sociedade “moralmente enferma”.

A educação tradicional, em geral, e a universidade arcaica com chamávamos na época, não era capaz de responder nem mesmo as necessidades de formação técnica de mão de obra colocada pelo capitalismo em desenvolvimento, muito menos satisfazer os objetivos humanistas e sociais que se esperava da educação.

Por outro lado o desenvolvimento dos meios de comunicação e a concentração urbana tornavam visíveis a “dupla moral” da sociedade, onde se pregava uma moral que já não era praticada. A sociedade capitalista com sua incitação aos “prazeres” do consumo, a liberdade individual, entrava em contradição com a moral conservadora. Se a contradição não era percebida para os mais velhos habituados a esta dupla moral, para os jovens não tinha nenhum sentido este tipo de hipocrisia. Isto os levava a desconsiderar ambas e constituir sua própria moral, dando espaço praticamente por toda a parte para as minorias mais diversas, para o “direito a experiência”, para bandeiras contra qualquer tipo de opressão (“é proibido proibir”) e por liberdade sexual.

Do ponto de vista particular em nosso país, passávamos um momento onde a pequena-burguesia em particular, começava a manifestar timidamente seu descontentamento estimulado por um movimento estudantil cuja vanguarda centrava suas ações em manifestações políticas de rua desafiando a Ditadura. Isto abria uma discussão das classes dominantes e inclusive dentro dos militares sobre dois possíveis caminhos: o de buscar a institucionalização da Ditadura abrindo alguns canais democráticos (redução da Censura, maior espaço

para o jogo político, etc.) para tentar atrair e neutralizar as camadas médias; ou endurecer...

Foi neste ambiente que se processou a mobilização estudantil de 1968 no Brasil. As condições eram favoráveis as mobilizações. Mas faltava uma variável capaz de favorecer a sincronização das iniciativas estimuladas por este ambiente, e a sua construção como um movimento nacional. E esta variável, apesar de todas divergências que existiam entre as lideranças, foi sua capacidade de estabelecimento de uma unidade de ação na prática. E para isto a UNE e suas estruturas de organização (Executiva Nacional, Congresso, Conselhos, UEEs, DCEs e Grupos de Trabalho) tiveram um papel fundamental.

### A Une antes de 68

Uma intensa luta política e ideológica se desenvolveu na vanguarda estudantil no período posterior ao golpe de 1964. Nesta luta política esta vanguarda colocou em cheque a chamada "esquerda reformista" como era então caracterizada a política do PCB e formou o que passou a ser chamada de "esquerda revolucionária".

No período imediato posterior a 1964 a hegemonia da Ação Popular, com seu "Movimento contra a Ditadura" (MCD), era incontestada. Nesta época, até pela grande repressão, mas principalmente pelo privilégio quase exclusivo dado as ações políticas de rua, a mobilização era praticamente de setores de vanguarda. Na oposição a esta posição se encontrava principalmente o PCB que propunha o privilégio quase exclusivo das lutas específicas estudantis. A Política Operária e o Partido Comunista do Brasil, na luta política contra o "reformismo" do "Partidão", terminavam por se aliar a AP.

Em 1966/1967 começa uma modificação da correlação de forças com a luta interna dentro do PCB que termina por levar a ruptura dos setores mais importantes de suas bases estudantis, particularmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, influenciados pelo surgimento internacional de uma esquerda revolucionária formada sob o impacto da revolução cubana, do Vietnã e da OLAS, e no país pela Política Operária, PC do B e pela AP. Nesse período as mobilizações são basicamente de vanguarda e com raras exceções não passam de algumas centenas de estudantes os que fazem passeatas, sempre reprimidas, e confrontam a repressão

Em agosto de 1967, se realiza em um convento de padres na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, o 29º Congresso da UNE. A diretoria eleita foi uma composição de esquerda revolucionária, com



presidente e 3 diretores da AP, 3 diretores da Política Operária (PO) e 3 das Dissidências Internas Regionais (DIs) do PCB (1 do RJ, 1 de SP e 1 do RS).

No Congresso foi aprovada a “Carta Política da UNE”, dedicada a uma análise da situação internacional, da situação nacional e ao estabelecimento de um programa geral. A modificação que o XXIX Congresso provocou foi o resgate da bandeira das lutas específicas, tentando retirá-las daqueles que procuravam dar-lhes um conteúdo legalista e reformista.

*“Era necessário lutar também contra aqueles que diziam que a ‘luta específica é reformista e a luta política é revolucionária’. Era necessário compreender que tanto a luta política quanto a específica poderiam ter uma condução reformista ou revolucionária. E o Congresso procura então representar uma alternativa de condução das lutas específicas, de modo de vinculá-las a uma luta política contra a Ditadura Militar” (História da UNE, 1980: 66-70)*”.

Os eleitos para a nova diretoria foram como presidente Luiz Gonzaga Travassos da Rosa (AP-SP), e como vices Nilton Bahlis dos Santos (DI - Rio Grande do Sul) José Roberto Arantes de Almeida (DI - São Paulo), Luís Raul Machado (AP - RJ), Jacques Zajdsznajder (DI - Rio), José Carlos Mata-Machado (AP - Minas Gerais), José Carlos Moreira (AP - Pernambuco), Peri (PO - Bahia), Jari Cardoso (São Paulo) e Edson (Minas Gerais). Como já foi dito, “um presidente e nove vices, um grupo de dez pessoas que passou a utilizar nomes frios, dirigentes de uma entidade sem sede, sem patrimônio, sem arquivos e sem infraestrutura, a não ser aquela das entidades estaduais” (Sanfelice, José Luís. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986).

Ainda em Valinhos, foi feita uma rápida reunião de articulação da Diretoria, e se decidiu que os novos diretores se dividiriam e iriam “levar as decisões do 29º Congresso às bases estudantis de todo o país”. Depois de passar um mês, dando informes sobre as decisões do 29.º Congresso em reuniões mais ou menos massivas nas principais universidades do país, os 10 diretores se encontraram em sua primeira reunião, durante dois dias no Rio de Janeiro, para organizar a diretoria e planejar a sua ação na gestão que se iniciava.

Apesar das divergências de posições políticas e de que o deslocamento dos diretores se dava em grande parte por iniciativa de suas tendências estudantis, a direção da UNE de 1967/1968 conseguiu

na maior parte da gestão de maneira coordenada e com decisões tomadas por decisão da maioria.

Já nos primeiros meses, quando seus diretores ainda se apresentavam pelo país, esta diretoria viveu sua primeira grande experiência de mobilização de massas. E elas aconteceram na Bahia, onde estudantes secundaristas começaram uma luta contra a Lei Orgânica. Uma intensa agitação começou a se desenvolver praticamente em todas as escolas. Esta mobilização de milhares de estudantes foi ganhando as ruas dos bairros e da cidade, e luta que começara em torno de questões tipicamente estudantis foi ganhando um conteúdo político a partir de sua própria dinâmica no confronto com a política educacional e a repressão da Ditadura.

#### **A preparação das mobilizações de 1968**

Apesar das mobilizações secundaristas na Bahia não terem sido convocadas pela UNE, dois de seus diretores (Luis Raul e Peri) terminaram por participar na liderança do movimento. A experiência destas mobilizações foi intensamente discutida na direção da UNE e entre as lideranças estudantis, nas discussões de preparação do Conselho Nacional da entidade que se realizou em fevereiro de 1968, com representantes de UEEs e DCEs.

A Ditadura Militar estava dando sua resposta a crise da Universidade, que não respondia as necessidades de formação de mão de obra para o mercado. Com o Acordo Mec-Usaid, ela propunha a privatização da Universidade. Para criar uma opinião favorável a aceitação de sua política a Ditadura corta verbas do ensino, aprofundando a crise e praticamente levando o sistema educacional à falência, começa a cobrar Anuidade dos estudantes (inicialmente de caráter simbólico para criar o hábito) e restringe as vagas nos vestibulares criando a figura dos excedentes (que passavam no vestibular mais não tinham vaga).

A UNE também oferece sua resposta. A experiência da Bahia mostrava na prática que se manifestando, de forma independente, na luta por suas reivindicações, os estudantes podiam assumir uma dinâmica de luta contra a política educacional do governo que se desdobrava em uma luta política contra a Ditadura e a repressão.

O Conselho da UNE de início de 68 define assim, como centro da mobilização, a luta contra a política educacional do Governo e contra o Acordo Mec-Usaid. Suas resoluções apontava o caminho das luta por reivindicações específicas centradas em 3 bandeiras: Mais Vagas, Mais



Verbas para a Universidade, e contra as Anuidades. Por outro lado define a necessidade de uma estruturação e massificação do movimento estudantil em torno de suas entidades e em Grupos de Trabalhos (GTs) como organizações de base para a mobilização dentro das Universidades e nas lutas de rua, permitindo mantê-las apesar da repressão com processos de dispersão e reagrupamento.

Esta estratégia, nos meses seguintes, leva a um processo de sincronização do movimento, favorecendo que as entidades estudantis ganhem um caráter massivo, e que se crie um ambiente de intensa agitação nas universidades. A intensificação das mobilizações, em graus e ritmos diversos, se desenvolve então em todo o país, com picos ora numa ou em outra região. As mobilizações estudantis que explodiam por toda a parte no mundo, nesta mesma época, vêm ainda estimular o seu desenvolvimento.

Mas este crescimento começa a colocar novos problemas. A radicalização política do movimento estudantil, atuando de forma independente e atraindo camadas da pequena burguesia, começa a chegar em um impasse, já que ele não tinha capacidade de derrotar a Ditadura. O movimento estudantil atraindo professores e funcionários, reivindicando a autonomia universitária e criando comissões paritárias de estudantes, professores e funcionários, disputa o poder dentro da Universidade. Por outro lado o crescimento das mobilizações em muitos lugares consegue conquistar as ruas e neutralizar a repressão, que fica acompanhando a distância e apenas intervindo às vezes, quando a manifestação já estava se dispersando.

Mas o movimento estudantil não tem condições de impor sua vontade. Nestas condições reaparecem com força as divergências entre as diferentes alternativas das tendências: alguns apontam o caminho da radicalização das lutas de rua contra a Ditadura, com a expectativa de acumular forças para derrubá-la; outros apontam o caminho da violência armada de vanguarda ou de massas; outros ainda propõem a radicalização da luta disputando o poder dentro da Universidade e buscando contribuir para uma embrionária reorganização das lutas operárias que começavam a se manifestar nas Greves de Osasco e Contagem e na organização das oposições sindicais. Do mesmo modo, do outro lado, aparecem divergências no interior do bloco de poder: liberalizar ou endurecer.

Enquanto ainda se desenvolviam manifestações em diversas regiões do país, a diretoria da Une em meados do ano de 68, se reúne para organizar o XXX.º Congresso e coloca nele as esperanças de

resposta para a continuidade do movimento e de reorganização de sua Unidade.

### O Congresso da Une

O XXX.º Congresso da Une foi concebido em quatro fases:

- 1) Debate nas escolas e eleição dos Delegados diretamente na Base;
- 2) Congressos Regionais de amadurecimento das discussões;
- 3) Congresso Nacional fechado realizado em São Paulo;
- 4) Apresentação das Resoluções às Bases.

A estrutura do congresso demonstra já uma mudança em relação aos congressos anteriores realizados na clandestinidade. O que se pretende agora é consolidar a UNE enquanto uma representação estudantil de caráter massivo com a base estudantil participando diretamente nas discussões das teses apresentadas ao congresso e nas decisões.

A orientação da diretoria da UNE era de, onde fosse possível, organizar a discussão das propostas políticas do congresso em assembleias abertas e massivas nas Universidades, e escolher os delegados com representação proporcional a participação e posicionamentos. Onde isto não era possível se deveria no mínimo se eleger os delegados em reuniões fechadas e nos GTs, organização da vanguarda estudantil nas escolas.

Esta concepção aprovada unanimemente pela diretoria refletia a compreensão que a UNE entrava em uma nova fase onde ela não era mais o "prêmio" de uma disputa e negociações entre tendências de caráter político-partidário, mas uma entidade realmente de massa apesar colocada na ilegalidade pela Ditadura.

Julgávamos que com as mobilizações massivas de 68 criáramos as condições para dar este passo e que ainda que realizássemos a fase de reunião nacional fechada, poderíamos garantir a representatividade dos estudantes nas fases anteriores. O que não compreendemos naquele momento e só percebemos com a dinâmica do congresso, é que a UNE já não cabia mais em um Congresso fechado. Que o número de delegados, conhecidos e eleitos abertamente, com a representatividade que ganharia o congresso cresceria tanto que não seria mais possível manter qualquer caráter conspirativo.

Os diretores tinham ido para as bases para organizar o congresso junto com as entidades locais e de base; as assembleias e debates se multiplicavam e de repente o número de delegados já



passava de 800. Algumas discussões ainda são feitas entre diretores sobre a possibilidade de fazermos a fase do congresso nacional aberta, no CRUSP. Mas a engrenagem já estava em marcha e dificilmente conseguiríamos consenso para uma mudança de rumo. Se tentássemos poderíamos quebrar a entidade. E nos reunimos no Congresso com a esperança de que a Ditadura não encontrasse um consenso para reprimi-lo e prender um número tão grande de lideranças estudantis.

A queda do congresso e as repercussões da prisão de quase 1000 lideranças estudantis mostravam o impasse da co-relação de forças apresentava. As manifestações dos delegados dentro da prisão (que fizeram greve de fome para quebrar a incomunicabilidade), dos estudantes que explodiram em manifestações por todos o país, e a mobilização de outros setores populares ajudaram a apressar a libertação de quase todos os presos de Ibiúna. A ditadura manteve presos apenas menos de uma centena de estudantes, iqueles mais evidentes, lideranças regionais como Vladimir Palmeira, José Dirceu, Jean Marc entre outros e os diretores nacionais da entidade.

Escaparam, graças a fuga e uso de identidades falsas apenas três diretores da UNE: o Luis Raul, o Arantes e eu. Por acaso de três posições diferentes e na reunião de diretoria, foram apresentadas três propostas de como eleger a nova diretoria. O Luis Raul propunha um novo congresso clandestino com a mesma configuração de antigamente; o Arantes propunha eleger a diretoria em congressos regionais e somar os votos nacionalmente; e eu, propunha uma "fuite en avant" (fuga para a frente), um processo de eleição direta nas escolas o que colocaria a defesa da UNE diretamente nas mãos da base estudantil e obrigaria a repressão a se dispersar.

As propostas decorriam de posições políticas e avaliações diferentes do quadro político que se apresentava na vida do país. A corrente do Arantes começava a ver a possibilidade de responder ao endurecimento do regime militar pela luta armada; a minha tendência julgava ser possível oferecer uma resposta pelo aprofundamento da organização e representatividade do movimento<sup>1</sup>, para manter as

<sup>1</sup> Minha tendência se chamava Universidade Crítica e o fato de ser sua principal levava o pessoal de outras tendências a brincar me chamando de "Reitor da Universidade Crítica". A Universidade Crítica se constituiu como tendência formal no bojo de alguns movimentos estudantis de 1968 no Brasil que propunham a organização de comissões paritárias de estudantes, funcionários e Professores para disputar poder no interior da Universidade e desenvolver uma crítica ao conteúdo de ensino. Sofríamos, também, uma certa influência dos movimentos estudantis de maio na França que contestavam o próprio sistema educacional e da Universidade Crítica de Berlim que colocavam sobre crítica, paradigmas da ciência e da sociedade capitalista industrial.

mobilizações mesmo com um endurecimento do regime, e acumulando forças para desdobramentos futuros; por último, para a corrente do Luis Raul, o movimento estudantil devia continuar ido as ruas e continuar golpeando a Ditadura, apoiando-se na pequena burguesia.

O Conselho da UNE, chamado a tomar a decisão sobre isto, deliberou pela posição de Arantes. E quase na clandestinidade, sem representatividade e conhecimento dos estudantes, foi eleita uma nova diretoria, praticamente desmantelada e dizimada pela repressão em pouco tempo.

Aqueles estudantes que se mobilizaram por toda à parte levantando suas bandeiras específicas, disputando o poder no interior da Universidade, indo as ruas por suas lutas específicas e garantindo sua mobilização apesar da repressão da Ditadura, não conseguiram garantir a sobrevivência orgânica de suas entidades. Mas aquelas mobilizações permaneceram na história do país e na memória de sua vanguarda até serem retomadas quase uma década depois. Significaram também a formação, a educação política e a experiência de organização de uma geração de brasileiros que continuaram lutando de várias formas na clandestinidade e que depois ofereceram sua experiência para a reorganização das lutas e a democracia no país.



## O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNB: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA MILITAR NA DÉCADA DE SESENTA.

Paulo Speller

**A** UnB exerceu grande poder de atração sobre a geração dos anos sessenta por suas características de inovação como universidade inserida em seu tempo, buscando a transformação do país. A invasão da universidade em outubro de 1965 e seu esvaziamento foram entendidos como estratégia da ditadura, que quis calar a sua voz independente em Brasília. O regime não aceitava que, ao lado do Palácio do Planalto, alguém pudesse questioná-lo. Aliás, a bem da verdade, o próprio presidente Juscelino Kubitschek resistiu inicialmente à idéia de uma universidade em Brasília.

Ao terminar o ensino colegial em 1965, inscrevi-me em dois vestibulares da UFMG, em Belo Horizonte — naquela época o vestibular ainda não era unificado e acontecia isoladamente em cada faculdade. Tinha dúvidas e disputava uma vaga nos cursos de psicologia e de sociologia e política, nas Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas e de Ciências Econômicas. Aprovado nas provas eliminatórias, estava praticamente admitido na UFMG, devendo apenas prestar os exames finais. Minha decisão de abandonar tudo e ir para Brasília se deu quase por acaso, um desses acontecimentos fortuitos que, de repente, muda a vida de uma pessoa. Passou em casa um amigo, Gilson Dias, que me trouxe a notícia que lera naquele dia também quase por acaso no Diário de Notícias — era mesmo esse o nome do jornal? A UnB voltava a funcionar e estava aberto o seu vestibular. Vamos pra UnB? Pensei rapidamente, decidi que aquele era meu destino, falei com meu pai à noite, que apoiou minha decisão, e dois dias depois rumamos para Brasília, uma cidade que ainda não conhecia. Queria estudar psicologia na UnB.

O que mais incomodava os militares era a presença de uma universidade que dizia o que pensava. O modelo em si talvez não incomodasse tanto, o que se confirma pela “reforma universitária” de 1968, promovida pelo governo militar, onde a cátedra fora extinta e promovida a departamentalização, características pioneiras da UnB, no Brasil. Mais do que isso, o que se destacava na UnB, em comparação com as universidades brasileiras da época, era a concepção de uma

universidade integrada, onde se estimulava a integralização dos créditos acadêmicos em outros departamentos, a realização de atividades que envolviam estudantes de todos os cursos, como por exemplo através da cultura e o estudo de idiomas. Eu mesmo tive a oportunidade de participar do coral universitário, cursei disciplinas de integração no departamento de artes, aperfeiçoei o domínio da língua inglesa e ainda participei de várias atividades de extensão. A vida universitária no campus era para valer, no Centro Olímpico, onde morei inicialmente, no Restaurante Universitário gerenciado pelo seu Aldo, no Campus Bar, vinculado à nossa FEUB (Federação dos Estudantes Universitários de Brasília), nas atividades desportivas, e por aí vai.

A repressão ao movimento estudantil pela ditadura dava-se não só nas ruas, mas também no plano formal das normas. A UNE e toda a estrutura da representação estudantil foram substituídas por uma nova rede de representação ligada ao regime, isso no plano formal. Na prática, resistimos mantendo a antiga estrutura da UNE, DCE's e Diretórios Acadêmicos. Na UnB, mantivemos a FEUB, representação maior da universidade e do Distrito Federal, assim com os DA's. No meu primeiro ano de UnB, em 1966, organizamos a primeira diretoria do Diretório Acadêmico do Instituto Central de Psicologia, o DAICP, do qual fui presidente. Na FEUB, compus em 1967 a diretoria encabeçada por Honestino Monteiro Guimarães, na qual assumi a diretoria de assistência estudantil, responsável pelas reivindicações de bolsas, moradia e alimentação estudantil. Além de buscarmos a retomada da conclusão das obras na universidade, enfrentávamos o desafio de construir condições de acesso e manutenção de boa parte dos estudantes oriundos de outros estados, pois a UnB exercia grande poder de atração. Para estes, buscávamos garantir bolsas e moradia. As bolsas tinham um sentido não apenas assistencialista, pois buscávamos um sentido de inserção do estudante na pesquisa, na docência, na extensão. As bolsas de monitoria, por exemplo, permitiam ao estudante uma contribuição importante nos laboratórios, ao mesmo tempo em que os integravam em equipes de docência e pesquisa sob a supervisão de professores mais qualificados. Minha própria experiência como monitor nos laboratórios de psicologia permitiu-me uma proximidade com os instrutores do departamento e com o professor Robert Norman Berryman, então diretor do ICP.

Muitos estudantes exerciam a docência nas escolas secundárias de Brasília, pois a cidade era carente de professores habilitados. Assim, à noite muitos dos que moravam na universidade e nas repúblicas e quartos alugados da Asa Norte estavam nas escolas da cidade. A



moradia de estudantes e professores no campus integrava conceitualmente a proposta inovadora da UnB, o que se viabilizava através dos blocos residenciais da Colina e os pavilhões do Centro Olímpico. A administração superior da universidade resistia à ampliação desses espaços, herdados do período anterior ao golpe militar, e não foram poucas as vezes em que nos vimos obrigados a forçar a reitoria a reabri-los e ampliá-los. Foi dessa forma, com a reabertura dos pavilhões ainda de madeira do Centro Olímpico, por nós ocupados em 1966, que finalmente conseguimos a retomada de construção definitiva do CO. A ocupação de apartamentos que se mantinham fechados na Colina também levou à construção das Casinhas, projeto inovador dos cursos de arquitetura e engenharia, que viabilizou a desocupação dos apartamentos da Colina e a nossa instalação no próprio campus. Havia vários outros espaços menores no campus ocupados por estudantes, como o Inferno, as Ocas I e II, e a Casinha do Niemeyer, protótipo de concreto do que se pensava seria o embrião da moradia estudantil na UnB. O Restaurante Universitário exercia papel estratégico não só para o estudante que dispunha de recursos limitados, mas como espaço integrador de estudantes de todos os cursos, onde também muitos professores e funcionários faziam suas refeições. O RU era o espaço privilegiado de articulação de muitas ações culturais no campus, e sobretudo do movimento estudantil.

A universidade se constituía como um dos poucos espaços de contestação da ditadura militar que se mantinha relativamente livre e atuante, com interlocução permanente com o Congresso Nacional, em especial com o MDB e lideranças como o então líder da oposição na Câmara dos Deputados, Mário Covas, o Senador Matta Machado e os deputados Hélio Navarro, Gastone Righi e David Lehrer, entre outros, com os quais as lideranças universitárias mantinham interlocução. A UnB abrigava palestras e debates constantes com personalidades e docentes em Brasília, pois a cidade era privilegiada como espaço político onde a contestação da ordem autoritária era permanente. Nesse sentido, o espaço universitário da UnB propiciava a formação político-cidadã de seus estudantes em torno de uma luta que a todos congregava, quase unanimemente, contra a ditadura militar.

O espectro da invasão era permanente. De certa maneira sabíamos que a UnB seria novamente invadida policial-militarmente, dado o crescente comprometimento da UnB com a resistência à ditadura, para além de ser local de eventos de maior ou menor repercussão contra a ditadura, seja no âmbito do movimento estudantil ou em outras esferas da sociedade civil, restritamente à comunidade

universitária local, regional ou nacional ou estendendo-se para além do campus. Depois da morte do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, a UnB era palco de protestos continuados contra a ditadura militar.

Experimentei a primeira invasão em junho de 1967. Lembro-me bem desse dia, recebíamos a visita de José Roberto Arantes, vice-presidente da UNE, e poucos minutos antes da invasão por policiais do Distrito Federal conversávamos os dois com Honestino nas proximidades do Setor de Transportes, perto de onde se localizavam a FEUB, a FAUnB e vários diretórios acadêmicos ainda em construções de madeira que se assemelhavam aos barracos de obras, bem em frente à APT-15 dos Correios e Telégrafos – ponto freqüente de encontro dos estudantes que moravam no campus, pois ali recebíamos nossas correspondências como posta restante. Repentinamente a “tropa” desceu da direção do CIEM, vindo da avenida L2, na Asa Norte. Roberto e Honestino desapareceram como num passe de mágica, e eu acabei detido mais tarde junto com Mauro Burlamaqui quando me dirigia ao Congresso Nacional, onde um ato de protesto se organizava. Foi também minha primeira experiência de cadeia, onde dividi uma cela reservada à detenção da tropa no BGP, no setor militar de Brasília. Ficamos “de molho” por uma semana, mas juntos mantivemos o moral alto, alimentados por protestos dos colegas na UnB e de parlamentares da oposição no Congresso Nacional.

A FEUB tinha grande respeitabilidade não somente entre estudantes, mas em toda a comunidade universitária, e legitimidade representativa na própria reitoria. Os reitores Laerte Ramos de Carvalho e Caio Benjamin Dias, ambos colocados na direção da UnB como interventores da ditadura, ainda que legitimados pelo Conselho Diretor, faziam a interlocução com a FEUB e jamais questionaram sua representatividade. Fora do campus, a FEUB era conhecida e reconhecida em seu papel político de representação dos estudantes da UnB pela imprensa, pelo Congresso Nacional e, de certa forma, pela própria sociedade brasiliense. Politicamente, considerando a tradição de resistência à ditadura, penso que seria pertinente a recuperação da sigla FEUB pelo DCE da UnB, como homenagem àqueles que lutaram em torno da entidade e principalmente à figura de Honestino, que entregou sua própria vida à luta contra a ditadura.

Honestino tinha duas características que o destacavam dos demais estudantes. Primeiro, tinha forte e sólida formação acadêmica, sabia expressar-se com clareza, era excelente estudante. O estudante universitário da época integrava uma elite muito reduzida e seleta, o



que se refletia na base acadêmica que se exigia então, através do vestibular classificatório. Mas, ainda assim, Honestino se destacava, reconhecidamente, por seus colegas e professores do curso de geologia. Segundo, Honestino tinha forte sensibilidade social, não somente em suas convicções políticas de resistência ao autoritarismo da ditadura militar, mas era igualmente sensível à problemática da fome, da miséria, da concentração de renda. Muito jovem, Honestino tinha forte carisma por trás de seus óculos de lentes grossas e gozava da estima de todos na universidade. Era firme no trato com as autoridades dentro e fora da instituição, mas ao mesmo tempo era extremamente cordato, polido e educado, e assim costurava com consistência seus argumentos contra a ditadura e na defesa da universidade. Era hábil no verbo, não no grito. Seguiu à risca o que o Che nos ensinaria, "*hay que ser firme, pero sin perder la ternura jamás*".

O acesso à universidade brasileira na década de sessenta era restrito a uma elite bastante reduzida, que via no ensino superior um espaço de formação de seus filhos com vistas a reproduzir um modelo de nação que tem suas origens na visão patrimonialista do país, onde a concentração da posse da terra e da renda era a característica que mais se destacava. Hoje, a ampliação do acesso é uma ilusão, na medida em que a expansão da universidade se deu a partir da liberalização para a abertura de instituições privadas, cuja qualidade deixa muito a desejar, como regra geral, segundo avaliação do próprio governo federal. O desafio, portanto, está no crescimento das oportunidades de educação superior em instituições públicas, com qualidade e diversificação de cursos, modelos, que efetivamente permitam responder às demandas da sociedade brasileira.

A participação do estudante na vida universitária deve ser inerente à sua própria formação, contribuindo assim para uma visão de cidadão que traga em sua prática profissional enfoques de atuação calcados no trabalho de equipe e no respeito ao outro. São várias as formas de participação: nas entidades representativas, como centros acadêmicos e dce's, representação nos colegiados e conselhos da instituição, inserção nas equipes docentes, de pesquisa e extensão como bolsistas de iniciação à pesquisa e à docência, voluntários em atividades diversas, atividades desportivas, além dos inúmeros movimentos culturais e artísticos que hoje existem no interior das universidades.

A universidade em si não se articulava a um projeto de país na década de sessenta, pois enquanto instituição era espaço de diversidade e no seu interior coexistiam diversos pontos de vista e,

neste sentido, projetos de país. O que mobilizava os estudantes era uma luta quase consensual contra a ditadura militar, pelas liberdades democráticas, que, ainda que não fosse unânime, assim se expressava no ambiente universitário. Mas não nos iludamos: também havia dentro da universidade brasileira da década de sessenta, inclusive na UnB, muito medo da repressão, da prisão, da tortura, sobretudo entre aqueles estudantes que viviam em Brasília com suas famílias. Sócio-economicamente e culturalmente, o estudante universitário vinha das camadas médias e superiores da sociedade brasileira que em 1964 estava nas ruas do país assustada com as mobilizações sociais e sindicais, clamando por ordem, com Deus e pela família. O que se observava na UnB era um desprendimento das lideranças estudantis, geralmente vindas de outros estados, vivendo longe de suas famílias, que se entregavam mais ao movimento estudantil com maior desprendimento. Isso no plano geral, pois também tivemos grandes lideranças de Brasília, como o próprio Honestino, que vivia na cidade com sua família, na Asa Norte.

Na estrutura do movimento estudantil dos anos sessenta as executivas nacionais se organizavam por cursos, sendo o espaço onde se colocavam as discussões sobre formação profissional, assim como a interlocução com os Conselhos corporativos correspondentes. Assumi a presidência do CONEPSI, Conselho Nacional de Estudantes de Psicologia, em reunião realizada em Recife em 1967, mas a repressão ao movimento estudantil nos atingiu em cheio e nossa atuação ficou prejudicada, sobretudo depois de minha prisão em 1968 no XXX<sup>o</sup> Congresso da UNE em Ibiúna.

Assumi a presidência da FEUB em agosto, depois da prisão de Honestino na grande invasão da UnB, numa rápida e tumultuada assembléia geral dos estudantes, que se realizou na rua em frente à entrada do auditório 2 Candangos, pois a reitoria impediu o acesso ao auditório. A partir de então, já com prisão preventiva decretada a pedido do encarregado do IPM sobre movimento estudantil em Brasília, liderei a FEUB na clandestinidade. Além de manifestações públicas de toda ordem, dentro e fora do campus, realizamos os preparativos para escolha de delegados e participação no XXX Congresso da UNE em Ibiúna. Como era corrente na época, alguns de nós viajaram com passagens cedidas por deputados da oposição - eu mesmo viajei com passagem em nome de Mário Covas - e, como o controle nos aeroportos era ainda muito artesanal, chegamos a São Paulo. De lá até Ibiúna, foi uma sucessão de "pontos" e senhas, dormindo no meio do caminho em algum lugar que não sou capaz de identificar, até chegarmos ao sítio de



Ibiúna, onde mal cabíamos, dormindo por turnos de 4 horas, com alimentação precária e reduzida. Mal conseguimos abrir a plenária do congresso, num “anfiteatro” com degraus cavados na terra, em cima de lonas, quando ouvimos rajadas de metralhadora e gritos de “não fujam, senão passamos fogo”. Ali terminou o congresso. Uma longa marcha de cerca de sete quilômetros debaixo de chuva miúda nos levou aos ônibus que nos aguardavam para a viagem ao Presídio Tiradentes. Éramos quase 700 estudantes, mas a grande maioria seguiu viagem em ônibus especiais para os respectivos estados, onde foram recebidos por familiares previamente alertados. Ficamos no Tiradentes apenas os que tínhamos prisão decretada. De Brasília, ficamos eu e Lenine Bueno Monteiro, estudante de arquitetura, de quem me tornei amigo com a longa convivência de mais de um ano no cárcere, começando em São Paulo, de onde seguimos viagem em avião sob a custódia da Polícia Federal para o Batalhão da Polícia do Exército em Brasília, retornando novamente ao Tiradentes para o julgamento da Auditoria Militar de São Paulo. Foram quase 14 meses, entre outubro de 1968 até dezembro de 1969. Depois foi o exílio de 10 anos entre o México e Moçambique, mas esta é outra história.

## O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR E A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS ATRAVÉS DA ARTE<sup>1</sup>

José Wilker

**E**u tenho que falar do MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR e a primeira coisa que me vem à mente é um verso de MANUEL BANDEIRA que fala da “vida inteira que poderia ter sido e não foi”. Porque o MCP acabou justamente quando começava, de fato, a viver. A PREFEITURA DO RECIFE e, em seguida O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, na pessoa do PREFEITO e, em seguida GOVERNADOR MIGUEL ARRAES, deram-se conta da imensa miséria cultural – analfabetismo – da grande maioria da gente do Estado. Ao mesmo tempo, um paradoxo, era evidente a incalculável riqueza da cultura popular, nas suas mais variadas manifestações ao lado da imposição de dar a essa riqueza a devida atenção ou importância.

De início nossa participação era no sentido de ilustrar as aulas de alfabetização de adultos ministradas segundo o método do educador PAULO FREIRE. As aulas vinham por meio do rádio, eram razoavelmente áridas. Exigiam uma dose bem grande de adesão e atenção. O teatro – minha participação começou com o teatro – serviriam para amenizar ou alegrar o clima. Entretanto, tal tipo de teatro jamais havia sido feito entre nós. Tínhamos, por milagre, uma referência. Durante a GRANDE MARCHA, MAO TSE TUNG se fazia acompanhar por um grupo de teatro cuja tarefa era a de informar aos habitantes das cidades ocupadas o significado da sua revolução. Esta foi a nossa primeira inspiração. Usar o teatro para falar das coisas do dia-a-dia, dos problemas que afligiam os habitantes da zona da mata pernambucana, chamar a sua atenção para o lamentável mundo em que viviam e que podia ser alterado. Enfim, era um teatro com óbvias ambições políticas, parente próximo daquele de agitação e propaganda dos primeiros tempos da REVOLUÇÃO RUSSA de 1917.

Mas, em breve tempo, nós nos encantamos por algo mais interessante: o teatro propriamente dito. Isso porque o pessoal reunido para o trabalho vinha das mais diversas origens e desiguais formações. Forçados pelas necessidades, nos vimos na obrigação de estudar – aprender – teatro em todos os seus segmentos, texto, direção,

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.



cenografia, figurino, música, etc. E um mundo novo, que nos sequer suspeitávamos que existisse, se abriu para nós. A agitação, a propaganda, a sujeição à política partidária foi, lentamente, deixando de ser o nosso alvo. Aprendemos que mais importante que gritar dos palcos “abaixo isso ou aquilo” era preciso falar aos corações e ao afeto das pessoas. Vinham-me sempre como lema uma frase do poeta MAIAKOWSKI, suicidado pela revolução, que gemia alto “em mim a anatomia ficou louca, sou todo coração, eu pulso sempre”. Nesta época tentamos nos aproximar da intelectualidade pernambucana, dar algo do nosso para eles, receber a preciosa colaboração que eles poderiam nos proporcionar. Por conta de um certo sectarismo reinante nos inícios dos sessenta fomos pessimamente recebidos. E massacrados. Foi quase o anúncio do que veio a ocorrer logo depois, nos dias seguintes ao golpe de 1964, quando o MCP foi literalmente destruído. E estou dizendo precisamente isso, destruído, porque além das prisões indiscriminadas, quase todo, senão todo o acervo cultural, acumulado nos três anos de nossa existência, foi queimado. Uma pena. Pelo que, repito, o MCP foi uma vida inteira que poderia ter sido e não foi.

## EM DEFESA DA DEMOCRACIA: O TRABALHO DE ADVOGADO DE PRESOS POLÍTICOS BRASILEIROS

Antônio Modesto da Silveira<sup>1</sup>

### Minha formação política na Universidade.

**Q**uando você tem um potencial pessoal prévio, seja de família, às vezes de religião, escola, trabalho, contatos sociais que se somem, o encontro com a universidade se torna o coroamento dessa etapa de vida. No caso da minha formação, a família, o trabalho, alguns contatos pessoais e a dureza, muita dureza da vida de pobre, me fizeram compreender facilmente as teorias sociais mais humanistas, socializadoras.

A Universidade, para mim, foi a universalização teórica de uma experiência pessoal, como testemunha e vítima de um modelo político, econômico e social que necessita de reformulação urgente e profunda.

### Quando comecei a advogar

Depois do estágio, então obrigatório, que fiz na Justiça, comecei a advogar, tão logo terminei a Faculdade de Direito da UDF (Universidade do Distrito Federal), hoje UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), em dezembro de 1962. Sobrevindo o golpe do dia 1º de abril de 1964, nesse mesmo dia mergulhei na defesa dos perseguidos e presos políticos. Esse mergulho durou mais de 21 anos, até o fim formal da ditadura em 1985, fim formal e ainda superficial porque toda a estrutura administrativa e infra-estrutura legal da ditadura continuaram as mesmas por vários anos.

Muitos dos comandos e dos torturadores continuaram em seus postos, tranqüilamente, anistiados previamente, pela primeira lei de Anistia, concedida em 1979. Contudo, muitos dos perseguidos não foram anistiados até hoje.

### Meu trabalho após 1964

Esta resposta, se detalhada, poderia produzir uma enciclopédia do terror, da vergonha e do ridículo. Resumo: No Rio, como no Brasil,

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.



éramos poucos advogados com ousadia bastante para defender centenas de milhares de presos e seqüestrados políticos.

As leis, sobretudo as de segurança nacional, se sucediam, cada vez mais draconianas. Duas dezenas de Atos Institucionais, uma centena de Atos Complementares, quatro leis (Decretos leis) de Segurança Nacional, duas Cartas Outorgadas (1967 e 1969, ambas de um Congresso castrado e sob coação) e até decretos secretos formam o lixo legislativo do período.

Acima dessa legislação excepcional autoritária achava-se a vontade dos detentores do poder, que podiam tudo. Por isso é que quase todos os poucos advogados que nos atrevíamos a defender seqüestrados políticos também, éramos seqüestrados pelos órgãos de repressão. Assim, os advogados Vivaldo Vasconcellos, Sobral Pinto, Heleno Fragoso, George Tavares, Augusto Sussekind e eu fomos seqüestrados por eles, no Rio de Janeiro. Outros colegas também o foram, em outros estados.

A pressão sobre juizes não cooptados pela ditadura também era intensa em todas as instâncias.

Foram cassados vários, das três instâncias. Muitos juizes tinham a ideologia da ditadura; outros se deixavam cooptar, por cautela ou medo; mas tantos outros se comportaram com a maior dignidade. Assim, conseguimos excluir dos processos ou absolver a maioria dos acusados, ainda na 1ª instância. Outros na 2ª instância ou no Supremo Tribunal Federal.

E não eram poucos. Só no Rio de Janeiro houve levadas sucessivas de milhares de presos e seqüestrados políticos, além dos mortos e dos desaparecidos. As prisões do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), SOPS (Supervisão de Ordem Política e Social), distritos policiais e muitos quartéis do Exército, Marinha e Aeronáutica ficaram tão cheios, que passaram a lotar de presos, temporariamente, o Estádio Caio Martins de Niterói. Algumas penitenciárias e ilhas-presídio, ao mesmo tempo, receberam também presos políticos. Como ainda faltava espaço, requisitaram três navios do Lloyd Brasileiro, que ficaram lotados de prisioneiros políticos, simultaneamente.

#### **Minhas primeiras defesas de presos políticos.**

As primeiras defesas foram muitas e difíceis, ainda em 1964: Emílio Bonfante Demaria, Hertz Pereira dos Santos, Oto Canedo Lopes e outras do CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores; José Lima de Azevedo, Eloy Santos, Antônio Louro, José Maria e sua mulher,

Filomena, do MPLA - Movimento Popular pela Libertação de Angola, organização de angolanos e brasileiros empenhados na pregação e busca de solidariedade do Brasil na Independência de Angola. José Arimathéia Coradello de Lima e 60 outros servidores da multinacional Ishikawagima do Brasil, todos ainda em 1964.

Paralelamente, vários outros líderes sindicais, estudantis e partidários, sobretudo do PCB (Partido Comunista Brasileiro), AP (Ação Popular), PC do B (Partido Comunista do Brasil), Polop (Política Operária) e, logo depois, várias outras organizações, inclusive religiosas, engajadas no humanismo. Estas foram apenas algumas das pessoas e organizações que defendi, logo na primeira hora do golpe. Em seguida foram chegando inúmeras outras. Médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, artistas, bancários, professores, estudantes, operários. Praticamente todas as categorias de trabalhadores de todas as classes sociais, ou seus familiares, passaram pelo meu escritório. Era uma sucessão interminável.

#### **Repressão ao movimento estudantil e cerco às universidades.**

O Movimento estudantil foi dos mais ativos opositores ao estabelecimento, consolidação e violações feitas pela tirania. Manifestações, passeatas gigantescas e participação de estudantes em partidos e ações de oposição a ela, tornaram-se exemplares. Sentindo o peso político dessas ações, o autoritarismo voltou-se contra os estudantes. Passeatas foram proibidas e atacadas, seus líderes seqüestrados, torturados e muitos desaparecidos ou até mortos. Nem missas ou cultos nos mais diversos templos religiosos, foram respeitados por policiais e militares. Caso típico foi o da missa na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, pelo assassinato do estudante Edson Luiz, fuzilado pela polícia em 1967. Fotos e reportagens da época, nos chocam até hoje.

Universidades eram vigiadas, invadidas, e seus líderes seqüestrados, feridos e torturados por todo o Brasil. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, vivi a primeira experiência, em que o coronel chefe da segurança universitária convocou uma jovem, determinando que ela se defendesse de acusação que ele não podia revelar nem esclarecer, por estar protegido por decreto secreto. Espantado, achei que ele fosse louco. E, talvez o fosse. Ele repetia, com muita convicção, "... que ela se defendesse daquela acusação secreta". Minha reação de espanto foi tamanha, que ele se desarmou. Assumindo o risco de ser preso eu, e não a minha jovem cliente,



declarei a ele que ela só responderia a perguntas concretas. Então o coronel acabou por fazer as ridículas acusações, que a estudante respondeu, a tudo, com clareza e tranqüilidade. Saímos depois, ela e eu, curtindo a burrice do coronel e a incompetência da ditadura.

Por todo o Brasil houve investigações, inquéritos, IPMs (Inquéritos Policial-Militares) e processos cômicos, quando não trágicos ou tragicômicos. Em Recife, como no Rio e Estado do Rio, Juiz de Fora, São Paulo e muitos outros pontos do País, atuei em inúmeros IPMs com essas classificações.

O maior dos IPMs contra os estudantes foi o da UNE (União Nacional dos Estudantes), contendo duas dezenas de caixotes gigantes, pesando algumas toneladas e envolvendo milhares de universitários.

#### **Resistência da juventude universitária à ditadura.**

A resistência da nossa juventude universitária contra a ditadura foi fundamental para o estabelecimento do processo, que já ia se democratizando. Alguns pagaram com a vida, muitos com a integridade física, milhares com a perda da liberdade; mas, sem a participação desses jovens idealistas a ditadura teria sangrado o Brasil por muitos anos mais.

#### **Significado do AI-5 para o movimento estudantil**

O AI-5 (Ato Institucional n. 5), de 13/dez./68 foi o apogeu do terror "legal" institucionalizado, não apenas contra estudantes e professores, mas contra todo o povo brasileiro. Muitos perdendo as esperanças de uma saída pacífica, partiram para a guerrilha e outros para ações mais concretas. As histórias dessas ações dolorosas têm sido contadas de maneira dispersa, aqui e ali, até que alguém lhes dê uma estrutura de conjunto.

Durante seus 21 anos de arbítrio a ditadura foi num crescendo "legiferante", até cair no declínio e morte. Seu lixo legislativo incluiu duas Cartas Outorgadas (1967 e 1969) porque congressistas eleitos estavam cassados e o que restava era composto de aderentes e acovardados. Houve duas dezenas de Atos Institucionais; duas centenas de Atos Complementares, quatro leis ou decretos de segurança nacional; decretos específicos contra alunos e professores – 288, 177 e outros – além dos famosos decretos secretos, já referidos, e outros produtos, igualmente repulsivos.

### Meus casos mais difíceis de líderes estudantis

Foram tantos os casos difíceis e dramáticos, que se torna quase impossível selecioná-los. Talvez o caso da estudante mineira "Dodora" - Maria Auxiliadora Lara Barcellos; o do casal pernambucano, Leonor de Souza Pinto e seu marido Cláudio, ambos do Brejo da Madre de Deus. Do professor Delzir Antônio Mathias; das estudantes cariocas Márcia Savaget Tiani, Marijane Vieira Lisboa - esposa de Travassos, ex-presidente da UNE - e Martha Klagsbrun; o deputado fluminense Afonso Celso Nogueira Monteiro; Gildásio Westin Cosenza... e tantos outros. Todos esses casos me emocionam sempre. Igualmente difíceis e emocionantes foram os casos da filha e da irmã de Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia Prestes e Heloisa Prestes.

### Maiores dificuldades para advogar após o AI-5

Primeiro, o AI-5 acabou com o "Habeas Corpus" para perseguidos políticos. Continuou válido até para o pior dos delinquentes, menos para os opositores da ditadura. Mesmo na sua origem, há oito séculos, o H.C. era utilizado para proteger o político. Na ditadura brasileira, não.

Pretendeu mascarar de legalidade o arbítrio já imposto à força. Pôs em recesso o Parlamento já castrado; converteu o Poder Executivo ditatorial em Legislativo; decretou intervenções nos estados e municípios; suspendeu os direitos políticos de qualquer pessoa; acabou com as prerrogativas de foro; com as manifestações políticas, com as garantias da magistratura; excluiu do Poder Judiciário a apreciação de assuntos ligados ao AI-5 e tomou outras medidas abusivas.

Se já era difícil advogar antes do AI-5, depois dele tornou-se muito pior. Alguns advogados desistiram. Os que não o fizeram, tiveram de desenvolver sua criatividade petitoria. Passaram a ampliar e utilizar mais seu poder de denunciar os arbítrios e registrar seus atos, para todos os efeitos, não só históricos, como legais e morais.

### O que a juventude pode fazer hoje pelo país

Creio que é tarefa de todos, principalmente da juventude, tornar sonhos sadios em realidade, na busca da felicidade possível. Sua ação será até em causa própria, porque será, ela mesma, a herdeira dos sucessos de suas lutas atuais.

Que heranças deseje a juventude? Uma sociedade sempre "dividida entre os que têm fome e os que têm medo dos que têm



fome”? Em que grande parcela dos trabalhadores que nem recebe o salário mínimo legal? Em que o salário mínimo nem dá a alimentação suficiente para a reposição da força de trabalho do trabalhador? Em que poucas pessoas, físicas e jurídicas possam esbanjar o produto do trabalho de milhões, fonte geradora de fome, miséria, desigualdade, injustiça, revolta e eventual criminalidade?

Não pode dar certo um país e um mundo montado em regras de tantas iniquidades internas e internacionais. Um mundo montado em regras tais que a renda per capita de alguns impérios está entre US\$100,00 e US\$200,00 por dia, enquanto exploram outros países, cuja renda per capita é de apenas alguns centavos de dólar. Há países em que cada cidadão pode gastar 400, 500, 600 vezes mais do que seus semelhantes de outros países. As iniquidades internas são piores ainda.

Enfim, é preciso que a vida, a segurança, a igualdade, a liberdade e a busca da felicidade possível, não continuem sendo apenas um lema para debate intelectual ou plataformas de carreiristas hipócritas. Que esses não sejam o privilégio de tão poucos, em detrimento da grande maioria.

A juventude sabe e pode fazer muito pelos direitos de todos à busca do bem-estar possível a cada ser humano: vida, segurança, liberdade, igualdade e os meios necessários à sua obtenção.

Faint paragraph of text, likely the beginning of a section or chapter.

Main body of faint text, appearing to be several paragraphs of a document.

Lower section of faint text, possibly concluding a section or page.



## FIM DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Miguel Cardina

O processo de dissidência política e cultural que vinha percorrendo, desde finais da década de cinquenta do século passado, os meios estudantis portugueses – perceptível na recorrente conquista das associações por listas de esquerda e na politização dos discursos e das práticas estudantis – cruzou-se a partir do termo do decênio seguinte com o caldo de rebeldia internacional que Robert Frank chamou – numa referência algo exclusivista – de “espaço 68” (Frank, 2000). Como sugere Arthur Marwick no subtítulo da sua importante obra sobre o assunto, durante este período assiste-se a uma efetiva “revolução cultural”, responsável por profundas transformações nos campos da cultura, da política e da moral (Marwick, 1998) que, propagadas sobretudo a partir das universidades, se articularam por vezes de maneira significativa com as especificidades nacionais.

A recepção em Portugal deste território plural debateu-se, pois, com alguns filtros impostos pelo contexto social do país. Na verdade, a repressão política, o fraco desenvolvimento urbano e a extensão aos mais variados domínios do quotidiano de uma moral conservadora de raiz católica dificultaram a adoção de práticas cunhadas pela “dimensão anti-disciplinar” do radicalismo da época (Stephens, 1998). As reivindicações de timbre pós-materialista – ligadas às questões do consumo, das identidades ou das minorias – mostravam-se pouco adequadas às dinâmicas daquilo que o sociólogo Adérito Sedas Nunes definiu, em 1964, como uma “sociedade dualista em evolução”, marcada pela permanência conjunta e conflitual de valores, atitudes e comportamentos tradicionais e modernos (Nunes, 2000, p. 25-84). No próprio campo plurifacetado do oposicionismo, condutas hedonísticas e anti-hierárquicas eram vistas como inconciliáveis com a abnegação exigida pela causa “antifascista” e com os cuidados conspirativos que a situação política impunha a todos aqueles que pretendessem lutar organizadamente contra o regime.

Ainda assim, e apesar dos entraves à agitação de bandeiras reivindicativas marcadas pela nova cultura de protesto, uma parcela significativa da juventude foi paulatinamente absorvendo os ecos deste

novo ambiente de insubmissão e informalidade. Se, no campo da acção política, os acentos anti-imperialistas e anti-capitalistas foram de sobremaneira privilegiados relativamente a outras inclinações, de natureza mais contra-cultural e festiva, a “cultura-mundo” tecida durante os “longos anos sessenta” (Marwick, 1998, p. 16-20) não deixou de se manifestar em Portugal, contribuindo para a construção de uma mundividência baseada numa atracção difusa em relação à alteridade e na afirmação do “comprometimento social” como um dever de cidadania (Bebiano, 2003a).

A música, o cinema, a literatura, a banda desenhada, o teatro ou o vestuário foram servindo como veículos de questionamento do *status quo* político e social, tendência que podia ser observada em Praga ou em Berkeley, em Paris ou em São Paulo, em Lisboa ou em Roma, e que no essencial explicitava uma mudança em curso: a juventude urbana e escolarizada - ou quem dela estava próxima - deixara de se ver como uma amálgama de sujeitos em processo inacabado de integração social, para passar a agir, pensar e sentir segundo modalidades próprias, quase sempre em desacerto com a retórica isolacionista do regime e com alguns traços dominantes do conservadorismo moral.

Esta mutação foi particularmente visível nos espaços universitários. Se a imagem tradicional do estudante - homem, proveniente da elite e destinado a ocupar um lugar de destaque na hierarquia social - havia já sofrido uma evidente erosão durante a década de 1960, o certo é que o movimento associativo, pelo menos num primeiro momento, se mostrou bastante cauteloso no tipo de linguagem usada, procurando girar as suas reivindicações em torno da autonomia associativa, frequentemente acoçada pelos governos de Salazar. Nos anos seguintes, porém, assiste-se à penetração crescente de uma retórica anti-regime, preocupada com a abordagem das questões sociais e apostada em romper a imagem do conjunto estudantil como uma espécie de corporação ensimesmada. Em Coimbra, actos associados à “praxe académica” - como os ritos de “integração” ou o uso da “capa e batina” - tendem a desvanecer-se, revelando a construção efectiva de um novo tipo de estudante, mais interessado em abrir-se ao exterior do que em permanecer circunscrito à “sociedade tradicional coimbrã” (Lopes, 1982).

Um outro exemplo, de diferente cunho, consiste na participação de numerosos estudantes nas acções de auxílio às vítimas das graves inundações ocorridas no sul do país a 25 e 26 de Novembro de 1967. No rescaldo da tragédia, o governo falava de uma “cadeia de



solidariedade humana sem distinção de classes” e na “vitória do homem, que a natureza tinha esmagado” (Diário da Manhã, 1967, 13060). Os estudantes, por seu turno, apontavam a inércia dos serviços de socorro oficiais e revelavam, de acordo com dados do Instituto de Meteorologia, o extraordinário facto do máximo de pluviosidade ter ocorrido no Estoril, apesar das mais de 500 vítimas serem todas oriundas dos bairros da lata de Lisboa e das zonas pobres do Ribatejo. No ocaso da década, uma parte considerável da juventude encontrava-se irremediavelmente afastada das coordenadas ideológicas da ditadura, ao mesmo tempo em que estabelecia aproximações aos mais variados matizes do marxismo.

Assim se compreende a inexistência no campo estudantil de expressões organizadas de júbilo, ou sequer de expectativa, com a substituição de Salazar no palco governativo, em Agosto de 1968, após a queda de uma cadeira na sua casa de férias. Para o seu lugar seria nomeado Marcelo Caetano, um professor de Direito que mantivera uma ligação ao Estado Novo praticamente desde a sua origem, quer ocupando cargos políticos de relevo, quer ajudando a construir o edifício jurídico e ideológico do regime. Caetano adquirira nos anos imediatamente anteriores uma certa reputação de liberal — nomeadamente após a sua demissão do cargo de reitor da Universidade de Lisboa, em 1962, na sequência da invasão policial das instalações académicas — o que ajuda a explicar a sedução inicial por parte das elites tecnocráticas e europeizantes com a proposta de “renovação em continuidade”.

Na verdade, e se bem que a partir de 1970 tenha sobrevivido um novo período de endurecimento político, durante cerca de dois anos o regime empreendeu algumas medidas consentâneas com a intenção de “liberalizar mantendo a guerra” (Rosas, 1994, p. 486). Uma boa parte delas eram de ordem meramente cosmética, como a mudança do nome da polícia política ou do partido oficial, mas também houve gestos mais efectivos, como o regresso do exílio do socialista Mário Soares e do bispo do Porto, António Ferreira Gomes, a aprovação de nova legislação sindical que dispensava as direcções eleitas de homologação ministerial e a abertura da Acção Nacional Popular a novas correntes, de que é exemplo maior a integração nas suas listas para as eleições de 1969 do sector que ficou conhecido como “ala liberal”.

É neste contexto de ligeira descompressão política que, em Coimbra, uma Comissão Pró-Eleições (CPE) conseguiu a restauração dos actos eleitorais para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC), suspensos desde 1965, altura em que o governo

entregou a gestão a comissões administrativas por si nomeadas. As eleições realizaram-se em Fevereiro de 1969, após um animado processo eleitoral, e resultaram numa expressiva vitória da lista de esquerda, o que veio abrir caminho a um vigoroso confronto entre estudantes e autoridades.

O mote foi dado com a inauguração de um edifício do Departamento de Matemática, a 17 de Abril, onde centenas de estudantes concentrados à entrada exigem tomar a palavra, expressamente pedida no interior da sala pelo presidente da DG/AAC, Alberto Martins. Não conseguindo fazer ouvir a sua voz, os manifestantes vão à saída o presidente da República, Américo Tomás, e decidem fazer a sua inauguração após a retirada das autoridades. Nos dias seguintes, alguns dirigentes são presos, o que desencadeou um forte movimento de solidariedade que viria a ter o seu ponto alto na “greve aos exames”, realizada pela grande maioria do corpo estudantil. Este momento permitiu a integração da dimensão pedagógica no *corpus* reivindicativo. Os exames, enquanto corolário de um tipo de ensino que favorecia a competição e não a cooperação, são substituídos por cursos livres, colóquios e reuniões de estudo, nos quais se discutiam autores e temas distintos daqueles que o cânone universitário propunha.

Deste modo, durante a “crise de 69” – nome pelo qual viria a ficar conhecido o conflito – conjugaram-se formas reivindicativas sintonizadas com o “espírito do tempo”, com o aproveitamento, em sentido progressista, de um certo *ethos* coimbrão. Por um lado, os dirigentes de 69 serviram-se de rituais identificados com o tradicionalismo da praxe, de que a suspensão da festa anual da “Queima das Fitas” e a proclamação do “Luto Académico” são dois exemplos. Por outro, a “Operação Flor” (distribuição de flores à população), a “Operação Balão” (largada de balões num ponto central da cidade), a adoção de táticas “filo-guerrilheiristas” de embate com as autoridades ou a elaboração de cartuns humorísticos são casos ilustrativos de novas formas de contestação, nas quais os elementos políticos, culturais e geracionais se combinavam. Se, em 1969, a democratização do ensino, a contestação pedagógica e a crítica à ditadura foram as componentes fundamentais da luta, nos anos seguintes outras causas se lhe juntarão, alterando a face do activismo estudantil.



### Radicalismo e fragmentação nos “anos do fim”

As movimentações estudantis em Portugal podem arrumar-se tipologicamente, de acordo com Rui Bebiano, na base de três lógicas de intervenção. A primeira refere-se à crítica a determinadas orientações ou atitudes das autoridades académicas e remete para uma intervenção intra-institucional. A segunda concerne à tentativa em suscitar alterações na política governamental para o sector educativo e, de certa maneira, embora centrada no domínio específico da educação, procura direccionar o protagonismo estudantil para uma intervenção de âmbito nacional. A terceira corresponde à planificação ou desejo de iniciativas mais amplas, apostadas em intervir na sociedade ou na própria definição do regime (Bebiano, 2003b). Esta terceira tendência, que se foi consolidando ao longo dos anos sessenta, assume clara hegemonia no troço temporal que vai de 1969/70 a 1974, fenómeno patente na leitura politizada das novas intenções governativas para o sector da educação e no alastramento de uma postura anti-colonialista e anticapitalista.

Assim, quando em Janeiro de 1970 o recém-empossado José Veiga Simão ergue como rumo estratégico a “democratização da educação”, cedo descobre que a sua acção ministerial teria de se desdobrar em torno de dois eixos: em primeiro lugar, responder de imediato à agitação estudantil, o que em Coimbra passava por nomear um novo reitor, amnistiar os estudantes sobre os quais pendiam processos disciplinares e criminais e desmobilizar aqueles que tinham sido punitivamente incorporados nas forças militares; em segundo lugar, proceder a uma reforma global do sistema de ensino, que levasse à sua expansão, regionalização e diversificação.

Na realidade, o novo ministro havia percebido que a Universidade se debatia com uma contradição: por um lado, constatava-se uma acentuada restritividade nos mecanismos sociais de acesso ao ensino superior; por outro, a população universitária havia aumentado em quase 100% durante a década de sessenta, em boa parte à expectativa de ascensão social de uma emergente classe média. Ainda que um aumento mais significativo apenas se tenha produzido no período a seguir ao 25 de Abril de 1974, em duas décadas o número de alunos a frequentar as universidades portuguesas mais que triplicou: em 1950-51, existiam 15.152 estudantes; vinte anos depois, em 1970-71, esse número era já de 49.461 (Grácio, 1989).

Era neste contexto de expansão do sistema de ensino que a reforma aparecia, propondo o diálogo público com os agentes do

sistema educativo antes da sua implementação, e mobilizando conceitos – como “democratização do ensino”, “reforma da universidade” e “autonomia, co-gestão e participação” – que pareciam à primeira vista respigados do programa de um qualquer grupo estudantil. Ao mesmo tempo, contudo, Veiga Simão afirmava a necessidade de uma reforma “despolitizada e pacífica”, pretensamente longe das tentações dos discursos ideológicos.

Na opinião de Stephen Stoer, é possível apontar dois modos de encarar a “reforma Veiga Simão” antes de 1974. O primeiro consistia em ver a reforma como essencialmente preocupada em estimular a modernização econômica do país, mas também em enquadrá-la num projeto mais vasto de desenvolvimento nacional e de progresso social. O segundo perspectivava-a como uma mera reorganização de recursos, distante da intenção de resolver a crise política e social, e apostada, isso sim, em satisfazer as elites econômicas (Stoer, 1986, p. 114-115). É nesta linha de entendimento que o Comércio do Funchal afirmava, em editorial, que “só por carência manifesta de visão se poderá confundir a política reformista encetada pelo novo ministro com qualquer Cavalo de Tróia instalado dentro do sistema vigente” (Comércio do Funchal, 1970, 2058). A interpretação da reforma da parte do movimento estudantil inclinou-se predominantemente para esta posição. Como sintetiza Santos Simões, num texto de 1971, “a maioria esmagadora da massa estudantil universitária tomou consciência não só de que a Escola está desactualizada e caduca, como não é possível fazer a sua reforma desligada de uma profunda alteração das condições políticas, sociais e económicas do país” (Simões, 1971, p. 14).

Se, no âmago desta atitude de rejeição, se encontram certamente as consequências de uma guerra colonial que parecia interminável, é redutor identificar as razões daquela recusa apenas aqui, como se parece depreender das palavras de Veiga Simão.<sup>1</sup> Para além desta condicionante, certamente fundamental, não é possível esconder a existência de um combate de outro tipo, assente na desconstrução do carácter apolítico da reorganização proposta. Uma

---

<sup>1</sup> “Eu só tinha uma limitação, a qual era, para mim, muito difícil de gerir. Não era o regime, era a Guerra no Ultramar. A Guerra no Ultramar, de alguma maneira, prejudicava os meus propósitos de abertura. Quando ela se introduziu, finalmente, nos aspectos de abertura, essa componente, para mim, era difícil de defender, de controlar e, portanto, determinava limitações e situações que para mim eram mais complexas. Se os estudantes, genuinamente, quisessem só discutir a educação e não quisessem introduzir a componente da guerra no Ultramar no processo não havia ninguém que nos parasse numa Reforma ainda mais profunda” (apud Teodoro, 2001, p. 289).



reforma que, sob o manto da neutralidade, visava modernizar o capitalismo português, não era do agrado de um meio cada vez mais permeável a leituras politizadas da sociedade. A democratização do ensino mostrava-se impraticável “sem profundas opções políticas” e “sem uma radical modificação das relações de produção”, o que revelava que “a escola não é apolítica como o seu ensino e a sua vida interna não o podem ser” (Comércio do Funchal, 1971, 2096).

O certo é que a questão colonial vinha ganhando um evidente protagonismo nos meios estudantis. Iniciadas em Fevereiro de 1961, em Angola, e progressivamente alastradas a outros territórios – Guiné, em Janeiro de 1963 e Moçambique, em Agosto de 1964 – a guerra que o Estado português travou contra os movimentos independentistas africanos foi espalhando um sentimento de repulsa na juventude universitária. Ainda assim, e até perto do final da década de 1960, a contestação explícita permanecera circunscrita a alguns núcleos com ligações às colónias, como a Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, as Repúblicas coimbrãs Kimbo dos Sobas e Mil-Y-Onários, ou alguns grupos mais combativos politicamente, pertencentes à então embrionária extrema-esquerda. Em Fevereiro de 1968, a manifestação contra a guerra do Vietname frente à Embaixada americana – procurando atingir no mesmo lance o colonialismo português – demonstra a existência de uma crescente sensibilidade anti-colonial nos sectores juvenis.

Ainda assim, se em Lisboa este processo se mostrava mais avançado, em Coimbra, e ainda durante a “crise de 69”, a denúncia da guerra estivera ausente do catálogo reivindicativo do movimento como o reconhecem, em registos diferentes, Celso Cruzeiro e João Cabral Fernandes. O primeiro, destacado elemento da DG de 69, reconhece que o problema “nunca foi devidamente enfrentado e correctamente equacionado pelo movimento de Coimbra” (Cruzeiro, 1989, p. 114-115); o segundo, pertencente ao minoritário sector trotskista, faz notar que “em 1969 pôs-se em causa a estrutura e a falta de democracia na universidade” mas “falar em rejeição da guerra colonial é pura fantasia” (Fernandes, 2003).

É preciso ter em conta que nos mais diversos âmbitos da sociedade o tema da guerra era raríssimas vezes abordado de maneira desassomburada e crítica. Um manto de silêncio cobria “uma opinião pública desinformada e controlada, distante dos problemas africanos, mas educada numa intensa mística imperial” (Ribeiro, 2004, p. 174). Razões culturais – de honra, de orgulho, de masculinidade – estavam-lhe também na base, como observou o escritor Fernando Dacosta: “não

ir à tropa, ser dispensado, fizera-se uma inferioridade, um labéu. Ficar-se livre chegava a ser vergonhoso – jovens havia que perdiam namorada e reputação por isso” (Dacosta, 2001, p. 265). Arsélio Pato de Carvalho, bioquímico português que em 1968 trabalhou como investigador na Universidade de Nova Iorque, recorda que foi nessa cidade que fez a sua “introdução à Guerra Colonial, através dos africanos [...] que nos domingos à tarde tinham os seus comícios” e de como estes momentos serviam para veicular uma leitura da guerra que contrastava com a “versão politicamente correcta que reinava na maior parte dos académicos em Portugal” (Massada, 2002, p. 94).

Proporcionalmente, o esforço militar português em África era superior ao efectuado por qualquer outra potência colonial, “atingindo gastos na ordem dos 40% a 50% do total da despesa pública” (Barreto, 2000, p. 40). Segundo Dawn Linda Raby, “o peso da guerra em termos da percentagem de homens mobilizados e de vítimas relativamente à população do país era superior ao da guerra do Vietname nos EUA” (Raby, 1990, p. 269). Entre 1961 e 1974 calcula-se que tenham fugido à mobilização mais de 100.000 jovens. No declinar da década, as generalizadas lutas estudantis, a presença do Vietname nos meios de comunicação e o significativo fluxo emigratório iam mudando a imagem que se tinha de um conflito que teimava em se prolongar.

Num contexto em que aumenta a impopularidade interna e externa da guerra colonial, bem como o número de refractários e desertores - que entre 1970 e 1972 se situa acima dos 20% – o Governo passa a utilizá-la como arma de arremesso. Por esta altura, já não apenas a falta de aproveitamento escolar, mas também os desvios ao “bom comportamento” passam a ditar a incorporação. A estratégia saíria cara ao regime, uma vez que nos quartéis e nas frentes de batalha, a politização das tropas, cansadas de uma campanha interminável, ganhava contornos cada vez mais nítidos. Como relembra Pedro Pezarat Correia, a convivência com as camadas mais politizadas vindas das universidades fez com que muitos soldados, a dada altura, se vissem “entre duas baladas do Zeca Afonso, a reflectir em comum, a interrogarem-se, a porem em questão aquela guerra, porquê, para quê, em proveito de quem?” (Correia, 1990, p. 41).

A afirmação de um discurso anti-colonial e anti-capitalista deriva, em muito, da emergência de uma constelação de pequenos grupos de extrema-esquerda, responsáveis pela difusão de práticas e discursos fortemente inspirados no ambiente contestatário internacional pós-68. Em primeiro lugar, erguem como bandeiras privilegiadas a luta contra a guerra colonial e a defesa da revolução



proletária. Em segundo lugar, propõem novos referenciais éticos e estéticos, oriundos da revolução cultural chinesa, da revolução cubana e das mais variadas formas de independentismo armado. Sobressaem, neste modo, ícones políticos alternativos, como Ho-Chi-Minh, Mao Tsé Tung ou Che Guevara, marcados por um “voluntarismo fundamentalmente anti-realista” que, nos dois últimos, se estende à própria contestação ideológica, política e cultural da norma soviética (Frank, 2000, p. 36). Em terceiro lugar, e como consequência disso, é introduzido um estilo diferente de confrontação com o poder, que passava pela promoção de manifestações temerárias, pela distribuição de panfletos em pleno dia ou pelo apedrejamento de instituições bancárias.

Apesar da exiguidade de muitas destas organizações, todas elas se dedicam a um intenso trabalho de agitação, por vezes com características de profissionalismo, que tem nos meios estudantis uma base de apoio e recrutamento fundamental. Estruturas criadas para a luta anti-colonial, como a MPAC (Movimento Popular Anti-Colonial), a RPAC (Resistência Popular Anti-Colonial), ou a CLAC (Comités de Luta Anti-Colonial), ligadas todas elas às organizações de extrema-esquerda, acolhem um número cada vez maior de estudantes. Ao mesmo tempo, o novo discurso esquerdista recusava os métodos e a função da escola capitalista e, com particular virulência, as organizações tradicionais, compostas por “burocratas completamente afastados das massas que dizem representar” (“Por um sindicalismo de tipo novo”, *Núcleos Sindicais*, 04-72). Deste modo, o PCP (Partido Comunista Português), frequentemente apelidado durante a década anterior de “aventureirista”, por querer forçar o confronto com as autoridades, era agora classificado como “reformista”, por procurar concentrar o discurso reivindicativo na Universidade em vez de colocar em causa os fundamentos da sociedade capitalista.

Procurando inverter a sua progressiva perda de influência, o PCP cria formalmente, em Janeiro de 1972, a UEC (União dos Estudantes Comunistas), destinada a “estreitar a ligação” entre o partido e o conjunto estudantil (“Declaração”, UEC, 01-1972). No essencial, a sua estratégia passava por lutar por objectivos consensualizantes, que permitissem que a base de apoio se alargasse ao máximo. Assim, “Unidade” e “Reforma Geral e Democrática do Ensino” tornam-se os eixos principais da sua estratégia, o que fez com que, na prática, os estudantes da UEC assumissem muitas vezes a delicada tarefa de arrefecer os ímpetos que ameaçavam pôr em causa a legalidade das associações. Não obstante o comum posicionamento no multifacetado

campo oposicionista entre o PCP e as variadas correntes à sua esquerda, vinham-se avolumando as diferenças. A própria atitude a tomar perante a guerra colonial era motivo de desentendimento: a extrema-esquerda propunha a deserção, imediata ou com armas no final da recruta, enquanto o PCP aconselhava os seus militantes a irem "tão longe quanto possível, inclusive até às frentes de batalha, sempre com o objectivo de esclarecer os outros soldados que não devem combater" (O Militante, 1966, 144).

Este novo quadro, conjugado com a forte repressão que então se abate sobre as associações<sup>2</sup>, leva a mudanças na forma de actuação. O movimento associativo, baseado em estruturas mais ou menos fixas e assente em princípios como a autonomia e a liberdade associativa, é substituído por modos de contestação mais fragmentados, voluntaristas e radicalizados. Sem os espartilhos da representação, os *meetings*, os debates e os grupos de estudo passam a integrar a nova metodologia de acção, na mesma altura em que os grupos culturais académicos tendem a politizar-se, dando conta de um meio estudantil que, decididamente, já não se pretende uma elite desligada da sociedade. Em Coimbra, em 1970, a DG/AAC propunha que a recepção do estudante recém-chegado não seja feita através de formas hierárquicas de relacionamento, defendendo que se abandonem os já frágeis resquícios da "retrógrada e tradicional perspectiva de integração praxística" ("Semana da Recepção aos Novos Alunos", DG, 12/nov./1970).

Outro fenómeno importante diz respeito ao aumento de mulheres no ensino superior durante a década de sessenta, fruto dos reflexos da emancipação feminina, visíveis um pouco por todo o mundo ocidental mas, e sobretudo, devido à mobilização dos homens para o conflito em África. Os tradicionais papéis sociais começam nesta altura a ser contestados abertamente, notando-se, à entrada da década de 1970, um aumento da visibilidade das mulheres na luta contra a ditadura. Isto não significa, obviamente, que a recepção da tese "o pessoal é político", trazida pela segunda vaga do feminismo, tenha tido expressão relevante. Na verdade, a relação entre géneros foi essencialmente vista numa perspectiva de reivindicação da igualdade e

<sup>2</sup> No início do ano lectivo de 1972/73 quase todas as associações de estudantes estão encerradas ou por legalizar. No Porto, a AE de Medicina encontra-se encerrada e as Comissões Pró-Associações de Economia, Engenharia, Letras, Liceus e Industrial estão por legalizar; em Lisboa as AE de Direito, Industrial e Ciências estão encerradas e as Comissões Pró-Associações estão por legalizar em Medicina e Farmácia e encerradas em Letras e Comercial; em Coimbra, a DG/AAC encontra-se encerrada desde Fevereiro de 1971 (s.t., *Comissão Associativa*, 16-11-72).



foram praticamente inexistentes abordagens dos fenómenos de repressão que ultrapassassem as meras relações de classe.

Assim, na fase final do regime, o meio estudantil já não pactuava com qualquer atitude dialogante com o poder, posição que o assassinato, pela PIDE/DGS (Polícia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança), do estudante de Direito e militante do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), José António Ribeiro dos Santos, a 12 de Outubro de 1972, veio tornar irreversível.<sup>3</sup> Este crime arranhou de vez “uma já utópica normalização da vida universitária” e generalizou “nas gerações liceais urbanas, uma combatividade que cresce até à queda do regime” (Costa, 2002, p. 30). Isso mesmo é relatado com preocupação a Marcelo Caetano por Joaquim Veríssimo Serrão, reitor da Universidade de Lisboa. Em carta datada de 27 de Julho de 1973, este último constata que “a agitação universitária, outrora no campo dos licenciados, torna-se freqüente no 1º ano e temo-la já nos liceus por culpa exclusiva de quem não soube ou não quis impor a autoridade” (apud Antunes, 1985, p.400).

Apesar disso, é indisfarçável o impasse que o movimento atravessa na agonia final do Estado Novo. Por um lado, a intervenção encontrava-se agora espartilhada por uma série de organizações que ocupavam grande parte do seu esforço num processo contínuo de digladiação. O discurso, cada vez mais politizado, era incapaz de produzir uma agitação de massas sem operar uma imediata fractura na unidade estudantil. Por outro lado, a efectiva politização de uma juventude que colocava agora no cimo da agenda reivindicativa a guerra colonial e a forma do regime, bem como a intensa repressão que se abateria sobre as estruturas associativas, condenara o movimento estudantil, entendido como movimento unitário centrado no seu lugar próprio de desenvolvimento, a Universidade. Nesta medida, as lógicas sindicais-associativas mostravam-se cada vez mais desajustadas. A estratégia unitarista da UEC, que passava por criar uma estrutura coordenadora de nível nacional, a UNEP (União Nacional dos Estudantes

<sup>3</sup> Nesse dia realiza-se nas instalações do ISCEF (Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras) um *meeting* contra a repressão. Pouco antes do início da reunião, os estudantes deparam com um agente da polícia política no recinto. Prendem-no e contactam a PIDE/DGS para que o viesse reconhecer. Chegados ao anfiteatro, os agentes afirmam não conhecer o indivíduo mas insistem em levá-lo. Geram-se escaramuças entre os estudantes e os dois polícias presentes no local que, disparando, atingem José Lamego e José António Ribeiro dos Santos, vindo este último a falecer, já no hospital. Sobre este acontecimento, cf. Costa, 2002 e Madeira; Pimentel; Farinha, 2007, p. 403-410.

Portugueses), tendo-se ficado pelo plano das intenções, demonstra bem a incapacidade desta linha em se fazer vingar.

No geral, a partir do final dos anos sessenta, num contexto em que o marcelismo procura sem sucesso “renovar na continuidade”, a intervenção estudantil caminha numa rota de politização ascendente, apontando o alcance das suas reivindicações, não só para o domínio específico da educação, mas também para a própria natureza do regime. As temáticas relacionadas com a utilidade social do saber e com o carácter arcaico da sua difusão são trazidas a lume através de processos ancorados na recusa do autoritarismo da escola e do Estado. Ao mesmo tempo, a consolidação de uma imagem de estudante modelada em função do seu comprometimento social, os reflexos no meio estudantil das alterações produzidas ao nível da moral, das sociabilidades, da política e da cultura, bem como o arrastamento das guerras coloniais em África, originam a afirmação de canais de contestação explicitamente centrados no questionamento do regime e na rejeição do colonialismo português e das suas consequências.

### Fontes e Bibliografia

#### I. FUNDOS DOCUMENTAIS

Centro de Documentação 25 de Abril - *Pastas relativas ao Movimento Estudantil*

#### II. PUBLICAÇÕES

Diário da Manhã; Comércio do Funchal; O Militante

#### III. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, José Freire (pref. e org.). *Cartas Particulares a Marcelo Caetano*. Vol. I e II. Lisboa: D. Quixote, 1985.

BARRETO, António (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Vol. I e II. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

BEBIANO, Rui. *O Poder da Imaginação*. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60. Coimbra: Angelus Novus, 2003a.

BEBIANO, Rui. Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, p.151-163, 2003b.



- CAIADO, Nuno. *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED, 1990.
- CORREIA, Pedro Pizarat (1990) Capitães de Abril - produto da geração dos anos 60?. In: *Vértice*, n. 26, II série, 1990.
- COSTA, Jorge. O ano da morte de Ribeiro Santos. In *História*, n. 49, III Série, p.24-31, 2002.
- CRUZEIRO, Celso. *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento, 1989.
- DACOSTA, Fernando. *Nascido no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- FERNANDES, João Cabral. O fundamental para qualquer acção política é o programa. Entrevista ao jornal *Combate*, n. 276, 2003.
- FRANK, Robert. Imaginaire politique et figures symboliques internationales: Castro, Hô, Mao et le Che. In Geneviève Dreyfus-Armand *et alli* (orgs.). *Les Années 68*. Le Temps de la Contestation. Paris: Complexe, p. 31-47, 2000.
- GRÁCIO, Rui. A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil. In: REIS, Antonio (org.). *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*. Lisboa: Alfa, p. 221-258, 1989.
- LOPES, António Rodrigues. *A sociedade tradicional coimbrã*. Introdução ao estudo etnoantropológico. Coimbra, 1982.
- LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge e PENA, Paulo. *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora, 2001.
- MADEIRA, João, PIMENTEL, Irene Flunser, FARINHA, Luís. *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- MARWICK, Arthur. *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, c.1958-1974*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MASSADA, Jorge. *Vale a pena ser cientista?* Porto: Campo de Letras, 2002.
- HUNES, Adérito Sedas. *Antologia Sociológica*. Selecção e Prefácio de Maria Filomena Mónica. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000.
- RABY, Dawn Linda. *A resistência antifascista em Portugal*. Lisboa: Salamandra, 1990.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos*. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo. Porto: Afrontamento, 2004.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*, "História de Portugal", direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores / Editorial Estampa, 1994.

- SIMÕES, Santos. *Ensino: projecto de reforma ou reforma do projecto?*. Porto: Razão Actual, 1971.
- STEPHENS, Julie (1998), *Anti-Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Post-Modernism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- STOER, Stephen (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, Uma década de transição*. Porto: Afrontamento, 1986.
- TEODORO, António. *A construção política da educação: Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Afrontamento, 2001.



## MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS NOS ANOS 1970.<sup>1</sup>

Mirza Maria Baffi Pellicciotta

**A**s movimentações estudantis do período pós-1968 guardam características e problemáticas que se originam do processo intenso de mudanças e rupturas de teor político e cultural que se acha em percurso de consolidação no Brasil (a partir de 1964); mudanças que quando comparadas com a fase anterior ao estabelecimento da ditadura militar, revestem este movimento de desafios analíticos e de uma profunda carência de dados.

Mais do que isso, todo um silêncio historiográfico se abate sobre o período pós-1968 como a se orientar pelas afirmações de Guilhon Albuquerque (1977) e Artur Poerner (1979), segundo as quais a interrupção da estrutura política tradicional do movimento estudantil em 1968 põe fim à trajetória histórica desenvolvida até então, marcada por dinâmicas, experiências, discussões e perspectivas de luta política muito especiais. A partir deste período, o que se constata é a derrota e o desmantelamento deste movimento, condição que o transforma, enquanto objeto de estudo, em uma temática de muito poucos atrativos teóricos.

No entanto, em um breve reconhecimento documental do período, podemos registrar a recomposição de uma dinâmica de resistências surpreendente que é capaz de conferir ao movimento estudantil dos anos 1970 um lugar especial na análise histórica.<sup>2</sup> Em termos mais amplos, encontramos nos registros das movimentações estudantis pistas para uma outra compreensão da transformação da Universidade Brasileira, do universo político ou, ainda, do universo cultural que de maneira forte e direta influi nos procedimentos contemporâneos de intervenção social.

Lidar com a transformação, em si mesma, do movimento estudantil brasileiro na década de 1970 significa, neste caso, lidar com

<sup>1</sup> Este capítulo é baseado na dissertação de mestrado em História Social que apresentamos pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas): *Uma aventura política: as movimentações estudantis nos anos 70*, em 1997.

<sup>2</sup> É o que procuramos fazer neste capítulo, ainda que, devido aos limites do espaço, ficam bem restritas as citações de documentos e fatos que reforçam os argumentos desta reconstrução histórica. Para o que remetemos o leitor à dissertação supracitada.

a emergência de uma dimensão “alternativa” de perspectivas e experiências coletivas muito cara à análise do contemporâneo – tanto em relação à reforma (tecnocrática) da Universidade, quanto no aspecto de uma cultura de massas, ou ainda das mudanças (significativas) do mercado de trabalho e inserção profissional – que por diversos meios têm lugar entre as alterações de forma de organização deste movimento.

Estas questões, por sua vez, nos levam a considerar a importância de estudar as movimentações estudantis do período de maneira mais ampla do que os acontecimentos circunscritos às entidades representativas na medida em que as ações culturais estudantis muitas vezes suplantam estas mesmas esferas. Por outro lado, trata-se de considerar a presença das “esquerdas” estudantis na nova década em bases diferenciadas do papel que desempenharam no período anterior, ou ainda, tratar a questão da institucionalidade tradicional do movimento a partir da consideração de que sua estrutura se torna “apropriada” pela burocracia autoritária da Universidade em reforma.

Na verdade, se nós possuímos dificuldades em trabalhar com o fenômeno político do movimento estudantil dos anos 1970, estas dificuldades se desdobram antes de tudo da ausência de análises específicas e da concentração de estudos sobre os anos 1964/68 (que jogam ênfase no papel e lugar das tradições dos anos 1960 enquanto rejeitam o significado das rupturas estabelecidas a partir de então); ou ainda, da raridade de estudos sobre outros períodos que nos levam a desconhecer trajetórias importantes à compreensão do contemporâneo. Ora, a partir dos anos 1970, as concepções militantes deixam de se dar em território exclusivamente partidário, e mais do que isso, muitas das proposições políticas se afastam desta perspectiva para produzir uma multiplicidade de propostas de organização e ação política.

Para complicar ainda mais o fenômeno de “fraturas” das movimentações e suas tradições políticas também a estrutura acadêmica, o lugar e papel da Universidade se acham em mudança, de forma que a análise das movimentações nos anos 1970 nos exige um outro instrumental analítico sensível às mesmas transformações e desafios vividos pelos estudantes e pela Universidade. As perspectivas de “reconstrução” institucional esbarram na necessidade de se promover uma renovação qualitativa do movimento no exato momento em que a Universidade ganha um perfil “modernizador” caracterizado pelas estruturas burocráticas e autoritárias cujos propósitos se



traduzem na implantação de um percurso formativo de perspectiva tecnocrática.

Conforme procuraremos comprovar – a enfatizar a necessidade de se realizar novas investigações – as mudanças pelas quais passam as movimentações estudantis nos anos 1970 não significam o encerramento dos seus propósitos coletivos, mas pelo contrário, a emergência de respostas e projetos de cunho social que em vários aspectos começam a se diferenciar em seus ideais de sociedade, política e cultura, assim como promover uma outra aventura de criação política. A perda das bases tradicionais ocasionada pela intervenção repressiva do Estado sobre a sociedade civil e pela reforma da Universidade dá lugar a uma “reestruturação” ou “reconstrução” de movimentos que desde sua origem se colocam sensíveis às alterações vividas pela juventude no plano da cultura e da política; alterações que se fazem presentes na esfera acadêmica na forma de um conjunto diferenciado de discussões e realizações de caráter estético, particularmente, de novas experimentações de linguagem.

Mas, como estudar este período? Os anos 1970 vão constituir um período muito específico de acontecimentos políticos e culturais, juvenis e estudantis; antes de mais nada marcado por reações à desmontagem da estrutura pública da educação e pela criação de perspectivas “alternativas” de formação e inserção social. Neste percurso, os estudantes abrem espaço para um conjunto variado de experiências internas de enfrentamento centrado na redefinição dos currículos, na recusa do caráter técnico e especializado de conhecimento, na re-politização do espaço acadêmico e retomada de uma perspectiva social de Universidade; questões que, neste contexto, vão firmar todo um conjunto de posicionamentos e, inclusive, novos contornos de identidade política. Neste período, o leque de questões, desafios, problemas e leituras políticas e culturais que se apresentam e se encontram em transformação na Universidade, no universo do mercado de trabalho ou ainda entre as concepções e condições de militância político-cultural, dificulta ou ainda compromete a permanência de uma perspectiva de ação política institucional nos quadros estabelecidos anteriormente. Mais do que isto, uma outra condição de “estudante” e “juventude” se esconde no bojo desta alteração mais profunda da Universidade, universo profissional, sociedade de mercado e do próprio Estado (responsável pelo desencadeamento de uma forte repressão política); alteração que exige dos estudantes questionamentos e mecanismos participativos

suficientemente abrangentes para fazer-se integrar à definição dos novos rumos.

A presença de diferentes práticas e concepções de movimento (oriundas de diferentes espaços de militância e maneiras de tratar a Universidade e a política), por sua vez, é responsável por um percurso tumultuado e conflituoso de perspectivas e de afirmações políticas que inclui, entre outras coisas, a recuperação de uma estrutura institucional de representação sob moldes tradicionais – associada à recomposição de projetos de orientação político-partidária – ao lado da emergência de outras formas e experiências políticas e culturais que vão alterar os elementos identitários do movimento e integrar uma crise de legitimidade das próprias entidades “reconstruídas”.

A identidade tradicional do movimento estudantil responsável pela construção de uma auto-imagem de “vanguarda revolucionária” no passado vai enfrentar agora uma fragmentação profunda relacionada com a necessidade de construção de novas perspectivas de luta acadêmica e política.

Por outro lado, quando o pesquisador se debruça sobre a documentação estudantil dos anos 1970, o que lhe vem à tona é a presença de um movimento reivindicativo por direitos acadêmicos que pouco a pouco adquire sentido e consistência coletiva na proporção em que “politiza” os seus problemas específicos. É na discussão da Universidade que ressurge um movimento de discussão da sociedade, munido agora de um conjunto mais amplo e diversificado de referenciais. A questão da Universidade, nos anos 1970 se constitui, em si mesma, no objeto da política, e não apenas em um espaço de exercício da política.

De forma semelhante, o fenômeno de desmontagem institucional do movimento estudantil também tem sua origem vinculada, antes de mais nada, à questão da Universidade. A implementação de novas perspectivas acadêmicas pelo governo militar exige a despolitização do espaço e da instituição universitária e impõe restrições aos direitos participativos estudantis, dentro e fora do universo acadêmico.

Neste caso, é partir de 1964 que vemos se desenvolver uma primeira etapa de conflitos decisiva tanto para os rumos do movimento estudantil quanto para o futuro da Universidade. Momento em que um novo corpo de leis passa a intervir sobre a estrutura de gestão da Universidade e sobre a organização política da sociedade civil (em termos mais amplos) gerando uma outra qualidade de movimentações estudantis, mais radical pelas rupturas que se vêem forçadas a



enfrentar. Momento, ainda, em que ganha lugar outros fenômenos de forte impacto sobre os estudantes e a sociedade em geral, como a redefinição do campo das especializações e relações de trabalho, ou o desenvolvimento de uma indústria cultural que têm desdobramentos importantes sobre a produção e a circulação dos trabalhos e informações culturais da sociedade.

A decretação do AI-5 (Ato Institucional n. 5) em dezembro de 1968 possibilita a supressão de direitos civis elementares e o desencadeamento de um processo repressivo de maior abrangência. No período Médici, particularmente, este ato institucional é utilizado como mecanismo de "desmantelamento" das movimentações de resistência civil, entre elas as organizações partidárias de esquerda envolvidas com os processos de luta armada. Com relação ao movimento estudantil, o decreto lei n. 477 de 1969 estende as medidas repressivas mais gerais para o espaço de gestão da Universidade, de forma que os estudantes, docentes e funcionários envolvidos com atividades políticas "subversivas" são processados pela Lei de Segurança Nacional, ficando sujeitos à expulsão e proibição de novo acesso à Universidade por 5 anos.

Já a decretação da lei n. 5540, ainda em 1968, dá início à implantação da Reforma Universitária que, antes de mais nada, altera o caráter, a estrutura e a dinâmica de funcionamento do universo acadêmico (Cunha, 1988, p. 240-316). As Reitorias passam a ser restritas em suas atribuições e poder de decisão, condicionadas às diretrizes e órgãos de deliberação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da própria Presidência da República. Da mesma forma, toda a administração acadêmica se remodela para acomodar a estrutura autoritária e burocrática de caráter tecnocrático, fundamental à implantação e sentido da reforma.

Através destes mecanismos de ruptura, então, é que percebemos a força desta reforma em implantação; uma reforma que é capaz de transformar, ao longo dos anos, as universidades públicas em espaços burocráticos e autoritários de transmissão do conhecimento (Veiga, 1985). De forma paulatina, vão se estabelecendo medidas internas que alteram a dinâmica e o sentido da vida acadêmica através da contenção dos recursos, do estabelecimento/reedição de medidas punitivas, de sua articulação com uma estrutura de informação e repressão (integrada à comunidade de informações), ou ainda, por meio da ampliação e diversificação de uma estrutura administrativa cujas atribuições se estendem para o universo da produção do conhecimento (Fávero, 1977, p. 54-82; Araújo, 1985). Os

departamentos e unidades se “fecham” à participação discente (e em boa medida docente); as informações deixam de circular; estabelecem-se vínculos entre universidades públicas e empresas e pouco a pouco a questão da privatização se configura como um processo irreversível. De maneira progressiva, a dinâmica burocrática consolida uma nova prática acadêmica “amoldada” às perspectivas tecnocráticas que reforça os vínculos entre os trabalhos acadêmicos e os interesses empresariais.

Em relação ao corpo docente, os levantamentos do MEC do final dos anos 1970 registram que a ampla maioria dos docentes são horistas com mínima titulação e baixas médias de permanência nas escolas, integrados em uma estrutura de ensino que, no início da década de 1980, é composta predominantemente de faculdades isoladas de médio porte (de 4 a 12 cursos) concentradas na região sudeste do país – em relação aos 23% de instituições de grande porte (13 ou mais cursos) e muito poucas Universidades (Tramontin; Braga, 1985, p. 65).

De forma particular, temos a presença de regras repressivas distribuídas pelas várias esferas internas da burocracia universitária e articuladas de maneira externa pelo MEC, regras por sua vez, que encontram meios de aprimoramento através de um sistema sutil e profundo de “acompanhamento” das ações estudantis e docentes realizado pelas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) – órgãos de extensão da “comunidade de informações” nas Universidades públicas (criados no período compreendido entre dezembro de 1968 e outubro de 1969) – com o papel de coletar, identificar, informar e orientar os procedimentos de controle e repressão sobre as ações políticas estudantis, docentes e administrativas no espaço acadêmico, prestando-se a estabelecer um “diálogo” interno entre os vários departamentos, direções, reitorias e ministérios.

A análise de documentos específicos da presença desta “comunidade de informações” no espaço acadêmico (com maiores atribuições a partir de 1972) é elucidativa dos procedimentos que se acham articulados à implantação da reforma tecnocrática e podem ser observados através de diferentes níveis de “captação” e organização de dados. As informações, recolhidas a princípio pelas Guardas dos campi são enviadas para a Assessoria Especial de Segurança e Informação, a AESI, locada na Reitoria da Universidade, a partir do que se estabelece contato com as direções dos cursos e se envia informações selecionadas para a Divisão de Segurança e Informação, no MEC.

A documentação registra, entre outras coisas, as regulamentações específicas adotadas sobre as ações estudantis como a



"Regulamentação de Publicações Estudantis" (promulgada em 1967 e encaminhada em 4 de maio de 1973) que considera como atividade clandestina e "ilegal" toda e qualquer publicação realizada pelos diretórios e grupos estudantis que não se encontre devidamente autorizada pela administração, dando cobertura institucional à apreensão de jornais e mimeógrafos e ao enquadramento dos estudantes responsáveis.

Na associação de medidas repressivas com a implantação da reforma, o fato é que a nova estrutura administrativa é dotada de uma maleabilidade impressionante, sendo capaz de prever situações e alterar regras através da posse e articulação das informações. Neste sentido, a sobreposição entre órgãos de informação e unidades administrativas permite que se obtenham dados de qualquer atividade desenvolvida no espaço acadêmico, cabendo às direções um papel policial e o dever de prestar contas e responder por todo e qualquer ato de irregularidade em suas unidades. Com relação aos docentes, qualquer falha a nível de produtividade ou reclamações de ordem política ou moral (feitas por alunos) são registradas e acompanhadas, o que compromete seu exercício profissional e pessoal.

De maneira correlata, ocorre também um "fechamento" do território acadêmico para qualquer influência "nociva", buscando impedir ou dificultar a contratação de docentes "suspeitos", o retorno de alunos punidos com o decreto lei n. 477, a circulação de publicações, manifestos, correspondências e informações de outras universidades, ou a realização de Encontros de Área que desde 1970 são acompanhados, gerenciados e muitas vezes proibidos (em especial, a partir de 1974) pelo MEC.

Através de uma estrutura administrativa "reinventada" e incorporada à dinâmica de poder cujo corpo principal está deslocado do mesmo espaço acadêmico (as Reitorias são controladas pelo MEC e pela presidência da República), torna-se possível uma interferência mais direta dos grupos econômicos (associados ao regime militar) à reforma das instituições públicas. No caso das faculdades e universidades privadas, as orientações tecnocráticas são incorporadas desde sua origem ao processo de constituição das unidades, dando lugar à formação de uma estrutura avessa às perspectivas críticas e participativas estudantis. Por mais que se pretenda a presença de estudantes nos fóruns de poder das faculdades e universidades privadas (em constituição), o lugar é restrito e condicional.

Com uma reforma institucional colocada em tais termos, passa-se então a ferir princípios essenciais à vida acadêmica, como a troca de

informações, o acesso às diferentes esferas de conhecimento e à liberdade do aprender, aspectos que se traduzem na criação de cursos seriados sem condição de livre-opção, restritos à formação profissional e desprovida de qualquer atividade de pesquisa – em especial nos Institutos Isolados e escolas privadas em proliferação.

Os estudantes, por sua vez, devem enfrentar neste contexto os conflitos e as contradições de uma década na qual ingressar em uma Universidade (pública ou privada) já não garante uma melhor inserção e qualificação profissional, mas pelo contrário, configura um processo de proletarização social no qual a questão da qualidade formativa se transforma em um objeto central de luta política.

Mas reagir a esta estrutura de ensino não é uma tarefa simples na medida em que a proliferação de faculdades privadas de baixos custos encontra uma certa legitimidade social ao possibilitar a entrada, pela primeira vez, de um contingente de trabalhadores que buscam no ensino superior uma melhor oportunidade de qualificação profissional, ainda que limitada pela lógica do mercado de trabalho em expansão. E neste caso, o espaço da Universidade, até então congregador e articulador de lutas políticas que associam a produção do conhecimento ao processo mais abrangente de democratização social, começa a se fragmentar para compor estruturas isoladas, autoritárias e despolitizadas de educação que dificultam, efetivamente, os percursos mais profundos de democratização das relações de ensino e a construção de “alternativas” formativas.

Por outro lado, esta fragmentação não impede a emergência de conflitos e de processos de resistência que procuram restabelecer, na vida acadêmica, outros propósitos, de forma que as maiores reações de descontentamento e rearticulação política se dão em torno da problemática formativa e dos limites que a reforma impõe à inserção profissional e social dos estudantes – transformados em “estudantes-trabalhadores”. Com a crise do “milagre econômico”, por sua vez, a situação se agrava e as reações adquirem maior intensidade e vigor conforme podemos acompanhar pelas inúmeras movimentações que ocorrem (em especial, nas universidades públicas) em relação aos cortes de verba, sucateamento da infra-estrutura, imposição do caráter autoritário e técnico de ensino, reprovações em massa e intensificação dos critérios de jubramento. Nas faculdades privadas, são as mensalidades e a baixa qualidade do ensino que motivam os maiores processos de luta política.

Pouco a pouco, as reivindicações estudantis conhecidas como “lutas específicas” estabelecem as bases de um movimento de forte



legitimidade, e mais do que isso, permitem a gestação de novas formas organizativas fundamentais à recomposição de uma perspectiva coletiva de intervenção nos desígnios da Universidade em reforma. Estas possibilidades de "reconstrução" institucional, por sua vez, se originam da associação de atividades políticas e culturais que visam a construção de uma perspectiva "alternativa" de formação, trabalho e vida no espaço da própria Universidade. No entanto, na medida em que os estudantes perdem o lugar e o papel representativo nas estruturas de poder da Universidade e se vêem obrigados a defender um lugar social através da luta pela qualificação profissional, o movimento ganha uma fisionomia mais efêmera, fragmentária e variada. No mesmo sentido, as movimentações são forçadas a criar, em um misto de temor e fragilidade, as suas novas condições de luta política.

A trajetória dos diretórios acadêmicos pode ser tomada, neste caso, como referência do processo maior de transformação institucional do movimento nos anos 1970 já que, por seu intermédio, podemos observar a alteração significativa dos propósitos e das estruturas políticas que se encontram presentes. Na prática, os diretórios retornam à vida política na medida em que são transformados em espaços agregadores de diferenças, em instrumentos coletivos de articulação das diferentes motivações e conflitos existentes no espaço acadêmico. E neste caso, o diretório acadêmico ocupa um lugar importante porque permite a elaboração de um corpo mais articulado de leituras e de experiências capazes de promover, inclusive, um "alargamento" de práticas políticas gestadas a partir da "negação" desta lógica produtivista, burocrática e autoritária de Universidade.

Por outro lado, este percurso de rearticulações é conflituoso e caracterizado pelas revisões, disputas e lutas por hegemonia em meio ao qual a perspectiva de "recriação" das entidades consiste em apenas uma das formas organizativas de movimentos que se apresentam neste contexto, sendo preciso considerar que não apenas as entidades, mas outras experiências políticas e culturais estudantis ocupam também o espaço da Universidade nos anos 1970 e participam deste processo de reconstrução política.

O ressurgimento dos diretórios, neste contexto, partilha espaço com a constituição de outras formas de ação política e cultural no espaço acadêmico, o que significa dizer que o diretório ganha vitalidade e dinâmica na medida em que se articula com discussões e experimentações mais abrangentes, transformando-se em um espaço

mais aberto e comprometido com a criação de um “ambiente estudantil” alternativo de mobilizações e renovações.

Nos anos 1970, portanto, o diretório se recompõe como instrumento político na medida em que promove um relacionamento dinâmico e “alternativo” entre os estudantes, a administração e as atividades docentes, procurando transportar para dentro deste espaço agremiativo (tantas vezes simbólico, pela ausência de estrutura) a constituição de uma outra vida acadêmica – que mistura jogos de pingue-pongue, grupos de teatro, bandas musicais, jornais e experiências de autogestão nas cantinas com a construção propriamente dita de novos currículos, atividades extra-acadêmicas e fóruns de discussão e deliberação política.

O espaço da “entidade” renasce como um lugar de “articulação” de perspectivas “alternativas” de vivência acadêmica a partir do qual o desempenho do papel de “representação”, propriamente dito, se justifica pela necessidade de enfrentar a estrutura burocrática e autoritária de gestão acadêmica. A criação de “entidades” estudantis com estes propósitos, vai além da sua oficialização ou do papel de agregação de representantes permitidos para se afirmar como partilha de uma vida acadêmica dotada de mecanismos próprios de intervenção formativa e social e que rejeita a burocratização das relações coletivas.

Na verdade, a dinâmica da vida acadêmica ainda se encontra dotada de uma vitalidade cultural e política surpreendente, mesmo com todo o peso da administração autoritária, e esta qualidade torna possível o desenvolvimento neste espaço de muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas, cineclubes, corais, grupos de estudos - que muitas vezes “passam ao largo” dos diretórios na busca de se criar novas possibilidades de estudo, troca de referências e realizações artísticas. A reestruturação do movimento estudantil nos anos 1970, neste sentido, se acha marcada por este caráter mais variado de propósitos cujo perfil se caracteriza pela construção de mecanismos não burocráticos e não autoritários de participação e gestão coletiva.

#### **As duas fases das mobilizações**

Se nós observarmos em termos mais abrangentes a década de 1970, poderemos detectar a presença de momentos e projetos diferentes de articulação política a definir o percurso mais amplo dos acontecimentos. Na prática, são propostas e procedimentos



organizativos distintos que imprimem uma coloração especial às dinâmicas de transformação deste percurso. Em termos mais abrangentes, podemos distinguir duas fases diferentes de articulação marcadas ainda pela existência de dimensões específicas de motivação que frequentemente se associam e interferem na construção do movimento.

Entre 1970/1975, fase imediatamente posterior à decretação da "insolvência" das estruturas institucionais estudantis pela repressão generalizada às militâncias e alteração profunda da dinâmica de funcionamento acadêmico, vemos se desenvolver um conjunto de movimentações de resistência que têm como ponto central de motivação e articulação as **condições de ensino**. Neste momento, é o enfrentamento de situações críticas relacionadas com a qualidade formativa o que motiva uma recomposição política através da articulação de atividades cotidianas - que inclui a definição de estratégias de resistência e interferência junto à estrutura de gestão da reforma tecnocrática. Os jornaizinhos, folhetos e panfletos produzidos em grande quantidade pelos diretórios desta fase trazem referências de diversas mobilizações em várias universidades que nos permite, inclusive, recompor um quadro de acontecimentos e articulações. De forma semelhante, os documentos recolhidos nos Encontros de Área nos permitem detectar aspectos importantes que este movimento adquire a partir da discussão da reforma universitária.

Entre 1975/80, por sua vez, as movimentações estudantis ganham um outro perfil na medida em que se consolidam fóruns de deliberação e organização mais centralizados e fundamentados em bases político-representativas herdadas (ainda proibidas). Neste período, então, a "reconstrução" das instituições do movimento se traduz na **recomposição de estruturas hierárquicas** que possui como espaço de articulação os "DCEs [Diretórios Centrais Estudantis] livres", primeiro passo para a reorganização das UEEs (União Estadual dos Estudantes), a partir de 1977, e da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1979.

Em ambos os períodos, as organizações clandestinas de esquerda se encontram presentes e desempenham um papel importante de recomposição política. Conforme procuraremos observar, muitas organizações já possuem uma trajetória anterior de lutas, embora neste período sua herança política se encontre em revisão (Reis Filho; Sá, 1985, p. 7-22, Reis Filho, 1990, Ridenti, 1993, p. 26-72 e 256-276, Silva, 1987). De qualquer forma, desde o início da década temos referências da atuação de militâncias organizadas nos

diretórios, sendo que a partir de 1973 já identificamos a formação de “chapas” políticas em diversas Universidades. Entre 73 e 75, ocorre a formação de agrupamentos mais numerosos e dotados de uma perspectiva mais abrangente de atuação organizada no movimento em recomposição, o que possibilita, pouco a pouco, que as militâncias deixem a clandestinidade para assumir um lugar mais visível como “tendências” políticas (como a Refazendo, a Caminhando, a Liberdade e Luta, entre outras na USP [Universidade de São Paulo]).

Enquanto tendências políticas, por sua vez, as organizações clandestinas vão estender e sobrepor uma atuação vanguardista à dinâmica mais elástica e coletiva das agremiações e experimentações coletivas da primeira fase, reorientando o exercício político do movimento segundo a compreensão e dinâmica da relação vanguarda/massa vigente entre estas mesmas organizações. Na prática, o que ganha forma é uma atuação política (re) orientada por níveis de “consciência política” e por instâncias hierárquicas de “massas avançadas”, direção de tendências e vanguardas clandestinas, com profundas repercussões sobre a dinâmica participativa do movimento estudantil dos primeiros anos.

O fortalecimento das organizações clandestinas por meio da constituição de tendências políticas – processo que se confunde com a trajetória mais ampla de rearticulações políticas experimentadas pelo movimento nesta fase – é promotor, neste caso, da “reconstrução” de agremiações e fóruns de caráter mais centralizado e hierárquico de movimento (em especial, as entidades gerais) no bojo das quais as tendências organizadas procuram ocupar suas “direções” com a perspectiva de “dirigir” e “canalizar” as motivações estudantis para projetos e proposições que consideram urgentes e “conseqüentes”. Em sentido complementar, tanto os diretórios quanto os fóruns mais amplos de movimento têm seus mecanismos internos de gestão “verticalizados”, dando lugar à “reconstrução” de uma hierarquia de instâncias e entidades que procura centralizar as deliberações coletivas. Trata-se, a partir de então, de conferir ao movimento diretrizes centralizadas e “corretas” de luta política, em um contexto, inclusive, de agravamento das condições de ensino (nas universidades públicas e privadas) e de afloramento de uma crise econômica responsável pela eclosão de greves e manifestações de rua de outros setores sociais. Nestas duas fases de reestruturação, por sua vez, encontramos dinâmicas diferentes de discussão e articulação política.

Na primeira fase, os chamados “Movimentos de Área” assumem o papel mais significativo, tendo suas bases estruturadas nos DAs



(Diretórios Acadêmicos) e CAs (Centros Acadêmicos) de um mesmo ramo profissional que anualmente se reúnem em Congressos regionais e nacionais para criar e articular procedimentos políticos com base em projetos específicos de intervenção educacional. Por esta via, encontramos uma perspectiva de articulação política que poderíamos considerar como horizontal. Durante os encontros, os representantes estudantis de diversas faculdades compõem comissões e assembléias que se voltam a discutir e trocar experiências relacionadas com a melhoria do ensino e das condições/perspectivas de inserção profissional. Na finalização de cada congresso, o conjunto das deliberações retorna às Faculdades e passa a articular (e fortalecer) os mecanismos de enfrentamento dos problemas acadêmicos. Em alguns casos, estes fóruns dão origem a instituições civis de caráter nacional como a FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e a DENEM (Diretório Nacional dos Estudantes de Medicina), que procuram intervir nas condições de ensino e inserção profissional destes setores.

Em sentido paralelo, temos a partir da segunda fase da década a consolidação de um projeto verticalizado de "reorganização" institucional do movimento que prevê a reestruturação das entidades civis destruídas, as UEEs e a UNE. Esta perspectiva vertical carrega como projeto a recomposição de um movimento de bases político-representativas e com dinâmica partidária que confere às tendências um papel hegemônico de organização política. Por esta via, pretende-se resgatar o lugar de intervenção social do movimento estudantil na sociedade mais ampla a partir do que se promove a criação de novos fóruns e instâncias de movimento: os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs), os Conselhos de Entidades Gerais (CONEGs) e a Comissão Pró-UNE.

Estes processos de articulação política são concomitantes e possuem como ponto de contato os próprios diretórios acadêmicos que desempenham um papel fundamental em ambos os processos - ainda que por caminhos e perspectivas de luta política diferentes. Cada um destes "caminhos" possui finalidades políticas próprias conforme podemos observar junto ao projeto de "reorganização" vertical das entidades que almeja a recomposição de uma estrutura de direção para o movimento como um todo; distinto das perspectivas dos Encontros por Área que visam a conquista de uma articulação entre reivindicações específicas e imediatas, circunscritas às problemáticas concretas dos ramos de ensino e suas realidades profissionais.

A distinção destes percursos, aliás, é tão marcante que no discurso político de algumas tendências chegamos a encontrar a

afirmação de que o movimento estudantil se encontra cindido internamente em dois campos de luta: o de “lutas gerais” e de “lutas específicas”, situação que na ótica organizada configura uma dispersão e imaturidade política dos estudantes, ou ainda, a rejeição – em nome de interesses “específicos” – do cumprimento do papel histórico deste movimento.

De qualquer maneira, próximos ou não, a riqueza destes percursos e de seus cruzamentos e associações é marcada por uma surpreendente variedade de experiências e criações coletivas na forma de greves, manifestações, passeatas, assembleias, invasões, recomposição de entidades acadêmicas e civis proibidas, entre outras, que no entanto, tende a perder força na medida em que os elementos **identitários** deste movimento se dispersam em meio ao fenômeno mais profundo de transformação da Universidade, ou ainda, no bojo dos conflitos internos que também se instauram entre estas esferas. Neste caso, apesar da dinâmica e da qualidade destes percursos em suas lutas e resistências, este momento é marcado por uma **fragilidade** intrínseca relacionada diretamente com a gravidade e profundidade das questões em pauta.

Desde 1971, na verdade, temos notícia das primeiras movimentações de esfera acadêmica geradas pelos descontentamentos em torno do ciclo básico, jubilamento, restaurante, moradia, transporte e matrícula; um conjunto de mobilizações que nos auxilia a “remontar” o significado político dos diretórios e dos centros acadêmicos e a detectar a formação de novas experiências de organização coletiva. De fato, a recomposição dos diretórios acadêmicos (DAs) e centros acadêmicos (CAs) como espaços políticos se originam, de formas diferentes, desta articulação entre representantes discentes oficiais (permitidos na estrutura administrativa), salas de aula e movimentações “específicas” – que começam a tomar conta do cenário acadêmico –, de forma que os descontentamentos com os problemas gerados pela implantação da reforma impulsionam a construção e a recuperação de formas de organização política. Encontraremos na USP, nesta ocasião, uma das primeiras tentativas de **diálogo** com as instâncias hierárquicas de ensino através de uma “Carta Aberta ao MEC” assinada por 18 entidades estudantis que repudiam a permanência do decreto n. 477 nas universidades brasileiras. No caso da USP, o ano de 1971 marca ainda a criação do Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos e a remontagem do DCE “oficial” a partir da presença de movimentações como o “boicote ao restaurante” (em recusa à duplicação dos preços da alimentação subsidiada).



De forma mais abrangente, as discussões em torno da reforma universitária presente entre estas movimentações “específicas” e as articulações dos DAs ganham a partir de 1972 uma grande intensificação por meio da organização dos primeiros Encontros de Área. Neste ano, são organizados congressos (de caráter nacional) nas áreas de Arquitetura (desde 1971), Direito, Engenharia, Sociologia, Comunicações, Medicina (desde 1968), Economia e Veterinária; além de Encontros Regionais de DAs e DCEs do Rio Grande do Sul; do seminário de Reforma Universitária promovido pela Engenharia da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e de vários encontros regionais e estaduais preparatórios. Estes encontros de grande abrangência (organizados pelos DAs) evoluem para uma troca intensiva de referências e experiências de mobilização e participação, de forma que ainda em 1972 surgem as primeiras campanhas integradas “contra o Jubilamento” e “pelo Ensino Gratuito”. De forma correlata, temos a organização de um movimento político importante, o “Plebiscito sobre o Ensino Pago” realizado na USP em novembro que registra uma recusa generalizada dos alunos pela implantação do ensino pago nas universidades públicas ao mesmo tempo em que dá origem a uma discussão mais abrangente da problemática da privatização do ensino superior.

Em 1973 é a vez da multiplicação dos simpósios, encontros regionais, estaduais e nacionais de área, associados agora a uma participação mais efetiva das experimentações culturais, com desdobramentos significativos para a organização política e cultural do movimento estudantil. Neste ano podemos identificar a constituição de vários grupos de teatro no interior dos cursos e Universidades com o propósito de impulsionar debates e iniciativas associativas; ou mais do que isso, conferir ao espaço acadêmico uma outra dinâmica de trocas e articulações “alternativa” de vida universitária.

Neste contexto, portanto, o que ganha lugar é a articulação de uma perspectiva político-cultural de resistência que almeja criar novas formas de convívio e solidariedade avessas ao caráter técnico, competitivo e repressivo imposto pela estrutura administrativa (por meio de regimentos e estatutos), de forma que se multiplicam jornais, *happenings* e a vida das comissões de “entidade” que procuram intervir concretamente na remodelação imediata da vida acadêmica.

Em resposta a estas atividades, também de maneira imediata, são reeditadas ou criadas regulamentações de caráter federal e/ou acadêmico que têm como propósito controlar os Encontros de Área, as publicações e o funcionamento das agremiações e promoções de

caráter cultural; mecanismos que ampliam os instrumentos de censura passando a interferir e controlar atividades até então desconsideradas como “políticas”. A Universidade, enquanto tal, amplia o seu controle com relação ao uso do espaço acadêmico – ainda que, muitas vezes, deixe “escapar” discussões e movimentações específicas de grande importância para a gestação de novas formas de movimento. Já em 1973, temos notícias do fechamento de vários DAs, da suspensão e prisão de vários alunos e professores (na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro [PUC-RJ], Universidade Federal de Pernambuco [UFPe] e Universidade Federal Fluminense [UFF]), ou ainda, da morte do estudante de geologia Alexandre Vanucci Leme, da USP.

No ano de 1974, são as “lutas” por melhoria das condições de ensino que promovem as maiores articulações políticas: “lutas” por melhoria dos restaurantes universitários, por reformulações curriculares, contra taxas de matrícula e serviços; lutas em caráter de urgência que pressionam pela resolução de problemas graves sendo que, neste contexto, a novidade está em que as movimentações contam com uma maior participação estudantil fundamentada nas discussões de sala de aula, nas vinculações com atividades culturais e nas deliberações de assembléia. Este é o momento em que a questão da “participação” adquire uma fisionomia mais consistente, associada à luta pelos direitos de acesso aos órgãos de gestão da Universidade. Podemos observar, por exemplo, o “movimento de boicote à comissão oficial de reformulação curricular da Faculdade de Psicologia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)” levado por cerca de 400 alunos que recusam uma reformulação pedagógica sem a participação discente (com base em um movimento alicerçado nas discussões de sala de aula, em boletins, na criação de comissões e realização de assembléias). Na UFBA, representantes discentes “oficiais” conseguem rebaixar pré-requisitos de algumas disciplinas, substituir matérias optativas não oferecidas, realizar concursos de monitorias - em um rol de conquistas inéditas para as mobilizações discentes. Como decorrência, estas conquistas levam à elaboração de um plano de trabalho para o conselho de representantes com o propósito de reaparelhar bibliotecas, lutar por concursos docentes, por novas monitorias e revisões curriculares.

A preocupação com relação às questões culturais, aliás, ocupa um lugar tão importante entre os estudantes deste período que as promoções deste âmbito assumem um lugar de destaque como instrumento de articulação política, passando-se a utilizar com



freqüência as linguagens e temáticas culturais como um meio para se promover atividades coletivas – de debates a atos políticos de enfrentamento.

As atividades artísticas, por sua vez, ao se configurarem como experiências de linguagem política, trazem para o âmbito da discussão acadêmica uma interpretação sensível a outros desafios que se enfrentam neste momento e que dizem respeito de maneira mais abrangente às problemáticas da cultura. Podemos ler em Ciso, publicação da UFBA de 1973:

*A partir da necessidade de dizer as coisas de uma forma mais ampla, surge o teatro como uma forma que dá maior possibilidade de crítica através de contatos diretos entre participante e público. Daí o TUBA. Que visa promover a união em torno de uma atividade fora do currículo, que permite obter uma visão mais ampla da vida. Para o TUBA, o mais importante é a participação positiva dos estudantes na elaboração dos trabalhos, não apenas apresentar os trabalhos juntos. Já existem vários grupos trabalhando os textos e outros em fase de formação. Se você está a fim de participar é só entrar em contato com algum grupo.*

Mas, na medida em que a convivência entre propósitos diversificados (no interior de uma mesma “entidade”) promove alterações de leitura acerca dos “objetos” da política – aproximando-se das problemáticas da cultura – esta mesma convivência se torna conflituosa, gerando um percurso de tensão mais profundo e constante no qual as concepções, formas de ação, de participação e representação política tendem a se distinguir com maior clareza. A depender dos cursos e das Universidades, ou ainda, dos grupos políticos clandestinos presentes nas agremiações, ganham forma proposições específicas que vão de formulações e concepções mais contraculturais a uma ação político-partidária mais consolidada, com reflexos diretos sobre as experiências desenvolvidas nestes mesmos centros acadêmicos. Em documento da UnB (Universidade de Brasília) de 1975 podemos ler:

*Hoje, em 1975, temos uma variação muito grande de organização estudantil nos estados brasileiros. Em São Paulo conseguiram resistir e persistir os Centros Acadêmicos completamente desvinculados da administração da Universidade, com verba arrecadada diretamente dos alunos. Lá lutam por um órgão estadual que congregue todos os CAs, um órgão mais estável e ativo que o atual CCA [...] Em Belo Horizonte, Recife e Rio Grande do Sul os DAs unidos por um DCE, que apesar de terem verbas da administração universitária, levam toda*

*uma atividade estudantil independente. No Rio lutam como nós para conseguir um DU, em Curitiba acabam de conseguir um. Em todos estes lugares se desenvolvem atividades diretamente ligadas aos estudantes, como a defesa do nível de ensino que motivou greve em Botucatu, Bragança Paulista, Santos e agora na comunicações de São Paulo [...]. Ultimamente, com grande intensidade se notam iniciativas de reunificação nacional como o Comitê organizador do Seminário de Engenharia, a Federação Nacional dos estudantes de agronomia, os encontros nacionais (como o encontro nacional de estudantes de arquitetura) e discussões em torno da associação nacional de estudantes de economia e federação nacional dos estudantes de medicina (Volante para Discussão do Estatuto, UnB, 15/maio/1975).*

Em termos mais abrangentes, desde o final de 1972 podemos presenciar a afirmação de um projeto político que entende a **coordenação** das atividades do diretório como uma proposta de **redefinição** de rumos políticos no sentido de se **homogeneizar** os procedimentos organizativos internos e de se **“reconstruir”** os DCEs como instâncias mais centralizadas de direção. Dentro desta lógica, entre 1973/74 procura-se envolver as chamadas **“práticas culturais”** para uma dinâmica mais centralizada de organização através da criação de **“centros culturais”** vinculados às entidades.

Este processo, por sua vez, faz com que a **“entidade”** a partir de 1974, adquira uma interpretação mais homogênea de papel e significado político como um **organismo representativo**, coordenador dos esforços do conjunto dos estudantes e responsável pelo desenvolvimento de uma **consciência crítica** destes mesmos indivíduos. De forma articulada, passa-se agora a exigir a elaboração e apresentação de programas de trabalho (cartas políticas) para se poder **“dirigir”** a entidade, o que pressupõe a **“depuração”** de posicionamentos políticos mais claros e um forte incentivo à constituição de grupos organizados.

A eleição das primeiras chapas de perfil **“organizado”** dá origem, em pouco tempo, à formação de **“tendências”** políticas no espaço acadêmico; percurso no entanto que é marcado por extrema violência política por parte do Estado e da Universidade, como podemos observar no caso da USP em que a formação de um organismo como o Comitê de Defesa dos Presos Políticos não consegue se manter em funcionamento por mais de um semestre; ou no caso da UnB – uma Universidade em que os **“vigilantes”** (guardas de patrimônio) não deixam os estudantes em paz nem mesmo nas festas e nas filas de



restaurante – e que pune com rigor qualquer ação organizada, seja na forma de publicações de jornais, seja através da constituição de conselhos de representantes.

De qualquer forma, o ideal de “organizar” os estudantes leva a que as militâncias a partir de 1974 valorizem as calouradas, os debates sobre a reforma, as montagens de peças teatrais, os ciclos de cinema, shows, produção de jornais e revistas como potentes instrumentos de legitimação dos diretórios e organização das “massas”, entendendo-as como atividades agregadoras “conseqüentes” na proporção em que assumem discursos mais radicais de participação política. Por sua vez, a ação organizada procura imprimir nas experiências de caráter informal um significado político que legitime suas propostas.

O ano de 1975 marca um período de grandes e intensas greves diretamente relacionadas com o agravamento destes problemas, com o autoritarismo de gestão e o “espírito” técnico dos cursos públicos e privados. A greve na UFBA chega a contar com 11 mil alunos que paralisam 33 cursos por mais de um mês, a greve da USP iniciada pela ECA (Escola de Comunicações e Artes) perdura por três meses e consegue se estender em alguns momentos por toda a Universidade. Temos notícia ainda de greves na UFMG (geologia), na UCMG (Universidade Católica de Minas Gerais, curso de Serviço Social), na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina, durante 18 dias), nas Faculdades de Medicina de Santos, Faculdade de Medicina de Taubaté, Santo Amaro, Bragança Paulista e Botucatu, na Faculdade de Medicina da UFBA e na Escola de Engenharia Mauá. Mas a greve da UFBA, de maneira especial, é elucidativa do caráter articulado que estas movimentações alcançam na primeira fase da década com relação à leitura crítica da reforma acadêmica. Durante esta greve, reúne-se um grande número de atividades de repúdio que provêm de questões e problemas específicos dos diversos institutos e que neste caso encontram na problemática do “jubramento” um ponto comum de resistência. Afinal, são mais de 600 alunos excluídos anualmente desta Universidade por estas regras. A greve da ECA/USP, por sua vez, já tem como centro de discussão crítica o autoritarismo de gestão desta faculdade, de forma que, após três meses de paralisação (conseguindo mobilizar por duas vezes toda a USP), conquista-se a criação de uma Congregação na escola e o fortalecimento dos departamentos – debilitando-se de alguma forma o poder da Direção.

Estas greves permitem que as discussões e posicionamentos restritos até então ao “mundo” dos diretórios, Encontros de Área e atividades culturais ultrapassem o cenário acadêmico para conferir à

“crise” da Universidade uma dimensão pública. As denúncias estudantis sobre as condições de ensino em vigor, assim como da presença efetiva de mecanismos de repressão e ocultamento da “realidade” acadêmica pelo Governo Militar, irrompem no espaço público no momento em que outras movimentações sociais começam a se rearticular, o que causa repercussões problemáticas. Neste contexto, ainda, os mecanismos punitivos adotados pela Universidade adquirem novos contornos, em especial, através da Lei da Imprensa que atribui às direções de unidade o papel de censurar e reprimir (com ajuda policial) as manifestações estudantis.

Por outro lado, estes movimentos possibilitam que as posições organizadas estabeleçam articulações mais amplas e que assumam um papel mais relevante na redefinição dos rumos políticos em prol dos direitos democráticos, da liberdade de expressão e organização, pelo fim da repressão e do decreto n. 477 e do AI-5.

No período 1975/79, o que ganha lugar entre os processos de “reconstrução” do movimento estudantil (não apenas na USP, mas em várias Universidades) é a dinâmica de “representação livre” que, a princípio, se desdobra dos projetos políticos organizados mais radicais (em conflito aberto com a burocracia acadêmica) para deslocar para fora do palco acadêmico as “opções” de rumo político deste movimento. No plano das articulações internas, já em 1976 encontramos uma relação mais profunda entre os Encontros de Área e os trabalhos em prol das lutas por direitos políticos mais amplos, na proporção em que as comissões organizadoras dos Encontros de Área – reconhecidas como fóruns importantíssimos de deliberação – começam a ser procuradas pelas novas agremiações em formação, como a Comissão Universitária da USP e a Comissão Permanente da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) – embriões de DCEs livres. No mesmo ano, a Tendência Organizar a Luta avalia em sua carta-programa para o DCE livre da USP que, após um longo período “desorganizado e sem clareza quanto às formas que persistisse sua reorganização”, se faz necessário criar “formas mais avançadas de organização” para o movimento, em função da luta de resistência à ditadura (Chapa Organizar a Luta, USP, maio de 1976).

Para ilustrar rapidamente o segundo período da década, vale considerar que a partir de 1976 os cortes de verba se intensificam de maneira concomitante ao oferecimento do “crédito educativo” (para alunos carentes), à adoção de taxas e anuidades, além de se impor maiores restrições ao acesso de verbas pelos diretórios (sua última fonte de recursos). As direções de curso, alertadas para as atividades



"subversivas", enfrentam as mobilizações com a ajuda policial e com o decreto n. 477 em um contexto no qual a radicalização tende a tomar conta do espaço acadêmico. As perspectivas de "ruptura", ainda que não se encontrem generalizadas, estimulam atos mais violentos de paralisação e tomada de restaurantes (por exemplo, da Faculdade de Engenharia da UFMG, UFBA e Unicamp) e a realização de eleições "diretas" para os diretórios sem aprovação acadêmica. Surgem os "dias nacionais de luta" (procedimento recorrente no ano seguinte) e a organização em várias faculdades da "Semana por Liberdades Democráticas". Iniciam-se, enfim, as passeatas e manifestações de protesto que pouco a pouco retornam ao espaço público "inovando" sua linguagem política através dos recursos teatrais marcantes como do enterro simbólico do Reitor da UnB e da Lei de Segurança Nacional no "dia nacional de luto por Brasília".

Em 1977, as formas de reivindicação mais radicais desenvolvidas no ano anterior – de "ocupação" dos espaços acadêmicos – ganham intensidade e articulação através das passeatas e da realização de grandes mobilizações em caráter nacional como os "Dias Nacionais de Protesto", os "Dias Nacionais de Luta", as "Semanas de Lutas pelas Liberdades Democráticas" e as "Semanas por Liberdades Democráticas e Melhores condições de vida"; movimentações que conferem uma maior abrangência às denúncias e às pressões, e mais do que isso, passam a tecer uma verdadeira "rede" de solidariedade contra as punições aplicadas nas faculdades – impulsionando novas greves e inclusive a participação estudantil nos protestos e movimentos de outros segmentos sociais, como nas comemorações operárias de 1º de maio.

Ao longo deste ano vemos ainda se multiplicar as manifestações contrárias aos processos de jubileamento, aumento de taxas e passagens, cortes de verbas etc. que agora transcendem os limites das faculdades e universidades e buscam articular suas questões "específicas" às questões sociais; movimentações, neste sentido, que realimentam a opção pelas "entidades livres" enquanto procuram estender as denúncias sobre a "crise" da Universidade aos espaços e fóruns mais amplos da sociedade (como à SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], aos sindicatos em reorganização e às agremiações civis em reestruturação).

Os acontecimentos da USP são elucidativos. Desde o início do ano letivo de 1977 acumulam-se atos políticos na frente da Reitoria e no dia 30 de Março cerca de 3000 estudantes, contrariando a proibição do governador de Estado, saem em passeata pelas ruas de São Paulo

para denunciar a situação de crise desta Universidade. O trajeto original da passeata aponta o Largo do Arouche como centro das manifestações, o que provoca um bloqueio de ruas centrais com o envolvimento de cerca de 70 mil policiais militares e civis e 1500 da tropa de choque da Polícia Militar. Os estudantes, por sua vez, mudam o itinerário e realizam a manifestação no Largo de Pinheiros com pleno sucesso, lendo sua "Carta Aberta à População" (redigida pelas diretorias dos DCEs da USP e PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]) de denúncia sobre a implantação do ensino pago na USP, a alta do custo de vida e a necessidade da defesa do ensino gratuito. Este ato político configura uma tamanha ousadia que ele abre caminho para a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito na Câmara dos Deputados - que chega a apurar um corte de 35,8% das verbas desta Universidade com relação ao ano anterior. O Governo de Estado a partir de então é obrigado a abrir debates e negociar acordos.

As manifestações estudantis no espaço acadêmico e público de 1977, por sua vez, estimulam o esforço maior de recuperação de uma "identidade política" e social para este movimento alicerçada no passado. Veremos se recomporem as "entidades" civis que pretendem, efetivamente, reconquistar o espaço público - as UEEs, a Comissão Pró-UNE e enfim, a própria UNE - por meio de uma reorientação da dinâmica interna das lutas estudantis em prol de um projeto de transformação da sociedade. Este percurso, por sua vez, mobiliza os mais diversos esforços, desencadeando um processo no qual os Encontros Nacionais de Área, os diretórios (livres e oficiais) e as demais formas de organização política e cultural (diretórios universitários, centros acadêmicos, centros de estudos etc.) são "convocados" a recriar a institucionalidade destas entidades.

Em sentido inverso, o Governo Militar procura deter no período 1975/79 o extrapolamento inevitável destas movimentações para o espaço público, através da adoção de novas medidas restritivas, o que amplia e deixa ainda mais evidente os mecanismos repressivos utilizados na esfera "privativa" do espaço acadêmico. A truculência do coronel Erasmo Dias no trato com os estudantes reunidos na PUC-SP para o III Encontro Nacional de Estudantes, por exemplo, confere um significado especial a estas lutas e se presta a confirmar a veracidade das denúncias.

Em todo este conjunto, marcado pela gravidade do contexto da reforma da Universidade pública, pelas contradições dos discursos oficiais e pela existência efetiva de processos repressivos sobre a sociedade civil, as movimentações estudantis voltam a ocupar, por um



breve tempo, um lugar especial no cenário social em defesa da Universidade e da democratização do país.<sup>3</sup> No entanto, em pouco tempo, os estudantes voltam a enfrentar um novo campo de dificuldades oriundo, desta vez, de situações geradas pelos limites de suas próprias concepções e propostas de organização política.

Conforme sugere o Jornal Avesso, de 1977, a disputa das tendências nas assembléias demarca um momento no qual o movimento se torna ininteligível aos seus participantes, ou quando a vida da entidade se revela, de fato, clandestina. Neste caso, o procedimento de deixar “escuso” o jogo das relações políticas pelas organizações partidárias acaba por contribuir para ampliar a própria exclusão estudantil das suas “entidades”. As falas cifradas, a descaracterização das práticas “específicas” ou ainda as lutas intestinas que tomam conta das assembléias são desdobramentos deste percurso. No mesmo sentido, o privilegiamento das lutas pela transformação da sociedade, quando desatenta da problemática interna e cotidiana da Universidade, deixa de abranger, captar e incorporar as questões mais concretas e imediatas para as “lutas gerais”, opção que perde rapidamente a sustentação entre as “massas” de estudantes.

Como decorrência, a “crise” de identificação que este movimento passa a viver – entre suas esferas mais altas e as bases de atuação – é capaz de tornar “estranho” o próprio corpo centralizado e “reconstruído” do movimento, cada vez mais afastado do projeto primordial de compreender e intervir sobre uma Universidade progressivamente privatizada, sucateada e descaracterizada. Neste sentido, ainda em 1978, presenciamos um sério esvaziamento de DAs e CAs, além de problemas de legitimidade que já se abatem sobre entidades civis “reconstruídas” (entre elas, algumas UEEs). Segundo o documento “Movimento Estudantil: Crise e Perspectivas para uma Prática Revolucionária”, de Américo Antunes:

*É [...] num quadro de estrangulamento da democracia interna do movimento, de verticalismo da atuação das tendências, de abandono das lutas cotidianas, de falta de perspectivas, que se realiza, no segundo semestre de 78, o IVº ENE. Dois temas polarizaram o Encontro: o Congresso de fundação da UNE e as eleições parlamentares de 78. No primeiro ponto, a vitória dos setores combativos do movimento, marcando o Congresso para maio de 79. No segundo ponto: o apoio dos*

<sup>3</sup> Nas cartas programas da USP de 1977, as análises das tendências acerca da trajetória das movimentações deste ano são claras. Para a Liberdade e Luta, “o caráter dinâmico deste movimento é alimentado pela situação de crise política e econômica da ditadura, o qual seguidamente abre brechas por onde tem penetrado a mobilização massiva dos estudantes”.

*estudantes aos candidatos populares do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (Antunes, 1983, p. 20).*

Na ocasião da recriação da UNE, em 1979, algumas representações de Encontros de Área já apresentam discordâncias com relação às orientações da nova entidade, registrando-se um enfraquecimento estrutural da participação política nos fóruns tradicionais reconstruídos.

Em uma conclusão apenas parcial, importa considerar que o ano de 1980 encerra uma década de imensos desafios com várias conquistas e muitas derrotas, mas acima de tudo, com um saldo de realizações que compõe uma verdadeira "aventura" política de caminhos e desvios no qual a política, em si mesma, ganha múltiplas formas, motivações e realizações. São boicotes a restaurantes, encontros de área, tentativas de mandato de segurança, plebiscitos, protestos variados, campanhas e lutas (contra o jubramento e pelo ensino público e gratuito), seminários, simpósios, semanas culturais, centros culturais, comissões, diretórios, publicações, conselhos de representantes, greves etc. a aflorar dos mais diferentes lugares a partir do propósito comum de articular e encaminhar as diferentes resistências à transformação da Universidade e da sociedade brasileira. Não há como falar de política, neste momento, sem ser através da criação e da paixão; e esta é uma grande herança de década.

#### **Cultura e militância política**

As transformações que se estabelecem no interior das entidades e agremiações estudantis se relacionam também com a transformação das militâncias políticas, o que em vários aspectos transcende à problemática propriamente dita da reforma da Universidade.

O período pós-1968, na verdade, se traduz em um contexto de muitas indefinições, rupturas e desafios, ou, ainda, de "desencontros" dos projetos revolucionários expostos aos limites de suas opções e práticas vanguardistas, ao mesmo tempo contemporâneos ao afloramento de uma dinâmica coletivista de perfil político-cultural que escapa em boa medida às concepções organizadas vigentes no período imediatamente anterior.<sup>4</sup>

De fato, desde o final da década de 1960, a entrada em cena de elementos da contracultura acirra o conflito entre práticas políticas

<sup>4</sup> Encontramos em algumas obras literárias registros deste momento como: Machado, 1988, Gabeira, 1988 e Sirkís, 1980.



mais ortodoxas e a produção cultural mais ampla, em um momento no qual a emergência de certas discussões estéticas – como o tropicalismo – desencadeia um confronto de leituras e práticas relacionadas à arte e à política. Questões como sexo, prazer, rock e drogas, que já compõem o repertório juvenil do período, se encontram fora dos limites deste movimento de perfil organizado e provocam situações constrangedoras como as do Festival da Canção, quando Caetano Veloso é vaiado por cantar “é proibido proibir”, uma música inspirada nos acontecimentos internacionais estudantis daquele ano. Neste caso, o lema retirado de um grafite do movimento francês expressa um dos elementos da crítica que as movimentações fazem às práticas organizadas de esquerda no período, revelando-se como crítica às práticas políticas organizadas brasileiras que, em lugar de apresentar preocupações, experimentações e ensaios políticos mais abrangentes (inclusive de fisionomia “libertária”), reafirmam o projeto de revolução social de perfil partidário que se encontra no centro das críticas de muitas destas manifestações internacionais.

De qualquer forma, as perspectivas de “reconstrução” institucional do movimento já se estabelecem no curso dos anos 1970 dentro de uma dinâmica participativa cujas concepções políticas se acham em transformação. As vanguardas organizadas em condição de clandestinidade vivem um processo de revisão, no mesmo instante em que se dissemina entre os estudantes uma crítica maior dos mecanismos centralizados, burocráticos e autoritários de gestão política – oriundos do próprio percurso de repressão, autoritarismo e isolamento imposto ao universo acadêmico e social; de forma que a busca por recuperar novas possibilidades de vivência e articulação no espaço da Universidade e do diretório se dá a partir da construção de uma dinâmica “alternativa” de vida e gestão política, distinta, em muitos aspectos, das perspectivas anteriores (Hollanda; Gonçalves, 1987, p. 4-9).

As memórias militantes e a análise documental dão pistas deste repensar político mais amplo que se relaciona com uma crítica mais profunda do caráter corporativo e partidário da organização política tradicional, do caráter burocrático das relações, da cultura e de sua relação com a política, de forma que são as manifestações culturais, antes de mais nada, que propiciam condições de rearticulação política ao apontar uma perspectiva de ação coletiva “alternativa”. As experimentações que se fazem presentes, assim como as leituras de “realidade” e definição de estratégias de resistência se aproximam das reflexões e atividades culturais vigentes em um processo chamado por

Heloísa Buarque de Hollanda (1981, p. 53-87), em *Impressões de Viagem*, de “pós tropicalista”.

Os depoimentos recolhidos por nossas pesquisas dão sinais desta transformação militante que pouco a pouco ganha articulação por meio de questões como a música, os padrões comportamentais, o teatro, o cinema e as discussões estéticas, as quais nos levam a redimensionar situações aparentemente secundárias como as festas regadas a chopp e música dos Beatles<sup>5</sup> ou a presença de referenciais culturais europeus a influenciar as práticas organizadas<sup>6</sup> como aspectos cruciais desta década.

Em meio aos processos violentos de repressão, de esgotamento de algumas leituras e práticas e da entrada em cena de novas questões (como a contracultura), têm lugar a constituição de outros projetos e a emergência de uma crise mais profunda das convicções políticas, em um processo complexo e conturbado de variações comportamentais e políticas, acusações e constrangimentos. A construção efetiva de um movimento “alternativo” de fisionomia político-cultural nos primeiros anos da década alimenta um processo mais abrangente e duradouro de enfrentamentos e articulações, que, com o passar do tempo, possibilita a reconstituição das “tendências políticas” marcadas, em vários aspectos, por um “alargamento” – no aspecto cultural – de suas concepções políticas organizadas.

### Tendências políticas

No final dos anos 1960, se por um lado a atuação política na instituição universitária (e na conjuntura política mais ampla) é marcada por extrema violência repressiva; por outro, os CAs e DAs se “esvaziam” também em função da realidade das opções militantes que secundarizam o trabalho nas entidades em nome de se lutar pela transformação revolucionária da sociedade; e neste caso, em paralelo às invasões de entidades, perseguição de lideranças (com a colaboração da direção das várias faculdades) e afastamento de professores do universo acadêmico (através de processos de cassação e aposentadoria forçada), é preciso considerar que a “revolução faltou ao encontro” e que a presença de revolucionários “sem a emergência da ‘situação revolucionária’” traz dificuldades reais para a continuidade das lutas

<sup>5</sup> Depoimento de Geraldo Siqueira, ex-militante da Tendência Refazendo (USP). Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.

<sup>6</sup> Depoimento de Vera Paiva, da Tendência Refazendo da (USP). Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.



políticas – dentro e fora do espaço acadêmico (Reis Filho, 1990, p. 187).

De forma concomitante, na medida em que os percursos traçados pela luta armada vão dando sinal de isolamento e debilidade como forma de resistência, ganha força um processo mais profundo de revisão teórica que procura, no período compreendido entre 1970/74, analisar as derrotas, as responsabilidades e as alternativas possíveis de continuidade das lutas políticas. Além de revisões, a **desarticulação** entre as leituras e os procedimentos organizados traz dificuldades concretas de recomposição de luta política, ao mesmo tempo em que se deve responder a problemas efetivos colocados no interior da Universidade em reforma, ou mesmo em relação aos acontecimentos inesperados – como a recuperação econômica promovida pelo “milagre econômico”, que exige novas elaborações.

No caso do movimento estudantil, desde o início da década de 1970 os grupos e propostas políticas organizadas se acham cindidos entre os que seguem para a luta armada, os que procuram restabelecer algum diálogo com o Ministério da Educação (como a posição política “reformista”, ligada ao PCB [Partido Comunista Brasileiro]), os grupos minoritários que tentam dar continuidade ao projeto “Universidade Crítica” (entendendo a Universidade como “um organismo vivo para o combate à ideologia burguesa da sociedade capitalista”), ou os que pretendem estabelecer uma frente ampla, democrática e patriótica contra o imperialismo e a burguesia internacional ligada ao regime militar, como a UJP, formada por grupos maoístas.

Ao lado destas cisões, a ação organizada enfrenta problemas comuns com relação à transformação do caráter e dinâmica da atuação nos diretórios e no espaço acadêmico; dificuldades, no entanto, que não impedem que em um período relativamente rápido de tempo se restabeleçam “organizações de estado-maior” (Reis Filho, 1990) semelhantes às do período anterior, de forma que já em 1973 começam a ressurgir grupos cuja pretensão é a de traçar novos caminhos de ação política organizada, como o “Grupão” na USP, embrião da tendência “refazendo”, que vai marcar o processo de reconstrução institucional do movimento nesta Universidade; ou os agrupamentos trostkistas, como o grupo Outubro (que dá origem, com outros grupos, à Organização Marxista Brasileira, a OMB) e o Comitê Primeiro de Maio (Organização

<sup>7</sup> Depoimento de Geraldo Siqueira. Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.

Comunista Primeiro de Maio), que juntos, criam a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e a tendência Liberdade e Luta.<sup>8</sup>

Na verdade, são diversos os agrupamentos que se acham em recomposição na Universidade dos anos 1970, sendo que as dificuldades impostas pela condição de clandestinidade dificultam um maior reconhecimento das trajetórias variáveis – conforme os posicionamentos e as dificuldades enfrentadas nos diferentes lugares e contextos. Em certo sentido, a fragmentação que encontramos imposta ao universo acadêmico (de isolamento das Faculdades e Universidades, de diferenciação entre as perspectivas e condições estruturais dos cursos, de dificuldades de comunicação, entre outras) se assemelha às imposições estabelecidas sobre as militâncias organizadas, que em nome de uma perspectiva de recomposição se vêem forçadas a construir novos procedimentos, ou ainda, rever seus próprios fundamentos a partir de questões e desafios que agora se fazem colocados.

Em meados da década, por sua vez, estes grupos assumem uma maior visibilidade na medida em que se configuram como “tendências” dotadas de programas e estratégias próprias de ação política. A partir de então, podemos acompanhar com mais facilidade os seus percursos através da particularidade das análises, táticas e estratégias, assim como acompanhar a extensão que adquirem a partir da elaboração de um projeto mais coeso a envolver militantes de um maior número de Universidades e Estados.

Se na primeira fase da década podemos identificar um movimento mais restrito à dimensão acadêmica e intra-acadêmica que valoriza a discussão da Universidade e defende a reconquista de direitos, é a dinâmica participativa que se gesta próxima ao diretório o que de fato promove possibilidades de romper e desvincular estas entidades das imposições administrativas. No entanto, na medida em que se amplia a participação e se radicalizam as posturas, se delineiam também projetos internos de centralização e homogeneização das perspectivas políticas e culturais - com a pretensão de se retornar uma luta exterior ao espaço acadêmico. No caso da USP, a radicalização que desde 1973 toma conta de várias diretorias de entidade (em nome de uma perspectiva de ruptura para com as relações de controle impostas pela administração) implica na definição de um perfil de gestão do diretório mais centralizado e burocratizado.

<sup>8</sup> Depoimento de “Careca”. Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.



Entre 1973 e 1974 já podemos observar os traços de interferência desta perspectiva mais centralizada de ação política que em um contexto de motivações, experimentações e recomposições variadas do início da década procura suplantar a vivência cotidiana de questões e procedimentos “alternativos” de ação política.

A pretensão de recompor organizações político-partidárias a partir das movimentações estudantis mais amplas, por sua vez, implica em estabelecer procedimentos e objetivos que não se encontram necessariamente em vigência nos movimentos. Na lógica das organizações estudantis de esquerda, “institucionalizar” o movimento significa reconstruir uma estrutura hierárquica de deliberação política que se faça sobreposta às ações coletivas de forma a lhes conferir uma dinâmica centralizada de discussão e deliberação – cabendo às organizações clandestinas e suas tendências o papel de homogeneizar e “ordenar” as ações diversas rumo à adoção de um caráter político “conseqüente”. Da mesma forma, “organizar” os estudantes significa orientar este universo de indivíduos distintos – a “massa estudantil” – à adoção de uma práxis política conseqüente, cabendo à tendência a tarefa de formar a instância da “massa avançada” (estudantes com maior discernimento político) como um “canal” de atuação das “vanguardas”, estas sim, expressão de uma militância consciente e esclarecida (que por razões injustificáveis se encontram forçadas à clandestinidade).

O estabelecimento, então, de um duplo universo de vida política no/do diretório na forma de uma face “legal” e de outra “clandestina”, permite a continuidade dos exercícios políticos das esquerdas em meio à emergência de outras perspectivas e propostas de articulação e partilha coletiva “alternativa”. Como resultado, entretanto, temos o desencadeamento de uma situação de tensão – a percorrer toda a década – que se estabelece em torno do processo de “reconstrução” do movimento estudantil. Em especial, na medida em que o trabalho “politizador” das organizações (em condição de clandestinidade) procura se fundamentar nas insatisfações e conflitos latentes estabelecidos entre os estudantes (organizados ou não) e a administração para, ao mesmo tempo, alterar parte dos seus propósitos de valorização e objetivos de luta política.

A presença de uma “vanguarda” clandestina de esquerda a definir os rumos do processo de institucionalização/institucionalidade do movimento possibilita agora que as lutas estudantis sejam “canalizadas” em prol da recriação de entidades gerais necessárias à recomposição do papel político original deste movimento. Da mesma

forma, a vigência de uma concepção de “massa” estudantil implica em uma desqualificação da participação coletiva face às mesmas “vanguardas”, situação que dá lugar ao desenvolvimento de procedimentos que, na prática, restringem ou mesmo excluem parcelas de estudantes das estruturas políticas, originando-se a formação do que Artur Ribeiro Neto (jul./1985, p. 68) chamou de “reis filósofos”, um corpo destacado de indivíduos sábios a quem cabe a definição das diretrizes coletivas do movimento.

Na segunda fase da década, encontramos no interior dos diretórios e centros acadêmicos a formação de instâncias de deliberação mais hierárquicas e restritivas que possuem como pretensão “canalizar” as “massas” para as atuações conseqüentes, situação que provoca, muitas vezes, a “asfixia” de práticas coletivas não organizadas, forçando-as a acatar deliberações e propósitos que restringem e condicionam o universo da ação política. A criação das “entidades-livres” e a “reconstrução” das entidades civis (UEEs e UNE), neste sentido, vão conferir marcos mais verticalizados de institucionalidade aos mecanismos de discussão e deliberação coletiva, ao mesmo tempo que as tendências e grupos políticos (em condições mais explícitas de participação) disputam o espaço das novas entidades e instrumentos de poder em meio aos conflitos com a Universidade e a ditadura militar.

Na verdade, o processo de “reconstrução” das entidades pelo viés organizado, consiste no percurso de recompor a estrutura representativa do período imediatamente anterior conferindo-lhes agora um papel de resistência ao regime e de luta pela transformação da sociedade. Da mesma forma, acredita-se estar “reconstruindo” uma perspectiva política do movimento do passado (rompida pela repressão) através da reafirmação de suas tradições de luta democrática, da força estudantil enquanto conjunto e do ideal organizativo fundamentado no princípio da representação. Estas questões permitem enfim, que se estabeleçam “semelhanças” entre o passado e o presente, da mesma forma que se recrie entre os estudantes uma “imagem” de unidade fundamental a este contexto desarticulado e difuso.

Por outro lado, a experiência organizada não é a mesma entre os diferentes grupos clandestinos, e nós podemos encontrar fortes divergências de leitura e procedimentos. A depender dos contextos e composições estabelecidos entre os agrupamentos e tendências de cada Faculdade ou Universidade, o que ganha hegemonia são as proposições de matriz trotskista, maoísta, stalinista ou “reformista”. Aliás, os grupos trotskistas e maoístas vão compor a partir de 1975 grandes tendências em várias regiões do país na proporção em que rumam para uma ruptura



institucional – e em que se revelam sensíveis à criação de um “ambiente estudantil” mais democrático e cultural, avesso à administração e ao projeto tecnocrático de ensino. Outros agrupamentos de esquerda, em particular os vinculados ao PCB, vão insistir na permanência dos contatos e de atividades construídas no bojo da estrutura administrativa como condição preliminar de reconquista de intervenções políticas. Neste caso, podemos presenciar certas associações entre estes posicionamentos e as atividades culturais que, a depender dos contextos, chegam a apresentar contornos contraculturais (como no caso do DA da ECA da USP de 1973, responsável pelo Jornal *O Picaro*).

No bojo de uma outra vertente de posicionamentos políticos, fortemente divergente do PCB, podemos identificar um conjunto variado de agrupamentos e partidos clandestinos trotskistas (como a Organização Socialista Internacionalista e a Democracia Socialista) que assumem destaque em universidades e períodos específicos, em especial a partir da segunda fase da década quando chegam a compor amplas tendências como a Liberdade e Luta (SP), a Centelha (MG), Fanteio (RS), entre outras.

A vertente trotskista, na verdade, chega a integrar milhares de militantes por todo o País, sendo interessante destacar o impacto que seus posicionamentos anti-burocráticos e anti-tecnocráticos de Universidade e de sociedade causam entre os estudantes. A presença destes agrupamentos no movimento estudantil brasileiro, por sua vez, implica na incorporação das concepções teóricas e das dinâmicas políticas trotskistas ao curso e gestão deste mesmo movimento.

Entre as movimentações estudantis desta fase, encontramos outros grupos organizados e dotados de concepções políticas específicas, como a Ação Popular<sup>9</sup>, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que ao longo do tempo chegam, inclusive, a estabelecer aproximações na medida em que estes grupos partilham de concepções semelhantes de revolução – originalmente de fisionomia “etapista”, mas que vão ganhando novas formulações. Nestes vários casos, as organizações são fortemente atraídas pelos desdobramentos da revolução cubana e pelas teses do “foquismo”, assim como pela Revolução Cultural Chinesa, chegando a integrar os movimentos armados a partir de interpretações específicas.

<sup>9</sup> Grupo formado por militantes oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC) em 1962, com pretensões de criar uma “ideologia própria”, mas que adere à concepção marxista-leninista ainda nos anos 1960 (ao aproximar-se do maoísmo), transformando-se em APML (Ação Popular Marxista Leninista) em 1971.

forma, a vigência de uma concepção de “massa” estudantil implica em uma desqualificação da participação coletiva face às mesmas “vanguardas”, situação que dá lugar ao desenvolvimento de procedimentos que, na prática, restringem ou mesmo excluem parcelas de estudantes das estruturas políticas, originando-se a formação do que Artur Ribeiro Neto (jul./1985, p. 68) chamou de “reis filósofos”, um corpo destacado de indivíduos sábios a quem cabe a definição das diretrizes coletivas do movimento.

Na segunda fase da década, encontramos no interior dos diretórios e centros acadêmicos a formação de instâncias de deliberação mais hierárquicas e restritivas que possuem como pretensão “canalizar” as “massas” para as atuações conseqüentes, situação que provoca, muitas vezes, a “asfixia” de práticas coletivas não organizadas, forçando-as a acatar deliberações e propósitos que restringem e condicionam o universo da ação política. A criação das “entidades-livres” e a “reconstrução” das entidades civis (UEEs e UNE), neste sentido, vão conferir marcos mais verticalizados de institucionalidade aos mecanismos de discussão e deliberação coletiva, ao mesmo tempo que as tendências e grupos políticos (em condições mais explícitas de participação) disputam o espaço das novas entidades e instrumentos de poder em meio aos conflitos com a Universidade e a ditadura militar.

Na verdade, o processo de “reconstrução” das entidades pelo viés organizado, consiste no percurso de recompor a estrutura representativa do período imediatamente anterior conferindo-lhes agora um papel de resistência ao regime e de luta pela transformação da sociedade. Da mesma forma, acredita-se estar “reconstruindo” uma perspectiva política do movimento do passado (rompida pela repressão) através da reafirmação de suas tradições de luta democrática, da força estudantil enquanto conjunto e do ideal organizativo fundamentado no princípio da representação. Estas questões permitem enfim, que se estabeleçam “semelhanças” entre o passado e o presente, da mesma forma que se recrie entre os estudantes uma “imagem” de unidade fundamental a este contexto desarticulado e difuso.

Por outro lado, a experiência organizada não é a mesma entre os diferentes grupos clandestinos, e nós podemos encontrar fortes divergências de leitura e procedimentos. A depender dos contextos e composições estabelecidos entre os agrupamentos e tendências de cada Faculdade ou Universidade, o que ganha hegemonia são as proposições de matriz trotskista, maoísta, stalinista ou “reformista”. Aliás, os grupos trotskistas e maoístas vão compor a partir de 1975 grandes tendências em várias regiões do país na proporção em que rumam para uma ruptura



institucional – e em que se revelam sensíveis à criação de um “ambiente estudantil” mais democrático e cultural, avesso à administração e ao projeto tecnocrático de ensino. Outros agrupamentos de esquerda, em particular os vinculados ao PCB, vão insistir na permanência dos contatos e de atividades construídas no bojo da estrutura administrativa como condição preliminar de reconquista de intervenções políticas. Neste caso, podemos presenciar certas associações entre estes posicionamentos e as atividades culturais que, a depender dos contextos, chegam a apresentar contornos contraculturais (como no caso do DA da ECA da USP de 1973, responsável pelo Jornal *O Pícaro*).

No bojo de uma outra vertente de posicionamentos políticos, fortemente divergente do PCB, podemos identificar um conjunto variado de agrupamentos e partidos clandestinos trotskistas (como a Organização Socialista Internacionalista e a Democracia Socialista) que assumem destaque em universidades e períodos específicos, em especial a partir da segunda fase da década quando chegam a compor amplas tendências como a Liberdade e Luta (SP), a Centelha (MG), Parteiro (RS), entre outras.

A vertente trotskista, na verdade, chega a integrar milhares de militantes por todo o País, sendo interessante destacar o impacto que seus posicionamentos anti-burocráticos e anti-tecnocráticos de Universidade e de sociedade causam entre os estudantes. A presença destes agrupamentos no movimento estudantil brasileiro, por sua vez, implica na incorporação das concepções teóricas e das dinâmicas políticas trotskistas ao curso e gestão deste mesmo movimento.

Entre as movimentações estudantis desta fase, encontramos outros grupos organizados e dotados de concepções políticas específicas, como a Ação Popular<sup>9</sup>, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que ao longo do tempo chegam, inclusive, a estabelecer aproximações na medida em que estes grupos partilham de concepções semelhantes de revolução – originalmente de fisionomia “etapista”, mas que vão ganhando novas formulações. Nestes vários casos, as organizações são fortemente atraídas pelos desdobramentos da revolução cubana e pelas teses do “foquismo”, assim como pela Revolução Cultural Chinesa, chegando a integrar os movimentos armados a partir de interpretações específicas.

<sup>9</sup> Grupo formado por militantes oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC) em 1962, com pretensões de criar uma “ideologia própria”, mas que adere à concepção marxista-leninista ainda nos anos 1960 (ao aproximar-se do maoísmo), transformando-se em APML (Ação Popular Marxista Leninista) em 1971.

A existência de certos aspectos comuns entre estes grupos, por sua vez, permite que suas tendências estabeleçam, em certos contextos, algumas aproximações. A Caminhando<sup>10</sup>, tendência que possui vínculos com o PC do B, realiza composições com a Refazendo<sup>11</sup> e com a Viração. Já a Tendência Refazendo, cuja origem se encontra marcada por um agrupamento político mais difuso, tal a procedência variada dos seus militantes (integrantes do "Grupão"), estabelece uma relação mais próxima com a AP e o MR-8 na segunda fase da década ao receber segmentos destas organizações em seus quadros. Em 1978, um clima interno de disputa interna provoca o "racha" desta tendência, o que leva a Refazendo a assumir uma fisionomia partidária mais definida e a dar sustentação através dos seus quadros à AP e ao MR-8 (Pessoa, 1992, p. 32). A Viração, originária da Bahia, vai se constituir no final da década de 1980 em expressão do PC do B no Movimento Estudantil<sup>12</sup> elegendo, em composição com a Caminhando, a primeira diretoria da UNE reconstituída em 1979 (na qual permanece por 8 anos). Marcadas por muitas diferenças, e também por aproximações, estas organizações, enfim, carregam parte das ambigüidades políticas deste período. As tensões, diferenças e contradições que perpassam o movimento de forma mais ampla se acham presentes na esfera interna destas tendências, o que significa dizer que as organizações também devem dar conta das frustrações e expectativas que se acham latentes entre os estudantes e militantes desta década. As tendências Liberdade e Luta e Refazendo da USP, de forma especial, conseguem articular às suas orientações de vanguarda certas questões relacionadas à vivência e às práticas político-culturais que as transformam em verdadeiros fenômenos participativos. No caso da Liberdade e Luta, os fundamentos trotskistas de ação política valorizam a cultura como dimensão imanente da política, e por isso mesmo, esta tendência consegue estabelecer uma forte sintonia com contingentes mais amplos de estudantes, além de apresentar em suas "bases", militantes atentos às discussões e produções artísticas e culturais de seu tempo.<sup>13</sup>

De qualquer forma, os agrupamentos de esquerda (que trabalham com uma perspectiva centralizadora de movimento), apesar

<sup>10</sup> Sobre a formação desta tendência, ver depoimento de Koji e Carmem. Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.

<sup>11</sup> Sobre a formação desta tendência, ver depoimento de Geraldo Siqueira e Vera Paiva. Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.

<sup>12</sup> Sobre a formação desta tendência, ver depoimento de Valdélis Santos Silva. Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.

<sup>13</sup> Depoimento de "Caracol". Acervo Movimento Estudantil, AEL/UNICAMP.



de promoverem a "reconstrução" e articulação de diversas entidades, não conseguem consolidar suas bases de representação e nem manter em vigência por muito tempo as "entidades livres" que já em 1978 começam a viver forte crise de legitimidade.

A crise institucional das entidades "reconstruídas" na segunda fase da década de 1970 – na confluência entre a recomposição das práticas organizadas e a transformação mais profunda dos paradigmas políticos – registra, enfim, um momento no qual a política estudantil deixa, definitivamente, de integrar – e de se fazer orientar – pelas problemáticas e desafios colocados ao movimento nos anos 1960. As novas questões vão além da repressão às organizações militantes; elas se acham associadas às reformulações estruturais do ensino, a um processo mais profundo de urbanização e proletarianização social, à dinamização das relações de mercado (potencializado pela entrada em cena da indústria cultural) e, acima de tudo, a uma transformação estrutural da identidade do estudante. A emergência de novas formas de organização política, neste caso, joga luz sobre o prenúncio de um novo conjunto de respostas que nesta década começa apenas a se insinuar. Talvez, então, seja o momento de considerarmos a pertinência e a responsabilidade de uma "nova" esquerda que a década de 1980 anuncia.

#### Bibliografia

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Movimento Estudantil e Classe Média no Brasil - estudo comparativo. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Classes Médias e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ANTUNES, Américo. *Movimento Estudantil: Crise e Perspectivas para uma Prática Revolucionária*. São Paulo: Aparte, 1983.
- CUNHA, Luís Antonio. *A Universidade Reformada: O Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- GABEIRA, Fernando. *O Que é isso, Companheiro?* 34ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e Participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/79*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- MACHADO, Ana Maria. *Tropical Sol da Liberdade: A história dos anos de repressão e da juventude brasileira pós-64 na visão de uma mulher*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo e. A Burocratização da Universidade. *Ciência e Cultura: Suplemento*. SBPC, v. 37, n. 7, 1985, p.118-132.
- PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As tendências e a reconstrução Institucional do Movimento Estudantil (1969-1979)*. Mimeografado, 1992.
- POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. 2ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO NETO, Artur. Um Laço que não UNE mais. *Revista Desvios*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 4, jul./1985, p. 68-69.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993
- SILVA, Antonio Ozai da. *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo, Proposta Editorial, 1987.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- VEIGA, Laura. Reforma Universitária na Década de 60: Origens e Implicações Político-Institucionais. *Ciência e Cultura: Suplemento SBPC*, v. 37, n. 7, 1985, p. 86-97.

#### DOCUMENTOS ESTUDANTIS

- Cartas Programas da USP, 1977
- Carta Programa Liberdade e Luta, USP, 1977.
- Chapa Organizar a Luta, USP, maio de 1976
- Ciso. Publicação do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais da UFBA (Universidade Federal da Bahia). 1972-1974, 1973.
- Jornal de Lutas - especial para calouros, UFMG, 1976.
- Volante para Discussão do Estatuto, UnB, 15/maio/1975

#### Depoimentos:

- "Caracol". Registrado por Mirza Pellicciotta em 1997.



- "Careca" a Virginia Camilotti. Projeto "Contribuição para o estudo do Movimento Estudantil Brasileiro: História Institucional X História Invisível", AEL/Unicamp, 1986.
- Geraldo Siqueira, ex-militante da Tendência Refazendo (USP) a Virginia Camilotti, para Projeto "Contribuição para o estudo do Movimento Estudantil Brasileiro: História Institucional X História Invisível", AEL/Unicamp, 1986.
- Koji e Carmem a Virginia Camilotti, Projeto "Contribuição para o estudo do Movimento Estudantil Brasileiro: História Institucional X História Invisível", AEL/Unicamp, 1986.
- Valdério Santos Silva. Recolhido por Mirza Pellicciotta em Salvador, 1988. AEL/Unicamp
- Vera Paiva, da Tendência Refazendo da USP, a Virginia Camilotti Projeto "Contribuição para o estudo do Movimento Estudantil Brasileiro: História Institucional X História Invisível", AEL/Unicamp, 1986.

## Uma rua não tão alegre! Movimento Estudantil e a invasão da PUC em 1977

Daniel Cantinelli Sevillano

### Introdução

**D**uas invasões marcaram fortemente o Movimento Estudantil paulista durante o regime militar: a invasão da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP na rua Maria Antonia, em outubro de 1968, e a invasão da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), na rua Monte Alegre, em setembro de 1977. Dois momentos que, apesar de separados no tempo cronológico, fazem parte de um mesmo período histórico, os anos da ditadura que, instalada no país desde 1964, procurava calar toda e qualquer forma de resistência ao regime.

O Movimento Estudantil (ME) colocava-se como um dos grandes atores contrários aos militares, e as duas invasões representam ações do regime para minar esse grupo. No entanto, essas ações mostram momentos distintos da ditadura: enquanto a invasão da Maria Antonia era o ápice de sua força, a invasão da PUC era o início de seu declínio. Esse capítulo procura analisar como o ME se comportou durante esse período, tentando observá-lo sempre como entidade que está inserida nos acontecimentos políticos e sociais do país, e está dividido em quatro partes: “1968 – o fim da festa”; “1969-1975 – o último a sair que apague as luzes”; “1976-1977 – a porta está quase aberta”; e a análise da invasão da PUC em 1977, sendo que esta parte fará apenas algumas considerações sobre o ocorrido.

### 1968: o fim da festa

O ano de 1968 representa o ápice de um movimento de contestação juvenil mundial, que teve dois importantes eventos que lhe deram face: no campo político, a revolta dos estudantes franceses, sob a liderança de Daniel Cohn-Bendit, contra o conservadorismo da universidade e do sistema político franceses; e no campo cultural o Festival de Woodstock, evento mais emblemático do que se convencionou chamar de contracultura, que tinha entre alguns de seus principais agentes bandas como os Beatles na Inglaterra e The Doors nos Estados Unidos com suas novas formas de experimentação musical.



Como em um caldeirão cultural em que tudo parecia possível, a imagem dos estudantes em Paris teve forte apelo sobre os estudantes brasileiros. “Sejamos realistas, façamos o impossível”, podia-se ler nas faixas esticadas em algumas universidades parisienses, frase que continha um claro sentido de agir contra o sistema estabelecido para fazer-se ouvir. O conservadorismo contra o qual se lutava na França existia também na universidade brasileira, nas cátedras e nas ações dos muitos catedráticos despóticos. No caso brasileiro, a luta contra grupos conservadores dentro da universidade representava a luta contra o regime militar; a universidade, naquele momento, era, para os estudantes, um aspecto da ditadura que devia ser combatido.

Após relativa calma entre 1964 e 1968, os estudantes – embalados por eventos que mostravam uma tendência mundial contra sistemas autoritários – saíram às ruas contra o regime. Após duros ataques dos militares contra o ME, entre eles a Lei Suplicy, que colocava na ilegalidade as organizações estudantis, e a proposta de Reforma Universitária baseada nos acordos MEC-USAID, os estudantes resolveram endurecer seus protestos. Esse endurecimento era reflexo das ações do regime e da reorganização estudantil: após um predomínio da Ação Popular (AP), grupo de católicos de esquerda, e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os estudantes começaram a se organizar em outros grupos políticos, como dissidências do PCB e o grupo Política Operária (Polop). O PCB começava a enfraquecer-se entre os estudantes, graças à imagem de “pacifismo” que ele tinha adquirido frente aos eventos de 1964.

A união com novos grupos de esquerda e a momentânea ligação com setores da classe média (especialmente após eventos como a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro) fez com que os estudantes se tornassem um dos principais alvos do regime. A invasão da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na Rua Maria Antonia, após verdadeira batalha de rua entre estudantes da FFCL e de membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), alojados na Universidade Mackenzie, fez parte de um processo maior, de legitimação do regime através da força. Os militares procuraram calar as vozes dissonantes da sociedade, com o desejo de exercerem o poder sem nenhum tipo de contestação. O que se destaca nesse processo, no entanto, é o intuito do regime de legalizar suas ações, mesmo as mais ilegais possíveis, como a tortura e o fim do *habeas corpus*. O regime militar baseou sua estrutura num aparato burocrático que saiu dos quartéis e invadiu a sociedade como um todo. A própria instituição da tortura foi burocratizada, realizada em locais específicos e por pessoas treinadas para isso. Cabe ressaltar

que, para Maria Helena Moreira Alves (1984), o ataque aos estudantes fez parte de um terceiro ciclo repressivo do regime, que procurou atingir todos aqueles setores da sociedade em que poderia haver grupos contrários à ditadura, até mesmo na classe média, grande centro de apoio dos militares.

A repressão à parcela significativa da sociedade brasileira adquiriu pequena importância frente aos resultados conseguidos pelo regime no plano econômico; a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, principal base de apoio do chamado "milagre econômico" que seria visto na década seguinte, só teria sucesso caso houvesse um quadro de estabilidade política e social no país, o que a ditadura se encarregou de proporcionar com a perseguição e eliminação dos grupos de oposição, especialmente aqueles que se dirigiram para o uso da força.

O espetáculo do crescimento estava montado, e a classe média estava sentada nas primeiras filas. Enquanto um sem-número de pessoas podia comprar seu Fusca, uma parcela da população era presa e torturada, sem que a sociedade soubesse disso a fundo. Os anos que se seguiram a 1968 trataram de fornecer 'pão e circo' a muitos, enquanto a outros só restava o pau-de-arara.

#### **1969-1975: o último a sair que apague as luzes**

Os piores anos de repressão, conhecidos como anos de chumbo, correspondem ao período do Governo Médici, que tinha com o AI-5 a possibilidade de fazer o que bem entendesse contra os possíveis opositores ao regime. Talvez a frase mais marcante do período seja a propaganda elaborada pelo regime: "Brasil, ame-o ou deixe-o", deixando à mostra que não havia espaço no país para quem se opusesse ao regime.

Em 1969, após as perdas de 1968, o ME tentou reorganizar-se tendo em vista a visita de Nelson Rockefeller, enviado especial do presidente norte-americano Richard Nixon, ao país. Ao mesmo tempo em que era uma atitude de afronta ao regime, significava a possibilidade de mostrar aos militares que o movimento não tinha sido desarticulado totalmente após as ações repressivas do ano anterior. Foram realizadas passeatas em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde aconteceu a última passeata do período. No entanto, percebe-se nesse acontecimento a mudança clara da posição da sociedade de 1969 em relação a 1968: graças às ações do regime, as manifestações estudantis já não eram vistas com bons olhos pela classe média. Em vez de



participar ativamente ou jogando papéis pelas janelas, as pessoas corriam da manifestação, com medo do que poderia acontecer. Tratava-se de uma realidade nova que não havia sido aprendida pelos estudantes.

A falta de apoio da classe média levou inúmeros líderes estudantis a optarem pela via armada, seguindo a mesma linha de ação dos grupos de esquerda que lutavam contra o regime. Essa opção, tida por muitos como necessária no período, deixou o ME acéfalo, alijado de suas principais lideranças. A derrota dos grupos armados significou, em parte, a queda do ME que só mostraria forças em âmbito nacional a partir de 1973, ano da criação dos Encontros de Áreas, espaço em que os estudantes do país todo poderiam discutir sobre os rumos de seus cursos.

Esses Encontros refletiam a idéia de reorganização nacional do ME, com a UNE posta na ilegalidade e sem a presença de lideranças estudantis escolhidas nacionalmente, coube a esses Encontros, além de discutir problemas que atingiam os cursos universitários, reunir os estudantes para que eles pudessem conjuntamente discutir e debater. O que parecia uma organização específica (discutir os problemas do curso de Ciências Sociais, por exemplo) tinha um aspecto mais abrangente, pois o que de fato acontecia nos Encontros era a volta das discussões participativas, com a presença de alunos de várias partes do país. A constante mudança de local de reunião para as discussões mostra o caráter anti-regional dos Encontros, abertos à participação do maior número possível de estudantes.

As discussões sobre o papel do estudante enquanto futuro profissional inserido na realidade sócio-econômica do país eram frequentes, sendo que esse debate no fundo tinha o intuito de ver o estudante não como elemento separado do resto da sociedade, mas como ator político que realizaria intervenções na realidade. A universidade seria vista como laboratório para a preparação dos estudantes para as discussões políticas que ele encontraria fora das salas de aula. Voltando para a discussão sobre a Reforma Universitária, cabe dizer que as assembléias e reuniões realizadas nos encontros tinham o objetivo de transformar o aluno tecnicista e incapaz de pensar, pretendido pelo regime, num ser pensante e capaz de criticar a sociedade e o tempo em que vive e propor mudanças, tal qual se fazia nos Encontros de áreas. Através das discussões universitárias pretendia-se reconstituir o movimento estudantil contestador e ativo.

O período entre 1969 e 1975 representa um difícil, porém importante fase na história do ME, pois é nesses anos que tem início a

reconstrução do movimento, que mostrará sua nova face no ano de 1977. Palavras de ordem como “Abaixo a ditadura”, ditas abertamente em 1968, vão dar lugar a frases menos radicais e mais ligadas aos desejos da sociedade, como “Anistia para os exilados”. O show que Gilberto Gil realizou na USP em 1973, logo após seu retorno do exílio em Londres, representa bem a ligação entre o ME e esse desejo que se instalaria na sociedade pela volta dos exilados e pelo fim da ditadura.

### **1976-1977: a porta está quase aberta**

Os anos da presidência de Ernesto Geisel, tido como um presidente menos autoritário que seu antecessor, o General Médici, são contraditórios, pois ao mesmo tempo em que o Presidente tentava liberalizar o regime através de ações contra a repressão indiscriminada, ele promulgava leis autoritárias tendo como base a “segurança nacional”. Nesse contexto andam lado a lado ações como o Pacote de Abril, de 1977, e as ações do governo para acabar com a tortura e a morte de presos em quartéis e outros, como as demissões dos militares ligados ao grupo “linha-dura”, Ednardo d’Ávilla Mello, comandante do II Exército (de São Paulo), e Sylvio Frota, Ministro do Exército e candidato “linha-dura” à sucessão de Geisel.

Esses anos representam uma mudança na organização do ME, que procurava repensar sua forma de representação dentro das Universidades, através da recriação dos antigos espaços estudantis autônomos, baseados especialmente nos Centros Acadêmicos e na imagem de um Diretório Central dos Estudantes, no lugar da representação burocrática dos Diretórios Acadêmicos permitida pelo regime. Nesse sentido, surgem grupos estudantis descontentes com o tipo de representação feita até então, grupos que ficaram conhecidos como tendências. Sua luta num primeiro momento é contra as agremiações estudantis que estão nas mãos da burocracia universitária, que de um modo ou de outro determina como as entidades discentes devem se comportar. Surge o projeto de reorganizar os órgãos estudantis destruídos pela ditadura no período 1964-1968, o que no fundo significava tirar os estudantes das universidades e levá-los de volta às ruas.

O objetivo dos novos grupos estudantis era fazer com que os estudantes readquirissem a conscientização política necessária para lutar contra o regime; para tanto, na sua visão, era imprescindível que as organizações estudantis estivessem desvinculadas da burocracia universitária. O que se queria era libertar-se dessa estrutura e levar as



lutas estudantis para outros problemas (como questões relacionadas ao próprio regime militar, aos direitos humanos, à anistia etc.) através de órgãos livres, comandados pelos estudantes sem as amarras do meio universitário oficial. As tendências, no entanto, tinham visões diferentes sobre como a participação estudantil poderia se dar nesse momento, e grupos como Liberdade e Luta (LibeLu), ligado à Organização Socialista Internacional, Caminhando, ligado ao PC do B, e Refazendo, ligado à Ação Popular, procuravam, cada um à sua maneira, mobilizar os estudantes contra o regime.

Os Encontros Nacionais dos Estudantes (ENEs) surgem nesse momento como materialização dessa vontade de tirar os estudantes das salas de aula. Mais abrangentes que os Encontros de Área, os ENEs mostravam a volta da organização nacional dos estudantes, e o caminho para a refundação da UNE. Dois encontros foram realizados em 1976, o primeiro em Campinas e o segundo em São Carlos, sendo que aí foi decidido que o terceiro encontro, cuja pauta de discussão era a recriação da UNE, seria em Belo Horizonte em 1977. Após a invasão da PM mineira no dia do encontro, ele foi transferido para São Paulo, no campus da USP, para o dia 21 de setembro. Graças à presença da PM paulista, que fechou a Cidade Universitária no dia, o encontro aconteceu no dia 22 numa das salas do prédio novo da PUC, com a presença de 60 delegações de sete estados. O Encontro foi secreto para evitar que houvesse qualquer ação por parte dos policiais. Para comemorar a realização do Encontro, foi marcado um ato que aconteceria em frente ao TUCA, reunindo setores contrários ao regime. O Ato não aconteceu, pois foi duramente reprimido pelo Governo, em especial pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, comandada pelo Coronel Erasmo Dias. A invasão da PUC e suas conseqüências serão discutidas no último tópico desse capítulo.

#### **Em torno da invasão da PUC e possíveis conclusões**

Não cabe aqui fazer grandes análises desse evento, pois o fato em si é parte de um contexto maior, que havia começado com a reorganização política dos estudantes anos antes. Mas vale a pena mostrar o que levou a essa invasão e as conseqüências que ela teve para o regime.

A PUC de São Paulo era tida como território protegido das incursões do regime graças ao papel da Igreja Católica, mantenedora da instituição. O regime tinha certo receio em incomodar a Igreja, dada sua força na sociedade. A idéia de marcar o Ato Público após o 3º

ENE na PUC deve ter levado em consideração esse fato, de que não haveria qualquer ato policial que impedisse o Ato. Foi exatamente o contrário o que aconteceu; as tropas da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo entraram na PUC atirando bombas de gás lacrimogêneo e quebrando tudo que viam pela frente. Marcada por atos de extrema violência, a invasão mostrou à sociedade que a abertura lenta e gradual de Geisel seria, de fato, lenta, e que isso não representava o fim dos atos de violência por parte do regime.

A violenta resposta da ditadura representava o desespero que tomava conta dos militares frente ao fracasso do “milagre econômico” dos anos anteriores, e a conseqüente descrença da classe média em torno do regime. A ligação entre estudantes e a sociedade, tão tênue depois de 1968, havia se fortalecido novamente em 1977, momento em que os estudantes resolveram encampar as bandeiras de setores da sociedade (especialmente entidades civis como a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], o MDB [Movimento Democrático Brasileiro] e setores da intelectualidade) que lutavam contra o regime. O radicalismo dos anos 1960 deu lugar às possibilidades dos anos 1970, em que o fim da ditadura parecia mais próximo. Mas é trágico ver que o momento de renascimento do movimento estudantil traria, nos anos 1980, uma queda maior daquela sofrida no fim dos anos 1960, e que aqueles nascidos sob os anos de chumbo seriam os grandes responsáveis por isso: sepultada a ditadura, os estudantes saíam às ruas não mais para lutar contra um inimigo comum, mas para brigar entre si. Por outro lado, a formação de uma “cultura jovem” (ou culturas jovens, para alguns) colocou a juventude no centro do palco, só que com um roteiro diferente: em vez de gritar contra o sistema, a palavra de ordem era “Tome Bliss e radicalize”. Essa postura foi o que marcou (e matou) o ME na década perdida, os anos 1980.

### Bibliografia

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do Movimento Estudantil (1964-1980)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.



- MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: Editora da UFSCAR, 1998.
- BELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- BOMAGNOLI, Luis Henrique e GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

## CULTURA JUVENIL DE CONSUMO E IDENTIDADES SOCIAIS ALTERNATIVAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA<sup>1</sup>

Cláudio Novaes Pinto Coelho

O papel do consumo, como elemento em torno do qual são construídas as identidades sociais na realidade contemporânea, tem sido ressaltado por vários pensadores e pesquisadores das ciências humanas. Por exemplo, o sociólogo inglês Mike Featherstone (1995) argumenta que as diferenças entre classes e grupos sociais são cada vez mais vivenciadas enquanto diferenças entre estilos de vida construídos a partir do consumo de mercadorias específicas. Segundo Featherstone, o consumo não pode mais ser visto a partir de uma perspectiva exclusivamente econômica, pois ele possui uma dimensão cultural. Por outro lado, a cultura, ou seja, os mecanismos de construção das identidades sociais, não pode mais ser pensada separadamente da dimensão econômica. Sendo assim, a sociedade contemporânea estaria fortemente marcada pela existência de uma cultura de consumo em escala mundial.

O antropólogo argentino, radicado no México, Néstor García Canclini (1995) defende o ponto de vista de que as reivindicações pelo acesso aos bens de consumo (inclusive o acesso aos meios de comunicação) estão substituindo as reivindicações políticas clássicas (participação nos espaços públicos tradicionais). Cada vez mais, os cidadãos se vêem e são vistos pelas instituições sociais, inclusive pelos órgãos públicos, como consumidores.

A pensadora argentina Beatriz Sarlo (1997) postula que a valorização do consumo na sociedade contemporânea está relacionada à valorização da idéia de ser jovem. A cultura juvenil de consumo é, ao mesmo tempo, “tribal” e universal. A sociedade contemporânea trabalha com o pressuposto de que os jovens são um grupo social à parte, com estilos de vida próprios, e simultaneamente vende a idéia de que todos podem ser jovens, desde que consumam as mercadorias adequadas: um componente fundamental da cultura de consumo é a crença de que as pessoas podem escolher os seus estilos de vida

---

<sup>1</sup> Este capítulo é uma versão revista e modificada do artigo “A Cultura Juvenil de Consumo e as Identidades Sociais Alternativas” publicado no periódico *Líbero*, Revista Acadêmica de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, ano 1 n. 2, 2º semestre de 1998, p. 26-29.



livremente, pois o mercado garantiria a liberdade individual. Ainda de acordo com Beatriz Sarlo, os meios de comunicação promovem uma identificação entre ser livre, ser jovem e ser consumidor: há uma juvenilização da condição de consumidor. O verdadeiro consumidor deve estar sempre aberto às novidades oferecidas pelo mercado, deve ser livre para mudar, deve comportar-se como um jovem cuja identidade não está ainda estabelecida.

Neste texto pretendo esboçar uma reflexão a respeito da situação atual das identidades sociais alternativas, tendo em vista a existência da cultura juvenil de consumo.

Com essa intenção, realizarei uma breve comparação entre o período histórico composto pelas décadas de 1960 e 1970 e o período que vai da década de 1980 aos dias de hoje.

A sociedade moderna trouxe consigo uma valorização do novo, da necessária substituição do velho pelo novo, atribuindo à juventude, grupo social intermediário entre a infância e a idade adulta, o papel de vanguarda deste processo. Entre a modernidade e o capitalismo há uma relação tensa, contraditória: nos momentos em que o capitalismo está ideologicamente na ofensiva, ele apresenta-se como o campeão da modernidade, como força progressista e revolucionária em sintonia com a juventude; nos momentos em que está na defensiva ideologicamente, a idéia de juventude passa a estar associada a lutas sociais anticapitalistas. Numa escala mundial, podemos afirmar que nas décadas de 1960 e 1970 o capitalismo estava ideologicamente na defensiva, tendo revertido este quadro nas décadas seguintes.

Nas décadas de 1960 e 1970 desenvolveram-se várias práticas sociais alternativas, isto é, grupos sociais, em sua maior parte compostos por jovens, agiram questionando as instituições sociais vigentes (quer de uma perspectiva comportamental, quer de uma perspectiva mais especificamente política). Nesse período deu-se, também, o início do processo de construção da cultura juvenil de consumo. No entanto, a relação entre as identidades sociais alternativas e a cultura juvenil de consumo era substancialmente distinta da existente hoje.

Os grupos sociais alternativos rejeitavam os padrões comportamentais e as visões políticas dos jovens dos anos 1950, isto é, dos jovens "caretas", integrados à sociedade capitalista. Rejeitavam os seus símbolos de status e as mercadorias consumidas por eles: o carro do ano, as roupas sóbrias, os cabelos curtos e bem-penteados, a moradia num bairro de classe média alta, a constituição de famílias monogâmicas, a audição de baladas românticas. Os grupos sociais

alternativos defendiam uma ruptura com os valores dos adultos, adotados pelos jovens “caretas”; lutavam pela existência de uma cultura juvenil própria. Neste sentido, paradoxalmente, criaram as bases para a existência da cultura juvenil de consumo; pois os símbolos da rebeldia juvenil (as motocicletas, as roupas coloridas, os cabelos naturalmente compridos, a vida em comunidade, a audição de grupos de rock and roll) foram apropriados e passaram a ser divulgados pelos meios de comunicação (indústria cultural). Mesmo os intelectuais tidos como gurus dos jovens, como os filósofos Jean-Paul Sartre e Herbert Marcuse, tornaram-se *best sellers*.

No entanto, a apropriação da cultura juvenil rebelde, sua transformação em cultura juvenil de consumo, era um fenômeno social contraditório: mantinha o capitalismo funcionando economicamente, mas divulgava idéias e práticas contrárias à sua existência. A divulgação pela indústria cultural em escala mundial de um grupo musical como os Beatles, incentivou o desenvolvimento da cultura juvenil de consumo (a jovem guarda brasileira, inspiradora do lançamento de produtos para o público jovem foi um exemplo disto); ao mesmo tempo em que servia de estímulo para a contestação social (vários ex-militantes políticos dos anos 1960 no Brasil afirmaram que eram fãs dos Beatles).

Ninguém pode deixar de reconhecer o papel desempenhado pelos meios de comunicação para que os movimentos de contestação (comportamental e política) atingissem uma dimensão mundial. A idéia do poder jovem, do conflito de gerações, da rebeldia juvenil, era divulgada amplamente pelos meios de comunicação em escala mundial. Nas décadas de 1960 e 1970, a juventude era retratada como um grupo social à parte, claramente diferenciado dos demais grupos sociais, e potencialmente ameaçador. Não por acaso, os jovens foram os alvos principais das ações repressivas governamentais, que em alguns casos (Argentina, por exemplo), assumiram a dimensão de um verdadeiro massacre geracional, com a eliminação física de milhares de jovens.

A partir da década de 1980, a relação entre as identidades sociais alternativas e a cultura juvenil de consumo modificou-se. O capitalismo voltou a ser forte ideologicamente. É preciso deixar claro que em muitos casos (inclusive nos países tidos como desenvolvidos e democráticos) a ação repressiva contra os movimentos de contestação (comportamental e política) criou as condições para a “restauração capitalista”. No entanto, nem só de repressão vive o capitalismo. A retomada da supremacia ideológica dos valores capitalistas está vinculada ao processo de reestruturação do aparato produtivo voltado



para a segmentação do mercado. As empresas apropriaram-se da rejeição juvenil do padrão único de comportamento (adultos de classe média) e passaram a vender mercadorias capazes de compor uma multiplicidade de estilos de vida, dependendo da "personalidade" do consumidor.

A cultura juvenil de consumo dos anos 1960 e 1970 transformou-se em culturas juvenis de consumo: não há mais uma imagem única da juventude, associada imediatamente à idéia de rebeldia. Hoje é possível ser jovem, conservador e aberto às novidades dos shopping centers, basta aderir ao estilo de vida de mauricinhos e patricinhas. Mas se você prefere a velha imagem de rebeldia não há problema, o mercado lhe oferece vários estilos de vida: punk, gótico, rapper, metaleiro, funkeiro, neohippie etc.

A existência das culturas juvenis de consumo, aliada à idéia de que todos os consumidores podem ser jovens, neutralizou o caráter contraditório da relação entre a cultura de consumo e as identidades sociais alternativas. Por exemplo, um dos componentes dos movimentos contraculturais dos anos 1960 e 1970 era a valorização da androginia (ambigüidade sexual) entendida como uma rejeição dos papéis sexuais tradicionais (oposição masculino x feminino). Contemporaneamente existe uma série de produtos e serviços oferecidos pelo mercado aos diferentes estilos de vida heterossexuais e homossexuais. Enquanto consumidores, mas apenas nesta condição, os homossexuais (portadores de uma identidade sexual específica) passam a ser considerados como cidadãos. O mesmo vale para outras "minorias", como os negros; como mostra a existência da revista Raça e a divulgação de produtos e serviços voltados para este grupo social. Até mesmo os "militantes da esquerda" são reconhecidos como cidadãos quando consomem suas mercadorias, como os livros de fotos de Sebastião Salgado e as publicações sobre "Che" Guevara.

Num período histórico em que as identidades sociais (inclusive as "alternativas") são construídas a partir do consumo, quando a cultura só é reconhecida quando se transforma em mercadoria (vide os exemplos dos shoppings-culturais), as identidades sociais alternativas são mitos ideológicos, instrumentos para a equiparação entre ser livre, ser jovem e ser consumidor: houve uma ruptura entre a afirmação de uma identidade social alternativa e a ação visando a transformação social de acordo com essa identidade: hoje esta ação não vai muito além do consumo das mercadorias que compõem o estilo de vida "escolhido". Nos anos 1960 e 1970 contraditoriamente consumiam-se manifestações comportamentais e políticas contra a sociedade de

consumo: o consumo fazia parte dos elementos que compunham as identidades sociais alternativas, mas não era o seu componente fundamental.

O capitalismo, portanto, seria uma sociedade que superou as suas contradições? A possibilidade de grupos juvenis rejeitarem as identidades sociais existentes e agirem visando a transformação social não mais existe? Só resta o culto nostálgico dos anos dourados (décadas de 1960 e 1970)? A resposta a todas estas perguntas é não. Conforme argumenta Nestor Canclini (1995), a inclusão da esfera do consumo nas reivindicações dos direitos dos cidadãos (mesmo que ao custo da quase redução da cidadania ao consumo), pode gerar movimentos sociais de questionamento dos critérios organizativos da esfera da produção. E foi exatamente isso o que aconteceu na segunda metade da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. Como mostra a jornalista canadense Naomi Klein (2001), nos países capitalistas dominantes, em especial nos Estados Unidos da América, aconteceu uma série de movimentos de resistência contra a apropriação da cultura jovem pelas estratégias de marketing das grandes corporações globais, e que protestavam, por exemplo, contra a exploração dos trabalhadores dos países do terceiro mundo por empresas de material esportivo e contra a utilização de espaços públicos para a divulgação das marcas das grandes corporações. Esses movimentos, de modo geral compostos por jovens pertencentes a organizações não-governamentais, juntaram-se aos sindicatos de diferentes países em manifestações contra o neoliberalismo, como a que aconteceu em Seattle em novembro de 1999, por ocasião de uma reunião da Organização Mundial do Comércio. No entanto, embora esses movimentos tenham colaborado para a constituição, a partir de janeiro de 2001, do Fórum Social Mundial, eles entraram em refluxo após os atentados de setembro de 2001, quando passaram a ser acusados de cúmplices dos terroristas.

Por outro lado, a possibilidade dos jovens construírem sua identidade social com base na cultura do consumo depende do acesso às mercadorias. Como é do conhecimento de todos, a dificuldade de acesso dos jovens ao mercado de trabalho é cada vez maior, inclusive nos países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista. A recente revolta (novembro de 2005) dos jovens franceses filhos de trabalhadores imigrantes e moradores da periferia das grandes cidades é um sintoma da dificuldade para a concretização do vínculo entre ser jovem e ser consumidor. Nos países do terceiro mundo (capitalismo dependente), a dificuldade para o acesso aos bens de consumo tem



gerado, além do crescimento do envolvimento dos jovens com práticas consideradas criminosas, como o tráfico de drogas, a adesão (ou pelos menos a simpatia) de jovens a movimentos sociais como o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil.

A partir de uma análise global, pode-se afirmar que as lutas sociais desenvolvidas desde a segunda metade da década de 1990, quer nos países capitalistas dominantes, quer nos países capitalistas dominados, e que culminaram na formação do Fórum Social Mundial (uma tentativa de articulação destas diferentes lutas), significaram o início do processo de questionamento da hegemonia neoliberal. Esboça-se a rejeição pelos jovens, e pelos demais grupos e classes sociais, do discurso neoliberal que postula que a responsabilidade pela situação de exclusão do mercado de trabalho e do acesso aos bens de consumo (exclusão, portanto, simultaneamente material e sócio-cultural) é dos próprios indivíduos e não do sistema social. O atual (maio de 2007) fortalecimento do movimento estudantil de defesa da universidade pública e de preservação da autonomia universitária é um exemplo desse questionamento da hegemonia neoliberal.

Mas, o questionamento da hegemonia neoliberal não significou, ainda, o exercício efetivo de uma contra-hegemonia, pois ainda não se deu a construção de uma visão de mundo alternativa. Não houve uma retomada das identidades sociais alternativas, desvinculadas da sua redução ao universo do consumo, e comprometidas na prática com a transformação social. A cultura de consumo por enquanto reina soberana. O lema do Fórum Social Mundial afirma que “Um Outro Mundo É Possível”, mas ainda não se sabe quais seriam as características desse Outro Mundo.

De todo modo, tendo em vista que o neoliberalismo começou a ser questionado, talvez volte a fazer parte da cultura juvenil, e dos movimentos de oposição de modo geral, a indagação proposta por Herbert Marcuse (1973): como é possível o crescimento constante da miséria numa sociedade que desenvolveu recursos tecnológicos capazes de satisfazer as necessidades básicas de toda a população? O próprio Marcuse respondia à indagação, argumentando que a superação desta contradição só pode ocorrer num outro tipo de sociedade, mediante a reorganização do aparato produtivo, voltado não mais para o lucro, mas sim para a satisfação das necessidades reais da população, e a diminuição da jornada de trabalho, para que todos possam trabalhar.

A cultura de consumo não é, provavelmente, uma realidade definitiva, assim como a neutralização das identidades sociais

alternativas. Das contradições da cultura de consumo, das dificuldades crescentes para a sua concretização, podem surgir movimentos juvenis e de outros grupos e classes sociais que novamente coloquem a sociedade capitalista em questão, promovendo uma ruptura com o imaginário neoliberal que afirma que o capitalismo corresponde à natureza humana e que devemos viver para consumir, e não que precisamos consumir para viver.

### Bibliografia

- CANCLINI, N.G. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- COELHO, C.N.P. *Os Movimentos Libertários em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A Transformação Social em Questão*. São Paulo: USP, Departamento de Sociologia, Tese de Doutorado, 1990.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- KLEIN, N. *Sem Logo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Cercas e Janelas: na linha de frente do debate sobre a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SARLO, B. *Cenas da Vida Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- SEOANE, J.; TADDEI, E. (orgs.). *Resistências Mundiais - De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.



## REMEMOREX – UMA REBELDIA NECESSÁRIA

Ary Costa Pinto

Marianna Francisca Martins Monteiro

Foi com enorme satisfação que atendemos ao convite do professor Otávio Luiz Machado, pesquisador da história do movimento estudantil brasileiro, para reeditar, por meio eletrônico, o trabalho *Elementos para uma História da UNE*, publicado pela primeira vez em 1978, através da Edições Guaraná e do DCE- Livre *Alexandre Vanuchi Leme*, da Universidade de São Paulo, trabalho esse que sucessivas gerações de estudantes e pesquisadores denominaram *Memorex*<sup>1</sup>.

Decorridos 30 anos daquela experiência, vimos neste convite a oportunidade de rebater algumas imprecisões que observamos em resenhas antigas e recentes sobre esse trabalho. Entre elas, há algumas de viés nitidamente ideológico, recheadas do pior defeito da história social: o anacronismo. Outras, foram elaboradas por mentes indolentes que sequer leram o texto em questão ou o fizeram com pouca atenção e cujo propósito não parece ser esclarecer, mas sim ocultar ou escamotear fatos.

A rigor, desde que foi publicado, durante a ditadura militar que infelicitava a nação, o trabalho gerou impaciência em correntes antidemocráticas tendo sido, inclusive, objeto de inquérito militar, instaurado em 20 de setembro de 1978 pela Aeronáutica, que determinou pedido de busca dos seus editores (ver fac-símile).

A primeira estultice publicada a respeito apareceu no livro *O que é movimento estudantil* da coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, onde o autor, Antonio Mendes Jr, o saudoso “Paxá”, ao fazer indicações bibliográficas, considera o *Memorex* leitura obrigatória, mas faz a injusta ressalva de que a publicação traz muitos trechos copiados da obra *O Poder Jovem* de José Arthur Poerner, durante muitos anos a mais respeitada sobre o tema. Contudo, nunca apontou qual trecho foi copiado. A bem da verdade, o grupo que elaborou o trabalho pouco escreveu, pois é uma coletânea de documentos, em sua maior parte da própria UNE, que ali aparecem

<sup>1</sup> A publicação tem um título múltiplo: *Apesar de Tudo - UNE REVISTA, Elementos para uma História da UNE* e, finalmente, *Memorex*, nome do remédio cuja embalagem compõe a ilustração da capa.

ordenados cronologicamente, constituindo-se na fase de documentação da pesquisa, sugestivamente intitulada por isso de *Elementos para uma História da UNE*.

Inspirados numa metodologia historiográfica, a maioria senão a totalidade do grupo formado por adolescentes e recém-adolescentes, realizou um mergulho na metodologia da pesquisa a partir de documentos. Pela primeira vez, esses universitários e secundaristas freqüentaram a Biblioteca Mário de Andrade de São Paulo e, depois, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e compreenderam na prática a diferença entre fontes primárias e fontes secundárias numa pesquisa. Pela primeira vez, o estudo da história foi vivenciado por aqueles estudantes como um processo de descoberta e elaboração de fontes documentais e não apenas digestão de trabalhos interpretativos ou de pesquisa realizados por outros. O lema que fizemos questão de estampar nas páginas da publicação – *aprender é produzir* – retratava a nossa opção metodológica, nossa forma de fazer, e apontava para um projeto pedagógico, para uma “paidéia”, próxima de Paulo Freire.

Esse é o aspecto original da realização do *Apesar de Tudo- UNE REVISTA, Elementos para uma História da UNE*, o de ter se constituído como processo educacional, como uma experiência piloto realizada por um grupo de estudantes, em 1978, passível de ser multiplicada em numerosos outros âmbitos. Por traz de uma pedagogia, como se sabe, há sempre uma visão de mundo, uma política, por isso o *Memorex* também foi militância estudantil, definição de posição ideológica e colaboração com a reconstrução dos órgãos nacionais e locais de representação estudantil.

Ligações familiares, escolares, antigos relacionamentos que se reencontraram na USP, todo tipo de circunstância corrobora para o encontro entre essas pessoas numa convivência cheia de inquietações. Longe de terem se conhecido no movimento estudantil, os componentes desse grupo se encontravam num apartamento em São Paulo, onde moravam três dos editores de *Memorex*. Tinham, eventualmente, alguma experiência no movimento secundarista e no movimento estudantil universitário, mas jamais haviam militado juntos. A equipe de *Memorex* revelava maiores afinidades com as fileiras da contra-cultura, do Rock and Roll que, às vezes unia mais que o movimento estudantil. Havia também um claro posicionamento desses jovens contra a ditadura militar. A consciência política do grupo era bem elaborada e definia-se com clareza pela luta contra a ditadura, percebendo o movimento estudantil como uma vanguarda cultural, artística, filosófica e científica. Atribuía, além disso, ao conhecimento



da história a potencialidade de lançar as bases de um entendimento político a partir do qual as forças sociais poderiam construir sólidas e representativas organizações.

Pensávamos nesse âmbito alargado dos grandes rumos políticos, mas constituíamos apenas um grupo de amigos, conhecidos, cidadãos pensantes, reunidos num apartamento. Se analisarmos as origens familiares desse grupo vamos encontrar uma presença significativa de filhos de ex-militantes comunistas. Não era por acaso! A originalidade e especificidade de *Memorex* se dá nessa tensão entre a militância política tradicional e a militância contra-cultural. Dentro da contra-cultura, convém ressaltar que os elementos mais velhos do grupo tinham um envolvimento significativo com a imprensa alternativa: *Bondinho*, *EX*, *Revista Versus*, *Jornal Nós Mulheres*; com a militância feminista e com a ala mais contra-cultural do Teatro Oficina. Entre os secundaristas do grupo, Arnaldo editava uma publicação de poesias e textos, *A Mais*, que circulava no Colégio Equipe. Essas foram referências importantes na definição e escolha da linguagem do *Memorex*.

A Edições Guaraná constituía o que hoje chamamos de uma equipe multidisciplinar voltada para o resgate da tradição editorial e gráfica do movimento estudantil. Era a tradição iniciada pelo artista gráfico Rogério Duarte, por Ferreira Gullar e Arnaldo Jabor na revista *Movimento* da UNE, no início dos anos 60, que nos interessava resgatar. Em grande parte porque avaliávamos como muito tímida a imprensa estudantil que se praticava e procurávamos romper com essa timidez, como pode ser observado nos “slogans” ou palavras de ordem que adotamos e que podem ser vistas na publicação: “*Edições Guaraná, contra o mofo e a timidez*”; “*Experimentar não esclerosar*”, entre outras.

A não apreensão do caráter experimental da publicação *Apesar de Tudo - UNE REVISTA*, leva alguns pesquisadores a escrever sandices, como foi o caso de Angélica Muller, em comunicação científica apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História ANPUH<sup>2</sup>, que contém as reflexões de um capítulo de sua tese integralmente dedicado à análise de *Memorex*. Nessa comunicação, a historiadora afirma que grande parte dos textos do *Memorex* não trazem referências

<sup>2</sup> Angélica Müller. “Os Usos Políticos do Passado: A Construção da História da União Nacional dos Estudantes na sua Reconstrução (1976-1979)” In *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - 2007*, Associação Nacional de História - ANPUH, <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ang%20E9lica%20M%20Fcller.pdf>. Acessado em 12/09/2007.

de origem, ou autoria, reclama da falta de informação sobre os editores de *Memorex*.

A autora parece estar bem preocupada com os usos políticos da história e até mesmo surpresa com o impulso dos conhecimentos teóricos, mas pouco se pergunta a respeito do “mistério” do expediente de *Memorex* e parece não se dar conta das inúmeras referências que acompanham a maior parte da documentação publicada.

Um pesquisador atento não deixaria de visualizar o expediente da publicação, na página referente aos anos 61/62, gestão Aldo Arantes, onde se lê: “EXPEDIENTE: *Apesar de Tudo* - UNE REVISTA, uma realização conjunta de Edições Guaraná e DCE - Livre *Alexandre Vanuchi Leme*, listando em seguida, por ordem alfabética, seus treze editores sem estabelecer qualquer hierarquia entre eles. Revela, assim, que assumíamos a autoria da publicação, mas tínhamos prudência frente aos rigores com que o regime militar tratava os estudantes, jornalistas, artistas e intelectuais.

Esse mesmo pesquisador, se estivesse interessado em esclarecer quem era o grupo que assinava o trabalho, por meio da internet, logo teria em mãos o telefone de alguém e, rapidamente, chegaria aos sobreviventes, que poderiam explicar muita coisa e talvez responder algumas de suas perguntas. Ficaria sabendo que o Arnaldo que aparece sem sobrenome é o Antunes, nosso querido poeta. Talvez o pesquisador também se comprazesse em saber que o artista que tanto admiramos, Nuno Ramos, também se matava no “past up”, além de digitar e revisar textos.

O interessante é que nenhum deles se tornou político ou mesmo aprofundou sua relação com o movimento estudantil. O caráter progressista e político da produção artística e intelectual de muitos dos elementos do grupo em fase posterior só confirma, no entanto, o ponto inicial do grupo que nos anos 70 se reuniu em torno de uma militância fora dos parâmetros da esquerda tradicional, interessado na renovação das linguagens artísticas, sem jamais abandonar o viés político. Esse viés político, ao ser alimentado, expressava a recusa em separar a grande política, do partido, do Estado, dos órgãos nacionais, da pequena política contra-cultural do quarteirão, dos comitês, dos cine-clubes, dos teatros de periferia, da imprensa nanica, da literatura de mimeógrafo.

Depois de concebido e diagramado *Memorex*, passamos a buscar apoio para sua impressão. Acreditávamos, que o nosso caráter de grupo independente e o sentido de coletânea de documentos que conferimos



humildemente a nossa obra, haveria de facilitar a obtenção desse apoio e de algum recurso financeiro. Como a publicação estava pronta circulávamos a fotocópia de um “boneco” já paginado e tentávamos convencer a diretoria do DCE, dos centros acadêmicos a apoiar a edição de *Memorex*.

Definitivamente, o *Memorex* não foi gestado no interior do DCE de Alexandre Vanuchi Leme. Na capa da publicação, credita-se com clareza o DCE e a *Edições Guaraná*, no meio da publicação aparece o crédito horizontal da *Edição Guaraná*. A análise desses dois dados deveria no mínimo suscitar algumas questões: Quem é o sujeito da enunciação? O que seria *Edições Guaraná*. Por que haveria o DCE de trabalhar com a *Edições Guaraná*?

Aspecto importante em qualquer análise de discurso é a definição do sujeito da enunciação. E nesse item Angélica Müller cochila. Para ela esse sujeito é o DCE da USP, ignora solenemente a *Edições Guaraná*, os autores do trabalho. Talvez, seja hoje difícil acreditar que o Brasil já tenha sido governado por forças que não hesitavam em recorrer à truculência para impedir que a juventude brasileira pudesse investigar, descrever e analisar seu passado. E, no entanto, essas forças existem e hoje se apresentam com novos simulacros e astúcias, mas com o mesmo objetivo: impedir que a nossa juventude tenha acesso ao seu passado e possa escolher livremente o que lembrar e preservar.

Nos anos 70, na Universidade São Paulo, ao lado das intensas atividades políticas, existiam muitas articulações com propósitos artísticos e culturais como os grupos de teatro da Politécnica, da Faculdade de História, da Ciências Sociais, como o jornal mural *A Ponte*, a revista *Balão* e ainda grupos que se reuniam por interesse em fotografia, música, cinema. Nem sempre seus membros estavam diretamente envolvidos com as atividades políticas. Tal era o caso da *Edições Guaraná* que reuniu estudantes de História, das Comunicações, das Ciências Sociais, além de secundaristas e vestibulandos.

Cabe ainda reafirmar que não tínhamos o perfil do estudante militante. Éramos jovens democratas interessados no fim do regime militar, cuja intolerância nos impedia de exercer os mais banais direitos civis. É importante lembrar que naquele momento os movimentos culturais juvenis mostravam grande vitalidade com um grande número de iniciativas, como as da poesia de mimeógrafo, entre outras do chamado movimento *underground*. É no contexto desta rebeldia juvenil, coletiva e universitária que a *Edições Guaraná* precisa ser entendida. Nesse sentido, o fato de eventualmente algum de seus

membros ter ou não copiado trechos de *O Poder Jovem* não tem qualquer relevância. O mais importante foi que conseguimos reunir um grupo de jovens de diferentes faixas etárias para analisar um tema espinhoso e realizar um produto que um vasto grupo social estava desejando.

Com “grande perspicácia”, a mesma historiadora observa que as páginas da publicação não são numeradas. De fato, não há numeração de página no *Memorex*. Tivemos, na ocasião, um entendimento que os anos da cronologia seriam suficiente para estabelecer seqüência e localização, até porque, se não nos falha a memória, não havia mais números em nosso estoque de “letra set”, e muito menos fôlego financeiro para adquiri-las. De fato, a ignorância a respeito das condições e o contexto em que foi produzido o *Memorex*, acarreta uma série de avaliações equivocadas.

Angélica Muller, em sua comunicação, também afirma que a publicação é de 1979 quando é, de fato, de 1978. Essa imprecisão na datação faz grande diferença na apreensão da conjuntura em que o trabalho veio à luz. Em 1978, a ditadura ainda agia com muita truculência, sem falar que a Edições Guaraná se adiantara em relação aos dirigentes estudantis na iniciativa de elaborar uma história da UNE. Para completar, Müller reivindica para si o estabelecimento da data da criação da UNE em 1938, parecendo não perceber que o *Memorex* estampa em letras garrafais: “1938 - O Segundo Congresso. A separação da CEB dos estudantes ou a formação da verdadeira UNE.”

A elaboração da revista *Apesar de Tudo - UNE REVISTA (Memorex)* acolhia e incentivava a colaboração de todos e isto trouxe como consequência uma variação de aprofundamento em cada período pesquisado. Entretanto, é preciso registrar que a maior dificuldade estava em encontrar a documentação e, sobretudo, mexer com um tema tabu, já que não é possível ignorar que a UNE colocava-se, desde as primeiras horas, como uma das principais adversárias do regime. Nosso desafio era olhar para o passado e construir formas participativas de resgate e interpretação. Só nos interessava produzir pesquisa que refletisse aquele momento de interesse coletivo pela UNE.

Já havíamos dado grandes passos na obtenção de documentos e depoimentos quando foi criada a Comissão Pró UNE, que entre outras resoluções decidiu que era necessário elaborar um histórico da entidade que se pretendia reorganizar. Nós da *Edições Guaraná* acreditávamos poder contribuir para a UNE e para o movimento estudantil divulgando uma sistemática de trabalho, uma metodologia que em si propiciava a mobilização, a conscientização e a organização



dos estudantes: propúnhamos que o *Memorex* se tornasse brinde de recepção de calouros, acompanhado de eventos, discussões palestras... tratava-se de criar com a publicação um instrumento de mobilização.

O que se concretizou foi uma fecunda parceria entre a Edições Guaraná e o DCE que fez a compra antecipada de parte da tiragem, viabilizando o custeio da impressão e dos fotolitos da publicação. Até então havíamos trabalhado por conta própria, financiando os gastos com a pesquisa, a composição de textos, o material da arte final etc. A diretoria do DCE da USP que tinha conhecimento de que estávamos trabalhando nessa pesquisa procurou-nos com o propósito de fazermos essa parceria. Quando apresentamos as artes finais eles aprovaram e prontamente foram enviadas para a gráfica. Em poucos dias a revista entrou em circulação e em menos de dois meses sua tiragem de 10 000 exemplares havia se esgotado. Os estudantes exibiam grande carinho e orgulho por aquela realização. Entretanto, os órgãos de segurança entraram em ação para impedir sua circulação. Felizmente, a rapidez de sua distribuição frustrou qualquer efeito neste sentido.

O período compreendido entre o Congresso de Ibiúna e 1978 não foi objeto de nossa pesquisa, em parte porque não nos encontrávamos muito afastados dele. E também porque a ação dos dirigentes da UNE na dura condição de clandestinidade impedia que se produzissem muitos documentos oficiais escritos e no momento em que realizamos nosso trabalho seria quase impossível tentar resgatá-los.

A contribuição que buscávamos dar era: 1) revelar a institucionalidade da UNE que o regime militar destruiu e isto significava apontar para a existência de um legado documental da entidade; 2) destacar a significativa contribuição cultural que emergiu no interior da entidade ao longo de sua história; 3) mostrar a UNE como ambiente de reflexão dos problemas nacionais; 4) mostrar a entidade como geradora de mobilizações em defesa de projetos de interesse nacional; 5) mostrar a entidade como propulsora de renovações estéticas.

Hoje, depois de constatar que passados tantos anos os estudantes brasileiros continuam a demonstrar grande carinho pelo *Memorex*, *Apesar de Tudo - UNE REVISTA*, não temos dúvida em afirmar, lembrando o grande poeta Paulo Leminski: ...“Valeu ter encharcado a cara de suor. Valeu!”







LEVA PARTE:

1. Para a elaboração de um plano de negócios, é necessário definir o objetivo principal do negócio, a estrutura organizacional, o mercado-alvo, a estratégia de marketing, o plano financeiro e o plano de recursos humanos.



## MOVIMENTO ESTUDANTIL NA ANTIGA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO DA UFOP ENTRE 1964 E 1969<sup>1</sup>

Otávio Luiz Machado

### Introdução: Juventude e movimento Estudantil no debate sociológico

**O**s movimentos estudantis são movimentos de juventude, que buscam intervir em instituições buscando alterar a situação existente, bem como intervir na formação de sujeitos visando à sua participação, envolvimento ou adesão a um ou vários projetos de sociedade. A forma de atuar e de impor questões a serem tratadas também dimensiona o alcance do movimento estudantil.

Utilizamos como referencial ou marco teórico deste estudo a Sociologia da Juventude de Marialice Mencarini Foracchi, levando-se em consideração que sua obra explica a participação do jovem universitário no debate das questões gerais da sociedade e da universidade naquele contexto, assim como retrata a juventude nas sociedades modernas.

No seu principal trabalho, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, a autora ao apresentar os principais resultados de sua tese - uma pesquisa sociológica sobre os estudantes paulistas buscando determinar o significado da ação estudantil na sociedade brasileira -, constatou que a opção por uma carreira profissional tinha uma influência muito forte da família, pois daí que vinha o estímulo para a busca de garantia da posição social a ser conquistada ou mesmo a aquisição de melhores condições para preservá-la. O movimento estudantil é analisado a partir das deficiências da formação universitária, que se transforma numa força radicalizadora crucial (FORACCHI, 1972, p. 12).

O estudante é percebido como responsável pela transitoriedade das camadas médias, sendo o responsável pela manutenção ou ascensão social de seu grupo familiar. Foracchi ao buscar analisar os processos de transição para a vida adulta, o estudante como categoria

---

<sup>1</sup> O presente texto traz alguns resultados de três projetos que tiveram minha coordenação: *Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP*, *A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto: entre o desenvolvimentismo e o radicalismo (1956 e 1969)* e *Corrente Revolucionária de Minas Gerais*.

social e o significado dos movimentos juvenis no mundo contemporâneo não se descarta da relação estabelecida entre as dimensões do presente e do futuro que marcam as trajetórias dos estudantes, onde o curso universitário torna-se um divisor de águas.

No presente texto, buscaremos analisar como mostrar a trajetória de um grupo de estudantes de uma instituição de ensino superior envolvido na construção de uma luta estudantil tinha como finalidade a melhoria do ensino. Algumas questões foram formuladas inicialmente: a) Quais tônicas permeavam o discurso estudantil? b) Como o golpe militar de 1964 tentou impedir a participação dos estudantes na transformação da sociedade brasileira?

### A herança dos movimentos estudantis dos anos 1960 em Ouro Preto

A entidade estudantil que mais teve peso político na história do movimento estudantil da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi o Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM). Criado em 1931, teve sua primeira reunião em 1º de novembro de 1932. O DAEM realizou inúmeras atividades ao longo da sua história. Criou, em 1936, a Revista da Escola de Minas (existente até hoje), que é uma publicação técnico-científica na área de Engenharia, cuja comissão inicial foi composta de Jardel Borges, Raymundo Campos Machado, Walter José Von Gruger e Amancio Lemos Figueiredo.

O DAEM também esteve envolvido na organização do Restaurante da Escola de Minas (REMOP), criado em 1959, e cujos fundadores foram Francisco Carlos Pinheiro Faro, Euler G. Apolinário, Aziz Assi, Sérgio Bastos de Azevedo e Wilson S. R. Branco.

Para José Murilo de Carvalho

*Desde a década de 1940, é provável que os alunos tenham sido o elemento mais dinâmico [da Escola de Minas de Ouro Preto]. A eles está afeta a publicação da Revista da Escola de Minas, hoje o único veículo de divulgação dos trabalhos científicos produzidos na Escola. Deles também foi a iniciativa de criar a SICEG, já mencionada, que até hoje mantém suas atividades" (CARVALHO, 1978, p. 143).*

No trabalho do Professor José Murilo, que é a única obra acadêmica publicada sobre a História da Escola de Minas de Ouro Preto, ainda considerou que "após 1940, as atas da Congregação estão cheias de reclamações de alunos com relação à excessiva rigidez didática de professores, indo a greves e pedidos de afastamento de alguns" (*idem*).



Um dos primeiros documentos que ilustrou o clima de insatisfação dos estudantes é datado de 19 de maio de 1949 (ofício n.º 074-49/50), que foi encaminhado pelo Presidente do DAEM (Olimpio Nairia Brandão) ao Diretor da EMOP (Fleury da Rocha):

*"O ambiente estudantil de Ouro Preto vive, de um lustre a esta data, revolto, inquieto, num verdadeiro clima de insatisfação. Primeiro, houve a eclosão do movimento grevista de 1945. Não teve, como é comum em movimentos desta natureza, causa próxima de real grandeza. Foi mais o epílogo de um surto de descontentamento pelo que havia de antiquado em nossos meios pedagógicos, no que se referia a material, métodos e meios de ensinar".*

A partir dos anos 1950 e 1960, quando as lutas específicas dos estudantes ficaram mais próximas das suas lutas políticas, o movimento estudantil pôde avançar ainda mais como um ator social importante no debate sobre o ensino superior, a formulação de um ideário sobre a carreira do engenheiro, a constituição de novas relações sociais no interior de uma instituição de ensino superior e a construção de uma articulação entre Universidade e Sociedade.

A presença do movimento estudantil na questão da reforma universitária foi fundamental, sobretudo para denunciar o estado de subdesenvolvimento brasileiro e a pouca contribuição das instituições de ensino superior para a superação de tal quadro. O documento "A Situação Atual da Escola de Minas de Ouro Prêto" (25 de abril de 1962), que foi produzido durante a gestão do DAEM composta por Marcelo Guimarães de Mello, Luiz Fernando Duarte, Carlos Alberto Piacenza, Geovani dos S. Carvalho e Nuri Andraus Gassani, traçou com uma riqueza de detalhes o debate entre a relação educação e sociedade na ótica estudantil:

*"Não pode a E.M.O.P manter-se à parte do panorama Nacional, pois ela é parte integrante, e talvez fundamental, da infra-estrutura econômica que está sendo organizada e que deverá estabilizar-se no Brasil, afim de que este possa superar seu atual estado de subdesenvolvimento com a formação de uma indústria pesada que sirva de base para a total emancipação econômica de nosso país não podendo a Escola deixar de reconhecer essas imposições e passar a formar técnicos realmente capacitados a enfrentar com a realidade esse estado de coisas".*

Também foi importante a atividade cultural produzida pelo DAEM nos anos 1960. Foi o caso do chamado Teatro da Escola de Minas que, para Osmar Alves de Oliveira Junior (Kelé), produziu peças

*"O Festival de Inverno era uma coisa mágica, diferente. Vinham professores dos quatro cantos do mundo, para, durante o mês de Julho, ministrarem os cursos daquelas turmas maravilhosas, desenhando ao ar livre, tocando um instrumento, naquele clima natural de Ouro Preto da época, com seu "fog" constante em meio às esculturas, dividindo a praça e suas ruas com as pessoas e seus cobertores. Era um clima bem diferente daquele que a gente vivia durante o ano escolar. Por isso os festivais de inverno eram tão concorridos e maravilhosos durante um certo tempo. Uma coisa mágica mesmo. Nunca vou esquecer." (Depoimento de José Freitas Mucci - Tunai - a Otavio Luiz Machado).*

Além de um ambiente cultural produtivo, também é fundamental ressaltar que o ambiente universitário de Ouro Preto (no período estudado) gravitava entre as suas duas escolas superiores: a Escola de Minas e a Escola de Farmácia. E havia um forte distanciamento dos estudantes entre si, assim como de ambos com a própria cidade. Ainda se vivia a elitização do ensino superior, e a discriminação entre as carreiras profissionais era um dos seus principais reflexos. Para Maculan:

*"Uma coisa eu achei no meu tempo é que havia um preconceito nosso [dos alunos da Escola de Minas] contra a Escola de Farmácia. A gente achava que era um outro nível de escola, e não tinha o mesmo nível dos engenheiros. (...) Lá não se falava fácil com eles, não freqüentava os mesmos Centros Acadêmicos e as repúblicas não eram as mesmas(...). Uma coisa que eu sempre achei é que faltou grandeza na Escola de Minas neste sentido. Sinceramente eu digo que é uma coisa que o estudante já vem com essa influência: "engenheiro é uma coisa, farmácia é outra coisa" (Depoimento de Nelson Maculan Filho a Otávio Luiz Machado).*

Havia ainda uma certa prevenção na ocupação das repúblicas estudantis, pois os estudantes de Farmácia não podia morar em repúblicas de estudantes de Engenharia e vice-versa (Seria bom ressaltar que tal divisão perdura em algumas poucas repúblicas de Ouro Preto ainda hoje). Por isso, havia pouca integração dos estudantes diante da supremacia de um curso sobre o outro. Com relação à população ouro-pretana o abismo era ainda maior:

*"No meu tempo essa era minha visão. Eu era muito crítico em relação aos meus colegas, como o pessoal que xingava a noite. Haviam estudantes que abriam a janela e dizia um monte de palavrão. E achava isso lindo. E acordava todo mundo. Eu acho que era falta de*



teatrais que buscavam chamar os estudantes para a realidade brasileira a partir do espaço escolar.

Além de atividades culturais organizadas pelos estudantes, a presença do Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA) na cidade de Ouro Preto, cujo líder espiritual foi o Padre Mendes Barros, foi um espaço encontrado por muitas lideranças estudantis para uma formação extracurricular. Para Victoria Barros, o GLTA era “como um lugar de convergência de todas as pessoas que vislumbraram e discutiam uma saída para a situação sócio-política-econômica que era vivida naquele momento” (Depoimento de Marco Antonio Victoria Barros a Otavio Luiz Machado). Para outro participante e um dos criadores do Jornal *A Voz do GLTA*, havia uma forte ligação dos membros do GLTA com o líder católico inspirador do Grêmio, Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde. Ele acreditava no processo de mudança social com força do debate de idéias e das palavras (Depoimento de João Pignataro a Otávio Luiz Machado).

Embora sendo um grêmio literário, o GLTA despertou seus membros para uma atuação política efetiva:

*“Por se tratar da principal entidade civil e cultural da cidade, com sede e importante biblioteca, o GLTA atraía uma juventude interessada na formação intelectual e artística. Embora sem finalidade política explícita, as atividades do GLTA despertavam naturalmente a consciência sócio-política e dali saíram as principais lideranças do movimento estudantil local, antes e depois do golpe militar de 64. Por isso, o GLTA passou a ser estigmatizado como ‘antro de comunistas’, na expressão da época” (Depoimento de Arnaldo Drummond a Otavio Luiz Machado).*

Em 1967, Ouro Preto passou a vivenciar o Festival de Inverno (criado pela Universidade Federal de Minas Gerais), que cumpriu um importante papel em termos culturais e estéticos para todo tipo de movimento que ocorria no país. Um dos artistas e professores que esteve presente em praticamente todos os festivais, Jarbas Juarez, afirmou que Ouro Preto “se tornou o foco da cultura brasileira” (Depoimento de Jarbas Juarez a Otavio Luiz Machado), o que vai de encontro com a opinião de outro depoente, que afirmou ser o Festival de Inverno de Ouro Preto “o movimento cultural mais importante do Brasil no século passado” em termos de atividade extensionista de uma universidade (Depoimento de Maurilio Torres a Otavio Luiz Machado a Otavio Luiz Machado). Para Tunai, que foi estudante de Engenharia em Ouro Preto durante os primeiros festivais,

*respeito com as pessoas da cidade. Por mais moleque que seja, tem hora que é preciso deixar a molecagem dentro da república. E as pessoas nem sabem que é molecagem. Acha que é agressão mesmo. Roubar galinha eu também achava que quando era de rico, ainda bem. Mas quando era de gente que precisava aí era complicado (...) São os limites das brincadeiras que eu acho que deve ter um certo limite, também (...) Era triste, porque você fazia as festas e esse pessoal não podia entrar. Você não deixava nem esse pessoal entrar nas festas de Ouro Preto, das repúblicas etc. Tinha o pessoal que tinha dinheiro e não gostava. É interessante a reação nossa à cidade de Ouro Preto" (Idem).*

Após o golpe de 1964, o ambiente universitário ficou completamente dividido entre os estudantes de "direita" e os de "esquerda", que inclusive rivalizavam nas repúblicas de estudantes e nas disputas por cargos nos órgãos estudantis.

#### O Movimento Estudantil em Ouro Preto entre 1964 e 1969

O Brasil vivenciou uma forte tensão política a partir da renúncia de Jânio Quadros, em 1961. A política brasileira ficou marcada com aquele episódio, inclusive com o impedimento da posse de João Goulart (Jango) por forças militares. Em 1964, porém, nos momentos próximos ao golpe tais fatos puderam ser percebidos com os desdobramentos do Comício de 13 de março, que sinalizou a existência de um golpe em marcha há algum tempo e que dificilmente poderia ser interrompido. Associado à inexistência de uma resistência pelos militantes de esquerda, que ficou confirmada em seguida, entre 31 de março e 1º de abril de 1964, o golpe militar pôde ser constatado com a movimentação das primeiras tropas em Minas Gerais. O Presidente João Goulart deixava o poder e se exilava no Uruguai.

A pequena cidade de Ouro Preto foi marcada desde os primeiros dias do golpe com uma série de pichações e brigas entre estudantes, bem como das primeiras prisões políticas. O delegado da cidade, que estava devidamente munido de uma lista dos "subversivos" rascunhada por setores conservadores ou reacionários de Ouro Preto, iniciou nos três primeiros dias – com a ajuda de milícias civis armadas – diversas prisões de estudantes, políticos, operários e tantos outros que foram considerados "perigosos". Algumas prisões ocorreram dentro das repúblicas estudantis.

A bipolarização dos estudantes entre "comunistas" e "reaça" ficou mais clara após o golpe. Para Marcio Pereira, que foi preso em



1964), nos informou como as prisões foram realizadas: "começaram a ir na casa de um a um, fizeram uma milícia e os direitistas se apresentavam nestas milícias (armadas) como 'voluntários'" ( depoimento de Marcio Pereira a Otavio Luiz Machado).

A cassação dos Diretórios Acadêmicos foi outra inevitável consequência. Enquanto os líderes do movimento civil-militar consolidavam o golpe, também estavam sendo tomadas medidas para barrar qualquer reação. A destituição de todos os órgãos estudantis em Minas Gerais foi uma ordem do comandante do quartel-general do ID/4, o general Carlos Luiz Guedes:

*"Como imperativo do Movimento Revolucionário em curso, há necessidade de renovação total nos Diretórios Acadêmicos, a fim de que seus Associados possam decidir democraticamente sobre o destino de suas Agremiações. Tendo em vista a infiltração comunista constatada nas mesmas, ficam, a partir deste momento, dissolvidas tôdas as diretorias de Diretórios Acadêmicos das Escolas Superiores do Estado de Minas Gerais, da União Colegial de Minas Gerais e suas filiadas" (ofício de 14 de abril de 1964).*

Os militantes estudantis que haviam sido presos em Ouro Preto nos primeiros dias do golpe começaram a ser soltos após as comemorações do dia 21 de abril de 1964. O Presidente Castelo Branco foi homenageado pelo Governador Magalhães Pinto em solenidade na Praça Tiradentes quando das comemorações cívicas em memória a Tiradentes e aos demais inconfidentes.

Mas os inquéritos de crimes contra a segurança nacional já estavam em curso, bem como os inquéritos internos da EMOP. O "Relatório de Crimes Contra a Segurança Nacional" de Ouro Preto - elaborado e concluído meses depois - foi um documento fundamental para compreender a situação. Coordenado pelo delegado da cidade, Sebastião Lucas, na apuração de possíveis crimes contra a segurança nacional foram indiciados políticos, estudantes, professores, metalúrgicos e comerciários.

São os principais indiciados que destacamos abaixo:

- 1) Políticos: Benedito Gonçalves Xavier, Antônio Cardoso Roriz, Sebastião Francisco (Maria Preta), Julio Armando Fuertes, Kirki Geronimo e Aderilho Fernandes (todos vereadores);
- 2) Professores: Oswaldo Magalhães Dias e Antonio Pimenta;
- 3) Estudantes: Nuri Andraus Gassani, Antônio Carlos Moraes Sarmiento, Eduardo Teles de Barros (Amazonas), Ney de Almeida, Wagner Geraldo da Silva, Márcio Antônio Pereira,

Rômulo Freire Pessoa, José de Paula Vasconcelos, Frank Ulrich Helmuth Falkenhein, Osamu Takanohasi, Haroldo Pereira da Silva, Jacques Herskovic, Nelson Maculan Filho, Sergio Antonio Pretti Maculan e Ivan Antônio de Tássis

Das testemunhas que prestaram depoimentos acusatórios contra os indiciados circularam as seguintes categorias: 1) Comerciantes: 02; 2) Professores: 01; Engenheiros: 01; Estudantes: 04; Ferroviários: 01.

Dos relatórios selecionamos alguns trechos dos depoimentos das "testemunhas" (considerados "dedo-duros") com opiniões sobre as atividades políticas de algumas lideranças estudantis presas e indiciadas entre abril e junho de 1964:

a) "[...] é elemento que sempre declarou ser comunista, constando em comentários, sem nenhuma prova, que teria ele um transmissor e que em certa época alguém da cidade teria ouvido o mesmo ([...], pelo rádio falando em linguagem que tinha a aparência de algum código que não chegara a ser decifrado" (Relatório de Crimes Contra a Segurança Nacional).

b) "O depoente auxiliou varias prisões, como voluntário (...) que [...] era doutrinador comunista, constando mesmo que tinha contactos diretos com o Kremlim, em Moscou, de onde recebia instruções" (*idem*).

Porém, o que foi mais interessante nos relatórios são as conclusões que os seus autores chegaram sobre a revolta estudantil de Ouro Preto, que não concordamos:

*"Ao procedermos as presentes investigações no meio dos estudantes de Ouro Preto, verificamos que as condições de vida miserável que levam os estudantes da antiga Capital de Minas, suas dificuldades de aquisição de livros, caríssimos, levam-nos muitas vezes a adquirir livros de procedência russa, fornecidos a preços irrisórios. O desconforto numa cidade em que o preço das utilidades andam á beira da morte, de tão caros, podem levar aqueles estudantes a um estado de revolta, que os fazem esquecer de Deus e guiarem-se ao materialismo pagão" (Relatório de crimes contra a segurança nacional, Ouro Preto, 1964).*

O acerto de contas entre os estudantes foi inevitável quando se passou os primeiros momentos do golpe. Muitos estudantes presos em abril de 1964 estavam se formando. Alguns ficaram mais tempo para concluir o curso em decorrência da prisão e do atraso nas matérias. Nas



primeiras reuniões dos estudantes o debate sobre os desdobramentos do golpe foram evidenciados:

*"E teve uma reunião do Diretório em que eles não podiam mais ser chamados de colegas, mas se "senhores". E houve na assembléia o pessoal de direita que nos defendeu, porque não gostavam deste tipo de negócio. E: "fulano, fulano e fulano não são mais colegas, e sim, senhores". Deve ter sido em maio ou em agosto de 64" (Depoimento de Nelson Maculan Filho a Otavio Luiz Machado).*

Muitas testemunhas nos inquéritos de 1964 sofreram discriminações dos colegas em seguida:

*"Alguns poucos daqueles que eram ligados a esse pessoal dedo-duro nas repúblicas começaram a ser discriminados por uma maioria que foi formada após o golpe militar e de antipatia àquela situação. Muitas daqueles que eram de direita, manifestadamente da direita e que não tinham participado do golpe nem de formação de nenhum bloco que apoiasse o movimento militar, ficaram de certa forma contrários ao que nos foi feito como prisões, acusações e não sei o que (Antônio Carlos de Moraes Sarmento a Otavio Luiz Machado).*

A reorganização do movimento estudantil em Ouro Preto começou a ocorrer em 1965. Sob o comando de Hécio Pereira Fortes – que posteriormente seria assassinado pela repressão – o PCB foi devidamente consolidado em Ouro Preto. O mesmo mantinha uma ligação muito produtiva com o núcleo regional de Minas Gerais, que por sua vez estava com a liderança de Mário Alves. Tal grupo foi importante para a reorganização das entidades estudantis em Minas Gerais.

O DAEM na gestão de 1965<sup>2</sup> teve poucas condições de atuar, pois além da ameaça de intervenção, o seu funcionamento dependia de ajustes de estatutos e da devida aprovação das autoridades acadêmicas.

Mas o movimento estudantil foi reconquistando um pouco mais a sua força em 1966. A UEE de Minas Gerais, em ofício, convocou todas as entidades estudantis para as suas eleições que ocorreriam durante o XX Congresso Estadual dos Estudantes Mineiros. E com palavra de ordem contra a Lei Suplicy: "Temos hoje força bastante para reafirmar nossa denúncia à Lei Suplicy, instrumento atentatório à livre

<sup>1</sup> O Diretório 1965-66 foi composto pelos seguintes membros: Presidente: Cleverson Cabral; Vice-Presidente: Ivan Antônio de Tassis; 1º Secretário: Benoni Torres; 2º Secretário: Jacques Herskovic; Tesoureiro: Rogério Vasques Benezath.

organização dos estudantes. Força que provém dos próprios estudantes e de sua consciência democrática, que não aceita as imposições ministeriais” (Ofício de 15 de maio de 1966).

Em Ouro Preto, também, nas comemorações do 21 de abril de 1966, os estudantes e militantes puderam também realizar protestos na solenidade. Houve ali um espaço para contestação aberta contra o Governo militar, embora também estivesse todo o aparato militar aguardando para reprimir. Assim, os estudantes deram uma importante demonstração de indignação, conforme o depoimento de Nilmário Miranda:

*“O 21 de abril de 1966 ficou na história. Costa e Silva era Ministro da Guerra e veio até Ouro Preto. E foi realizada uma manifestação, onde vários estudantes em muitos ônibus vieram dispostos inclusive a ser presos, conseguiram surpreender e saíram daqui sem serem presos. Ai teve uma assembléia no DCE da Gonçalves Dias em Belo Horizonte com o povo que chegou de Ouro Preto. E dali ocorreu uma arrancada para uma chapa da UEE/MG (União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais) muito combativa, que é muito vinculada ao 21 de abril de Ouro Preto. Ali também era um lugar de manifestação que fazia o Governo Militar. Sempre fez manifestações de apoio à ditadura utilizando o 21 de abril. Portanto, os estudantes se mobilizavam para protestar no 21 de abril” (Depoimento de Nilmário Miranda a Otávio Luiz Machado).*

Ainda durante o ano de 1966 Minas Gerais contribuiria para o movimento estudantil brasileiro ao presidir o 28º Congresso Nacional de Estudantes da UNE que, mesmo oficialmente proibido pelo regime militar, funcionou com o apoio dos órgãos estudantis. A UNE realizava suas reuniões e eleições clandestinamente. O Congresso foi realizado num convento.

Para Poerner (1979, p. 274), o principal resultado do Congresso da UNE em Minas Gerais foi o lançamento de uma palavra de ordem contrária à política educacional do Governo e contra o próprio Governo, que desencadearia em setembro de 1966 nos protestos nas ruas de diversas cidades brasileiras, tanto contra a cobrança das anuidades, como contra atentado às liberdades democráticas expressos na repressão policial.



O DAEM em sua gestão 1966/67, que foi assumido por Jacques Herskovic<sup>3</sup> em agosto de 1966, alinhou-se com os movimentos estudantis que estavam atuando em Minas Gerais. Quando a UNE organizou em 22 de setembro de 1966 o movimento que ficou conhecido como o Dia Nacional da Luta contra a Ditadura, também em Ouro Preto ocorreu vários atos contra a ditadura militar.

Em Belo Horizonte, o período foi marcado pelo cerco aos estudantes no prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas (UFMG). Segundo um dos “entrincheirados”, “colocamos as carteiras de todo o prédio, que tem mais de vinte andares bloqueando todos os acessos até o quarto andar ou quinto da Faculdade de Direito. E nos preparamos para a eventualidade de uma invasão, que seria respondida com uma resistência dos estudantes” (Depoimento de João Batista dos Mares Guia a Otávio Luiz Machado). A utilização de tais espaços universitários em situação de aquartelamento e de mobilização através de estados de greve nos prédios das faculdades foi cunhada por um dos presidentes do DCE da UFMG (Jorge Batista) como “grevilhas”, que seria uma mistura de greve com guerrilha.

No DAEM presidido por Lincoln Ramos Viana (1967/68)<sup>4</sup>, cuja atuação pôde ser mais efetiva, também foi dado mais alguns passos para se sair das amarras das intervenções. E ao mesmo tempo permitir que o movimento estudantil local estivesse mais sintonizado com os movimentos regionais e nacionais que já estavam reorganizados.

Para Ramos, além da mudança da tradicional vida estudantil foram importantes para a mobilização dos estudantes as palestras de formação política “onde se mostrava a realidade política do país e a necessidade de participação política em nosso meio estudantil” (Depoimento de Lincoln Ramos Viana a Otávio Luiz Machado). Por exemplo, no trote de 1967, ao invés de desfiles, os debates e o envolvimento dos calouros com leituras foram as atividades encontradas pelas lideranças para aumentar a participação dos estudantes no Diretório Acadêmico. Tal mudança contribuiu para o aumento da relação do DAEM com o conjunto dos estudantes, pois

<sup>3</sup> O Diretório 1966-67 foi composto pelos seguintes membros: Presidente: Jacques Herskovic; Vice-Presidente: Mário Rosa; 1º Secretário: Athaulpa Valença Padilha; 2º Secretário: Marcio Moreira; 3º Secretário: Tanísio Benedito de Araújo; Tesoureiro: Fernandes Pires de Azambuja.

<sup>4</sup> O Diretório 1967-68 foi composto pelos seguintes membros: Presidente: Lincoln Ramos Viana; Vice-Presidente: Athaulpa Valença Padilha; 1º Secretário: Serafim Carvalho Melo; 2º Secretário: Benedito França Barreto; 3º Secretário: Douglas Senju Morishita; Tesoureiro: Cesar Epitácio Maia.

cumpriu seu objetivo ao conseguir “angariar a simpatia dos calouros” (Depoimento de Paulo Pavaneli a Otavio Luiz Machado).

Outra conquista do DAEM nesse mesmo ano foi a cessão de recursos da EMOP para a aquisição de mais casas para repúblicas, que ocorreu após a pressão dos estudantes acampados por vários dias na Praça Tiradentes. A justificativa do Diretório para o movimento foi o seguinte: “temos diversas repúblicas com ameaça de despêjo; temos colegas morando em verdadeiros padieiros sem a mínima condição de higiene; temos conhecimento da admissão dos novos colegas de 68” (Boletim do Diretório Acadêmico nº 4, novembro de 1967).

Também foi importante a mudança editorial do jornal *O Martelo*, que pertencia ao DAEM, ao passar a publicar trechos de citações de obras políticas consideradas “subversivas”. Foi o caso de obras Mao Tse-Tung, conforme depoimento de um dos responsáveis pelo jornal:

*“Eu era também responsável pela edição do jornal do Diretório, O Martelo. E aí teve a grande primeira confusão (em relação ao jornal). Eu vinha para o Rio e rodava o jornal na Gráfica do Jornal do Commercio. E eu fiz duas edições. E foi a segunda que deu um problema mais grave, porque foram publicadas citações de Mao Tse-Tung do livrinho Vermelho, que não estava publicado no Brasil. E todo mundo queria ter aquele jornal, porque não estava ainda publicado no Brasil. E fiz uma anterior, que era sobre a Guerra do Vietnam, se eu não me engano. Enfim, uma outra edição também sobre a OLA (Organização Latino-Americana de Solidariedade), que era uma referência a Cuba” (MAIA, 2003).*

E foi manifestada a gravidade da situação pelas autoridades escolares. Um exemplo foi o ofício enviado pelo Diretor da Escola de Minas, Professor Rômulo Soares Fonseca, ao Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Minas, que informava o seguinte:

*“Como deve ser do conhecimento de V. S<sup>a</sup>, circulou, há dias, nos meios estudantis nesta cidade, uma publicação, denominada “O MARTELO” de cunho nitidamente político-partidário. Tal publicação traz, em primeira página e sob o título, as expressões: “Um órgão do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto”. Ao D.A., de que V.S<sup>a</sup> é Presidente, é vedada qualquer ação político-partidária como prescreve seu próprio regimento (Artigo 3º, parágrafo único) e também a Lei” (ofício datado de 26 de agosto de 1967).*

O período de 1967/68 foi marcado por um forte movimento estudantil secundarista em Ouro Preto. A UCO (União Colegial Ouro-



Britana), que era um dos pontos desta atuação estudantil em Ouro Preto, integrava-se aos demais movimentos sociais da cidade, pois a entidade contava com a liderança de Marco Antônio Victoria Barros (Play). Além de mudar a postura que a UCO tinha desde 1964, ainda contribuiu na realização de atividades políticas e culturais da cidade, como um evento cultural em 1967 que contou com debates, painéis e peças de teatro que discutia o movimento estudantil, o acordo MEC-UNSAID, o golpe de 64, a violência do regime e a conjuntura internacional. O evento contou a presença do DCE da UFMG, da UEE e da UBES. Para Pádua, que atuava na entidade, a UCO "era uma entidade que tinha um razoável peso. E era a única entidade estudantil na época aqui e congregava todos os estudantes do Colégio Arquidiocesano, estudantes da Escola Normal e do antigo Colégio Padre Lobo" (Depoimento de Antônio de Pádua a Otávio Luiz Machado).

Em Ouro Preto, o trabalho que de alguma forma uniu estudantes e operários foi a série de panfletagens no bairro Saramenha, pois ali estava instalada a filial da empresa multinacional Alcan (Alumínios Canadenses S.A.). Tal atividade permitiu uma grande aproximação entre o movimento estudantil e o movimento dos trabalhadores.

Ainda em 1967, na União Estadual de Estudantes (UEE) de Minas Gerais, quando houve um trabalho efetivo após a "eleição" clandestina de uma diretoria de esquerda, a presença dos principais representantes dos grupos políticos<sup>5</sup> que militavam nas universidades mineiras unificou algumas bandeiras que os diversos setores do movimento estudantil defenderiam em conjunto. Foi "um dos raros momentos em que houve unidade das diferentes organizações revolucionárias que atuavam no movimento estudantil" (Depoimento de João Batista dos Mares Guia a Otávio Luiz Machado). Tal unidade não durou muito, porque na prática a entidade se desdobrou em duas UEEs: "uma UEE oficial, que passou a ser liderada por mim; e uma UEE paralela, que na prática não funcionou, porque não teve credibilidade e não teve repercussão" (*Idem*).

<sup>5</sup> Assumiram a Diretoria da UEE/MG basicamente os seguintes membros, com as seguintes representações: Doralina Rodrigues (Aliança Popular - AP); Raimundo Mendes (Aliança Popular - AP); Cesar Maia (Corrente Revolucionária de Minas Gerais); Sônia Lima (Corrente Revolucionária de Minas Gerais); João Batista dos Mares Guia (Comandos de Libertação Nacional - Colina).

No DAEM presidido por Serafim Melo<sup>6</sup>, a criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi uma das principais preocupações dos estudantes:

*"... trabalhamos muito no DAEM para criação da UFOP, com diversas audiências com os Ministros de Educação da época, em Brasília e no Rio de Janeiro. Queríamos abrir mais vagas e mais cursos para os estudantes brasileiros. A Universidade era a alternativa. Entretanto tínhamos contrários na própria Escola que achava que a UFOP viria descaracterizar as tradições da EMOP. Realmente isto poderia ocorrer e acho que ocorreu. Mas e daí? Seria válido mantermos um "clá" cheio de privilégios em detrimento de uma maioria sedenta de escola superior de qualidade em nome de uma tradição?" (Depoimento de Serafim Carvalho Melo a Otávio Luiz Machado).*

O movimento estudantil crescia tanto em participação como em ousadia. Numa das atividades de preparação do Congresso de Ibiúna, que ocorreu em outubro de 23 de julho de 1968 e foi repleta de apreensões, o estudante oriundo de Ouro Preto (Cesar Maia) foi preso portando boletins que convocavam os estudantes para o XXX Congresso da UNE. E foi defendido pelo jurista Sobral Pinto. Em um dos documentos enviados ao Tribunal Superior Militar, o jurista alegou o seguinte: "Cesar Epitácio Maia convocava o povo, não para subverter a ordem pública nem para levantar-se contra o Governo federal, estadual ou municipal, mas para apoiar a realização do 30º Congresso dos Estudantes" (SOBRAL PINTO, 1977, p. 106).

Em 13 de dezembro de 1968, o Governo decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Tal decreto permitia a cessão de amplos poderes ao Executivo, suspensão de direitos políticos, recesso do Congresso Nacional e a suspensão de ampla defesa com o fim do habeas-corpus.

Após o AI-5, em Ouro Preto, o Decreto-Lei 477 começou a fazer os primeiros enquadramentos. No final de 1969, Pedro Carlos Garcia Costa e Lincoln Ramos Viana foram desligados da Escola de Minas de Ouro Preto por meio de portaria assinada pelo Diretor da Escola de Minas da época, Professor Antônio Pinheiro Filho. Sobre o desligamento, Pedro Garcia analisou como a medida foi além:

*"Até mesmo a forma de agir da direção da universidade foi extremamente maldosa e capciosa, porque ela me suspendeu em*

<sup>6</sup> Gestão do DAEM 1968-69: Presidente: Serafim Carvalho Melo; Vice-Presidente: Fidêncio Maciel de Freitas; 1º Secretário: Reginaldo Pires Rodrigues; 2º Secretário: Pedro Maciel Tavares; 3º Secretário: Romeu Delaroli; Tesoureiro: Maurício José Danese.



*novembro e deixou para editar a portaria em março. Ou seja, neste caso ela me prejudicaria como me prejudicou por mais um semestre ainda no ano de 1973, porque me impediu naquele semestre já que eu não poderia me matricular para o primeiro semestre de 1973. Então na realidade foi uma suspensão de três anos que corresponderam a quatro anos da minha vida como elemento de perda e de afastamento com a Escola de Minas de Ouro Preto, porque eu não pude mais atuar e seguir nesta área" (Depoimento de Pedro Carlos Garcia da Costa a Otávio Luiz Machado).*

Ainda em 1969, o Diretório, em busca de soluções para os problemas de ensino existentes na Escola de Minas, enviou um relatório (datado de 27 de novembro de 1969) a todos os ex-alunos associados à Associação dos Antigos Alunos, cuja tônica foi a seguinte:

*"[trata-se de uma] análise que, embora com lacunas, foi feita com inteira honestidade e visando unicamente dar subsídios para solução dos graves problemas que vêm prejudicando o bom funcionamento da Escola e, conseqüentemente, o almejado preparo técnico-profissional de seus alunos", com a certeza "de que o senhor tomará uma posição de defesa da Escola".*

O DAEM ao apresentar um documento em forma de síntese afirmando uma "situação crítica, fruto da rotina, indiferença e inoperância de administrações que se sucedem cometendo os mesmos erros", também apontava a inexistência de programas de pesquisa na Escola. Criticaram a Congregação, que contava com a presença de apenas 08 professores freqüentes de um total de 15, mas que centralizava "todas as decisões e carecendo inteiramente de qualquer iniciativa. As suas reuniões sob o ponto de vista das tão necessárias inovações, são, pois, inteiramente inoperantes". Quanto ao corpo docente relataram o seguinte: "lamentável a precária atual situação financeira do corpo docente que se dedica exclusivamente ao ensino. O seu salário é quase irrisório. (...) Há visto que, só neste ano, já abandonaram a Escola 11 professores, e outros tencionam a fazê-lo".

As conseqüências da situação crítica do ensino da Escola de Minas naquele período, conforme documento do DAEM, também visava esclarecer que, devido a falhas profundas na estrutura da Escola de Minas, o alto índice de reprovação era inevitável. O DAEM exemplificou com o seguinte número: apenas 48 estudantes estariam concluindo o curso dos 128 alunos que entraram em 1965. Também houve um elevado número de transferências e descontentamento com tantas

outras questões em relação à EMOP no período, conforme o documento estudantil.

Em 1969, o movimento estudantil da Escola de Minas da UFOP ainda teve condições de promover um debate sobre a melhoria do ensino e a implantação da UFOP, pois na gestão do DAEM presidida por José de Lourdes Motta<sup>7</sup>, a questão da reforma universitária estava na ordem do dia e foi debatida pelos estudantes da forma como foi possível num regime ditatorial.

### Considerações finais

O golpe militar de 1964 provocou a interrupção da efervescência vivida pelos estudantes universitários até então. Além do fechamento de entidades estudantis, a prisão dos principais líderes estudantis nos primeiros dias do golpe, as universidades conviveram a partir daí com inúmeros IPMs (Inquéritos Policiais Militares) buscando averiguar possíveis crimes contra a "segurança nacional".

Ao encerrarmos o texto, cremos ser possível concordar com um depoimento sobre o movimento estudantil de Ouro Preto: "Pouco se fala dele, mas ele foi crucial na resistência estudantil à ditadura, na reestruturação do PCB em Minas após o golpe, na formação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais e da ALN, na constituição de um núcleo sindical politizado em Contagem e, finalmente, na estruturação da luta armada que se opôs à tirania" (Depoimento de Ricardo Apgauá a Otávio Luiz Machado).

O movimento estudantil no período indicado estava sem condições de ver atendidas suas reivindicações mínimas pelo Governo, nem pelas diretorias das faculdades e reitorias. Por outro lado, o crescimento vertiginoso do mercado de trabalho não era acompanhado do debate de novas propostas de formação profissional.

Sem condições de dar respostas aos problemas universitários, impedidos de debater o país e tendo-se iniciado um processo de desvalorização do diploma universitário, haja vista que o número de profissionais formados superava a demanda do mercado de trabalho, o movimento estudantil viu-se diante de uma contradição: foi autor de

---

<sup>7</sup> A Gestão do DAEM de 1969/70 foi a seguinte: Presidente: José de Lourdes R. Motta; Vice-Presidente: Paulo César Pavanelli Moura; 1º Secretário: José César Caiafa Junior; 2º Secretário: Cláudio Ribeiro de Lacerda; 3º Secretário: José Vandir Nunes; Tesoureiro: José Thomaz Gama da Silva.



um projeto de reforma universitária mas foi rejeitado quando o governo resolveu fazê-la.

O que se pode concluir é que, na luta pela transformação da sociedade brasileira, as pautas específicas do movimento estudantil estiveram fortemente focadas na reforma do ensino e na questão da formação profissional no final dos anos 1950, e a partir daí passaram a estar mais associadas com uma luta política a medida que o compromisso com as reivindicações estudantis acabou por abranger a sociedade como um todo, porque adquiriu dimensão social a vinculação do jovem universitário ao processo de consolidação e expansão da ordem competitiva, levando-se em consideração que a juventude universitária que tinha a universidade como a última etapa preparatória para a entrada no mundo adulto, também a tinha como canal de ascensão social.

#### Documentos Consultados ou indicados para pesquisas

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 477, 26 de fevereiro de 1969.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - DOPS. *Termo de perguntas ao indiciado Cesar Epitácio Maia*. 1968.

\_\_\_\_\_. *Solicitações ao Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto*. Vários. 1967 a 1969.

DIRETÓRIO ACADÊMICO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. *Atas de posse das Diretorias*. 30 de agosto de 1973 a 1998.

\_\_\_\_\_. *Atas das sessões ordinárias e Extraordinárias das Assembléias Gerais*. 24 de abril de 1954 a 20 de maio de 1965.

\_\_\_\_\_. *Atas das reuniões de Diretoria*. 26 de maio 1958 a 9 de junho de 1962.

\_\_\_\_\_. *Atas das reuniões do Conselho de Representantes dos alunos da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil*. 15 de maio de 1957 a 26 de outubro de 1962.

\_\_\_\_\_. *Boletins diversos*. Várias datas.

\_\_\_\_\_. *Relatório síntese da atual situação da Escola de Minas de Ouro Preto*, de acordo com a Comissão eleita pela Assembléia Geral do Diretório Acadêmico, assinada em 27 de novembro de 1969.

\_\_\_\_\_. *Ofícios diversos*. Várias datas.

- \_\_\_\_. *Ofícios. Pasta "Entendimentos com o Corpo Discente 1931-1946"*.
- \_\_\_\_. *Ofícios. Pasta "Entendimentos com a Diretoria da Escola, Conselho Técnico Administrativo Congregação da Escola" de 1931-1946, Primeiro Volume.*
- \_\_\_\_. *Ofícios. Pasta Correspondência com entidades estudantis (Casa do Estudante do Brasil, Diretórios Acadêmicos, etc) 1931-1946 Primeiro Volume.*
- DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - DOPS. Relatório de Crimes Contra a Segurança Nacional. Ouro Preto, 21 de julho de 1964. DVS - 033.
- ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. *Atas da Congregação*. Diversas sessões. Várias datas.
- \_\_\_\_. *Ofícios diversos*. Várias datas.
- \_\_\_\_. Portaria nº 54. Desligamento dos estudantes Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa. 17 de novembro de 1969.
- \_\_\_\_. *Atas de 1973 a 2000.*
- UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES/MG. *Ofícios diversos*. Várias datas.

## Bibliografia

### Livros e Artigos

- BOMENY, Helena. "A reforma universitária de 1968 25 anos depois". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 51-65, outubro de 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), 1978.
- DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas: 1938-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade 'modernizada' à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- \_\_\_\_. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- \_\_\_\_. *A Participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4ª ed. revista. São Paulo: Moraes, 1980.



- BORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRUPPO, Luís Antônio. *Uma Onda Mundial de Revoltas. Movimentos estudantis nos anos 1960*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000. (Tese de Doutorado).
- IAHII, Octavio. "O jovem radical". In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude I, da Europa de Marx à América Latina de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 225-242, 1968.
- LAPASSADE, Georges. "Os rebeldes sem causa". In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude III, a vida coletiva juvenil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 113-123, 1968.
- MACHADO, Otávio Luiz. (org.) *Repúblicas de Ouro Preto e Mariana: trajetórias e importância*. Recife: Proenge, 2007.
- \_\_\_\_\_. "As repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, p. 197-199, outubro de 2003.
- \_\_\_\_\_. "O Festival de Inverno e os Arquivos do DOPS". In: *Estado de Minas*, Belo Horizonte-MG, 2002.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. "Antônio Carlos Bicalho Lana: a trajetória de um guerrilheiro". In: KUSHNIR, Beatriz. *Perfis Cruzados: trajetória e militância política no Brasil*, Rio de Janeiro, Imago Editora, p. 87-105, 2002.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem - história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *O poder jovem - história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. Ilustrada, revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Lições de Liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Editora da Universidade Católica de Minas Gerais, 1977.
- VALITUTTI, S. "Uma revolução juvenil". In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude III, a vida coletiva juvenil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 125-129, 1968.
- VELASCO E CRUZ. *Movimento estudantil e crise na política brasileira*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

## MOVIMENTO ESTUDANTIL NA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS: O “FAZER-SE” DO CEUE

Bruna Sirtori  
Rafael Farias de Menezes  
Renata Dal Sasso Freitas

**R**ecebemos o convite para escrever um capítulo para essa coletânea, destacando os *Movimentos de Engenharia nas Escolas de Engenharia do Rio Grande do Sul*. Essa proposta nos suscitou duas questões, já esboçadas em um trabalho anterior (Sirtori, Querotti; Menezes; Freitas, 2003). A primeira dizia respeito à localização da(s) instituição(s) que formavam os engenheiros do Rio Grande do Sul. A Escola de Engenharia foi a primeira instituição de formação de engenheiros em solo gaúcho, fundada em 10 de agosto de 1896, por sugestão do então presidente de província Júlio de Castilhos, por engenheiros militares de Porto Alegre, com a presença de um civil. O Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue<sup>1</sup>) daquela que viria a ser a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem como data inicial o registro em ata de 8 de julho de 1903. Com isso, o que temos como objeto de estudo neste texto não é a organização estudantil de futuros engenheiros pelo Rio Grande do Sul afora, mas sim a mobilização de estudantes de engenharia oriundos de distintas paragens do Rio Grande do Sul que se encontraram na Escola de Engenharia (que viria a formar, em 1934, juntamente com a Faculdade de Medicina e a de Direito, a Universidade de Porto Alegre, futura UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]) e nela formaram-se e construíram suas mobilizações.

A segunda questão, por sua vez, é mais simples de ser colocada, porém mais complexa em seus desdobramentos: o que era/é o movimento estudantil?

A história do Ceue ao longo de seus 100 anos iniciais, conforme veremos adiante, pode ser categorizada em quatro tempos a partir dos critérios de qualidade do material documental e identidade histórica comum a cada um deles: *formação* (desde as primeiras concepções até a década de 1930); *consolidação* (fins da década de 1930 a fins dos anos 1950); *clássico* (período militar); e *tempos modernos* (da redemocratização

<sup>1</sup> Embora saibamos que C.E.U.E. é uma sigla, utilizaremos a forma de Ceue doravante, por razões estilísticas.



até hoje). Se buscarmos algo que unifique esses distintos períodos, o que encontramos é o zelo pelos interesses de seus alunos. Entretanto, ao longo de um século, os alunos mudam, os interesses transformam-se, as conjunturas se modificam.

O movimento estudantil que denominamos aqui de *clássico* – por ser aquele que nos vêm à mente ao ouvirmos essas duas palavras –, um movimento combativo e combatido, de mobilizações discentes engajadas na política e espancadas pelo Estado, é historicamente datado. Ele ganha força e visibilidade, e dessa forma passa a ser entendido, a partir dos governos militares em nosso país. Antes disso, no Ceue, os estudantes reuniam-se para discutir outros assuntos: uma viagem ao Uruguai, no ano de 1922; o Baile anual e a escolha da “Namoradina do Ceue”, na década de 1950, quando muitas famílias porto-alegrenses levavam suas filhas que já haviam debutado para o evento, para apresentá-las aos elegantes e futuramente bem-sucedidos engenheiros; os campeonatos de xadrez e futebol, dos anos 1940-1950.

A aparente apatia política dos estudantes de engenharia de outrora aos nossos olhos contemporâneos, não passa de um anacronismo de nosso olhar. É preciso perguntar-se quem eram os estudantes de engenharia naquele período e em que conjuntura política viviam. A educação superior naquele período era acessível apenas a uma minoria de jovens filhos das camadas mais abastadas da população e o número de calouros que entravam a cada ano era inexpressivo se comparados com aqueles que temos atualmente. Diante de um corpo discente reduzido, as relações entre seus integrantes eram distintas daquelas que temos quando a sociedade urbana e a universidade sofrem uma espécie de *boom* demográfico. Por outro lado, a política ainda era um espaço restrito a umas poucas pessoas aos olhos e corações de quem vivia naquela época. Práticas políticas coronelistas, sociedade eminentemente rural, baixa escolaridade e baixa disseminação dos meios de comunicação faziam com que a política fosse um campo de atuação dos políticos e seus correligionários, cabendo ao restante da população comparecer às urnas no dia da eleição e nada mais.

Diante deste cenário, a agremiação dos estudantes da Escola de Engenharia no Rio Grande do Sul, cumpria o seu papel de defender os interesses de seus alunos, sem que estes passassem por mobilizações e protestos políticos. Para se ter uma idéia mais clara do que falamos aqui, nas décadas iniciais da história do Ceue, era vetada em estatuto a utilização do centro acadêmico para a veiculação de discussões políticas e religiosas.

Com o passar dos anos, ampliaram-se as vagas dos cursos universitários, a zona urbana cresceu em detrimento da rural e, assim, os estudantes que passaram a ingressar na Escola de Engenharia eram outros, tinham experiências distintas daqueles que os precederam e seus interesses também eram diferentes. Assim, o movimento estudantil organizado por estes novos alunos tinha outro rosto, mas não deixava de ocupar-se da mesma finalidade: satisfazer os interesses daqueles que representava, os estudantes da Escola de Engenharia da UFRGS.

Após essa breve exposição de nossa problemática de pesquisa, cabe apresentar ao leitor o formato de nosso texto. Na parte que segue trataremos de questões mais factuais, da história propriamente dita, da agremiação que congregou os alunos da Escola de Engenharia da UFRGS no último século. Na parte final, por sua vez, buscaremos retomar a reflexão mais teórica esboçada acima; para tanto, discutiremos a necessidade de historicizar não apenas as ações de nossos estudantes, mas também os conceitos que utilizamos para falar deles. Como as páginas deste ensaio são finitas, nos deteremos na reflexão acerca do conceito de *movimento estudantil*.

O Ceue é uma das mais antigas entidades estudantis do Brasil. De acordo com as fontes mais remotas das quais tivemos acesso, ele foi reorganizado<sup>2</sup> em 1903. Isso indica que houve um movimento anterior, embora não tenhamos maiores detalhes sobre a provável organização original.

Desde as etapas mais iniciais da pesquisa, como o levantamento documental<sup>3</sup>, nos deparamos com o seguinte desafio: como poderíamos organizar a história de cem anos de uma instituição tão diversificada em seus integrantes e tão ampla em seus fins?

No decorrer da pesquisa começamos a juntar os cacos do passado e elaborar uma periodização da história do Ceue. Num primeiro momento foi ventilada a hipótese de articular o todo histórico do grêmio em torno de uma periodização "dinástica". Em outras palavras, mostrar o desenrolar do centro acadêmico através da seqüência das várias gestões ao longo do tempo.

<sup>2</sup> Na primeira ata consta que "os alunos da Escola de Engenharia resolveram a reorganização do 'Gremio dos Estudantes de Engenharia'" (grifo nosso) (Sirtori; Querotti; Menezes; Freitas, 2003, p. 34).

<sup>3</sup> O corpo documental do Ceue se encontrava até 2003 na própria sede do centro acadêmico, com precárias condições de conservação. Após a nossa pesquisa, o acervo foi passado ao Museu da UFRGS, onde se encontra hoje em processo de catalogação e à espera de pesquisadores.



Vimos que trabalho seria desnecessário para se entender a dinâmica histórica. Como já exposto anteriormente, a nossa opção de ter como um fio condutor de análise o desenvolvimento da idéia de movimento estudantil ao longo do tempo é mais rica em possibilidade de análise sem gerar no desenvolver da história do Ceue anacronismos ou delimitações. Com isso a periodização desta trajetória foi a de quatro grandes blocos de tempo (da “formação” aos “tempos modernos”) que nos servem de guia e não camisa de força para compreender a dinâmica daqueles engenheiros.

É importante destacar que tal cronologia não deve ser entendida como estanque ou definitiva. Nosso objetivo foi apenas criar um parâmetro inicial a fim de servir como ponto de partida para melhor entendermos e analisarmos a idéia de movimento estudantil ao longo do tempo.

A chamada “Formação” abarca dos primórdios até a década de 1930. Apoiamo-nos nas atas das reuniões do centro acadêmico, únicas fontes primárias restantes daquela época – o que demonstra a escassez documental com que nos deparamos.

A partir desta documentação, podemos perceber que a reorganização do centro acadêmico foi liderada pelo estudante, e primeiro presidente, João Moreira de Oliveira Brasileiro. De acordo com as determinações presentes na ata, o objetivo do “grêmio dos estudantes da Escola de Engenharia” no momento era auxiliar o indivíduo enquanto estudante daquela Escola. Uma das demonstrações desta finalidade foi a organização de uma biblioteca para auxiliar no estudo dos alunos. Cabe lembrar que em tal reestruturação há também a vinculação em determinar quem serão os “sócios” da entidade: alunos, ex-alunos e colaboradores (chamados de “beneméritos”).

Apesar da escassez de registros diretos dos estudantes, não podemos ignorar o que significa ser engenheiro à época. No Rio Grande do Sul do início do século XX tal ofício era abarcado pela elite local e sua função estava regulada com os princípios positivistas do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que buscava a formação de um corpo técnico qualificado para o desenvolvimento do estado.

O período da “Consolidação” se estende de fins da década de 1930 até o término dos anos 50. O ponto de início está ligado aos calouros da turma de 1938 responsáveis pela reestruturação de um Ceue que havia sido gradualmente desarticulado. Neste momento podemos perceber a existência de uma concepção, a grosso modo, uniforme de movimento estudantil: um centro que demonstra a união

de um grupo em torno de uma identidade em comum, ser engenheiro e conviver em um mesmo espaço e compartilhar vários interesses em comum (além da biblioteca, programa de rádio, palestras, jogos e bailes).

Cabe lembrar que durante o período da consolidação ocorre a Segunda Guerra Mundial. Apesar de ser um conflito de larga escala, não encontramos indícios de mobilizações e discussões entre os estudantes. Apatia? Desinteresse? Não sabemos com certeza. Todavia, qualquer formulação de hipóteses sobre a participação dos estudantes deve considerar a posição pendular do Brasil frente ao conflito, além do governo ditatorial de Vargas do Estado Novo – época de restrita liberdade de expressão democrática.

O tempo "Clássico" coincide com o período da ditadura cívico-militar no Brasil. Conferimos esta denominação pois tal palavra denota a idéia de padrão, referência. Isto porque a idéia "clássica" de movimento estudantil do período militar é de mobilizações discentes combatidas e combativas. No que tange o trabalho de pesquisa tivemos à disposição maior variedade documental deste momento: panfletos, informativos, jornais, manuscritos, correspondências etc.

No contexto de 1964 houve uma chamada "caça aos subversivos". Até na biblioteca do centro acadêmico as discussões cessam porque há perseguição aos alunos. Por exemplo, o presidente do Ceue, Izaltino Comuzato, foi deposto do cargo em 1964 ao se manifestar contra o novo regime. Logo após, entre 1964 e 1970, houve uma série de rápidas gestões não-oposicionistas ao novo governo.

O fim da inércia só ocorrera em 1970 com a candidatura e conseqüente vitória do grupo liderado por Renato Peixoto Dagnino; momento de um Ceue mais contestatório durante os anos de chumbo. Uma prova disso foram mobilizações como o protesto com relação à morte do ex-estudante de Engenharia Química, Ary Abreu Lima da Rosa, na Base Aérea de Canoas (cidade vizinha a Porto Alegre). Tal postura reivindicatória fez com que professores e estudantes (assim como Dagnino) fossem enquadrados no Decreto-Lei n. 477 – reação governamental de perseguição de "subversivos" nos estabelecimentos de ensino.

Paralelo a estas medidas, a *geração 68* daquele campus viveu na pele a criticada reforma universitária (lei n. 5540/68). Entre outras medidas, a mesma redundou na extinção do sistema de turmas: agora a matrícula seria por disciplina, redundando em uma maior desmobilização estudantil – efeito não-ignorado pelo regime militar.



A instituição Ceue neste momento sofrerá mudanças para se "adaptar" aos novos tempos. Podemos perceber modificações em seu estatuto "propondo-se a agir de acordo com o regime instaurado: palavras de forte significado para o período militar como "civismo", "patriotismo", "moralidade" passam a aparecer (Sirtori; Querotti; Menezes; Freitas, 2003, p. 82). Outro exemplo na mesma linha é a emissão da vinculação do grêmio com a UNE devido ao fato de a mesma ter sido fechada em 1967. Essa foi a forma que a instituição Ceue encontrou para não ser levada também à clandestinidade.

Porém, em inícios da década de 1970, ainda na vigência do "477", houve contestações por parte do centro acadêmico. Elas não se focavam nos atos do novo regime, mas sim sobre as implicações que a reforma universitária incidia sobre a vida acadêmica do aluno de Engenharia. Este foi o espaço sobre o qual os indivíduos que compunham o Ceue no momento canalizaram a sua energia.

Por fim, os "Tempos Modernos" se iniciam no contexto da redemocratização do Estado brasileiro até os dias de hoje. Período pós-ditatorial no qual existe a idéia de resfriamento da mobilização estudantil (cujo último grande momento teria sido o "Fora Collor"), da preocupação individualista da formação de carreiras em uma época de desemprego.

Paradoxalmente, as fontes escritas do período mais recente e conservadas nos arquivos do Ceue eram poucas. Entretanto, as entrevistas com ex-alunos e integrantes do Ceue nos ajudaram a compor um cenário mais recente do momento.

A partir da Lei da Anistia, era uma questão de tempo a saída oficial dos militares do poder. Mobilizações como as "Diretas Já" e a volta de organizações de representação estudantil como a UNE são provas de um ambiente de transição. Assim, o Ceue vive um engajamento mais amplo e expressivo do que durante a década anterior.

Busca-se um estudante "tecnicamente preparado, socialmente engajado e cientificamente crítico" (ibid., p. 93). O pluralismo político se faz presente, principalmente através de membros do Partido dos Trabalhadores, também integrantes do Ceue. Também não podemos esquecer que há participação em movimentos universitários – de greves a contestações de eleições para reitor.

Nos anos 1990, a última grande mobilização foi o "Fora Collor" através do movimento dos caras-pintadas – dando novo ânimo à idéia de movimento estudantil combativo que, como vimos, foi uma tônica

mais presente a partir da redemocratização do que durante os anos da ditadura.

Hoje a realidade do Ceue não difere das incertezas pelas quais passam o movimento estudantil como um todo. Talvez esta visão de incertezas seja oriunda do fato de termos como patamar de referência o movimento estudantil como a idealização "romântica" da luta constante – o que não corrobora com a trajetória do Ceue na última centúria que se dá de um permanente "fazer-se".

A partir da breve reconstituição do que foi abordado em nosso estudo, partimos para uma reflexão acerca do eixo condutor do nosso trabalho, que foi a questão do próprio *movimento estudantil* enquanto conceito operacional em nossa pesquisa. Como exposto anteriormente, o conceito de *movimento estudantil* que hoje conhecemos deve ser compreendido como um conceito datado: ele surge a partir da postura que instituições estudantis, das quais o Ceue é apenas uma, adquirem a partir do período da ditadura militar. Dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, essa tomada de posição por parte dos estudantes, não só do curso de engenharia, mas também de outras unidades de ensino, fizeram com que se tomassem algumas medidas que pautam a mobilização estudantil dentro da universidade até hoje, como por exemplo, o esfacelamento das turmas a partir da matrícula por disciplina, o desmantelamento da Faculdade de Filosofia, que acabou acarretando em uma progressiva divisão de seu diretório acadêmico e a mudança de parte das unidades para um campus afastado do centro da cidade, próximo do município de Viamão. Para o Ceue em especial, conforme pode ser visto pela documentação, o "golpe" mais violento foi a mudança dos currículos operada pela reforma universitária de 1968, que tornou o ensino universitário mais especializado e mais técnico, restringindo a possibilidade de matrícula dos alunos da Escola em disciplinas de outros cursos.

As atitudes tomadas pelos alunos da Escola que compuseram o Ceue do início da década de 1970, que se contrapõe pela primeira vez ao regime instalado pelo golpe de 64, estão dentro do que hoje consideramos a acepção corrente de *movimento estudantil*. Se, ao estudarmos o Ceue, nos focássemos somente neste período, não haveria problemas em trabalhar com a idéia de que tal conceito implica na mobilização de estudantes vinculada não somente aos seus interesses, mas também à política em um espectro mais amplo.

No entanto, aos vasculhar pastas e mais pastas contendo ofícios tanto internos como externos do Centro dos Estudantes Universitários



na Engenharia de Porto Alegre, percebemos como os aspectos que definem o *movimento estudantil* atualmente estiveram na maior parte de sua história ausentes da concepção daqueles estudantes, distantes do que significa agremiar-se em uma instituição representativa de sua categoria. Até 1965 a questão da possibilidade de debate político dentro do Centro ainda era discutida, inclusive com a presença de abaixo-assinados. Disputas em torno dos murais pendurados nas paredes da Escola destinados aos estudantes eram comuns, ou seja, colocava-se em questão se era ou não apropriado que estudantes discutissem política dentro das dependências de sua agremiação. Se essa questão já é relativa para o período em que começa a surgir a noção de *movimento estudantil* que hoje conhecemos, a idéia de um centro de estudantes necessariamente combativo se coloca ainda mais em xeque se observarmos a documentação relativa aos primeiros anos do Centro, como foi relatado acima.

Existe, portanto, a necessidade de se historicizar não apenas o termo *movimento estudantil*, mas também as ações de estudantes ao longo do tempo, desde que começaram a se organizar em instituições que os representariam frente à universidade e a sociedade em geral. Tratar instituições estudantis como sinônimos de combatividade e de organização política requer um cuidado teórico-metodológico, que fez com que nós nos voltássemos para a obra de E. P. Thompson (1987) e sua noção do *fazer-se* da classe operária inglesa. Ao nos depararmos com o Ceue desde o surrado primeiro livro de atas, aberto em 1903, percebemos que a organização daqueles estudantes em torno de um grêmio ou de um centro de estudantes foi se *fazendo e desfazendo* ao longo das décadas, não apenas porque o contexto e os indivíduos mudavam, mas também porque a própria noção do que significava uma agremiação estudantil se transformava ao longo do tempo, até se chegar à concepção vigente hoje em dia.

A documentação relativa ao Ceue, que compreende também documentos de outros centros de estudantes da UFRGS e de outras instituições de ensino no país, está em fase de catalogação. Quando nos caiu a incumbência de escrever um livro contando a história do Ceue, ela estava encerrada em armários dentro do próprio Centro, o que fez com que nós decidíssemos, não só por pensar que todo conhecimento histórico é provisório (Thompson, 1981), mas também por questões práticas, que escreveríamos *uma* história do Ceue. Portanto, o que oferecemos aqui é somente um breve esboço da trajetória dessa instituição, cuja documentação aguarda pesquisadores

em um momento em que abordar a história de estudantes é algo incipiente e pouco considerado na historiografia brasileira.

#### Referências Bibliográficas

SIRTORI, Bruna; QUEROTTI, Carlos Eduardo; MENEZES, Rafael Farias de; FREITAS, Renata Dal Sasso. *Ceue 100 anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



## HOMENAGEM A FERNANDO GASPARIAN

Marcel Mendes

*Há homens que são como as estrelas extintas que, mesmo depois de apagadas, projetam luz através dos espaços por milenários (Alfredo Cecilio Lopes, em 23/out./1927).*

O jornal "O Estado de São Paulo" do dia 08/out./2006, à página A28, noticiou:

*Morreu ontem em São Paulo, aos 76 anos, o editor Fernando Gasparian, controlador e presidente da Editora Paz e Terra. Intelectual de esquerda, foi um dos fundadores, nos anos 70, do semanário Opinião, de resistência à ditadura militar. [...] O jornal Opinião, criado por Gasparian no governo de Ernesto Geisel, circulou semanalmente até 1982. Em 1973, o grupo do Opinião, que tinha como sócios Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Celso Furtado, Dias Gomes, Érico Veríssimo e Fernando Henrique Cardoso, resolveu buscar um novo espaço para publicar ensaios e livros de articulistas de esquerda. Foi então que comprou a Editora Paz e Terra, fundada em 1965 por Ênio Silveira. Nessa mesma época, Gasparian lançou a revista Argumento, criada para debater política, economia, esportes e artes, mas que foi suspensa no quarto número por pressões dos militares. Como editor, Gasparian privilegiou o meio acadêmico e intelectual brasileiro dos anos 1970. Ele editou filosofia, sociologia e ciência política. [...] Mudou-se para São Paulo em 1984, onde foi eleito deputado federal em 1988 pelo PMDB, tornando-se constituinte. [...] Gasparian nunca abandonou o temperamento combativo. Em 2002, resolveu retirar a Paz e Terra da Bienal do Livro, alegando que a mostra perdera o 'foco cultural' e se tornara um grande feirão.*

O que o jornal "O Estado de São Paulo" não informou foi que FERNANDO GASPARIAN, nascido em 27 de janeiro de 1930, era **mackenzista**, dos mais notáveis e dignos. Vindo para o Mackenzie em 1945, graduou-se inicialmente como Eletrotécnico, em 1947, na prestigiada *Escola Técnica Mackenzie*, a primeira a funcionar no Brasil.

Ingressando em seguida, por Concurso Vestibular, na *Escola de Engenharia Mackenzie*, FERNANDO GASPARIAN percorreu todos os degraus necessários à obtenção de dois diplomas: **Engenheiro Civil** (em 1952) e

Engenheiro Eletricista (obtido apenas em 1958, depois de nova Colação de Grau).

Sua passagem pela *Escola de Engenharia Mackenzie* foi marcada por sólida liderança exercida no meio estudantil. Fazendo parte da Diretoria do *Centro Acadêmico Horacio Lane*, elegeu-se Presidente do *CAHL* em 1952, tendo tomado posse no cargo dois dias antes da instalação da *Universidade Mackenzie*. A Escola de Engenharia contava, então, com 820 alunos matriculados.

A liderança e a eloquência de FERNANDO GASPARIAN no contexto estudantil do Mackenzie foram colocadas em evidência em inúmeras oportunidades, algumas muito especiais. Por ocasião da posse do Dr. Peter G. Baker na Presidência do Instituto Mackenzie, em 13 de março de 1952, Gasparian foi o único acadêmico a fazer uso da palavra, em nome de todo o corpo discente. Um mês depois, já presidente do *CAHL*, foi também o único estudante a discursar na solenidade de instalação da *Universidade Mackenzie* e posse do primeiro Reitor, Prof. Henrique Pegado, em 16 de abril de 1952, encontrando-se então presentes altas autoridades e relevantes representações.

Quando da sua formatura, às 21 horas do dia 16 de dezembro de 1952, no Teatro de Cultura Artística, ao lado de 234 colegas engenheiros, FERNANDO GASPARIAN foi o festejado Orador da Turma. Proferiu, naquela ocasião, belíssimo discurso, do qual retiramos alguns tópicos:

*[A Universidade] cultiva-nos e forma-nos. Arregimenta-nos e nos incita. É nela que se nos infiltra ao espírito esse calor de humanismo e de compreensão humana, que há de acompanhar-nos vida em fora, fazendo-nos porosos e flexíveis ao entendimento dos problemas, das angústias e dos desesperos da humanidade [...].*

*Vivemos em uma época em que o egoísmo e a vaidade de alguns homens estão tornando a corrupção, a licenciosidade e a traição à Pátria coisa comum [...].*

*Quiçá não houvesse frase mais balofa e triste para os nossos brãos que a alcunha de País do futuro, em outros termos, País do amanhã, País sem data fixa e sem termo de afirmação, País da espera, País da expectativa. Em verdade, aí estão as nossas potencialidades econômicas, o fervilhar esmagador de nossas riquezas solicitando tão somente o trabalho imediato e urgente para a grande concretização de nossos destinos. [...].*

*Queremos uma Pátria livre e forte, um povo culto e feliz, em que o interesse coletivo sobrepuje a ganância individual, em que o total*



*valha mais que o parcial, em que se respeitem os valores que elevam o homem, ao invés de degradá-lo. [...].*

*Nós outros que tivemos o privilégio de cursar uma escola superior temos mais do que ninguém graves deveres para com a nossa gente. Este reclama nossa dedicação com empenho e instâncias desesperadas. Respondamos a essa proclamação, meus caros colegas e bons amigos. Chegam até esta sala, até este solene momento, de esplendorosa formatura os reclamos do Brasil. É o Brasil quem pede, quem exige, quem impõe. É o Brasil quem aponta ao nosso idealismo de moços e de patriotas os soberbos roteiros do trabalho gigantesco de seu soerguimento econômico e técnico. Trabalhem, pois, infatigavelmente no fervilhar de nossas energias e de nossa vida, pela glória da Pátria, pela grandeza do Brasil.*

Neste momento em que FERNANDO GASPARIAN desaparece do convívio das pessoas de bem deste País, a *Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie* presta a sua homenagem à memória de quem foi um dos mais ilustres de seus ex-alunos, e que se projetou no cenário nacional como personalidade íntegra, inteligente e culta, cuja existência foi toda pautada, coerentemente, por valores e ideais que ele havia abraçado desde a sua juventude.

## VALE A PENA RELER “O POLITÉCNICO”

Adolfo Lemes Gilliot

**P**elos escritos dos politécnicos dos primeiros anos do jornal pode-se avaliar a excelência da formação intelectual predominante naquele grupo de pioneiros na arte de Gutenberg.

O espírito que ali imperava cultivava a cultura, o bem pensar, sempre tentando instaurar inteligibilidade onde só havia dispersão. Sua linha editorial repudiava as ideologias que o mundo comunista disseminava entre os povos – posição cujo acerto a emblemática queda do muro de Berlim veio confirmar. Criticando o materialismo negativista, corrosivo sob todos os aspectos, o Politécnico tinha como objetivo lutar pela democracia e por um mundo livre.

Este ideal, desde o primeiro número do jornal, inspirou os artigos de seus colaboradores. É uma experiência enriquecedora retrazar o percurso deste jornal, que nos mostra nosso passado recente, a luta dos jovens estudantes da rua Três Rios e as preciosas lições que a história trouxe. São repertórios de grande sabedoria, construídos por jovens que souberam enxergar para além das ideologias e escolher a trilha certa.

Aqueles estudantes de Engenharia, que demonstraram uma acurada compreensão da realidade que os cercava, com suas precisas análises de problemas socioeconômicos da época, também davam importância à vida em comunidade. Alguns dos artigos do jornal “O Politécnico” nos reportam às salas de aulas, com episódios pitorescos, com um toque de humor; aos campos de esportes com a vigorosa Pauli-Poli; às conferências, seminários e palestras dos Professores Ignácio Benevides de Rezende, Heraldo Barbuy, Van Acher e Flemínio Fávero, entre outras, promovidas pelo Instituto Cultural Universitário “A Tocha”; e nos fizeram lembrar dos professores-engenheiros de saudosa memória, da pensão de Dona Cidoca; das greves e dos problemas da sociedade naqueles dias do pós Segunda Guerra Mundial.

Estamos hoje em um mundo completamente transformado, com mudanças de paradigmas, de valores e de princípios norteadores. Como não podia deixar de ser, o Grêmio Politécnico – entidade máxima dos alunos da Poli – também foi marcado pelas mudanças. Passou por um período de estigmas desabonadores que redundou na desativação da “Casa do Politécnico”, construída a duras penas por várias gerações. É



com grande emoção, portanto, que revivemos nas páginas do “O Politécnico” – fundado e editado graças a muito desprendimento e sacrifício daqueles pioneiros de mais de sessenta anos atrás – flagrantes da história deste nosso país ao lado da trajetória de uma extraordinária e veneranda ESCOLA, a nossa magistral Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

#### Reminiscências Acadêmicas - 2004

Esses sessenta anos do jornal “O Politécnico” nos oferecem o necessário distanciamento no tempo, para avaliarmos o que o seu primeiro número representou de ousadia e idealismo no meio universitário daquele agitado ano de 1944. O idealizador de “O Politécnico”, então presidente do Instituto Cultural Universitário “A Tocha”, afirmava com rara felicidade: *modéstia à parte, o grupo que acaba de lançar o jornal “O Politécnico” é constituído de idealistas que almejam algo além dos fatos da física, da matemática e da química. Eles querem interpretar a realidade da vida; querem analisar e discutir as várias teorias que espocam a todo instante. No jornal há a livre manifestação de idéias*”. Assim, “O Politécnico”, desde seus primeiros números, falava sobre a crise da cultura na modernidade e oferecia a filosofia do espírito e o humanismo no lugar do materialismo, entre outros temas.

A coleção dos exemplares de “O Politécnico” é testemunha não só do crescimento do prestígio da Poli no ambiente da USP, como também da sua importância como órgão oficial de comunicação do Grêmio Politécnico. Este jornal tem seu merecido lugar na história de muitos alunos, professores e da própria Escola. Era o porta-voz das aspirações e sonhos daquele pequeno grupo que se reunia semanalmente, na sede do Grêmio Politécnico, grupo composto por alunos de entusiasta liberdade, idealistas por excelência, amantes dos temas que dizem respeito ao progresso da humanidade.

“O Politécnico”, exemplo de persistência, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, é merecedor de homenagens, aplausos e admiração, por seu empenho e luta nas nobres causas que marcaram sua época.

No dia 10 de novembro de 1944 – mesma data do sétimo aniversário do golpe ditatorial de Getúlio Vargas, período conhecido como Estado Novo – nasceu o primeiro número do jornal “O Politécnico”.

Coincidência ou não, a verdade é que a guarda pretoriana de Getúlio só permitiu a saída dos exemplares do "O Politécnico" da gráfica depois de seus agentes brutamontes terem lido e relido cada linha das páginas do jornal. Alguns poucos artigos foram suprimidos. Por sorte, os guardas eram de pouca cultura, e por isso deixaram passar quase a totalidade dos artigos. Após alguma conversa, o nosso jornal foi liberado.

Durante esses sessenta e três anos, o jornal "O Politécnico" sempre esteve presente nos acontecimentos universitários. Foi, de fato e com grande mérito, nas décadas de 1940 e 1950, um marco no jornalismo universitário. A partir de 1950 deixei de ter participação ativa no jornal, mas acompanhei a distância seu desenvolvimento. Acredito que o jornal tenha continuado na crista dos acontecimentos universitários, e seja admirado e respeitado como o era em seu momento fundante.

Ao folhear a valiosíssima e comovente coleção de "O Politécnico", constatamos que na qualidade de testemunha e de coadjuvante, o jornal conseguiu, senão escrever ao menos rascunhar boa parte da história da Poli, registrando fatos, muitos deles assaz relevantes. Abriga ele um rico acervo de escritos, depoimentos e fotografias. Sem dúvida é testemunha, sentinela e crítico fiel da história do Grêmio e da Poli.



## A CAMPANHA O PETRÓLEO É NOSSO E A PRESIDÊNCIA DA UNE

Genival Barbosa Guimarães<sup>1</sup>

**A** minha história universitária começa quando eu vim estudar Engenharia no Recife, em 1946. Recife é uma cidade que sempre foi destaque. E não há dúvida quanto ao seu papel de capital cultural do Nordeste, inclusive ao atrair muitos estudantes de outros Estados da região.

O meu ingresso na Escola de Engenharia de Pernambuco foi muito especial, pois no Nordeste havia apenas as escolas de Engenharia de Recife e Salvador. Por isso que muitos dos meus amigos foram estudar em São Paulo, Ouro Preto ou em outros locais.

No mesmo ano do meu ingresso no ensino superior participei do Congresso da UNE no Rio de Janeiro. Naquela ocasião foi eleito José Bonifácio Coutinho Nogueira – que era Presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto em São Paulo –, como Presidente da UNE.

No congresso da UNE do ano seguinte também participamos. Aí eu já conhecia as pessoas dos outros Estados, principalmente do Nordeste. E nós coordenamos a bancada do Nordeste para o apoio conjunto a Roberto Gusmão, que foi então eleito. Foi uma campanha um pouco difícil do ponto de vista eleitoral, mas ele ficou muito agradecido aos pernambucanos, sobretudo pela posição adotada pela bancada de Pernambuco, que nessa época tinha Armando Monteiro Filho na Presidência da União Estadual de Estudantes de Pernambuco (UEP).

A minha eleição com larga margem de votos para a Presidência da UNE (em 1948) foi possível a dois fatores: a tradição de luta dos estudantes em Pernambuco e as nossas participações bem sucedidas nos congressos anteriores da UNE. Havia naquele momento uma inserção dos estudantes na luta pela consolidação da redemocratização do país, assim como uma campanha nacionalista que defendia a campanha O Petróleo é Nosso. E ambas eram as nossas principais bandeiras. Também fui fundador do Centro Pernambucano de Defesa do Petróleo, que era filiado ao Centro Nacional de Defesa do Petróleo. A luta pelo monopólio estatal do petróleo estava sendo travada quando assumi a Presidência da UNE.

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.

0220 A campanha do Petróleo tinha raízes muito fortes não apenas no meio universitário, mas em toda a sociedade. Foi tanta repercussão que a Campanha logo se espalhou em todo país, porque foi feita com muita força, muito ardor e fortemente armada de uma convicção de que o país só se desenvolveria se tivesse também o desenvolvimento de uma indústria importante a partir do petróleo. A grande contribuição da Campanha foi chamar a atenção de um tema de suma importância para o futuro do país, pois o primeiro grupo a se contagiar com a mesma foram os jovens que estavam estudando naquele momento.

A Campanha *O Petróleo é Nosso* era uma campanha monolítica, pois o nosso o pensamento era fechado de tal maneira que ninguém se aventurava a ir lá na praia do Flamengo, 132, no sentido de falar comigo ou com outro diretor da UNE nessa gestão, pois a questão estava consolidada. Portanto, não adiantava qualquer investida pra modificar a posição dos estudantes ou da UNE. Porque aí já entendiam que era uma posição do povo brasileiro.

Um outro aspecto do movimento estudantil que estava se formando naquele período era o debate a partir dos próprios cursos. Era natural que houvesse um movimento estudantil de estudantes de Direito, Engenharia, Medicina ou Arquitetura onde cada qual discutia dentro de suas áreas aqueles aspectos mais ligados ao próprio objetivo desses cursos. Mas nesses debates, os estudantes não deixavam de reservar um tempo para discutir os assuntos nacionais, pois depois de formados como eles iriam trabalhar no Brasil, assim naturalmente havia uma importância ao se preocupar com as questões nacionais.

A visão construída sobre a realidade brasileira que os estudantes iam tendo ao longo de sua vida acadêmica fortalecia sua passagem para a vida profissional. E ao longo do processo de acentuação da politização após a criação da UNE, os estudantes tiveram diversos momentos especiais que fortaleceram a sua própria formação profissional.

Mas depois do incêndio da sede da UNE e sua proibição de atuar em todo o território nacional, creio que as coisas passaram a ser diferentes. Mas a UNE foi recriada por um ato do Governo Sarney. E as coisas não se recriam por um ato governamental, mas da vontade decidida do conjunto dos estudantes.



## A CAMPANHA O PETRÓLEO É NOSSO NO PARANÁ E A PRESENÇA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DE ENGENHARIA

Armando Júlio Bittencourt<sup>1</sup>

**M**eu nome completo é Armando Júlio Bittencourt. Nasci em 26 de agosto de 1925. Iniciei meus estudos no curso de Engenharia Civil na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná (atual UFPR) no período de 1944-48. Também fiz curso de pós-graduação em engenharia sanitária nos EUA na Ohio State University – Columbus-Ohio, entre 1949 e 1950.

Iniciei meu curso de Engenharia no primeiro semestre de 1944 motivado pelos estudos Matemática e Física que tivera no colegial em Ponta Grossa-PR. Fui representante do Diretório Acadêmico junto à União Paranaense de Estudantes (1946-47), bem como Presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia (Gestão 1947-48).

Foi nesse período que vivenciei um período muito importante da história do Brasil, a campanha “O Petróleo é Nosso”, que foi um primeiro passo na conquista da independência econômica. De minha parte foi inspirada pelo meu guru da literatura infantil Monteiro Lobato, especialmente no seu livro “O Poço do Visconde” – em seu movimento pró-exploração nacional dos recursos. Havia, na época, três correntes distintas sobre o sistema de produção e industrialização do petróleo, como relato no meu artigo “Petróleo e Nossa Emancipação Econômica”, publicado no Jornal O Dinâmico do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná (DAEP, outubro de 1947).

A primeira, defendida pelo General Juarez Távora, era favorável à entrega da indústria a empresas de capital misto – nacionais e estrangeiros. A segunda defendia a entrega a capitais exclusivamente nacionais, inclusive do Estado. A terceira, defendida pelo General Horta Barbosa, ex-presidente do Conselho Nacional de Petróleo, pregava que, pela sua importância vital, deveria ser exclusiva do Estado.

O Brasil, durante a 2ª Guerra Mundial, havia enfrentado graves dificuldades econômicas por que lhe negaram o fornecimento de petróleo – produto estratégico. No Paraná todos os diretórios

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.

acadêmicos estavam envolvidos com a Campanha, naquele momento sob a liderança da União Paranaense de Estudantes (UPE) e do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná (DAEP). O Presidente da UPE na época era o estudante de Medicina Oseas de Castro Neves, que teve grande projeção. Na presidência do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, sucedeu-me o colega Diamantino Conrado de Campos, também um grande batalhador da Campanha *O Petróleo é Nosso*.

A Escola de Engenharia – já pelo seu campo profissional, tinha um peso muito grande no meio estudantil nesse tema. Assim, também, as entidades estudantis tiveram peso considerável nas deliberações da Campanha *O Petróleo é Nosso*. Os estudantes de Engenharia tiveram grande participação nos debates sobre outro projeto – que nosso futuro dependia de educação de qualidade e extensiva para todos (o que até hoje não conseguimos). Este foi um dos meus temas na campanha para a presidência do Diretório Acadêmico.

No exercício da presidência encontrei, no novo diretor da Faculdade, o General Plínio Tourinho, as portas abertas para discussão de pontos que julgávamos falhos no ensino, tais como o horário e a duração das provas e das aulas, a necessidade da intensificação do ensino prático por meio de laboratório, oficinas, estágios de aperfeiçoamento técnico, etc. Com o diretor que antecedeu o General Plínio Tourinho e permaneceu no cargo por muitos anos os estudantes não tinham voz ativa.

No debate feito pelo Diretório em termos de mobilização e de busca da participação dos estudantes evitávamos a política sectária. Também realizávamos debates sobre profissões e o futuro profissional com alguma frequência, pois o ambiente da Escola de Engenharia estava naquele momento muito propício para se discutir temas como reforma universitária e problemas brasileiros. Seria correto afirmar que os debates empreendidos pelo movimento estudantil possibilitou melhor formação profissional do estudante, que estava voltado para um projeto de país.

A Universidade do Paraná foi a primeira a ser constituída no Brasil. Existiam, até então, faculdades isoladas. E a de Engenharia, na minha época, contava com muitos mestres considerados dos melhores do Brasil. E muitos rigorosos nos exames. O meu período de estudante também foi marcado por uma conjuntura econômica muito especial. Havia a noção de que o Brasil era um país de enorme potencial para o desenvolvimento, mas que continuava dormindo em berço esplêndido.



## A ESCOLA POLITÉCNICA DA USP, O GRÊMIO POLITÉCNICO E O ITA NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950: BASES PARA O DEBATE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

José Thomaz Senise<sup>1</sup>

### O estudante da Politécnica da USP na década de 1940

**M**inha vivência no ambiente universitário teve início antes mesmo do vestibular para a Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), em 1943, já que em 1941 e 1942 cursei o “pré-politécnico”, anexo à própria Politécnica. (Para quem não sabe, antes da criação do colegial, de três anos, o ginásio tinha cinco séries e a entrada no curso superior era precedida por dois anos de pré-universitário. O “pré-engenharia” podia ser cursado em escolas particulares ou, mediante exame de seleção, em anexo à Politécnica).

Desde cedo me interessei por questões relacionadas com o ensino superior e o ensino da engenharia em particular.

Havia no “pré”, como em qualquer escola, bons e maus professores. Havia entre os alunos os que tinham atitude passiva e os que não se conformavam com a má qualidade de algumas aulas. Participei de um grupo que fez chegar suas queixas à Diretoria da Escola. Coincidência ou não, um dos piores professores foi substituído por outro, competente e dedicado, que logo angariou a simpatia da turma toda. A preocupação pela seriedade, pela qualidade e por outros aspectos positivos do bom ensino, me acompanhou em toda a vida de estudante e mais tarde na carreira docente. Em 1945, ainda aluno do terceiro ano da Poli, distribuí entre os colegas um questionário pedindo a opinião de cada um sobre os professores e as aulas dos dois primeiros anos do curso. Logo percebi como pode haver opiniões divergentes mesmo num grupo pequeno de estudantes. Em 1947, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura, em São Paulo, coube-me representar o Grêmio Politécnico com o trabalho “Reestruturação dos cursos de engenharia”. Apesar de ter sido escrito por um inexperiente engenheiro, de 22 anos de idade, a leitura

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.

desse trabalho pode ser interessante para quem pesquisa os movimentos estudantis, pois mostra quão diferente da de hoje era a postura dos estudantes diante dos problemas da Universidade. Ou, pelo menos, qual era a postura da maioria dos alunos da Politécnica, representados pelo que hoje seria o seu Diretório, o Grêmio Politécnico.

O que chama a atenção é o reconhecimento de suas próprias limitações diante de problemas que deveriam ser resolvidos, ou pelo menos analisados em profundidade, por profissionais, governantes e representantes da sociedade civil, ou seja, por pessoas com maior experiência, com maior conhecimento dos problemas nacionais. Textualmente: “Deplorável o sistema em que os estudantes são compelidos a discutir problemas que fogem às suas atribuições. Isso significa que os órgãos competentes, os responsáveis pelo ensino, aqueles a quem competiria o estudo continuado da situação, de forma tal que não existissem os problemas como os que hoje existem, não souberam, ou não puderam desincumbir-se de sua tarefa”.

Deve-se também notar que naquele mesmo ano de 1947 em que se realizou o X Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), a maioria dos alunos da Poli era contrária a qualquer interferência de partidos políticos na vida acadêmica. Os estudantes poderiam filiar-se a partidos, mas em caráter individual. As entidades representativas, como o Grêmio Politécnico (e a UNE!), deveriam ter caráter apartidário. Minha condição de aluno da Politécnica terminou com a formatura em dezembro de 1947.

### Os cursos de engenharia na década de 1940

Na década de 1940, a industrialização do país engatinhava. A necessidade por engenheiros para a indústria crescia. Os cursos de engenharia voltados para essa necessidade eram poucos e ainda mantinham uma exagerada carga de conteúdo mais indicado para a formação dos engenheiros civis. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941 e o início de operação da usina em 1946, foram marcos na industrialização do país, que em sua época pouco impacto causaram na orientação dos cursos da Politécnica.

A estrutura ultrapassada, caracterizada por cátedras independentes, ocupadas em sua grande maioria por professores com regime de trabalho em tempo parcial, pouco ou nada interessados em mudar o *status quo*, impediu que a Politécnica se adaptasse rapidamente às mudanças que ocorriam no mercado de trabalho dos



engenheiros e pudesse tornar-se berço de uma nova geração de profissionais, capacitados a aceitar os desafios das crescentes inovações introduzidas na indústria brasileira. Em resumo, relembrando o passado na década de 1940, resta-me a impressão que pouco ou nada ocorreu nesse período em termos de mudanças nos cursos de engenharia, ou pelo menos no curso de engenharia mecânica e elétrica da Politécnica, que conheci como aluno. (Nota: a separação das duas habilitações, mecânica e elétrica, ocorreu na Politécnica somente na década de 1950).

### O pioneirismo do ITA

Não é possível falar das mudanças na formação dos estudantes introduzidas pelo ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) sem mencionar as inovações do ITA no ambiente universitário brasileiro e nas escolas de engenharia em especial.

Já mencionei que na década de 1940 a grande maioria dos professores da Politécnica dedicava apenas parte de seu tempo à Escola. Pelo que me lembro, o mesmo ocorria em todas as outras escolas de engenharia brasileiras, ou pelo menos do estado de São Paulo (eram bem poucas!). No ITA, o corpo docente, em sua totalidade, obedecia ao regime de tempo integral (condição naquela época ainda com seu verdadeiro significado de dedicação integral ou exclusiva e não o de 40 horas semanais de expediente, conforme hoje entendido). A estruturação em departamentos, praticamente inexistente em outras escolas de engenharia, onde prevaleciam as cátedras isoladas, cujos “donos” pouco interagiam entre si, facilitou o planejamento de novas disciplinas, a introdução de novos métodos de ensino, a ampla discussão de problemas administrativos, com a participação de docentes de todos os níveis da carreira. Marcante foi a criação de um verdadeiro campus universitário. No início da década de 1950 a então pequena cidade de São José dos Campos não tinha infraestrutura para oferecer em curto prazo residências a centenas de pessoas, entre professores, técnicos e estudantes, além de um efetivo de oficiais e praças da Aeronáutica. A solução foi construir uma área residencial nos terrenos do Centro Técnico de Aeronáutica – CTA.

Dessa forma, docentes e alunos do ITA puderam morar nas proximidades da escola, sem ter que enfrentar os problemas de transporte de qualquer cidade. Esse simples fato, aliado ao regime de trabalho em tempo integral dos docentes, possibilitou um maior contato social entre professores e alunos, criando um ambiente

descontraído entre os mesmos. Na formação profissional dos estudantes, o ITA inovou sob muitos aspectos. A começar pela formação ética. Os alunos obedeciam ao Regime de Disciplina Consciente, que incluía entre outras “novidades” no meio estudantil brasileiro a total eliminação da “cola” nos trabalhos escolares. As provas eram realizadas sem a necessidade de fiscalização. A cópia de trabalhos entre os alunos era fiscalizada e reprimida pelos próprios alunos. Havia um corpo de Conselheiros de alunos, formado por um grande número de professores a cada um dos quais era dada a tarefa de aconselhar um pequeno número de alunos, seus “aconselhados”, seja em questões acadêmicas, como em problemas pessoais, se fosse o caso. O ensino era caracterizado pela porcentagem elevada de aulas práticas, em laboratórios bem equipados, onde os alunos realizavam experimentos individualmente ou em pequenos grupos. Nos dois primeiros anos do curso, além das disciplinas de formação científica básica, era incluído o ensino obrigatório de línguas e de disciplinas de formação humanística. No quinto ano do curso, os alunos deviam realizar um Trabalho Individual, que podia ser desenvolvido na própria escola ou em cooperação com indústrias locais, havendo neste caso um orientador na indústria e um orientador acadêmico. Muitos aspectos da organização acadêmica, dos currículos dos cursos, dos métodos de ensino e outros atributos característicos do ITA na década de 1950, são hoje observados nas melhores escolas de engenharia do país. Mas há meio século atrás tudo era ou parecia novidade.

#### **A presença dos estudantes na busca de melhorias para as escolas de Engenharia**

Creio que sempre houve estudantes batalhando pela melhoria do ensino. Já mencionei que isso também ocorria na década de 1940 com os alunos da Politécnica. Deve-se ressaltar que, de um modo geral, a atuação dos estudantes de engenharia foi – e continua sendo – pacífica, defendendo os seus pontos de vista em seminários e congressos, abstendo-se de participar em manifestações ruidosas ou greves. Sob esse aspecto, a atuação dos estudantes de engenharia – e das áreas tecno-científicas em geral – tem sido e continua a ser bem diversa da assumida por estudantes das áreas de ciências sociais e outras afins. Possivelmente minha visão seja limitada, mas é o que pude observar em mais de cinquenta anos como professor em três escolas de engenharia: ITA, Politécnica e Mauá, onde pude observar o



comportamento correto e pacífico da maioria dos estudantes em suas reivindicações.

### **Os Congressos Nacionais de Estudantes de Engenharia**

Nos primeiros 11 anos após minha formatura em 1947 vivi mais no exterior do que no Brasil. Não acompanhei de perto o nascimento e crescimento das entidades estudantis que organizaram os Congressos Nacionais de Estudantes de Engenharia a partir de 1953. Resta-me porém a impressão de que aqueles eventos foram progressivamente se afastando dos problemas acadêmicos para tratarem de política nacional, sob forte influência dos partidos da esquerda radical.

### **O II Simpósio de Professores de Engenharia Mecânica e Eletrotécnica de Belo Horizonte, em 1961**

Na maioria das escolas de engenharia da época sobrevivia uma estrutura arcaica baseada em cátedras isoladas, cujos titulares estavam mais interessados em transmitir com detalhes os conhecimentos especializados de sua área de atuação, do que em adaptar as suas aulas visando um maior entrosamento com outras disciplinas do curso. Havia a tendência de sobrecarregar os currículos com um excesso de disciplinas meramente informativas. Não havia a preocupação em introduzir no ensino os métodos da investigação científica, com o objetivo de incentivar a criatividade do futuro engenheiro. Nesse contexto, a participação dos professores do ITA no Simpósio causou grande impacto, pois puderam apresentar os resultados já obtidos nos primeiros anos de implantação de uma estrutura departamental, de uma concepção diferente da formação do engenheiro e do papel representado pela pesquisa nessa formação.

### **A formação do engenheiro**

Acredito que o estudante deve ser preparado para uma longa vida profissional e não apenas para o seu primeiro emprego como engenheiro.

Para tanto, mesmo com sacrifício de muita informação "prática" de vida efêmera, deve adquirir uma sólida base de conhecimentos essenciais, aos quais poderá sempre recorrer para acompanhar o progresso inexorável da ciência e da tecnologia, durante e após os anos de escola. Deve sobretudo adquirir a capacidade de adicionar, de própria iniciativa, novos conhecimentos. Deve procurar,

na escola e fora dela, familiarizar-se com a literatura técnica em línguas estrangeiras. Deve ser consciente de seu papel na sociedade, de sua responsabilidade ética como profissional.



## A PRESENÇA ESTUDANTIL NA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFPA: A VISÃO DE ALUNO E DE MESTRE

José Maria Filardo Bassalo<sup>1</sup>

### Reivindicações dos estudantes da Escola de Engenharia do Pará

**B**asicamente, a principal reivindicação era a melhoria do ensino, como a troca de professores que não sabiam o conteúdo da disciplina que ensinavam, e a exigência da presença dos bons professores em sala de aula. Essa ausência era decorrência do fato de que a Escola era estadual e os salários eram baixos. Assim, os bons professores, que eram também bons profissionais em seus Escritórios de Engenharia, preferiam se dedicar ao trabalho profissional a ministrarem as aulas. Contudo, quando os alunos manifestavam interesse pela disciplina, eles então lecionavam as aulas integralmente. Cito um exemplo. Quando eu cursava o terceiro ano do Curso de Engenharia Civil (só existia esse Curso na Escola de Engenharia do Pará, em Belém), havia uma disciplina que era fundamental: Resistência dos Materiais, ministrada pelo professor Ruy da Silveira Britto. Quando começou o ano letivo (1956) e ele não compareceu para ministrar as aulas, fomos até a casa dele e lhe demos um ultimato: se ele não fosse dar as aulas, iríamos substituí-lo. Percebendo que estávamos interessados em suas aulas, ele não faltou em mais nenhum dia. Aliás, graças a essas excelentes aulas, comecei a gostar do cálculo estrutural, o que me permitiu tornar-me um calculista estrutural.

### A construção da parede

A decisão de fechar a porta de Escola deveu-se ao fato de que o Diretório Acadêmico já havia esgotado todas as negociações possíveis com o Governo do Estado para trocar o professor que não sabia a disciplina que ensinava (Hidráulica). Em vista disso, um colega nosso, que trabalhava em um Escritório de Engenharia, em comum acordo com o Diretório, resolveu levar um pedreiro e o material necessário para o fechamento da porta, e executou o fechamento de madrugada. Quando o dia amanheceu, o professor se dirigiu para dar a aula e encontrou a porta fechada. Nós, seus alunos, estávamos esperando por esse

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.

desfecho. Ele, que estava armado, segundo soubemos depois desse incidente, ao ver a porta fechada, resolveu ir embora. O Governador na época, General Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, de quem o professor parece que era amigo, não promoveu nenhuma repressão. Apenas mandou a Polícia Civil isolar o quarteirão até encontrar uma solução para o impasse. Assim, depois de alguns dias, ele decidiu substituir o professor. Para o término do primeiro semestre, foi indicado o professor Ruy da Silveira Britto. A partir do segundo semestre, e de maneira definitiva, foi indicado o professor Alirio César de Oliveira.

A propósito das pesquisas em minha escola, na verdade, não havia pesquisa. Aliás, não se falava em pesquisa nessa época. Os professores apenas davam aulas de acordo com que haviam aprendido, como alunos ou como autodidatas.

### **O golpe militar de 64 na Universidade Federal do Pará**

Embora eu fosse amigo dos dirigentes do Diretório Acadêmico de Engenharia, principalmente do presidente desse Diretório, que era meu colega de turma, colega de estudo e depois sócio em um Escritório de Engenharia Estrutural até o dia do golpe militar de 1964, João Luís Barreiros de Araújo, eu não fui um militante político universitário. Por isso, eu não fui preso e nem respondi processo por subversão. Registre-se que João Luís era o ideólogo do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em Belém do Pará. É oportuno dizer que, até 1964, a política universitária era realizada por intermédio de partidos políticos estritamente universitários – RUI: Renovação Universitária Independente e MDU: Movimento Deontológico Universitário – sem vínculos com os partidos políticos vigentes até então. Enquanto o RUI tinha apoio da direita, o MDU, que teve sua grande força na Escola de Engenharia, o da esquerda. Apesar dessa dicotomia direita-esquerda, esses partidos lutavam pelos grandes problemas nacionais, como a não privatização da Petrobrás e contra o acordo MEC-USAID (acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*), dentre outros. Além disso, eles lutaram pela incorporação da Faculdade de Economia e de Serviço Social na recente criada Universidade do Pará, em 2 de julho de 1957.

### **O movimento estudantil na UFPA nos anos 1960**

Enquanto ensinei na UFPA (Universidade Federal do Pará), sempre acompanhei o movimento estudantil. Nos anos 1960, o



momento mais significativo na UFPA foi a posição assumida pelos estudantes em exigir a paridade nos colegiados. Essa posição foi conseqüência de maio de 1968 na França e de junho de 1968 na USP (Universidade de São Paulo). Aliás, eu estava na USP quando esse movimento foi iniciado. É oportuno dizer que, nos anos 60, há duas etapas bem definidas: até o golpe de 1964, os estudantes lutavam por melhores condições de ensino, conforme registramos acima. A partir de 64, a luta era contra a ditadura que foi institucionalizada com o AI-5 (Ato Institucional n. 5), de 13 de dezembro de 1968.

#### **Discussões políticas no Diretório Acadêmico de Engenharia (DAE)**

Havia sempre uma discussão política do DAE. Contudo, como eu não era militante político, pouco sei dessa discussão. No entanto, o maior mote dessa discussão era o famigerado acordo MEC-USAID (referido acima), conforme ficávamos sabendo em conversa entre os estudantes e mesmo pela repercussão nos jornais.

#### **O debate sobre profissões e o futuro profissional**

O debate sobre a profissão de engenheiro e o futuro profissional era quase que inexistente, pois praticamente todos os engenheiros que se formavam eram imediatamente absorvidos pelo setor público e também pelo privado. Era comum o estudante de Engenharia se empregar nas repartições públicas, como as então Secretarias de Obras Estadual e Municipal, assim como nos então Departamentos de Estradas de Rodagem Municipal (DMER), Estadual (DER) e Federal (DNER). A Petrobrás também recrutava muitos engenheiros recém-formados. Alguns engenheiros eram absorvidos pelas primeiras firmas particulares de engenharia, quer no ramo da construção civil, quer no ramo da construção rodoviária.

## A PRESENÇA DO CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ENGENHARIA (CEUE) E DA FEURGS NA CAMPANHA DA LEGALIDADE

Fúlvio Petracco<sup>1</sup>

**E**u diria inicialmente que enquanto estudantes da Escola de Engenharia da UFRGS do início dos anos 1960 tínhamos como uma das principais bandeiras a democratização do ensino. E a nossa discussão era pautada pelo ingresso de mais alunos na Universidade, porque ser estudante universitário naquele período era um privilégio, principalmente das classes mais favorecidas. E aqueles filhos de classe média baixa ou pobre tinham a universidade como algo muito distante. A entrada ou a permanência na universidade era praticamente inviável a filhos de operários.

Nós brigávamos pelo acesso à universidade no momento em que a gente vivia o processo de substituição das importações, em que a industrialização acelerada estava em marcha. Assim cobrávamos da Escola de Engenharia a adequação suficiente nesse momento que demandava uma formação profissional além dos cursos politécnicos. Nós também reivindicávamos a co-gestão da Universidade com a participação dos estudantes, o que resultou naquele momento num dos maiores movimentos da história, que foi a greve de 1/3.

Também não perdíamos de vista a necessidade de trazer a classe operária ou o povo em si para que se somasse ao novo movimento. O que nós fizemos no Rio Grande do Sul nesse sentido foi a aliança operária-estudantil-camponesa, em 1959. Depois como Presidente do CEUE nós conseguimos alastrar esse movimento. E colocá-lo de forma regular nas nossas preocupações cotidianas, nas nossas assembléias e nas nossas ações.

Juntamente, os estudantes e os operários da eletrificação ou das comunicações, defendíamos a encampação que o Governador Leonel Brizola fez em empresas de telefonia e eletricidade no Rio Grande do Sul que, naquele momento, estava sendo fortemente combatida pela elite nacional. Mas esse movimento ao receber todo o apoio da categoria estudantil, significava que havia uma abertura da universidade para a realidade nacional, o que permitia que nos

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.



preparássemos não apenas como futuros profissionais capazes de trabalhar sob uma realidade, mas que também fizéssemos esse intercâmbio político com a sociedade. E para essa sociedade se interessar pela luta acadêmica e nos desse forças no sentido da reforma universitária.

Nesse debate sobre formação profissional foi permitida à Escola de Engenharia da UFRGS ser equipada com laboratórios de Mecânica, Metalurgia, Eletrotécnica etc. Os estudantes acabavam por ter de realizar estágios em São Paulo, porque no Rio Grande do Sul não existia condições industriais favoráveis. Não só brigávamos apenas pela formação profissional específica, como também pressionávamos o governo estadual para criar um mercado para os estudantes que ingressavam na Universidade. Naquele tempo quase todos os estudantes de Engenharia Mecânica saíam para outros Estados. Uma das razões de apoiar a luta pela encampação era para que as indústrias permitissem que os formandos ingressassem e pudessem contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado.

Assim, o estudante de Engenharia entrava na universidade buscando uma formação capaz de permiti-lo entrar no mercado de trabalho, que se modificava muito a cada ano. Com o incremento da indústria automobilística e de outros setores, nós percebíamos que os nossos currículos não nos preparavam adequadamente para que saíssemos da Escola e conseguíssemos um emprego adequado.

Naquele momento tínhamos a visão de que não era possível reformar o ensino de Engenharia enquanto não se transformasse a sociedade. Tínhamos a consciência de que a estrutura da universidade refletia a própria forma de sociedade daquele momento. Então não era possível pensar em mudar só a universidade sem mudar a base da sociedade.

No CEUE (Centro de Estudantes de Engenharia da UFRGS), quando eu fui diretor da Comissão de Ensino, evidentemente nós focávamos nessa questão de composição de currículos adequados para a formação profissional dos estudantes de Engenharia, que a realidade daquele momento estava reclamando. Mas o nosso trabalho teve que ser alargado, porque entrou em discussão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). E com ela a presença de Carlos Lacerda e da elite nacional com uma emenda privatista. Eles quiseram transformar a área educacional num mercado para ganhos econômicos do ensino particular. Tentaram fazer com que as verbas públicas que se destinavam às escolas públicas, gratuitas e democráticas pudessem ser destinadas às escolas particulares. Então a Comissão de Ensino do CEUE

teve que montar um esquema de aglutinação de forças no âmbito da Universidade. E além do CEUE. Então tivemos que colocar a Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul (FEURGS) nessa discussão. É a partir daí formular uma plataforma política de ação para trazer a sociedade e os sindicatos para forçar um bloqueio à aprovação quase certa daquele projeto.

Quando surgiu o primeiro golpe em 1961, fomos para a rua convocar o povo para resistir. Antes que manifestasse o Governador Leonel Brizola, já estavam os estudantes, os operários e os sindicatos mais importantes – os dos ferroviários, transviários nas ruas. Tínhamos uma interação tão forte que, através de apenas uma palavra de ordem, nós fizemos uma greve. E só liberamos uma linha para levar o povo para uma praça onde se realizava um comício às 10 da manhã no fatídico dia da renúncia de Jânio. À tarde essa população já havia subido a Praça da Matriz e já batíamos a porta do Governador. O Palácio do Brizola estava todo cercado pela Brigada Militar de arma em punho. E estava ali um coronel chamado Pery Cunha, que era do Partidão. Era um homem forte e alto. Mesmo com o Palácio todo cercado, nós combinamos – eu e o Reinaldo – dar um golpe de mão para entrar. E nesse golpe de mão furamos o bloqueio e tomamos os mosquetões deles. E aí me colocaram na janela do Palácio. E eu batia chamando o Governador Brizola. O governador como todo bom gaúcho não vê um cavalo pronto sem dar montaria. A praça estava cheia e o povo pedindo “legalidade, legalidade”. Até aquele momento a posição era de oferecer ao Jânio o Estado do Rio Grande do Sul como um lugar em que ele pudesse falar as razões da sua renúncia e reafirmar a sua vontade com liberdade e sem constrangimento. E no final desse dia, o discurso começava a mudar. E já era fato consumado a renúncia de Jânio. Mas não aceitávamos o impedimento do Jango, que naquele momento estava na China. Foi um momento difícil.

Em conclusão, está na hora de voltarmos às reivindicações daqueles estudantes dos anos 1960, que é a construção de uma universidade democrática inserida no contexto da sociedade da qual deveria devolver o que recebe.

É preciso uma Universidade diferente da que aí está. Uma Universidade mais respeitada pelos órgãos de governo, mais acessível à população, mais atuante e menos burocrática. Em resumo, àquelas reivindicações que foram apresentadas por lá atrás, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil inteiro enquanto militantes estudantis, creio que ainda precisam ser repensadas, pois ainda vivemos uma dependência tecnológica insustentável.



## O MOVIMENTO ESTUDANTIL BAIANO E A PREOCUPAÇÃO COM O PAÍS NOS ANOS 1960

Sergio Gaudenzi

**N**a nossa época de participação na luta estudantil, no início dos anos 1960, creio que podemos dizer que o movimento ocupava um espaço enorme na área da reivindicação popular. A ação estudantil fazia, às vezes, o que os próprios sindicatos e entidades sindicais, ainda não muito organizados, propunham-se a fazer à época. O fortalecimento e a estruturação das Centrais Sindicais e dos sindicatos somente ocorreram, de fato, tempos depois. Em Estados mais frágeis de incipiente estrutura sindical, como na Bahia, as associações estudantis como a UEB (União dos Estudantes da Bahia) e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) tinham uma força maior que os próprios sindicatos que lá existiam. Essas entidades estudantis por vezes tinham uma força política maior do que os próprios sindicatos existentes. Apenas os sindicatos dos petroleiros, que estavam nascendo no Estado reunindo operários do Refino e o de Extração, rivalizavam com as entidades estudantis. Era um tripé entre a UEB, a UBES e a área do petróleo. Eu fui candidato único à União dos Estudantes da Bahia, lançado pela JUC - Juventude Universitária Católica - já em caminho de institucionalizar-se na sua parte política como Ação Popular. Recebi nessa candidatura o apoio do PCB, que até então era nosso principal adversário. Durante a minha gestão como Presidente da UEB, criamos na Bahia um Centro Popular de Cultura a exemplo do que fora criado na UNE, pois no período a UNE tinha um papel muito importante como disseminador de cultura e de nacionalismo.

A UNE de fato tinha uma liderança forte no meio estudantil nacional. Nós tivemos uma seqüência de excelentes Presidentes: Raimundo Eirado, João Manuel Conrado Ribeiro, Oliveiros Guanais, Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brant e José Serra. Foi uma seqüência de presidentes de muita liderança e forte carisma. No Congresso da UNE de Santo André, em 63, que elegeu José Serra Presidente da UNE, a disputa interna na Ação Popular (AP) ficou num certo momento tensionada entre Serra e eu. Eu desisti da minha candidatura para apoiar José Serra que reuniu um número maior de apoios naquela oportunidade. Serra disputou o Congresso com absoluta maioria, representando toda a AP, a Esquerda Independente, a POLOP, o PCB e

outras facções minoritárias. Praticamente não houve oposição nesse Congresso da UNE. Lembro-me bem que anunciei minha desistência e apresentei no Plenário do Congresso a chapa encabeçada por José Serra, então Presidente da UEE de São Paulo.

Na Bahia, que foi o Estado onde iniciei a minha formação educacional e política, a Escola Politécnica era um importante local de encontro da AP (Ação Popular), movimento, como já disse antes, oriundo da Juventude Universitária Católica - JUC - que na época dominava o cenário estudantil. Havia na Politécnica um núcleo fortíssimo, pois das quinze pessoas da direção da AP, a metade, ou quase isso, era da Engenharia, uma escola de tradição muito aguerrida.

Lembro-me de uma das questões relevantes que levantávamos: "Como um país desenvolve-se sem infra-estrutura?" Então, era um momento que naturalmente discutíamos a questão do petróleo, dos portos, das ferrovias e tantos outros temas correlatos. Um outro tema muito presente era como desenvolver um País sem forte esforço no campo da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Como integrar os contingentes de desempregados na massa trabalhadora. Enfim, nós pensávamos um "PROJETO DE PAÍS". O debate sobre os rumos do Brasil era o "carro-chefe". Ao mesmo tempo, e de maneira fundamental, havia o lado cultural que era muito trabalhado.

Foi um momento muito rico da Universidade, pois havia realmente amplo debate. Nós promovíamos diversos seminários, inclusive voltados para o ensino e a cultura. Havia uma "coisa" muito efervescente dentro da Universidade em torno disso. Nós queríamos modificar o País através do debate das idéias. Nós nos preocupávamos com a parte específica da vida estudantil, mas, acima de tudo, priorizávamos os problemas nacionais. O Brasil tinha que dar um salto para se afirmar como um País independente, com um caminho próprio para seguir. Como já vínhamos realizando seminários sobre a reforma universitária, a nossa idéia era, portanto, quebrar a idéia de universidade importada e questionar tudo o que vinha de fora, para fincar nossas próprias raízes na universidade brasileira. Reivindicávamos que se fizesse um ensino que não fosse burocrático e ultrapassado. Buscávamos uma universidade mais voltada para os problemas do nosso tempo. E com um ensino moderno.

O movimento estudantil visava dar uma direção ao País ao ser avesso ao conservadorismo e ao atrelamento compulsório e obrigatório do Brasil aos países ricos, dominantes. Por pensarmos assim, a nossa preocupação ia além do Curso de Engenharia, pois nós estudávamos, líamos e discutíamos muito os rumos do País. Nós queríamos que o



Brasil se inserisse no conjunto dos países de forma destacada no mundo. Entrando nessas escolas, como a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, as pessoas passavam a ter conhecimento que estudar Física ou Matemática era possuir ferramentas, mas que era preciso saber para quê você quer isso. E como isso poderia fazer o País avançar. Nós tínhamos, ao mesmo tempo, que olhar o desenvolvimento, a redução da desigualdade, o avanço científico e tecnológico. Era isso o que aprendíamos na política estudantil. Quem entrou naquela época saiu “tocado” por esse sentimento. Nós queríamos ter uma boa formação profissional e brigávamos muito nesse sentido, porque a universidade não podia ser “parada”, como era. Era preciso que ela fosse muito mais adiante. E quando o estudante saía da universidade para ser profissional, o que sempre perguntava era se realmente estava preparado para contribuir com o desenvolvimento do Brasil, no sentido de que tempos depois, no futuro, o nosso país estivesse inserido no mundo. Lutávamos para que a desigualdade social existente não estivesse em patamares tão altos e injustos. Eu sinto que falta hoje nas escolas, nas universidades um pouco da política estudantil. Hoje os estudantes estão muito preocupados com o que eles vão ser e o que eles terão profissionalmente. É preciso jogar de novo nas escolas essa preocupação social: “Que o estudante, sozinho, não vai a canto nenhum”. É preciso que você veja o lado que deva subir mais, para se atingir um patamar decente para todos. Eu sinto hoje que as entidades estudantis estão menos preocupadas com a questão política. O que o País vai ser? O País vai para que direção? A resposta para que isso ocorra é discutir mais política nas Universidades.

Para finalizar, eu acredito demais no Brasil, porque temos um povo trabalhador e generoso. Conseguir sobreviver nas condições dadas em várias décadas passadas só foi possível porque temos um povo criativo e inteligente. Mas, agora nós precisamos começar a selecionar rumos e a perseguir objetivos. Depois que a gente fixa objetivos, a partir de um possível consenso, isso significa que já estamos num bom caminho. Eu acho que nós estamos avançando. Eu não vou fazer uma análise isolada de governos, mas acho que cada governo sempre coloca alguma coisa nova. Sempre produz algum avanço. Estamos entrando a algum tempo num ritmo razoável, bom, Republicano. Se seguirmos esse ritmo tanto no campo do governo, como no das empresas que estão ganhando mercado lá fora, creio que cada vez mais rapidamente nós conseguiremos diminuir as desigualdades e ir caminhando em busca da sociedade que queremos: justa, equilibrada e mais igual.

## O ITA E O CENTRO ACADÊMICO DE SEUS ESTUDANTES SÃO DURAMENTE ATINGIDOS PELA REVOLUÇÃO DE 1964

Marco Antonio Guglielmo Cecchini<sup>1</sup>

**M**eu nome completo é Marco Antonio Guglielmo Cecchini. Nasci a 13 de junho de 1924, em Paris. Vim para o Brasil com a idade de dois anos e meio. Vivi sempre no Brasil e requeri naturalização brasileira em 1942. Meus estudos até o doutorado foram realizados em escolas brasileiras. Na USP, completei o bacharelado com especialização tecnológica, em 1947, a licenciatura, em 1951, e o doutorado, em 1952, todos no campo da química. Tenho especialização em corrosão, adquirida em cursos curtos realizados no exterior.

Fui contratado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1953 na qualidade de Professor Associado do Departamento de Física e Química. Em 1958 fui eleito Presidente da Congregação dos Professores e, em 1960, fui convidado pelo último Reitor americano do ITA, Professor Samuel Sidney Steinberg, para ser seu Vice-Reitor. No final de 1960, o Professor Steinberg resolveu voltar para os Estados Unidos, desistindo do novo mandato para o qual fora convidado. Assumi a Reitoria, interinamente. Recebi um apelo dos alunos do ITA, reunidos em assembléia, para aceitar o cargo e fui ativado como Reitor em meados de 1961, por ato do Ministro da Aeronáutica. Pedi demissão da presidência Congregação, por ter considerado, na época, esse cargo incompatível com o de Reitor.

Os dados biográficos esboçados no parágrafo anterior devem surpreender a quem atua no meio universitário. Um Professor Associado (hoje seria Adjunto), ainda não Titular, eleito Presidente da Congregação e, a seguir, guindado, por designação, ao cargo de Reitor? Um Reitor que não se considera qualificado para exercer a presidência da Congregação, para a qual foi eleito? Que escola era essa?

Era o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ou simplesmente ITA, uma escola diferente. As diferenças assinaladas acima não eram as únicas, nem eram as mais importantes. O Instituto nasceu diferente, há sessenta anos, com a missão de criar demanda por engenheiros (aeronáuticos e eletrônicos) antes de atendê-la; mesmo porque essa

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.



demanda era inexistente; de experimentar um modelo novo de educação tecnológica ousado, calcado no modelo dos grandes institutos tecnológicos americanos e incorporando antigas e reiteradas aspirações de educadores brasileiros.

Essa escola diferente nasceu por obra do então Coronel Casimiro Montenegro Filho e foi inserida em um Ministério Militar novo, com competência em assuntos de natureza civil, o Ministério da Aeronáutica. O Reitor era cargo de confiança do Ministro da Aeronáutica. O Presidente eleito da Congregação era cargo de confiança do corpo docente e tinha também competência para criticar os atos do Reitor e se entender com as autoridades superiores do Ministério da Aeronáutica, sem ferir hierarquias. Apesar de sua inserção em um Ministério Militar, como parte integrante do Centro Técnico Aeroespacial e de ter alguns docentes e alguns alunos militares, o ITA tinha estrutura civil (qualificação de pessoal baseada na titulação acadêmica e não na patente militar) e plena autonomia acadêmica, superior, até mesmo, à das demais escolas federais, que constituíam, na época, a grande maioria das escolas de engenharia brasileiras.

Fui Reitor quando o ITA completou 10 anos de funcionamento em sua sede atual, em São José dos Campos. A alta qualificação do engenheiro formado pelo ITA já tinha sido reconhecida pelo mercado de trabalho. O empregador percebera rapidamente que o engenheiro do ITA tinha capacidade para atuar competidamente dentro de um amplo espectro de atividades, ainda que alheias às engenharias aeronáutica e eletrônica, campos esses nos quais eles se haviam graduado. Esta mobilidade do engenheiro iteano no mercado de trabalho era o resultado da política da Congregação de reservar amplos espaços nos currículos dos cursos, anualmente aprovados, para o ensino das matérias fundamentais, sobretudo matemática e física. Além disso, o ensino teórico-prático quase artesanal, aliado a um sistema de verificação do aproveitamento escolar honesto (ver parágrafo seguinte) e exigente garantia a formação de engenheiros responsáveis. As ofertas de emprego chegavam cedo e em grande quantidade ao Instituto. O empregador comparecia às refeições de grau dos engenheiros para não perder a oportunidade de contratá-los. Tanto a Congregação, quanto a Reitoria e o corpo docente estavam satisfeitos com o modelo educacional que o ITA vinha praticando (14). Como Reitor, não encontrei, portanto, desafios à formação profissional dos alunos (3), nem estes tinham reivindicações a me propor.

O ITA era muito diferente também e, sobretudo, no que se referia ao seu relacionamento com os alunos. O ITA criara uma Divisão

de Alunos diretamente vinculada à Reitoria, tornando evidente a sua atenção para com os alunos. A essa Divisão subordinavam-se todos os docentes, enquanto conselheiros de alunos. Logo no início da década de 1950, por delegação de competência do Reitor Joseph Stokes, o centro acadêmico, recém criado sob o nome de Centro Acadêmico Santos Dumont (CASD), recebeu a incumbência de administrar, de forma exclusiva, a disciplina dos alunos, em todas as suas fases, desde a vigilância até a decisão da punição a ser aplicada ao faltoso pelo Reitor.

O CASD criou o Departamento de Ordem e Orientação, autônomo, formado por alunos eleitos, para cuidar dessa administração. Os julgamentos eram sigilosos e, em muitos casos, os alunos faltosos eram induzidos a se auto-punirem. No caso de desonestidade comprovada na execução de qualquer trabalho escolar a penalidade era severa: desligamento do faltoso, sem direito a re-matrícula. A bem conhecida “cola” era considerada falta grave, punível com o desligamento, seja pela Reitoria, seja pelo CASD. Os professores eram dispensados de exercer a vigilância pois imperava a disciplina consciente entre os alunos. Provas, com durações pré-fixadas, para serem realizadas pelos alunos nos alojamentos, em horários livremente escolhidos por eles, eram comuns e não suscitavam maiores preocupações para os professores. Com essa delegação de competência, a administração do ITA conseguiu converter a ação normalmente contestatória dos alunos, numa atitude participativa de colaboração. Embora não prevista na legislação do ITA, nunca, durante os 41 anos em que fui professor do ITA, essa delegação de competência foi contestada, seja pelos alunos, seja pela administração civil, seja, ainda, pela administração militar. É a essa administração da disciplina escolar que o aluno discursante do dia 25 de junho de 2005 atribuía poderes ao CASD (para julgá-la) e à Reitoria (para executar a penalidade proposta, quando fosse o caso).

Na década de 1950, quando o ITA começou a operar em sua sede atual, o Brasil entrava pesadamente na industrialização e clamava por mais engenheiros, sobretudo dos formados em modalidades especializadas como as oferecidas pelo ITA, diversas da engenharia civil, que até então dominava o mercado de oferta de engenheiros. O aceno ao emprego fácil certamente foi uma das causas para que os jovens se interessassem pela engenharia.

A Revolução de 1964 foi um choque violento em todo o clima de harmonia que existia entre alunos, professores e administradores e entre civis e militares e que caracterizava os primeiros quinze anos de



existência do ITA, em São José dos Campos. Não se questionam o mérito, nem a oportunidade dessa revolução. Questionável, talvez, tenha sido o método empregado. Uma intervenção externa poderosa e irracional subverteu a ordem. Sem o conhecimento da Reitoria, alunos eram seqüestrados nos alojamentos e até mesmo nas salas de aula e levados para S. Paulo em caminhonetes, sob vigilância de pessoal militar armado. A Reitoria tomou conhecimento dos desligamentos do curso de doze alunos, como resultado inicial dos julgamentos sumários a que haviam sido submetidos. Tomou conhecimento, também, do afastamento de dois professores. É claro que em um ambiente universitário possam veicular idéias das mais diversas conotações, inclusive as mais extremadas. Eram opiniões isoladas de alunos. O corpo discente acompanhava a movimentação política nacional. O CASD, porém, nunca tomou decisões coletivas que pudessem conter alguma conotação política. De outro lado o interesse do CASD pelo desenvolvimento nacional era muito grande. Ele tinha consciência do meio século de atraso do nosso desenvolvimento em relação aos países mais adiantados. Ele patrocinou reuniões do GEIA, e do GEIMA, no início da década de 1960, para discutir, respectivamente, a implantação da indústria automobilística e da indústria aeronáutica no país. Não é exagero creditar aos engenheiros formados pelo ITA a criação da EMBRAER em 1969 e a conseqüente consolidação da indústria aeronáutica brasileira.

Não é claro, de outro lado, que contestações a algumas práticas e instruções em uso pudessem ser interpretadas como ações subversivas. Em verdade, nenhuma ação havia sido cometida em apoio a qualquer idéia que contrastasse com o clima de harmonia reinante no ITA. Em conseqüência da Revolução o relacionamento entre alunos e professores e entre civis e militares sofreu um forte abalo nas suas bases. A delegação de competência aos alunos e o próprio sistema de disciplina consciente pareceram ter perdido sentido. Pareceu dispensável e, até mesmo, prejudicial à ação de conselheiro exercida pelo professor junto a seus alunos aconselhados. O CASD, a Divisão de Alunos e, até mesmo, a Reitoria ficaram com suas autoridades comprometidas. Nós, os professores mais antigos e mais titulados, correndo o risco de sermos julgados subversivos, procurávamos minimizar os danos ao corpo discente e à instituição. A sensação de impotência era frustrante. Tudo havia ocorrido rapidamente, no mês de abril. Já estávamos nos preparando para a fase de reconstrução, que antecipávamos difícil, quando o Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, o fundador do ITA, Brigadeiro Montenegro, foi

abruptamente substituído pelo Brigadeiro Henrique de Castro Neves, que, tudo leva a crer, veio alertado sobre a existência de um pretense foco de subversão centralizado no ITA. A nossa ação “minimizadora dos danos”, a que me referi acima, havia sido, de fato, mal interpretada. O novo Diretor, além de comprometer a autonomia do ITA, ameaçou desligar o Presidente do CASD, taxando-o de subversivo. Em sinal de protesto eu me demiti do cargo de Reitor do ITA e recebi o apoio do corpo docente, que me elegeu, de novo, Presidente da Congregação. O exercício dessa presidência que me dava competência par me dirigir diretamente ao Ministro da Aeronáutica custou-me a taxaço de comunista, logo desmentida, por escrito, pelo acusador, e a transferência para outra unidade do Ministério da Aeronáutica, não efetivada. A “ação saneadora” do novo Diretor do CTA, porém, continuou e quatro alunos do quinto ano foram desligados de seus cursos, às vésperas de suas formaturas. Seguiu-se a maior crise institucional vivida pelo ITA. Dois Reitores, que me sucederam, em pouco mais de três meses se demitiram. Vários professores se desligaram do ITA, em visível demonstração de revolta pela situação que se instalara no CTA.

No começo de 1966, o Brigadeiro Paulo Victor da Silva, substituiu ao Brigadeiro Henrique de Castro Neves na direção do CTA e o Professor Antonio Lacaz Neto foi nomeado Reitor do ITA. A crise do ITA foi estancada, mas o ressentimento do corpo discente com os episódios vividos nos anos de 1964 e 1965 permanecera. O CASD já não era mais o mesmo. A harmonia entre as diversas partes da comunidade iteana também não era mais a mesma. No décimo aniversário da Revolução de 1964 e como consequência tardia dela nova anormalidade irrompeu no ITA e causou o desligamento de cinco alunos de seus cursos, mais uma vez, sem a participação do CASD, da Divisão de Alunos e dos professores conselheiros dos alunos, como era a norma.

O Dr. Michal Gartenkraut, que foi aluno e professor do ITA nos anos que se imediatamente sucederam à Revolução, foi convidado e empossado no cargo de Reitor do ITA, em 2003. Logo, ele externou sua convicção de que o ITA tinha um débito para com os alunos e professores afastados, há quase quarenta anos, durante o período revolucionário. Dizia ele que o ITA deveria se reconciliar com o seu passado. Afinal, a anistia já havia se instalado no país, há muitos anos. A opinião do Reitor chegou ao conhecimento de vários ex-alunos civis e militares, vários dos quais com vivência nos episódios que caracterizaram a presença da Revolução no ITA. Eu, único não ex-aluno, também, claro, com essa vivência, me incluí no grupo e todos



resolvemos apelar ao Professor Armando Milioni, único professor ainda em atividade no ITA, para coordenar as nossas reuniões. O Professor Milioni também fora aluno do ITA, vivera o episódio de 1975 e comungava com as idéias do Professor Michal. O grupo reunia-se aos sábados, em sala da Reitoria do ITA. Após mais de um ano de análise e discussão dos fatos e dos relatos de alunos desligados, o grupo, em uma primeira moção, resolveu sugerir ao Reitor que conferisse os diplomas de engenheiro do ITA a seis alunos que haviam sido desligados quando estavam prestes a se formar. Em uma segunda moção, o grupo sugeriu que os demais alunos desligados figurassem como ex-alunos em uma placa a ser exposta nas dependências do ITA. A primeira proposta foi aprovada na íntegra pela Congregação. A segunda foi transformada, pela Congregação, na concessão do diploma de engenheiro "honoris causa" a todos os alunos desligados, em estágios variados de seus cursos. A respeito dos dois professores atingidos pela Revolução, ambos já falecidos, o grupo sugeriu que eles voltassem a integrar o corpo docente do ITA na forma de fotografia a ser exposta em sala nobre do ITA. A colação de grau dos alunos reintegrados ao ITA ocorreu no dia 25 de junho de 2005. Eu fui escolhido Professor Homenageado o que foi muito gratificante para mim. Entendi que a minha atuação, como Reitor, no episódio da Revolução havia sido entendida e apreciada.

Redigi este informe utilizando o verbo sempre no tempo passado. Isto não significa que o informado tenha perdido seu valor. O ITA se recompôs. Ocorre, porém, que a partir de 1994 eu passei à condição de aposentado e deixei de ter vinculação formal com o ITA. Meu conhecimento do ITA, portanto, pertence ao passado.

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO APÓS 1964

Aécio Gomes de Matos<sup>1</sup>

**M**eu nome completo é Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos. Eu nasci no Crato, que é uma cidade que fica no sul do Ceará, mas era ligada culturalmente mais ao Recife do que a Fortaleza. E tive a minha formação inicial em Engenharia Mecânica. Depois fiz doutorado em Psicologia Social, e o pós-doutorado em Sociologia. Atualmente sou professor de Sociologia e Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No meu período de estudante fui Presidente de duas entidades estudantis: do Diretório da Escola de Engenharia e da União Nacional dos Estudantes de Engenharia.

Cheguei ao Recife em 1960 para fazer o vestibular da Escola de Engenharia de Pernambuco, que possuía uma imagem de competência técnica, de qualificação e de bons professores.

Os jovens que queriam seguir carreira acadêmica normalmente vinham para Recife, que tinha uma efervescência política muito grande. E foi com os colegas e amigos que comecei a ler e a me interessar não apenas por política, mas por literatura, crônica de uma maneira geral e pela literatura clássica que tinha conotações sociais. Lia Jorge Amado e outras figuras que tinham peso na orientação política da época.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1970 houve muita mobilização política para o aperfeiçoamento da Escola de Engenharia, inclusive com greves de alunos, pois naquela época não se ouvia falar de greve de professores. E as greves de alunos geralmente buscavam exigir condições de um bom ensino.

As lutas da época eram focadas justamente na construção dos laboratórios e pela melhoria do quadro de professores. Inclusive alguns professores foram praticamente expulsos da escola por alunos. Os alunos abandonavam as salas de aula, faziam campanhas contra os professores mais reacionários, pela melhoria do próprio curso e da qualificação dos professores. Realmente foi uma época de muita mobilização pela qualidade do ensino. Isto eu conheço pela história,

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.



pelas coisas que se falavam nos papos entre alunos, pois não vivenciei esse momento.

Havia de fato alguns movimentos importantes. A presença do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco foi sempre muito ativa. Desde 1922, o Partido Comunista existia aqui e teve uma militância muito ativa, com nomes importantes tais como os de Gregório Bezerra e Paulo Cavalcanti, que tinham projeção nacional. Embora o PCB tenha tido uma presença muito grande em Pernambuco, creio que não podemos esquecer a liderança de Dom Hélder e dos próprios movimentos católicos, com a juventude operária (JOC) e de a juventude universitária (JUC).. Era toda uma cultura ligada à religião católica, mas uma cultura de esquerda. A Teologia da Libertação teve um peso muito grande em Pernambuco.

Pernambuco foi muito agitado politicamente no início dos anos 1960. A presença das Ligas Camponesas e de várias outras ações do movimento camponês constituíram um clima de muita agitação, levando o movimento estudantil a se engajar muito diretamente neste processo. Aí você observa, por exemplo, que os núcleos de base de educação popular que já apareceram no primeiro Governo Arraes com certa intensidade, permitiram que os estudantes se engajassem, subissem em carroceria de caminhão, depois de capacitados, e fossem fazer educação no campo nos finais de semana. Eram caravanas e mais caravanas que saíam daqui numa sexta à tarde ou num sábado de manhã lotadas de estudantes que iam para o campo. No fundo para fazer alfabetização, fazer cadastramento de pessoas e fazer a politização. Era algo muito intenso. Eu me lembro de uma discussão desta época sobre o sentido da beleza feminina. Tudo começou com um camponês que ficou muito impressionado que as nossas colegas da faculdade se vestindo roupas parecidas com as das camponesas, botando lenço na cabeça e outras coisas. Então, virou moda vestir parecido com camponês como usar chapéu de palha. O modelo camponês se incorpora aos padrões de beleza da classe média urbana. E isto refletia um pouco desta aproximação entre movimento estudantil e o mundo operário e camponês. A beleza do mundo do campo contagiava a moda estudantil. Na época eu me lembro que, músicas como as cirandas, começaram a entrar na moda refletindo este processo de identificação.

Como se pode ver, o movimento estudantil em Pernambuco no início dos anos sessenta não se notabilizou apenas pela defesa da qualidade do ensino, por posicionamentos ideológicos e pelas relações com os partidos políticos, mas também pela proximidade com o povo.

Esse era o contexto de quando eu entrei na Escola no início de 1963. E as nossas preocupações, inclusive como Presidente do Diretório, em 1965, tanto era pela melhoria das condições de atualização da biblioteca, do restaurante universitário, como pela implantação do cursinho pré-vestibular com o patrocínio do Diretório. As discussões normalmente com professores sobre o andamento das disciplinas eram patrocinadas pelo Diretório. E isto já era consequência do próprio processo que havia se instalado no final dos anos 1950 e início da década de 1960, quando o movimento político começou a ser mais efervescente no país. Nesse contexto, a Escola de Engenharia de Pernambuco assumiu uma vanguarda no processo político do movimento estudantil no Estado. Depois que entrei, as lutas mais administrativas eram pelas melhores condições de vida do estudante, do aperfeiçoamento da Casa do Estudante de Engenharia e da autonomia do Diretório, inclusive financeira. Existiam recursos da Universidade destinados ao Diretório. Além dos recursos do cursinho, que era administrado pelo Diretório. Estas eram as principais lutas.

O movimento estudantil da Escola de Engenharia de Pernambuco foi muito engajado na luta pela redemocratização, que passou a ser a principal tônica a partir de 1964. Juntas, a Faculdade de Direito e a Escola de Engenharia localizadas no centro da cidade eram os espaços de maior mobilização estudantil contra a ditadura militar. É importante ressaltar que, entre a Escola de Engenharia e a Faculdade de Direito, ficava o quartel-general do IV Exército. E no próprio quartelão do IV Exército havia um café-bar que era muito freqüentado pelos estudantes. Então era mantida uma espécie de convivência temerária, porque muitas prisões ocorriam justamente nesta área. O próprio Rui Frazão Soares foi preso exatamente neste quartelão entre a Escola de Engenharia e a Casa do Estudante, que ficava ao lado do quartel-general. Depois desta prisão ele se dedica cada vez mais às lutas de redemocratização do país e passou a ser constantemente perseguido até ser assassinado quando estava engajado em um movimento político inicialmente relacionado com a igreja católica, atuando em outras regiões do país.

Enquanto no restante do País a liderança política do movimento estudantil estava mais nas faculdades de Direito e Filosofia, em Pernambuco o movimento estudantil era, sobretudo na Escola de Engenharia que estava a mobilização política. Não sei se isto ocorreu porque aqui as condições de luta pela melhoria do ensino já haviam sido atingidas, ou se essa própria mobilização para a luta reivindicatória politizou a Escola. De fato quando veio o golpe de 64



nós estávamos mais politizados do que a maioria das escolas que não enfrentaram as lutas pela melhoria do ensino, como enfrentamos em momentos anteriores.

Nos anos iniciais do golpe houve uma tentativa objetiva de interferência dentro da Escola de Engenharia, particularmente quando nos diretórios anteriores ao meu houve – como no caso do Cristovam Buarque – intervenção. E esta intervenção foi articulada visando neutralizar nossa força política, substituindo um diretório eleito por um cujos dirigentes (interventores) foi nomeado pelo Diretor.

Assumi em outubro de 1965 e fui cassado em abril de 1966. Fui preso em 1966 com a seguinte acusação: a expulsão de três estudantes do Diretório Acadêmico. Quando houve os inquéritos policiais e os três estudantes foram servir de testemunha de acusação contra os outros estudantes, nós fizemos uma reunião no Diretório e os expulsamos. Esta expulsão do Diretório terminou gerando um reboliço muito grande contra a gente.

Lembro que fiquei mais tempo no Diretório que o Cristovam Buarque. No meu caso houve prisão e não só destituição. E o Diretório ficou vazio. A minha prisão começou com perseguições, como telefonemas para o Diretório que diziam: “a polícia está chegando aí”. Aí saíamos rapidamente. Foi um momento em que a repressão já estava instalada.

Eu terminei o curso em 1968. E logo depois fui para o exílio na Argélia. Eu saí do Brasil com o apoio da Anistia Internacional e fui para a Holanda. E na Holanda a alternativa era ficar trabalhando e isolado das lutas no Brasil. Eu tomei a decisão de não ficar e fui para a Argélia onde estava Arraes e era possível continuar a luta pela redemocratização.

## A ATUAÇÃO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1960

Lincoln Ramos Viana<sup>1</sup>

O Diretório Acadêmico de quando entramos na Escola de Minas, que era uma escola muito fechada e muito apegada às tradições, também acompanhava ou era levado a uma atuação quase padronizada com essa tradição da Escola. Pelos menos muitas gestões antes da nossa agiram assim. E quando entramos conseguimos quebrar esse clima pesado que existia na Escola. Fizemos uma propaganda bem avançada para a época: cartazes espalhados em toda a Escola e passagem pelas salas de aulas para propaganda. E tivemos um trabalho junto aos estudantes que entravam nos primeiros anos, que era o de mostrar o que era a Escola; e como estava inserida na realidade brasileira. E depois de uma eleição muito concorrida e apertada onde se votou 98% dos estudantes, fomos eleitos para a gestão 1967/68.

E o trabalho do Diretório tinha duas faces: uma era o trabalho dentro da própria Universidade, que consistia em resolver aqueles problemas mais imediatos para os alunos e consistia na busca de soluções de problemas grave das moradias e do problema dos professores catedráticos. Essa era uma questão interna que, juntamente do problema de moradia, inviabilizava qualquer projeto de ensino superior sério. Havia uma escassez muito grande de moradias, as repúblicas estavam lotadas e os alunos que provinham do interior de Minas e de cidades pequenas com pais de baixo poder aquisitivo não tinham condições evidentemente de formar novas repúblicas ou pagar hotéis ou pensões. Isso nos levou a forçar a Escola a olhar o problema de compra ou abertura de novas repúblicas. Com isso conseguimos mobilizar os alunos e foi feito um acampamento pela primeira vez na história de Ouro Preto. O acampamento foi feito na Praça Tiradentes com barracas, faixas e cartazes. E pernoitamos por aproximadamente uns quinze dias. Até que a Universidade formou uma comissão e liberou verba para a compra de moradias. A outra face foi a parte política, porque passamos a ter um vínculo muito forte com todas essas

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.



organizações a nível estadual e a nível nacional. Assim, participávamos de todas as reuniões em Belo Horizonte, e também dos Congressos a nível nacional, como foi o caso do Congresso de Ibiúna.

Tanto em Ouro Preto como também a nível regional e a nível nacional, os órgãos dirigentes e as pessoas que participavam deles sempre estavam vinculados a alguma associação ou a algum partido político de esquerda. Geralmente podia ser do Partido Comunista Brasileiro ou de algumas dissidências, como a Corrente Revolucionária de Minas Gerais e a POLOP (Organização Política Marxista - "Política Operária"). Quando havia os congressos abertos participavam não só pessoas que mantinham ligação com essas organizações, como os estudantes e seus representantes. Mas geralmente as lideranças sempre estavam ligadas a uma destas entidades.

Na Corrente, que uma organização que também atuamos, havia sempre reuniões para se discutir a realidade brasileira, o momento, o dia-a-dia. Eram grupos de leitura, que selecionava livros. Lia-se e depois se faziam discussões.

As precauções são uma coisa muito difícil de você ter. No meu caso eu estava na Presidência do Diretório Acadêmico e as precauções que a gente tomava em termo de segurança eram mínimas. Na época de acontecimentos como 21 de abril vinham autoridades e eles sempre mandavam a Polícia antes para fazer uma limpeza do terreno. E a gente saía da república e ia dormir em outro local. Na República Canaan teve policiais. Foram lá me procurar umas duas vezes, e eu não estava. Teve um caso interessante: teve um xará meu que morava numa república perto da igreja de São Francisco, que eu não me lembro o nome completo, e na hora que eles entraram - o pessoal do DOPS - ele estava no banheiro. E eles bateram na porta: "quem está aí?". E ele falou: "é Lincoln". Eles ficaram esperando. Quando ele saiu ele já levou umas porradas. Aí para ele explicar, porque ele era gago.

Naquela época, quando a gente ingressava num movimento deste tipo, tínhamos uma consciência do risco de prisão ou uma outra coisa. Mas ainda não estava naquela de imaginar, por exemplo, "desaparecimento", que depois a gente viu que se tornou uma prática não só no Brasil, mas em toda a América do Sul. E também não se tinha uma idéia precisa de quem estava sendo mais ou menos visado. E tínhamos uma idéia de que estávamos fazendo um trabalho de atividades junto a uma Universidade. Mas não tínhamos uma idéia de que pudesse ter outros órgãos ou outras pessoas vendo aquelas atividades e movimentos contra a ditadura militar.

Quando o movimento estudantil nacional adquiriu uma força muito grande com as passeatas do Rio de Janeiro, por exemplo, o governo militar, para tentar diminuir esta força, baixou um decreto e uma lei colocando todo aluno de uma universidade federal que tivesse uma participação em atividades políticas seria considerado "subversivo". Assim poderiam ser enquadrados neste Decreto e ser impedidos de estudar em uma universidade federal durante três anos. Então, lá em Ouro Preto, Pedro Carlos Garcia Costa e eu fomos enquadrados neste decreto. Foi simplesmente uma conversa de uma meia hora com algumas perguntas pelas autoridades universitárias. Houve casos de muitos diretores que conseguiram impedir e não enquadrar nenhum aluno. Não era o caso lá de Ouro Preto. Fechou-se o processo. E o Ministro da Educação da época assinou uma portaria nos enquadrando. E fomos expulsos praticamente da Escola de Minas de Ouro Preto.

A minha opção de sair foi justamente por não ter condições de concluir o meu curso durante os três anos de punição. E a questão da minha ida para o Chile foi mais por questão de proximidade do Brasil e pela permanência de tantos outros brasileiros por lá.



## A LUTA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA PUC-RJ NO PÓS-68

Jaques Wagner<sup>1</sup>

**M**eu nome é Jaques Wagner. Atualmente sou governador da Bahia. Nasci em 16 de março de 1951 no Rio de Janeiro, onde cursei Engenharia de Sistemas (PUC-RJ) do primeiro semestre de 1968 até março de 1973. Quando eu estava no 9º semestre da Faculdade, fui forçado a abandoná-la por causa do regime militar.

Escolhi Engenharia porque era a profissão com a qual mais me identificava e também porque o curso incluía um pouco de Economia, Gestão e Informática – esta última apenas começava a se desenvolver – temas que me interessavam.

Em setembro de 1968 fui eleito presidente do Diretório Acadêmico, o único cargo que ocupei dentro do movimento estudantil – embora tivesse sido militante de base de duas organizações políticas na clandestinidade: o MR-8 e o PC do B, este último o Partido em que eu militava quando fui obrigado a deixar a escola de Engenharia.

Na época, montamos uma chapa em que a maioria das pessoas era ligada ao PC do B. Com exceção da escola de Direito, conseguimos ganhar todos os diretórios da PUC, inclusive das chapas que eram organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro, o “Partidão”.

Embora fosse uma escola particular e de classe média, na PUC havia inúmeras lutas de interesse dos universitários, em geral, e dos estudantes de engenharia em particular. Por exemplo, as que tratavam de currículo, do preço da mensalidade, da ampliação do estágio e do mercado de trabalho, além das reivindicações normais como a melhoria da alimentação nos refeitórios, a reivindicação do passe-livre e outras.

Na PUC, éramos contra a construção do túnel que hoje leva da Gávea à Barra da Tijuca. Entendíamos que ele traria um enorme transtorno à faculdade e participamos de uma campanha interna contra a obra. Neste caso, infelizmente, não tivemos sucesso...

Nunca houve um conflito entre as lutas específicas e as mais gerais, até porque elas estavam evidentemente interligadas. É claro que, tendo legitimidade perante a população estudantil, você

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.

consequia convocá-la para atos de política mais geral e nacional, como era o caso da luta contra a ditadura militar.

Creio que em qualquer ambiente – universitário, de trabalhadores e outros – trabalha-se com públicos diferenciados, que têm preferência por um ou outro tema. Nada nem ninguém se torna unanimidade, porém a existência de um governo autoritário nos dava uma possibilidade de unificar muito a luta pelo retorno da democracia. De qualquer modo, a maioria dos estudantes estava voltada para as questões de sua vida profissional, a autonomia universitária, a qualidade do ensino etc. – isso é inevitável.

As ferramentas que se usavam nos diretórios, como os grupos de teatro, boletins internos e assembléias, não eram muito diferentes das que se usam hoje. O importante, sempre, é perceber quais são as reivindicações dos estudantes, organizá-las e levá-las adiante para tentar resolvê-las. Aliás, a participação dos estudantes na transformação da sociedade brasileira é inequívoca.

É evidente que a escolha da profissão guarda alguma ligação com o campo de preocupações da pessoa; mas seria equivocado pensar que, aquele que opta por engenharia ou outra função técnica, seja só por isso um alienado. Há conservadores e progressistas entre economistas, engenheiros, médicos e jornalistas. Acho que o engajamento tem mais a ver com a formação pessoal. Fiz Engenharia, mas o que eu considerava mais importante era o exercício da política, a luta pela transformação da sociedade e a defesa da democracia.



## A LUTA DOS ESTUDANTES EM 1968: A VISÃO DE UM MILITANTE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE ENGENHARIA

José Chacon de Assis<sup>1</sup>

**M**eu nome completo é José Chacon de Assis. Nasci em 03 de Janeiro de 1949. Estudei Engenharia Elétrica (Sistemas Elétricos de Potência). Iniciei o curso em 1967, na Faculdade de Engenharia da UEG (Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Em dois meses consegui reclassificação para a Escola de Engenharia da UFF (Universidade Federal Fluminense), que era próximo a minha residência. Sempre morei em Niterói, que ainda era capital do antigo Estado do Rio de Janeiro

Na época, o ensino contava com um sistema de disciplinas por crédito – uma das primeiras do país –, o que tornava possível formar-se em Engenharia plena em quatro anos.

Fui Presidente do Centro Cultural Alberto de Oliveira do Colégio Bittencourt Silva antes de entrar na Universidade, quando ainda estava cursando o antigo científico (atual 2º grau). Na Escola de Engenharia da UFF fui representante de Turma no Conselho de Representantes do DAOC (Diretório Acadêmico Octávio Cantanhede), representante dos Alunos no Conselho de Ensino da Escola de Engenharia (que contava com professores e alunos) e Presidente do DAOC (Diretório Acadêmico) em 1968/1969.

Em Niterói, os partidos de esquerda de todas as tendências dirigiam os Diretórios Acadêmicos das diversas faculdades, bem como o DCE. Na época a direita só conseguia se articular fora das universidades através do MAC, do CCC e da TFP. O que não conseguiam na prática nada entre os estudantes. Ou seja, a gente se articulava no nível local dentro da própria estrutura criada pela ditadura militar.

Porém, nos níveis estadual e nacional era através do DCE (Diretório Central de Estudantes), da UMES (União Metropolitana dos Estudantes) – que em algum momento Wladimir Palmeira dirigiu – e da UNE. Eu era militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML), que se contrapunha à linha revisionista representada pelo PCB, que a

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.

REVOLUÇÃO BRASILEIRA seguiria o modelo chinês de uma revolução que se daria inicialmente no campo, e acabaria chegando às cidades (nesse ponto a proposta era também, naquele momento, muito próxima do PC do B).

Mesmo sendo da APML, trabalhávamos muito próximos do PC do B. Conhecíamos os foquistas (o pessoal da revolução urbana). E em 1971/73 perdemos muita gente ligada a esses grupos. Confesso que esqueci muito desse momento duro pelo qual passamos neste país. Meu irmão foi presidente do DABT - Diretório Acadêmico da Medicina, e também era de AP. Combatíamos sempre a postura revisionista do pessoal do PCBão, mas considerávamos equivocada a postura do foquismo. O pessoal que tinha essa visão foi estraçalhado de forma final em 1973/74.

Nosso pessoal de AP e da Engenharia, por exemplo Edson Benigno (hoje professor da UFF), que foi preso por 2 anos, chegou a dirigir o DCE da UFF. O Estudante de Engenharia integrava o Movimento Estudantil de forma muito próxima de estudantes de outras profissões. No meu entender a luta do Movimento Estudantil não pretendia prioritariamente a mudança do ensino, mas a mudança de toda sociedade brasileira. Queríamos fazer a Revolução Brasileira. Com a discussão do acordo Mec-Usaid queríamos, na verdade, mudar o mundo. Acreditávamos na cultura como forma de transformação da realidade e na formação de um novo ser humano. Um ser humano para um novo tempo. Para isso, fazíamos inúmeras passeatas. Quando a polícia da ditadura ficou mais esperta, então fazíamos as CORREATAS (verdadeiras corridas), pois não dava tempo nas ruas do centro Rio de Janeiro. Nunca me esqueço de uma delas que foi iniciada com a música "Pra não dizer que não falei de flores" de Geraldo Vandré, que era tocada em uma loja de venda de discos, na rua Uruguaiana.

Queríamos uma sociedade socialista. Queríamos a utopia Comunista! Éramos todos de classe média, uns mais ou menos remediados, e por isto, de uma maneira ou de outra, a participação nem sempre era muito constante. A militância às vezes tirava férias. Além do mais, a ditadura não jogava mole. Prisão, tortura e morte não estavam fora do dia-a-dia da militância. A preparação para a tortura era constante, como se isso fosse possível, nos grupos de esquerda. Havia sempre agentes infiltrados nas ações de massa, prisões sempre ocorriam. A formação política era para poucos, em geral, clandestina. Era difícil a expansão da militância. Eram feitos comícios relâmpago, comícios em ônibus (pedágios), pichação de ônibus e pichação de paredes. Alguns dos dizeres mais comuns: "O Povo na Luta derruba a



Ditadura e Expulsa o Imperialismo". Imagine esta pequena palavra de ordem sendo pichada em um muro de um estaleiro ou em uma rua sem saída às duas da manhã.

O que facilitava o movimento estudantil era a nossa aglutinação natural e a capacidade dos jovens de se indignar com a injustiça do regime ditatorial. As principais reivindicações dos estudantes no meu período enquanto discente da Escola de Engenharia, era a finalização do acordo MEC-Usaid. Ainda reivindicava-se a melhoria das condições de ensino e democratização da universidade. Duas grandes questões também estavam postas: o término da ditadura militar e a democratização da sociedade brasileira. É bom dizer que eu vivi o início do golpe militar implantando em 64 quando tinha apenas 15 anos de idade e era ainda estudante de nível médio (1º científico).

No Diretório Acadêmico trabalhávamos constantemente de reivindicações pela melhoria do ensino, procurando representação legítima dos estudantes. Alimentação barata era uma questão que mobilizava bastante. Produzíamos constantemente documentos de massa e de militância. O DAOC tinha um mimeógrafo GESTETNER da mais alta qualidade que funcionava dia e noite. Tínhamos o maior medo da repressão aparecer ali naqueles momentos. Mas o Diretório era realmente o centro da discussão política. Produzíamos também o "Baile da Engenharia", que foi uma forma de obter muitos recursos para a luta clandestina.

Na condição de futuros engenheiros antecipávamos que nossa participação deveria ser para a mudança da dura realidade enfrentada por grande parte da população brasileira. Ali estava posta uma sociedade com seus históricos de miséria, baixos índices de qualidade de vida.

Embora a formação do estudante de Engenharia estivesse baseada num ensino em muitos momentos descolado da própria realidade que seria enfrentada pelo futuro profissional, quando faltavam laboratórios. Na verdade era frágil a formação para a continuidade acadêmica (mestrado) e para o trabalho no processo produtivo. De qualquer forma, enquanto algumas cadeiras eram melhor ministradas, outras eram bem precárias.

Na escolha da profissão de engenheiro a conjuntura econômica da época talvez tenha tido alguma importância. Quando me formei em 1970, um pouco antes do Milagre Econômico, sobrava emprego ou a possibilidade de cursar pós-graduação, o que acabei abraçando, indo para o CTA/ITA. Um pouco mais tarde trabalhando na Eletrosul,

consegui fazer uma nova pós-graduação, agora no Centro Tecnológico da UFF. Além do mais o salário, durante a década de 70 era muito bom.

O Brasil aceitava a hegemonia norte-americana. O nosso país sempre apresentando índices sociais muito ruins, analfabetismo, miséria presente no campo e na cidade, déficit de moradias e falta de saneamento. A América Latina, em geral, também passava por ditaduras militares sempre subservientes ao imperialismo norte-americano. Como sempre desde o descobrimento vivíamos a realidade exportadora do *agro-business*. A política do país era o de mandar riquezas minerais e agrícolas para o exterior e importar produtos acabados. Acordos de todos os tipos vergonhosos realizados pela ditadura militar garantiram aos países centrais este fluxo em seu interesse.

No ano de 1968 ocorreu uma rebelião mundial de jovens. No Brasil, a nossa rebeldia era muito mais profunda e justificável do que dos países centrais: nós lutávamos contra uma ditadura militar e pela mudança da dura realidade brasileira. Queríamos um ensino melhor e uma sociedade justa. Queríamos um país democrático com justiça social e uma melhor distribuição de renda. No fundo lutávamos por uma sociedade com igualdade e fraternidade, o que entendíamos que somente seria possível numa sociedade comunista.



## A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO APÓS O AI-5

Pedro Eugênio<sup>1</sup>

**M**eu nome completo é Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral. Nasci em 29 de Março de 1949, em Recife.

Quando eu ingressei em Engenharia, em 1969, o Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Pernambuco estava suspenso. E foi a partir daí que comecei a participar de algumas reuniões clandestinas, porque naquela altura – com o 477 e com o fechamento do DA – qualquer tipo ou nível de organização que fosse – até uma simples reunião – tinha que ocorrer de forma clandestina, pois eram consideradas ilegais. Nós fazíamos reuniões para discutir questões da universidade ou questões mais gerais. Esse grupo se revelou mais adiante para mim como um grupo do PCBR, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, que tinha na universidade uma atuação através de um movimento chamado “Integração e luta”. A partir do meu atendimento a essas reuniões eu me tornei simultaneamente um participante do movimento estudantil através da “Integração e Luta”.

Embora as condições ilegais de atuação das organizações que contestavam o regime naquela época impusessem uma informalidade nessas relações, não houve nenhum momento de filiação a esse ou aquele partido. Era um processo que era dado a partir do engajamento no dia-a-dia dessas reuniões e das discussões tiradas a partir daí. Mas eu passei a atuar e a atender a essas reuniões do partido muito focado especificamente na questão estudantil.

No momento em que o DA foi suspenso – a direção ficou numa posição e os estudantes ficaram em outra – e o seu um isolamento foi muito intenso, o movimento estudantil praticamente desapareceu na Escola de Engenharia de Pernambuco, que tinha tradição de luta. Então houve um esvaziamento muito grande e, a partir daí, todo o processo passou a se resumir a um grupo pequeno de estudantes que se reuniam clandestinamente e distribuíam alguns panfletos em alguns momentos de denúncia ou coisa desse tipo. Ou pichando paredes ou fazendo a campanha do voto nulo. Mas a coisa do dia-a-dia do movimento

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.

estudantil praticamente desapareceu. O D.A. até então teve uma posição de liderança consciente nos protestos que levaram a sua intervenção. O D.A. que vinha muito combativo e atuante, portanto, ficava difícil não tomar uma posição forte em relação aos acontecimentos. Se o D.A. fizesse ou não uma aliança com o diretor – que era visto naquela época como preposto da ditadura – poderíamos de toda forma imaginar que ele cometesse vários erros. Se houve um erro aí foi o grande erro da tragédia brasileira com a ditadura militar. Então eu acho o que o pessoal do DA fez foi consequência inevitável do processo que eles vinham enfrentando, que não tinha muita saída. De qualquer forma a intervenção já estava decidida. Só faltava justificar.

Eu passei a integrar um núcleo de organização do PCBR nesse período. Eu fiquei cumprindo um papel dentro do partido, mas atuando no movimento estudantil como um todo. Nas faculdades eu ia a muitas reuniões, como na Arquitetura e na Geologia, que eram os D.As. que permaneceram funcionando. Atuávamos juntos com a AP da Universidade Rural. E eventualmente fazíamos reuniões para uma campanha conjunta. Também foi um momento de muita falta de alternativa ao realizarmos campanhas ou mobilizações abertas. Então se fazia um comício relâmpago aqui ou uma panfletagem ou pichação acolá, que eram essas as manifestações que nós dedicávamos algum tempo para organizar e procurar também juntar alguns companheiros que atuavam. Buscávamos atrair nossos colegas estudantes para discussões políticas internas.

No começo de 1972, quando houve um desastre automobilístico e a polícia ostensivamente começou a atuar no caso, a investigação tomou curso e aí começaram a fazer prisões no movimento estudantil. Eu saí de casa e fiquei escondido na casa de um amigo meu lá em Peixinhos (município de Olinda). Depois de algum tempo a polícia descobriu que eu estava lá, cercou a casa e me prendeu. A polícia não sabia direito quem eu era e nem sabia o papel que eu exercia dentro do partido. Na realidade a polícia queria desbaratar o braço armado do partido e não estava com interesse no movimento estudantil. Mas o fio da meada pra chegar lá passou pelo movimento estudantil.

Eles prenderam muita gente. Prenderam uns vinte ou trinta estudantes, dois profissionais liberais e um comerciante. Mas o grosso foi gente do movimento estudantil. Mas a polícia agiu sempre no afã de desenrolar o fio da meada com o pessoal que fazia luta armada no partido. Foi essa a prisão do grupo todo, que ainda ficou durante nove meses aguardando julgamento. Ficamos um mês no DOI-CODI. Fomos torturados, tanto os rapazes, como as moças. Eu era o mais velho, pois



tinha 23 anos. O mais novo era um menino que tinha 18 anos. Então era essa a faixa de idade dos militantes. Os militares mantiveram o processo, mas nos deixaram presos na Secretaria de Segurança durante nove meses. Inclui-se um mês de muita tortura no DOI-CODI. Finalmente fomos absolvidos no final do ano de 1972.

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFF E A GÊNESE DOS PRIMEIROS SEMINÁRIOS NACIONAIS DE ESTUDANTES DE ENGENHARIA

Fernando Peregrino<sup>1</sup>

### Combate à ditadura militar

**E**ngajei-me na luta contra a ditadura militar desde Recife, que foi a cidade em que morei até final de 1969. Era secundarista quando mataram o padre Henrique (1969), psicólogo e professor de meu colégio, o Colégio Marista. Ele era assessor de Dom Helder Câmara. Era muito querido por todos nós, particularmente pelo meu grupo de estudo do vestibular com quem mantinha constantes conversas até altas horas da noite. Houve uma revolta diante sua morte brutal sob encomenda pela repressão. No enterro, ao qual compareceu Dom Helder e milhares de jovens secundaristas e universitárias fizemos uma grande passeata e um ato e grande protesto contra a ditadura. Era meu batismo na luta contra a ditadura.

Logo depois, vim morar no Rio com minha família, onde estudei na Escola de Engenharia da UFF (Universidade Federal Fluminense), transferido da Escola de Engenharia de Pernambuco onde fiz apenas o primeiro ano. Na UFF, assumi uma posição de liderança, tendo sido presidente do Diretório Acadêmico Octavio Cantanhede. Isso foi no início dos anos 1970. Era um simpatizante da AP (Ação Popular). Depois militante. Por isso fui assistido por Honestino Guimarães e por Doralina Rodrigues, ambos ex-dirigentes estudantis que estavam vivendo na clandestinidade. Tornei-me amigo de ambos. Do Honestino compartilhei suas angústias e apreensões antes de ser preso e morto em 1974.

Na ocasião (1972), por orientação da diretoria clandestina da UNE (Honestino) promovemos o Seminário de Estudantes de Engenharia como forma de reorganizar nosso setor tido como um dos movimentos estudantis mais vigorosos, ao lado dos de Medicina e Direito.

---

<sup>1</sup> Depoimento a Otávio Luiz Machado.



Talvez tenhamos sido os pioneiros entre os demais segmentos. O seminário aconteceu em Porto Alegre, na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Nossa delegação tinha 30 companheiros e fomos de ônibus cedido pela própria Reitoria. A UFF desfrutava de um certo clima de menos repressão, diferentemente da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que teve seus diretórios totalmente fechados. Como a UFF, tinha a PUC (Pontifícia Universidade Católica), cujos diretórios nunca fecharam, onde militava Jacques Wagner, entre outros companheiros. Em Porto Alegre, a pauta do seminário eram reivindicações típicas dos estudantes de Engenharia, como melhor ensino, melhores professores, mais laboratórios, tecnologia nacional e, evidentemente, algumas bandeiras pelo fim da ditadura, fim do decreto 288 e do decreto 477. Foi um seminário de caráter nacional que somava mais de 600 estudantes, considerado um número muito bom para os limites da época. Estávamos reunidos sob um clima de terror durante vários dias e sob ameaça de prisões. Conseguimos manter o seminário e concluí-lo aprovando muitas teses e bandeiras. Conseguimos ultrapassar os limites de nossas organizações locais nos estados e faculdades e criamos laços e mecanismos de organização com companheiros dos demais estados. Foi sem dúvida uma vitória marcante que mais tarde repercutiria na reorganização da UNE.

#### **A articulação do movimento estudantil**

Nesta época não tinha UEE (União Estudantil dos Estudantes) nem UNE, ou melhor, tinha apenas a diretoria clandestina do Honestino. Tínhamos nossos diretórios da UFF abertos até 1973 quando se abateu uma repressão muito forte. Organizávamos muitos shows com os cantores conhecidos para arrecadar fundos e ajudar famílias dos presos políticos. Entre os shows que fazíamos comparecia, com frequência, Chico Buarque, MPB4, Betânia, Caetano, Gil, Macalé, Fagner, Gonzaguinha entre outros. Niterói era um território de luta pois no outro lado da Baía de Guanabara, com exceção da PUC, o movimento era praticamente inexistente. Era impressionante como os artistas eram militantes contra a ditadura. Corriam o risco de serem presos ou censurados apenas pelo fato de comparecer aos shows que fazíamos. Lembro-me do show de Chico e MPB4 na quadra da Faculdade de Direito da UFF (1973) ao qual a censura compareceu em presos com seus agentes a paisano. Chico estava proibido de cantar Apesar de você, a censura nos avisou que o show seria invadido e interdito com prisões. Chico, diante dos censores a frente da platéia sentada na

quadra coberta, dedilhou uma parte da música proibida e toda a massa cantou a letra inteira sem que ele abrisse a boca. Foi uma demonstração emocionante da luta silenciosa que travávamos contra a repressão. Alguns diretórios foram fechados nessa época, divulgávamos um manifesto com a seguinte epígrafe; "Do rio que tudo arrasta, se diz violento; mas não dizem ser violentas as margens que o comprime". Bertold Brecht.

Ainda em 1972, comemoramos os 50 anos da Semana de Arte Moderna com shows e manifestações pedindo democracia, com participação de intelectuais e artistas que na época se mobilizavam contra a censura.

Antes mesmo de concluir o curso de Engenharia, fiz vestibular e comecei a fazer Economia (1974) na própria UFF. Na Economia, concorremos às eleições do diretório acadêmico e ganhamos as eleições de um grupo ligado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Nos apresentamos com uma postura mais aguerrida em relação aqueles companheiros que estavam até então na direção do diretório há muitos anos.

Mas soubemos defendê-los quando se abateu a repressão sobre eles, prendendo professores de nosso curso e outros ligados à gráfica da Voz Operária no subúrbio do Rio de Janeiro. Fizemos a primeira greve da faculdade depois de 1968 em solidariedade e como denúncia das prisões.

Em 1975, prenderam diversos estudantes e operários do ABC de São Paulo. Entramos aqui no Rio em luta contra essas prisões. Realizamos os primeiros atos públicos na PUC debaixo dos pilotis, cercados pela polícia. Chegamos a reunir mais de 5 mil estudantes para denunciar torturas e prisões. Foi uma resposta corajosa, pois o ministro da Justiça Armando Falcão ameaçava a todos pela tv que haveria prisões se desafiássemos a ordem de não fazer a reunião. Lembro-me de termos, depois de um desses atos, promovido também a primeira passeata na Avenida Rio Branco, aquela avenida da passeata dos 100 mil. Só que essa tinha pouco mais de 300 estudantes, existia o AI-5 e a repressão tinha ficado mais dura; fechamos a Rio Branco em um dos cruzamentos principais e logo, interrompemos o tráfego, mas fomos reprimidos pelos pelotões dos policiais militares. Mas estava quebrado o tabu: a primeira passeata em plena Rio Branco, às 14 horas. Chamávamos atenção da opinião pública anestesiada com o milagre econômico da ditadura.

Em 1976, tive que ir morar em São Paulo, onde me matriculei no curso de matemática da USP (Universidade de São Paulo). Fui



porque era eminente minha prisão, depois das prisões do Honestino, Eduardo Collier, Humberto Câmara Neto e Fernando Santa Cruz, todos da AP. Desconfiávamos que eu seria preso. Cheguei a ser seguido ostensivamente por agentes do DOPS (Departamento de Ordem e Política e Social) quase 24 horas por dia, durante 3 meses.

Em São Paulo, com a AP sem direção praticamente, fui para outra corrente política, a Liga Operária, trotskista, que depois virou a Convergência Socialista (CS). Fui indicado pelo meu grupo a participar da chapa da primeira eleição da UEE-SP (1978), depois de fechada em 1969. Nossa chapa vencedora era uma frente de quase todos os partidos.

Pouco tempo antes aconteceu o III Congresso de Reconstrução da UNE, ocasião em que Erasmo Dias invadiu a PUC de São Paulo em um dos mais terroristas atos da ditadura conta o movimento legal estudantil e conta a Igreja Católica de São Paulo, proprietária da PUC e oposição à ditadura, liderada por dom Paulo Evaristo Arns.

Como diretor da UEE, incentivamos a criação do Comitê Brasileiro de Anistia realizando diversos atos na faculdade de direito do Largo de São Francisco, tradicional centro político de professores e estudantes. Lembro-me que deste Comitê e de suas reuniões participavam Terezinha Zerbini, Ruth Escobar, Luiz Eduardo Greenhalg, Idibal Piveta, Eva Wilma, entre outros, mas a base do movimento eram os estudantes. Uma ocasião, do meu grupo político foram presos vários companheiros e companheiras. Fizemos então uma greve de fome na PUC pedindo a libertação dos presos. Eu não participei da greve, fui escolhido para cumprir o papel de coordenador de nossa reação à repressão utilizando minha posição de diretor eleito da UEE-SP. A greve acabou a pedido de Dom Paulo Evaristo Arns que intermediou uma ação junto ao DOPS para que os presos tivessem tratamento digno e recebessem visitas.

Durante uma reunião preparatória para o congresso da UNE, fomos presos na Faculdade de Medicina da USP por Erasmo Dias.

Em 1979, teve o congresso de reconstrução da UNE em Salvador do qual participei defendendo eleições diretas para a diretoria da entidade. Ganhamos. O único lugar que garantiu a segurança do Congresso foi Salvador por conta do governador ACM (Antonio Carlos Magalhães), que garantiu que o congresso não seria reprimido. Minha participação, encerrou-se nesse ano, com minha inclusão na chapa Novo Rumo da UNE, que concorreu contra a chapa dos demais partidos, com exceção da Liberdade e Luta que, como nós, lançou também sua chapa.



Abro um parêntese para falar de minha militância numa corrente trotkista, a Liga Operária, mais tarde Convergência Socialista (CS), que na época se envolvia na organização dos operários em greve do ABC incentivando a formação de um partido socialista que unisse desde os remanescentes do PTB do exílio, Brizola, passando por Almino Alfonso, entre outros, indo até aos dirigentes sindicais que lideravam as primeiras greves operárias pós 68. Vários de nossos companheiros da CS participaram de reuniões com os líderes Jacob Bittar (petroleiro de Campinas), Marcilio (Santo André), Lula e Cicote entre outros (São Bernardo) com o intuito de estimulá-los a organizar um partido de massas que se opusesse à dominação burguesa e à ditadura. Como diretor da UEE e representante da CS discursi num ato de solidariedade aos operários do ABC que estavam em greve ao lado de Lula, ato esse em frente à câmara municipal de São Paulo. A CS também se solidarizou com o movimento sandinista de derrubada à ditadura de Somoza da Nicarágua. Lembro-me de ter sido escolhido em reunião do Comitê Central, junto com o companheiro Julio Tavares, para irmos para frente de batalha dos sandinistas quando estavam a poucos quilômetros de tomar Manágua. Minha esposa à época, mãe de meu primeiro filho, dirigente como eu e integrante do Comitê Central, quando acabei de ser escolhido com meu apoio para ir à frente de luta, ela questionou: “tudo bem, mas se o companheiro morrer na luta quem vai me ajudar a cuidar de nosso filho comum?” Na ocasião houve um momento de comoção e desorientação de todos. Ninguém soube responder a questão simples e direta de uma mãe que se defrontava com a hipótese de eu não voltar. O fato é que a partir daí ninguém foi à Nicarágua, mas a revolução, poucos dias depois, foi vitoriosa.

Em 1982, votei em Brizola e iniciei minha militância no PDT. Brizola e a corrente trabalhista me empolgaram pelas suas bandeiras nacionalistas. Brizola era um símbolo da luta contra a opressão de nosso povo, lembrava Getúlio e Jango, razões da ditadura militar instalada em 1964. Saí do PDT, mas sem romper com Brizola, e marchei ao lado de Garotinho, uma liderança jovem que despontava no Estado com os mesmos ideais nacionalistas e populares de nossa corrente trabalhista. Organizei o velório do Brizola em 2004, no Palácio Guanabara, na condição de Secretário de Estado Chefe de Gabinete da Governadora Rosinha Garotinho. Recebi diversas autoridades da República em nome da Governadora durante as 24 horas do velório, entre elas, Lula e seus ministros.

Hoje, milito ao lado do presidente do PMDBR/RJ, ex-governador Garotinho, como presidente da Fundação Ulysses Guimarães do Rio de



Janeiro. Como engenheiro, fui diretor técnico do Clube de Engenharia, fui presidente da FAPERJ por duas vezes e Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Presidente do PRODERJ, e por fim, Secretário Chefe de Gabinete da Governadora Rosinha Garotinho durante os últimos 3 anos de governo (2003 a 2006).

Hoje estou no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas do MCT cedido à COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia) da UFRJ como diretor da COPPETEC.

“É com grande satisfação que escrevemos esse Prefácio sobre o livro **Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje**, coordenado pelos professores Luis Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho e pelo historiador Otávio Luiz Machado.

Trata-se de um livro da mais alta importância para a Sociedade brasileira, pois através de um trabalho de fôlego, em equipe, resgata-se a importância histórica do movimento estudantil e da juventude como um todo”.

Amaro Lins,  
Reitor da Universidade  
Federal de  
Pernambuco.





**P**ara a juventude, após o período *iê-iê-iê* vem o período da tragédia. Com o desmoronamento das ideologias do equilíbrio, do crescimento, da harmonia, vem a tentação de um novo absoluto. Ouviu-se nas ruas de Paris o terrível “*Viva la muerte!*”? Não, por certo que não. A honra dos homens que seguem a bandeira negra é que eles nunca comprometeram a vida dos outros, amigos ou inimigos, sem arriscar a sua própria sem reservas. Nessa honra, nessa vontade, reside um grande perigo para um “mundo” sem honra que não tem outra vontade que a de durar.

Henri Lefebvre (1968)

#### Apoio



Universidade de São Paulo  
Escola de Engenharia de São Carlos



#### Realização

